ANAIS
da
BIBLIOTECA NACIONAL

Vol. 131 • 2011

Rio de Janeiro, 2014

Anais da Biblioteca Nacional

Vol. 131 • 2011

Rio de Janeiro
2014

Anais da Biblioteca Nacional – Vol. 131, 2011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra da Cultura
Marta Suplicy

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidente
Renato Lessa

Diretora Executiva
Myriam Lewin

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores
Maria José Fernandes (interina)

Centro de Cooperação e Difusão
Moema Salgado

Centro de Pesquisa e Editoração
Marcus Venicio Ribeiro

Centro de Processamento e Preservação
Liana Gomes Amadeo

EDITORIAL

Editor
Marcus Venicio Ribeiro

Coordenação Editorial
Raquel Fabio, Simone Muniz, Valéria Pinto

Preparação de Originais e
Revisão de Provas
Francisco Madureira, Rosanne Pousada

Assistentes Editoriais
Danielle Fróes (estagiária), Janilda Souza, Matheus Antunes (estagiário), Rafael Andrade (estagiário), Taiyo Jean Omura

Projeto Gráfico
Glenda Rubinstein

Diagramação e
Tratamento de Imagens
Eliane Alves, Patricia Lopes

Reprodução do Acervo
Cláudio de Carvalho Xavier, Otávio Oliveira

Coordenadoria de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.br | www.bn.br

Biblioteca Nacional (Brasil)
Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-
v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.
Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.
ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581
22 ed.

MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

Ministério da Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

SUMÁRIO

Apresentação.....7

I ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES – III ENCONTRO DE PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO

I – A Representação Descritiva em Tempos Digitais

A Representação Descritiva e o Acesso ao Etnoconhecimento.....13
Aline da Silva Franca e Naira Christofoletti Silveira

Metadados para a Representação da Imagem Digital.....31
Ana Carolina Simionato e Plácida L. V. A. C. Santos

Uso do Dublin Core na Descrição de Obras Raras na Web: A Coleção da Biblioteca Brasiliana Digital.....51
Daniela Pires

Documentos Musicais: Atributos e Desafios para a Representação Descritiva.....71
Kátia Lúcia Pacheco

II – Visões sobre os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR

O Modelo FRBR como Base para Análise de Catálogo em Biblioteca Universitária.....91
Bruno Augusto Carvalho da Cunha e Iasmine do Espírito Santo

Considerações sobre os FRBR e Representação Descritiva da Informação.....103
Débora Adriano Sampaio

A Análise do Grupo 1 dos FRBR na Obra *Gabriela, Cravo e Canela*.....117
Gabriela Almendra, Jéssica Nogueira Gomes e Vinicius de Souza Tolentino

O Conceito e a Instanciação de Obra em Catalogação.....129
Marcelo Nair dos Santos

III – Padronização para Cooperação Interbibliotecas

Catologação Centralizada: o Caso do Sistema de Bibliotecas da UFMG no Tratamento de Registros de Autoridade.....155
Maria Madalena Pereira de A. Rocha, Vilma Carvalho de Souza e Jacqueline Pawlowski Oliveira

O Sistema Municipal de Bibliotecas da Cidade de São Paulo e o Tratamento da Informação: a Busca por uma Uniformização e Padronização.....171
Denise Mancera Salgado e Raquel Da Silva Oliveira

Catalogação de Livros Raros: Proposta de Metodologia de Formalização de Notas Especiais para Difusão, Recuperação e Salvaguarda.....185
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro

Os Conceitos Básicos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) para o Entendimento dos FRBR: a Experiência da UFRJ.....215
Ana Maria Ferreira de Carvalho, Maria José Veloso da Costa Santos e Nadir Ferreira Alves

IV – Catalogação: Princípios Iguais para Documentos Diferentes

Controle da Terminologia e a Qualidade: Percepções dos Bibliotecários.....233
Alda Lima da Silva

Monografias *versus* Recursos Contínuos: Firmando Procedimentos.....243
Alex da Silveira, Angela Salles e Virgínia Bravo Esteves

Catalogação de Histórias em Quadrinhos: uma Metodologia de Trabalho.....265
Hugo Leonardo Abud

Música como Informação: Critérios para Catalogação de Partituras.....285
Ana Catarina Macêdo de Sena e Williana Carla Silva Alves

V – Visibilidade e Aplicabilidade da Catalogação

Desafios do Ensino de Catalogação no Brasil.....307
Eliane Serrão Alves Mey e Fernanda Passini Moreno

Revisitando e Revitalizando Conteúdos sobre Catalogação: um Texto Compartilhado com Alunos de Graduação.....325
Elizete Vieira Vitorino, Djuli Machado de Lucca e Marcela Reinhardt de Souza

Publicação de Artigos Científicos em Periódicos Brasileiros na Área de Representação Descritiva.....341
Regina Verly dos Santos, Gerlaine Pereira da Rocha e Naira Christofoletti Silveira

Aspectos de Granularidade na Representação da Informação no Universo Bibliográfico.....357
Rachel Cristina Vesu Alves, Ana Carolina Simionato e Plácida L. V. A. C. Santos

VI – Catalogação: Práticas em Debate

Os Desafios da Catalogação na Biblioteca Mário de Andrade.....373
Alessandra Atti

O Processamento Técnico de Periódicos na Fundação Biblioteca Nacional.....387
Janete Hideko Hagiwara, Maria do Sameiro Fangueiro da Silva e Maria Ione Caser da Costa

A Catalogação Cooperativa no Sistema de Bibliotecas da UFRGS: Relato da Experiência do Grupo de Estudos em Catalogação.....403
Claudete Soares de Oliveira, Evelin Stahlhoefer Costa, Giovana Soares Carneiro, Lílian Maciel, Rosalia Pomar Camargo, Sedi Ziebert Schardong e Suzinara da Rosa Feijó

Catalogação das Bibliotecas do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES: um Olhar de Cooperação Profissional.....421
Bruno Giordano Rosa, Maria de Lourdes Cardoso e Paulo Roberto Borghi Moreira

PRECIOSIDADES DO ACERVO

Plano do Catalogo Systematico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro: Primeiro Instrumento Para a Organização da Coleção.....437
Angela Monteiro Bettencourt

Apresentação

A catalogação é a atividade primordial da biblioteconomia, e a Biblioteca Nacional, instituição referencial e normativa para a prática biblioteconômica no país, desempenha papel especial nesse campo, como Agência Bibliográfica Nacional.

São essas, por certo, as razões que levaram a Biblioteca Nacional a promover, em outubro de 2012, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Catalogadores (I Enacat), juntamente com o III Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação (III EEPC). Seus objetivos: socializar e debater relatos de experiências de catalogadores de todo o país, caso, sobretudo, do primeiro encontro, e os resultados da pesquisa acadêmica na área, caso do segundo.

Em ambos os fóruns, que reuniram profissionais de cerca de quarenta instituições do país, o tema recorrente foram os novos rumos da catalogação. Em especial o impacto no Brasil das novas regras para a atividade, em razão das inúmeras inovações tecnológicas promovidas na área digital e do excepcional progresso do conhecimento verificado, nas últimas décadas, no âmbito da ciência da informação.

Segundo a coordenadora de Serviços Bibliográficos da Biblioteca Nacional, Luciana Grings, responsável pela organização do evento, os dois fóruns ofereceram um panorama bastante rico da atividade de catalogação no Brasil hoje e do seu status como matéria e atividade fundamentais da biblioteconomia.

Este número dos *Anais da Biblioteca Nacional* publica uma parte significativa do que foi apresentado no evento, as 24 comunicações feitas, em seis mesas-redondas, por grupos de bibliotecários e profissionais da ciência da informação no I Enacat. Elas tratam de seis relevantes assuntos: a representação descritiva em tempos digitais; visões sobre os requisitos funcionais para registros bibliográficos – FRBR; padronização para cooperação interbibliotecas; catalogação: princípios iguais para documentos diferentes; visibilidade e aplicabilidade da catalogação; e catalogação: práticas em debate.

Ainda sobre a atividade de catalogação no Brasil, tema único deste número dos *Anais*, a seção Preciosidades do Acervo reproduz na íntegra um dos documentos mais importantes do acervo da Biblioteca Nacional na área da biblioteconomia. Trata-se do *Plano do Catalogo Systematico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, que foi elaborado em 1883 por João de Saldanha da Gama (1835-1889). Segundo a coordenadora da Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional, Angela Bettencourt, que apresenta o documento, trata-se do primeiro instrumento criado por esta instituição para organizar a sua

imensa coleção e já "prenunciava o papel, por ela adquirido no século seguinte, de agência bibliográfica nacional e, como tal, responsável pela padronização da representação descritiva e temática, de toda a produção bibliográfica produzida no país".

Marcus Venicio Ribeiro
Editor

I Encontro Nacional de Catalogadores

III Encontro de Estudos e Pesquisas em catalogação

Pensando a catalogação no Brasil

Rio de Janeiro,
4 e 5 de outubro de 2012

A representação descritiva em tempos digitais

A representação descritiva e o acesso ao etnoconhecimento

Aline da Silva Franca
Bacharel em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Naira Christofoletti Silveira
Professora na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e doutoranda em CI, ECA/USP

Resumo

O presente trabalho objetiva refletir sobre as principais dificuldades e possíveis soluções para a situação desta produção que ainda se encontra sem orientação no Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA ou AACR2r). Utiliza o método bibliográfico de forma exploratória a fim de reunir conceitos antropológicos sobre grupos indígenas do Brasil e fundamentar sua base teórica em Representação Descritiva. Recorre-se também ao levantamento de registros bibliográficos em dois catálogos disponíveis em acesso online a fim de ilustrar as discussões acerca da representação bibliográfica. Acredita-se que a discussão desse tema, genuinamente brasileiro, suscite novas discussões no âmbito da representação bibliográfica nacional.

Palavras-chave: *Representação descritiva. Catalogação. Etnoconhecimento. Literatura indígena.*

Abstract

This paper aims to reflect on the main difficulties and possible solutions to the situation of the Brazilian production, which can't count on guidance from the Anglo-American Cataloguing Code (AACR2r). It uses the bibliographic method in an exploratory way to gather anthropological concepts on Brazil's indigenous groups and substantiate its theoretical basis in Descriptive Representation. It also uses the bibliographic records survey in two catalogs available online in order to illustrate the discussions about bibliographic representation. It is believed that the discussion of this subject, a genuinely Brazilian one, inspires new discussions within the national bibliographic representation.

Keywords: *Descriptive representation. Cataloguing. Ethnic knowledge. Indigenous literature.*

1. Introdução

Constituído por uma formação cultural e etnológica heterogênea, o Brasil apresenta uma notável riqueza cultural. Seja pela culinária africana, hábitos indígenas ou a arquitetura europeia de alguns centros urbanos, cada grupo étnico que desembarcou nas terras de Cabral contribuiu para o que conhecemos hoje como povo brasileiro. Tal foi a miscigenação em nosso país que, por vezes, se torna difícil identificar com exatidão a origem de determinado elemento cultural.

Apesar de compreender a importância de cada grupo em seus diversos aspectos culturais, o presente trabalho se concentra em (entretanto, não se limita a) observar a dinâmica atual das comunidades indígenas, enquanto produtoras de materiais bibliográficos. Por se tratar de um grupo de publicações com tantas particularidades, o profissional bibliotecário deve proceder com cautela ao elaborar o registro bibliográfico desses documentos. Esta representação será responsável por estabelecer um elo entre os itens de um acervo e seus usuários. Dessa forma, objetiva-se com este trabalho discutir a representação bibliográfica das atuais publicações literárias indígenas, e, por se caracterizarem como produção brasileira, espera-se que o bibliotecário catalogador esteja apto a compreender e elaborar os registros bibliográficos destes materiais que são tão particulares à cultura nacional.

Utiliza-se do método bibliográfico de forma exploratória a fim de reunir conceitos antropológicos e dados sobre grupos indígenas do Brasil e fundamentar sua base teórica acerca dos conhecimentos em Representação Descritiva. Considera-se a importância do tema para a área uma vez que o atual Código de Catalogação Anglo-Americano não abarca as especificidades dos pontos de acesso e particularidades de apresentação das obras indígenas. A relevância desta pesquisa justifica-se ao propor a reflexão acerca das obras literárias indígenas escritas no Brasil e a responsabilidade do bibliotecário em permitir o acesso à informação de diferentes grupos étnicos, sociais e políticos. Neste aspecto, reconhece-se a importância do bibliotecário catalogador como agente social ao promover a representação bibliográfica destes documentos. Como profissional da informação, este deve conscientizar-se de que as informações descritas de maneira inadequada serão capazes de criar barreiras no processo comunicacional que envolve os documentos de um acervo e os usuários de uma unidade de informação.

A partir da década de 1980, diversos povos indígenas passaram a publicar e divulgar seus conhecimentos através de livros. Este tipo de publicação vem crescendo, tanto em número quanto em relevância, tornando-se presente em várias partes do mundo. Neste sentido, é interessante discutir a forma de tratamento documental destes materiais, uma vez que são produzidos aqui no Brasil, por índios brasileiros.

2. A população indígena brasileira e sua gênese literária

Atualmente o Brasil conta com mais de 230 povos indígenas (PIB SOCIOAMBIENTAL, [2012?]), que somam, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas, vivendo em áreas urbanas e rurais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2012). Com a proposta de minimizar os danos causados às comunidades indígenas brasileiras desde o período de colonização europeia, a partir da segunda metade do século XX estes grupos passaram a ser alvo de políticas indigenistas de proteção e garantia da continuidade da cultura nativa. Mesmo que pareçam formar um grupo homogêneo, as diferentes comunidades indígenas do Brasil possuem traços culturais próprios que as individualizam. Das tribos conhecidas, sabe-se que apresentam organização social diferente umas das outras, variedade linguística, práticas religiosas, hábitos e características étnicas próprias. A colonização europeia no Brasil, em especial a portuguesa, foi um dos fatores que contribuíram para o decréscimo do número de indivíduos indígenas em nossas terras. Seja através de doenças adquiridas pelo contato com o homem branco ou pelos conflitos entre nativos e colonizadores, muitas tribos foram expulsas de seu território original e dizimadas após o contato com os europeus. A tentativa de ajustar os grupos indígenas ao modelo cultural dominante também contribuiu negativamente para a perda de elementos característicos da identidade cultural destes povos.

A segunda parte do século XX foi marcada por diversas transformações sociais que beneficiaram as comunidades indígenas no Brasil. Esses grupos passaram a ser alvo de políticas indigenistas que visaram a proteger e assegurar a continuidade da cultura nativa. Com a Constituição Federal de 1988 os grupos indígenas tiveram seus direitos de cidadãos reconhecidos formalmente, inclusive "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" (BRASIL, 1988). As décadas posteriores aos anos 1980 foram determinantes para os avanços sociais que beneficiaram as comunidades indígenas. Através de iniciativas de grupos independentes e organizações governamentais, iniciou-se um processo de valorização da cultura nativa. Dentre outras medidas, houve a implementação da prática escolar nas aldeias neste período, fazendo surgir uma demanda por materiais didáticos que refletissem a realidade dos povos indígenas. Afinal, como inserir no contexto de um índio elementos que não faziam parte de seu cotidiano, como trem, telefone ou gravata? E como não utilizar no processo de aprendizagem os elementos de fácil assimilação, como flechas, sementes, peixes etc.? Este tipo de material começou a ser produzido pelos próprios professores das comunidades indígenas e foi o primeiro passo para a produção literária destes grupos. Desta forma, estimulou-se a elaboração

destes materiais pelos professores e, posteriormente, a produção escrita dos próprios alunos indígenas. Este foi um dos fatores que contribuíram para o surgimento da produção bibliográfica indígena.

A introdução da escrita alfabética incentivou a produção bibliográfica dos grupos indígenas, que, em sua maioria, faziam uso apenas da tradição oral. Entretanto, esta produção não se manteve limitada aos livros didáticos, alcançando outras tipologias literárias como os contos e os textos informativos. A prática da escrita nas sociedades indígenas apresentou-se como uma forma de manutenção da memória do grupo e um canal de comunicação com outros grupos sociais. Assim, começaram a surgir os primeiros autores indígenas no Brasil.

Os primeiros livros foram publicados, em sua maioria, por editoras universitárias, editoras de pequeno porte ou simplesmente impressos em gráficas. Essas publicações começaram a se espalhar pelo país e parte delas chegou ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)[1] pelo cumprimento da Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o depósito legal (BRASIL, 2004).

Organizações como o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (Nearin),[2] vinculado ao Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI)[3] têm atuado no incentivo à produção literária escrita dos povos indígenas e no combate ao preconceito literário, reforçando a literatura como uma ferramenta de resistência cultural pouco estudada em seus aspectos contemporâneos. Do que pode ser denominado "movimento literário indígena", as obras produzidas no Brasil estão atingindo gradual notoriedade dentro e fora do país, principalmente pelas novas formas de associações dos grupos indígenas. Atualmente é possível encontrar alguns destes títulos nos catálogos de importantes bibliotecas fora do Brasil, como a Library of Congress (LOC), Biblioteca Nacional da Espanha, da Itália, entre outras.

3. O etnocentrismo e a representação da cultura indígena

Posicionar a cultura indígena em um nível inferior à cultura europeia demonstra claramente o etnocentrismo que vigorava no período de colonização do Brasil. Entende-se por etnocentrismo o conceito antropológico que "consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos culturais 'diferentes'" (CARVALHO, 1997, p. 181). Dessa forma, um grupo étnico ou cultural é tomado como referência, declarando as culturas diferentes como "subalternas". No período compreendido entre o século XV e XVI, notável

pela expansão marítima europeia, o colonialismo europeu estava fortemente relacionado ao eurocentrismo. Partindo da compreensão de que a Europa correspondia a uma hegemonia mundial, Araújo e Maeso (2010, p. 244-245) afirmaram:

> o eurocentrismo é mais do que uma perspective [sic], é um sistema de representação cuja eficácia ideológica reside mais na despolitização das relações de poder, do que propriamente no desenvolvimento de oposições binárias que essencializam com sucesso o "nós" e o "outro". A violência é assim naturalizada ou ultrapassada, com consequências fundamentais no modo como o racismo, a identidade nacional e a "história" do "outro" [...] são interpretados ou simplesmente evitados.

Lévi-Strauss (1970, p. 232) já sinalizava a perda cultural que este tipo de ideologia ocasionava ao reconhecer que, ao "caracterizar as raças biológicas por propriedades psicológicas particulares, afastamo-nos da verdade científica ao defini-las tanto de maneira positiva quanto negativa". Além disso,

> diversidade intelectual, estética, sociológica [das sociedades e civilizações] não está ligada por qualquer relação de causa e efeito à que existe, no plano biológico, entre certos aspectos observáveis pelos grupamentos humanos (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 232-233).

De um lado, europeus civilizados desbravando o oceano com suas imponentes caravelas. De outro, nativos que, ora eram representados como selvagens gentis, receptivos aos colonizadores, de corpos belos e pele escura; ora como primitivos, bárbaros e canibais. De forma geral, esta era a visão eurocêntrica que foi disseminada na Europa através das cartas dos viajantes, que descreviam cada qual do seu ponto de vista os habitantes encontrados no território que, futuramente, denominariam Brasil (MEYER, 2008). Por muitos anos esta concepção manteve-se predominante, sendo ensinada nos livros de história sobre a colonização do Brasil. Este pensamento influenciou decisivamente a imagem dos povos dominados nas expedições europeias, uma vez que fere a identidade cultural do grupo. A própria expressão "descobrimento do Brasil" remete a uma visão eurocêntrica da chegada dos portugueses ao nosso território, geralmente associada a "uma produção historiográfica realizada em padrões tradicionais, saudosa dos grandes nomes e eventos e valorizadora das efemérides" (KUHN, 2000, p. 59).

O contato entre portugueses e índios, no período do descobrimento do Brasil, foi permeado pela curiosidade e por estranhamentos. O interesse em relatar os hábitos e costumes daquele povo motivou estudiosos de diversas

áreas, influenciando os textos de informação e a literatura jesuítica, ambos pertencentes ao Quinhentismo, movimento literário que se desenvolvia na Europa. Os textos de informação documentaram a instauração do processo de colonização, explicitando informações que os missionários e viajantes europeus adquiriam da natureza e do homem local. A literatura jesuítica, além de seu caráter informativo, possuía intenção pedagógica e moral (BOSI, 2006).

Logo no século XVI, com a chegada dos missionários jesuítas, estes empenharam-se em aprender a língua local para que pudessem transmitir seus valores e crenças aos habitantes nativos. A transmissão oral, em seus variados tipos de manifestações (cantos, teatros, danças etc.), foi largamente utilizada pelos missionários, devido à facilidade e ao valor para os índios. Entre os missionários, foram produzidos documentos com a função de auxiliar os missionários com a língua local, como *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasi*, do Padre José de Anchieta, *Arte y vocabulário*, de autoria do padre Antonio Ruiz de Montoya, além de outras obras notáveis como *Tesoro e da Arte Y Bocabulario de La lengua Guarani*, entre 1639 e 1640, e o *Catecismo em La lengua Guarani* (D'ANGELIS, 2007). Todavia, mesmo após a alfabetização de alguns membros indígenas, não havia uma produção bibliográfica voltada aos nativos. Estes eram observados, descritos e interpretados por autores que, por mais que desejassem, jamais seriam capazes de expor completamente um ponto de vista que refletisse perfeitamente a opinião e interpretação dos índios. Inevitavelmente, o autor, mesmo inserido na cultura indígena, já carrega em si sua própria cultura, criação, costumes e experiências de vida que, mesmo que não se perceba claramente, influenciam na cosmovisão do indivíduo.

Em decorrência deste contato, ao longo dos anos surgiram diferentes formas de representar (de forma escrita) a cultura indígena, a saber: a literatura indianista, a literatura indigenista, a literatura em línguas indígenas e, claro, a literatura indígena, objeto deste trabalho. Estas diferentes manifestações literárias não devem ser confundidas entre si, pois, apesar de objetivarem a representação dos povos indígenas, seus agentes não são os mesmos.

Segundo Regino (2003), a literatura indianista surge depois do movimento de independência nacional na busca de fazer surgir um herói nacional. No Brasil, esta literatura foi uma das peculiaridades do Romantismo literário com a prosa de José de Alencar com os romances *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), entre outros, e pela poesia de Gonçalves Dias, destacando-se *Juca-Pirama* e *Marabá* (1851). Além disso, o indianismo esteve presente em outros períodos da literatura, como no Barroco (tendo como autor de destaque o padre José de Anchieta) e no Arcadismo, com o poema épico *O Uraguai* (1769), de Basílio da Gama.

Já a literatura indigenista refere-se a

> uma literatura de protesto contra a situação em que se encontravam os povos indígenas e a firme decisão de mudar a situação. A literatura indigenista vai defender o índio e usá-lo como veículo de expressão dentro de uma escrita altamente comprometida. (KAUSS, 2009, p. 63).

Esta literatura não é produzida pelos índios, mas sim normalmente feita por escritores que descendem, convivem ou sentem-se atraídos pela cultura indígena (KAUSS, 2009). Os autores buscam compreender a cultura indígena através de suas próprias perspectivas. No Brasil, dois grandes autores indigenistas foram os irmãos Orlando Villas-Boas e Claudio Villas-Boas.

Quanto à literatura em línguas indígenas, esta surgiu recentemente, após a apropriação da escrita pelas sociedades ágrafas, permitindo a tradução de documentos para as línguas indígenas. Esta literatura teve como grande contribuição a escrita da tradição oral existente nas comunidades (REGINO, 2003).

Por fim, a literatura indígena pode ser compreendida como qualquer criação de caráter oral ou escrito, seja coletiva ou individual, sendo estabelecida, pensada e estruturada a partir de padrões culturais e elementos estilísticos dos povos indígenas (REGINO, 2003). Esta manifestação cultural proporciona o conhecimento da cultura indígena por pessoas não indígenas e facilita a disseminação da cultura, uma vez que é produzida pelos membros das comunidades indígenas. A literatura indígena não deve ser confundida com a literatura indianista, literatura indigenista e literatura em línguas indígenas.

4. Representação documental

Possuir um documento em um acervo significa mais do que um livro em uma estante. Significa um recurso informacional inserido em um universo bibliográfico, capaz de criar relações com outros elementos geradores de informação. Um documento isolado é capaz somente de transmitir o seu conteúdo. Entretanto, se estiver envolvido em relações de significados, será capaz de expor ao máximo o seu potencial informativo. Dessa forma, considerando cada biblioteca (ou unidade de informação) como um sistema que vai muito além do significado etimológico da palavra – que se refere somente à guarda de livros –, é necessário que haja uma organização lógica que seja capaz de controlar todo este ambiente.

Independentemente da quantidade de itens existentes em um acervo (seja

de uma modesta biblioteca particular ou uma imponente biblioteca nacional), faz-se necessária a utilização de ferramentas que viabilizem a localização exata dos documentos. Entre os diversos instrumentos utilizados para este fim, destaca-se o catálogo. Capaz de estabelecer fluxos comunicativos entre o usuário e o acervo, o catálogo possibilita as relações entre os documentos sem a necessidade de tê-los em mãos através de representações bibliográficas.

O vocábulo "representar" significa "fazer ou tornar presente; mostrar à evidência, [...] revelar" (REPRESENTAR, c2009[4]). De acordo com Mey (1999, p. 18) a "representação bibliográfica consiste em um processo de comunicação, visando interligar itens (suportes físicos de obras) a usuários e [...] demandas de usuários a itens pertinentes". Ainda segundo a autora, neste processo comunicativo, a representação bibliográfica se utiliza de mensagens codificadas, "pois cada um dos elementos tem lugar e pontuação fixos, para sua identificação" (MEY, 1999, p. 18). Mais tarde, este conceito seria apresentado como a *sintaxe* e a *semântica* da linguagem catalográfica (MEY & SILVEIRA, 2010). A sintaxe compreende a pontuação e a posição de cada elemento descritivo ao registrar um atributo ou característica de uma determinada entidade bibliográfica (no âmbito dos FRBR); e a semântica, "o significado dos termos em sua posição e respectiva pontuação precedente" (MEY & SILVEIRA, 2010, p. 128). Assim, a representação bibliográfica pode ser compreendida como um conjunto de informações organizadas para descrever e acessar um item, evidenciando suas características particulares.

A representação bibliográfica possui as seguintes funções:

> (a) permitir a um usuário: localizar uma obra ou item específico, escolher entre as várias manifestações de uma obra específica, escolher entre várias obras semelhantes e expressar, ou alterar, sua mensagem interna; (b) permitir a um item encontrar seu usuário; (c) permitir a outra instituição: localizar um item específico e saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio. (MEY, 1999, p. 19).

A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009) estabelece que a descrição bibliográfica deve se basear no item enquanto representante da manifestação e que deve haver uma descrição bibliográfica única para cada manifestação. O AACR2 recomenda que a descrição deve ser feita para o item que se tem em mãos, ressaltando todos os seus aspectos, inclusive o suporte físico, conteúdo, tipo de publicação, relações bibliográficas etc. (CÓDIGO..., 2004). Embora exista diferença entre o "item" no AACR2 e a "manifestação" na Declaração, para cada documento com as mesmas características deve haver somente uma representação. Independentemente de considerar o item ou a manifestação, a representação bibliográfica será feita com base no recurso bibliográfico (o representado). Neste contexto, recurso bibliográfico pode ser compreendido como

> uma expressão ou manifestação de uma obra, ou item específico, que é a base para a descrição bibliográfica no catálogo de biblioteca (AACR2). Tal recurso pode ser tangível (exemplo: uma publicação impressa) ou intangível (um texto eletrônico) (BIBLIOGRAPHIC resource, c2011, *tradução nossa*).[4]

O termo "Catalogação", no contexto biblioteconômico, pode assumir diferentes interpretações de significados de acordo com o aspecto que se deseja evidenciar. Considerando o âmbito da área de estudo da representação bibliográfica, segundo Mey e Silveira (2009, p. 7), a catalogação "consiste em um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento". Este termo também pode designar o processo de representação de um registro do conhecimento, seja ele um livro, um documento sonoro ou mesmo uma imagem, que terá como produto o registro bibliográfico. Dessa forma, a catalogação tratará dos elementos e das práticas que dizem respeito à descrição lógica e organizada dos documentos, abrangendo sua Representação Descritiva e a Representação Temática. Vale ressaltar que a Representação Descritiva é o termo que designa a descrição formal dos documentos, que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para a identificação dos mesmos. A Representação Temática diz respeito à atribuição de assuntos aos documentos a partir da indexação, da classificação bibliográfica e da elaboração de resumos (ORTEGA, 2010).

Garrido Arilla reuniu diferentes definições do que seria a catalogação. Ainda considerando como um processo de descrição bibliográfica, Wymar (1985 apud GARRIDO ARILLA, 1996, p. 25) afirma que a catalogação

> es la operación que comporta la descripción de un documento, unido a su clasificación, según unas normas y al establecimiento de unos encabezamientos que sirvan para su ordenación y posterior recuperación.

Atherton (1985 apud GARRIDO ARILLA, 1996, p. 25) define a catalogação como o "proceso mediante el cual se transfieren, conforme a determinadas reglas, a un registro bibliográfico ciertos datos informativos de un documento". Entretanto, para a própria autora o termo "catalogação" parece remeter mais à antiga concepção da elaboração de catálogos. Ela afirma que catalogação é

> [...] el proceso de elaborar el catálogo. Es decir, el proceso de describir los elementos informativos que permiten identificar un documento y de estabelecer los puntos de acceso que van a permitir recuperarlo por el titulo, autor o materia que se conocen de antemano. (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 25).

Partindo de outra ótica, na qual a catalogação é considerada em relação ao campo do conhecimento, Mey e Silveira (2010, p. 126) a definem como:

> [...] o estudo, a preparação e a organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, visando a criar conteúdos comunicativos que permitam a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Dentre todas essas visões e interpretações para o vocábulo "catalogação", é importante ter em mente que, independentemente da concepção (como processo de representação de documentos, área do conhecimento ou elaboração de catálogos), esta é uma prática comunicativa, que deve ser voltada ao usuário de forma a prever as possíveis demandas informacionais e formas de busca. Assim, para que a catalogação cumpra sua função primeira de descrição bibliográfica, é necessário que ela apresente integridade, clareza, precisão, lógica e consistência (MEY & SILVEIRA, 2009).

No âmbito desta pesquisa, aborda-se a catalogação como processo, ao discutir as regras e os procedimentos adotados, e como produto, ao analisar os registros bibliográficos produzidos. Abordaremos também a catalogação como processo comunicativo e agente de preservação de memória ao estabelecer os vínculos entre o autor, o documento, o registro bibliográfico e o usuário.

5. Procedimentos metodológicos

Após a pesquisa bibliográfica que fundamentou a base teórica deste trabalho, realizou-se uma pesquisa empírica em dois catálogos de acesso online disponíveis ao público, consultados em julho do ano de 2012. Como a pesquisa nos catálogos tem a intenção de ilustrar as discussões acerca do tema aqui abordado, julgou-se ético manter as instituições produtoras dos catálogos no anonimato, sendo denominadas Biblioteca A e Biblioteca B. Esclarece-se que a Biblioteca A corresponde a uma unidade de informação brasileira e a Biblioteca B, estrangeira, porém ambas utilizam-se do Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA, ou Anglo-American Cataloguing Rules – AACR) e do MARC21. Os registros bibliográficos recuperados forneceram um panorama das práticas realizadas durante a representação bibliográfica.

Por não ser possível examinar todas as situações que podem ocorrer durante a elaboração de um registro bibliográfico, esta breve análise será

feita com base nos registros bibliográficos produzidos para uma determinada obra em duas edições (expressões), expondo algumas das dificuldades que se colocam no processo de descrição. A análise possui caráter comparativo e apresentará os registros bibliográficos em formato MARC 21, discutindo seus aspectos descritivos com base no Anglo-American Cataloging Rules, 2nd ed. (AACR2r).

A obra a ser examinada intitula-se *Antes o mundo não existia*, de Umúsin Panlõn Kumu e Tolamãn Kenhíri, com introdução de Berta G. Ribeiro. Trata-se do primeiro livro totalmente escrito e ilustrado por índios no Brasil. Sua primeira edição foi lançada em 1980, pela Livraria Cultura Editora. Já a segunda edição foi publicada em 1995, através de uma parceria entre a União das Nações Indígenas do Rio Tiquié (UNIRT) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

6. Resultados parciais

Das diversas publicações produzidas por indivíduos ou grupos indígenas, um grande número carece de normalização e padronização editorial. Quando este não é um problema, ainda pode-se encontrar dificuldade na interpretação dos dados descritivos em função da barreira linguística, uma vez que existem materiais textuais editados somente na língua nativa do grupo linguístico ao qual a tribo do autor pertence.

Outra questão que deve receber a devida atenção diz respeito à atribuição de autoria e responsabilidade às pessoas envolvidas com a obra. Parte das atuais obras literárias editadas nos últimos anos refere-se a mitos, lendas e contos que fazem parte da tradição oral dos grupos indígenas. Algumas publicações não diferenciam de forma adequada a função de autores, adaptadores ou transcritores.

Figura 1: Registro bibliográfico da primeira edição na Biblioteca A.

LDR 00757cam0022002417a4504 **Biblioteca A**
001 98041714430250E53
003 [redacted]
005 20081215160817.7
008 970609s19800000bspa 000 0 por d
040 ## $a [redacted]
043 ## $a s-bl---
082 04 $a 299.8
092 ## $a [redacted]
245 00 $a Antes o mundo não existia : $b a mitologia heróica dos índios Desana / $c introdução de Berta G. Ribeiro. -
260 ## $a [São Paulo] : $b Cultura, $c 1980.
300 ## $a 239p. : $b il. Col. ; $c 20cm
650 04 $a Índios Desana - $x Religião e mitologia.
650 04 $a Índios da América do Sil - $z Brazil.
700 1# $a Ribeiro, Berta G. $q (Berta Gleizer), $d 1924-1997.

Fonte: Elaboração da autora, baseado no registro bibliográfico do catálogo online da Biblioteca A.

Figura 2: Registro bibliográfico da primeira edição na Biblioteca B.

LDR 00927cam a2200265 a 4500 **Biblioteca B**
001 3753850
005 19941003155101.8
008 830802s1980 bl a b 000 0 por
020 ## $c Cr$480.00
040 ## $a [redacted]
043 ## $a s-bl---
082 00 $a 299.8 $2 19
100 1# $a Kumu, Umúsin Panlõn.
245 10 $a Antes o mundo não existia : $b a mitologia heróica dos índios Desâna / $c Umúsin Panlõn Kumu, Tolamãn Kenhíri ; introdução de Berta G. Ribeiro.
250 ## $a 1.a ed.
260 ## $a São Paulo : $b Livraria Cultura Editora, $c 1980.
300 ## $a 239 p.: $b ill. ; $c 20 cm.
504 ## $a Includes bibliographical references.
650 #0 $a Desana mythology.
700 1# $a Kenhíri, Tolamãn.

Fonte: Elaboração da autora, baseado no registro bibliográfico do catálogo online da Biblioteca B.

Analisando os registros bibliográficos nas ilustrações 1 e 2, observa-se que

embora tenham sido produzidos com base no mesmo código de catalogação e o formato MARC 21, resultou-se em duas representações de características distintas para a mesma manifestação da obra.

Através dos pontos de acesso o catálogo será capaz de recuperar e relacionar determinadas informações que descrevem um item. Quanto à forma de entrada, a regra 21.1 A2 do código estabelece que se faça a entrada principal para a obra de autoria de uma ou mais pessoas sob o cabeçalho estabelecido para o autor pessoal, para o autor pessoal principal ou para o autor mais provável. Para as situações de autoria compartilhada, a entrada principal deve ser feita sob o cabeçalho estabelecido para a pessoa mencionada em primeiro lugar, com as devidas entradas secundárias (CÓDIGO..., 2004, c. 24, p. 6).

O código define como autor "a pessoa fundamentalmente responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra" (CÓDIGO..., 2004, c. 21, p. 6). Por haverem dois autores, trata-se do que o código classifica como "responsabilidade compartilhada". Como não há um responsável principal indicado, a regra 21.6C1 estabelece que: 21.6C1. Se a responsabilidade for compartilhada por duas ou três pessoas ou entidades, e a responsabilidade principal não for atribuída a nenhuma delas pela redação ou leiaute, faça a entrada sob o cabeçalho estabelecido para a que estiver mencionada em primeiro lugar. Faça entradas secundárias sob os cabeçalhos estabelecidos para as outras (CÓDIGO..., 2004, c. 21, p. 19).

Observando os registros bibliográficos coletados nos catálogos das bibliotecas, constata-se uma divergência nas representações. No registro da Biblioteca B (visualizado na Figura 2), consta entrada principal e secundária para os autores da obra, enquanto o registro elaborado pela Biblioteca A, visualizado na Figura 1, possui somente entrada principal para o título da obra. O AACR2r orienta que a entrada principal deve ser feita pelo título se:

> a) a autoria pessoal for desconhecida [...], ou difusa [...], e a obra não for proveniente de uma entidade ou
>
> b) é uma coleção de obras por diferentes pessoas ou entidades (veja 21.7) ou
>
> c) procede de uma entidade mas não se enquadra em nenhuma das categorias enumeradas em 21.1B2 e não é de autoria pessoal ou
>
> d) é reconhecida como escritura sagrada de um grupo religioso (veja 21.37) (CÓDIGO..., 2004, c. 21, p. 7).

Na situação verificada, a obra não se enquadra nas exceções previstas pela

regra. Não há como saber quais motivos levaram a descrição da Biblioteca A a ocultar dados tão importantes como os autores de um livro, mas não há dúvidas de que isto gera perda informacional, uma vez que o usuário não conseguirá recuperar o registro bibliográfico ao pesquisar pelos nomes dos autores. Ainda sobre o registro bibliográfico da Biblioteca A, no campo 245 do formato MARC 21, o subcampo **$c**, referente à indicação de responsabilidades associadas à obra, somente o nome da pessoa que escreveu a introdução do livro figura na área destinada aos responsáveis pela obra, enquanto os autores não foram sequer mencionados, como é possível observar na Figura 1, diferentemente do registro da Biblioteca B, mais completo e com os devidos pontos de acesso.

Desconsiderar os autores indígenas como responsáveis intelectuais pela obra refletirá em uma representação incompleta e na restrição das possibilidades de pesquisa dos usuários para a recuperação do documento, além de prejudicar a identificação dos responsáveis pela obra. Se os nomes dos autores constam na página de rosto em seu local adequado e estes são omitidos do registro bibliográfico, a representação do documento fica comprometida. Este aspecto fere a integridade da representação da obra, uma vez que o registro bibliográfico ocupará, no catálogo, o lugar do documento em si.

7. Considerações preliminares

Ao alcançar um contexto de produção bibliográfica, a literatura indígena deve ser compreendida como documentos capazes de portar a visão de mundo de um determinado povo, seus hábitos, costumes etc. Compreender o contexto da criação de uma obra com tantas especificidades como as publicações indígenas é fundamental para garantir uma representação bibliográfica fidedigna. Assim, ao perceber que somente através de uma representação adequada o documento poderá relacionar-se com os outros itens de uma unidade de informação, o bibliotecário torna-se o agente essencial para garantir a comunicação entre os elementos de uma unidade de informação.

Ao analisar os registros bibliográficos produzidos para uma dada obra, nota-se que a utilização de um mesmo código e formato de catalogação beneficia a interoperabilidade entre sistemas e a possibilidade de compartilhamento de registros. No entanto, constatou-se que a adoção de ferramentas iguais não garante a elaboração de registros bibliográficos idênticos. As normas de catalogação são ferramentas que norteiam a prática da representação documental, e devem ser adaptadas à realidade da unidade de informação à qual se aplica. Vale lembrar que aspectos como as necessidades dos usuários, a

ética, a precisão e a padronização são fatores que devem ser sempre considerados no processo de catalogação.

Por se tratar de um grupo de publicações com tantas particularidades, o profissional bibliotecário deve proceder com cautela ao elaborar o registro bibliográfico destes documentos. Esta representação será responsável por estabelecer um elo entre os itens de um acervo e seus usuários. A representação bibliográfica adequada destes documentos implica na garantia e manutenção da memória dos grupos indígenas que estão ali representados. A tomada de decisão por parte do bibliotecário sobre quais características e informações acerca do documento são relevantes para a sua representação torna-se crucial neste momento. Este ato estabelecerá quais aspectos serão passíveis de relacionamento com os dados de outros documentos do acervo. No caso da literatura indígena depara-se com diversos questionamentos, entre eles, quem são os autores, os "criadores", do conhecimento inscrito em um documento? O código de catalogação considera a página de rosto (para livros) como a fonte principal de informação, entretanto sabe-se o conhecimento indígena está fortemente relacionado à tradição oral, passada de geração a geração, e que é uma construção coletiva. Será que deveríamos considerar a autoria de um livro indígena como uma autoria coletiva em nome da tribo ao qual aquele conhecimento realmente pertence?

Embora as normas sejam necessárias para a interoperabilidade entre sistemas e cooperação de dados bibliográficos, é necessário refletir sobre suas regras. A decisão do profissional deverá beneficiar a comunidade de usuários mesmo que possa contradizer o Código de Catalogação.

8. Notas

1 A Fundação Biblioteca Nacional é a atual Agência Bibliográfica Nacional. Foi constituída em 1990, com a integração da Biblioteca Nacional, com sua biblioteca subordinada, Biblioteca Euclides da Cunha no Rio de Janeiro, ao Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, em Brasília. Informação disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11>. Acesso em: 24 ago. 2011.

2 Endereço eletrônico: http://escritoresindigenas.blogspot.com/

3 Endereço eletrônico: http://www.inbrapi.org.br/

4 Por se tratar de um recurso eletrônico, o documento não possui paginação.

9. Referências

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 239-270, 2010.

BIBLIOGRAPHIC resource. In: ONLINE dictionary for Library and Information Science. c2011. Disponível em: <http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_b.aspx>. Acesso em: 01 mar. 2011.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao-Compilado.htm>. Acesso em: 27 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 15 dez. 2004. Seção 1, p. 70. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=15/12/2004&jornal=1&pagina=70&totalArquivos=184>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. *Interface*, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 181-186, ago. 1997. Disponível em: <http://www.interface.org.br/revista1/debates2.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?* Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2007.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. *Teoría e historia de la catalogación de documentos*. Madrid: Síntesis, 1996.

IFLA. *Declaração de princípios internacionais de Catalogação*. 2009. Disponível em: < http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em 25 fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*: características gerais dos indígenas: resultado do universo. Rio de Janeiro. c2012.

KAUSS, Vera Lúcia Teixeira. Literatura indígena: o resgate da oralidade ancestral na escrita polifônica do presente. *Revista eletrônica do Instituto de Humanidades*, [Rio de Janeiro], v. 8, n. 29, p. 59-83, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/viewFile/521/513>. Acesso em: 15 abr. 2011.

KUHN, Fábio. A reinvenção do Brasil: considerações em torno dos 500 anos. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 13, p. 58-62, jul. 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art4.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: COMAS, Juan et al. *Raça e ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 231-270.

MEY, Eliane Serrão Alves. *Acesso aos registros sonoros*: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1999.

MEY, Eliane; SILVEIRA, Naira C. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

_____. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. *InCID*: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137, 2010.

MEYER, Patrick Robert. Paraíso ou inferno? In: SILVA, Raul Mendes (Org.). *Sociedade e natureza na história da pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Rumo Certo, [2007]. Disponível em: <http://www.raulmendesilva.pro.br/pintura/pag002.shtml>. Acesso em: 5 mar. 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. *[Anais eletrônicos]*. Disponível em: <http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/478/99>. Acesso em: 16 fev. 2011.

PIB SOCIOAMBIENTAL. *População indígena no Brasil*. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-no-brasil>. Acesso em: 17 jul. [2012?].

REGINO, Juan Gregorio. Otra parte de nuestra identidad. *Guaraguao*: revista de cultura latinoamericana , Barcelona, n. 17, p. 207-209, 2003.

REPRESENTAR. In: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. c2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=representar>. Acesso em: 17 fev. 2011.

Metadados para a representação da imagem digital

Ana Carolina Simionato
Mestre em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo

Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos
Livre-docente em Catalogação, Docente do departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, São Paulo

Resumo

Este estudo se propõe a apontar a construção de representações de imagens digitais mediante a apresentação de um modelo conceitual para imagens digitais. A investigação é conduzida de acordo com o princípio da descrição de recursos imagéticos e sua modelagem conceitual. Os dados serão persistidos e levarão em consideração sua integralidade e descrição para o instanciamento do recurso. A metodologia consiste no levantamento bibliográfico sobre o tema e no mapeamento de dados e sua modelagem conceitual Entidade-Relacionamento, com base no FRBR. Como resultado, apresentam-se os Requisitos Funcionais para Dados Imagéticos Digitais (RFDID). A garantia da persistência dos dados e o instanciamento do recurso com consistência e integridade são requisitos essenciais para a representação da imagem digital.

Palavras-chave: *Imagem digital. Modelagem conceitual. FRBR. RFDID. Requisitos funcionais. Informação e tecnologia.*

Abstract

This study aims to point out the construction of digital image representations with the presentation of a conceptual model for digital images. The investigation is conducted according to the imagistic resource description principle, and its conceptual modeling. The data is persisted, and takes into consideration its integrity, and description for the resource instantiation. The methodology consists of a bibliographic survey about the theme and the mapping of data and its Entity-Relationship conceptual modeling, based on FRBR. As a result, it's presented the Functional Requirements for Digital Imagistic Data (FRDID). The guarantee of data persistence and the resource instantiation with consistency and integrity are essential requirements for the digital image representation.

Keywords: *Digital image. Conceptual modeling. FRBR. FRDID. Functional requirements. Information and technology.*

1. Introdução

A busca pela padronização na representação sempre existiu ao longo do tempo, como também a preocupação com o desenvolvimento de instrumentos adequados para a individualização e a localização dos materiais bibliográficos (recursos informacionais). A efetiva sistematização de regras de padronização para a construção de catálogos começou com o advento das bibliotecas modernas e suas características: público variado, aumento da demanda informacional e variedade de recursos informacionais.

A informação, para ser acessada, precisa ser registrada e descrita, processos pelos quais deve passar a imagem digital, um recurso iconográfico que necessita de orientações mais precisas e específicas para seu tratamento descritivo. As orientações para esse tipo de tratamento descritivo informacional compreendem a análise sistemática e a descrição dos elementos de uma imagem para seu acesso e recuperação, o que torna possível ao usuário dos ambientes informacionais a apropriação das informações disponíveis.

Destaca-se assim a importância da catalogação na preparação do recurso imagético digital a partir da construção de formas eficientes para descrevê-lo, representando-o de maneira a torná-lo disponível e acessível. Nesse sentido, é requerido um esforço na padronização das orientações para a descrição do material imagético digital que favoreça a clareza na compreensão das diferenças entre a imagem analógica e a digital.

Até a apresentação dos FRBR, o processo de catalogação não tinha como uma de suas tarefas

> a representação conceitual dos elementos que comporão os metadados do catálogo, ficando a critério de um profissional da Computação fazer o mapeamento dos elementos definidos pelo catalogador numa estrutura conceitual de entidade, atributos e relacionamentos entre os itens bibliográficos, e consequentemente responsáveis pela construção do modelo conceitual. (SANTOS, 2010, p. 219).

A essência do tratamento descritivo informacional continua a mesma: catalogadores produzem e padronizam metadados desde as primeiras iniciativas de organização da informação. Profissionais de outras áreas do conhecimento têm criado, especialmente com os avanços tecnológicos, novos métodos de tratamento da informação, deixando de lado, muitas vezes, o que já foi desenvolvido e algumas soluções estratégicas e metodológicas para a otimização do processo de descrição de recursos da área da Ciência da Informação e suas aplicações na Biblioteconomia e na Arquivologia.

Nesse sentido, este trabalho é apresentado com uma revisão de literatura a fim de apontar os conceitos dos metadados na área de Ciência da Informação

A garantia da persistência dos dados e o instanciamento do recurso com consistência e integridade são necessários para a representação de uma imagem digital, o que requer a descrição do objeto informacional como sendo único e de modo que possa ser inserido em diferentes contextos mantendo sua integralidade. A consistência do recurso imagético digital se dá pela especificidade e detalhamento da descrição do material.

Segundo Booch, Jacobson e Rumbaugh (1998, tradução nossa) a persistência de dados é uma propriedade do objeto em que ele pode existir mesmo depois que o programa que o originou, ou o localizou, não for o mesmo. E o instanciamento dos recursos pode ser entendido como o processo de que a informação persistida esteja disponível para uso em ambientes informacionais digitais.

Para assegurar a consistência dos dados imagéticos para sua persistência foi realizada uma comparação por equivalência dos elementos descritivos de alguns instrumentos[1] para a descrição da imagem digital. Dessa análise dos principais códigos e formatos para a descrição das imagens digitais através do mapeamento, os elementos foram agrupados em principais em áreas já determinadas pela lógica descritiva da imagem digital e pelo modelo conceitual FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records).

Logo, os resultados do mapeamento mostram que a representação da imagem digital não pode ter somente um espectro monolítico do objeto, mas sim de um recurso informacional específico e deve ser registrado isoladamente.

A partir desse estudo elementar dos instrumentos de descrição da imagem digital, aponta-se que a modelagem dos dados permite uma maior economia processual, com a reutilização de componentes e o aumento da flexibilidade e automatização do sistema, do ponto de vista informacional e tecnológico.

E as regras e práticas de modelagem devem ser compostas por um catalogador atuando como projetista do catálogo e fazendo com que algumas anomalias (por exemplo, campos de catalogação repetidos) sejam retiradas do projeto e a qualidade da informação seja homologada no modelo.

A partir de tal certeza, afirma-se que projeto bem estruturado na primeira camada, onde os elementos descritivos forem persistidos, não necessitará de uma reestruturação do projeto inteiro quando necessário, mas somente uma nova remodelação da camada que apresenta problemas. Logo, é imprescindível possuir cautela no desenvolvimento, pois toda preparação e planejamento aceleram o processo informacional, desde seu início com a chegada do recurso a uma unidade de informação até a disponibilização ao usuário final.

Ou seja, para recuperar as imagens digitais com eficiência, a representação deve ser projetada por meio da persistência de seus dados. De nada adiantará modelar um sistema baseado na camada de apresentação: os dados não serão concisos com a representação e o usuário terá dificuldades em recuperar os recursos imagéticos.

A concepção e a implementação dos metadados é uma das questões-chave no campo de pesquisa da representação da imagem digital. A questão mais importante é a definição e a representação dos metadados de imagens, e consequentemente a extração de imagens dinamicamente de acordo com a impressão do usuário e o conteúdo da imagem (HAYAMA, KIYOKI & KITAGAWA, 1994).

Na representação da informação, a catalogação permite diferentes escolhas para o usuário encontrar o material desejado. O processo de catalogação, além de garantir uma unicidade ao recurso informacional de uma forma sucinta e estruturada dos dados, apresenta certas características: "integridade, clareza, precisão, lógica e consistência" (MEY, 1995, p. 7, grifo nosso).

Essas características demonstram a qualidade necessária que um registro bibliográfico deve possuir. E, para garantir que as necessidades de cada domínio sejam abrangidas, foram construídos alguns instrumentos de representação, sejam eles códigos, formatos, esquemas e padrões.

Esses diversos tipos de instrumentos de representação têm o intuito de identificar e apresentar toda a informação de um recurso informacional em uma estrutura lógica que, independentemente do seu contexto (cultural, econômico, social etc.), apontará uma uniformidade na apresentação dos dados possuindo grande facilidade no entendimento do seu registro final.

Os instrumentos de descrição podem ser definidos como um conjunto de expressões para a descrição de uma ou mais categorias de recursos, que têm como objetivo obter resultados mais precisos no processo de busca de recursos de informação. Na representação da informação imagética são encontrados vários instrumentos para a descrição do recurso informacional. Alguns deles são especificamente para a representação do recurso visual, entretanto outros recursos são gerais, para todos os tipos de recursos.

Já os padrões de metadados formam um conjunto de elementos descritores que segue um determinado modelo de dados com o objetivo de descrever recursos de um domínio específico. Pode-se entender um modelo de dados como contendo um conjunto de conceitos e requisitos (BARRETO, 1999). Segundo El-Sherbini (2000, p. 188), os padrões de metadados "têm um importante papel no suporte ao uso de serviços e recursos eletrônicos. No entanto, para maximizar o uso destes e assegurar consistência, são necessários padrões universalmente aceitos que orientem a criação de metadados".

Na composição do mapeamento dos instrumentos do TDI, considerou-se que o maior detalhamento da descrição do material imagético, os elementos com maior incidência nos padrões resultaram na construção dos quadros 1 e 2 que apresentam o mapeamento dos dados bibliográficos descritos nos padrões para a descrição da imagem digital.

Os elementos mapeados destacados por um asterisco (*) representam

atributos essenciais para a descrição da imagem digital e possuem a característica de garantir a consistência dos dados e sua persistência na base.

O quadro abaixo reflete os elementos descritivos bibliográficos com maior incidência em todos os instrumentos:

Quadro 1: Elementos bibliográficos descritivos necessários para o registro da imagem digital.[2]

Categorização	Elementos descritivos
Objeto Imagem	Nível da catalogação* Tipo do objeto/obra* Partes e componentes Observações
Título	Título* Tipo equivalente* Idioma Data relacionada ao título
Derivação	Descrição da derivação Extensão do criador Qualificação do criador Título do criador* Data de criação* Localização da criação* Observações
Estilos/Períodos/Grupos/Movimentos	Estilo do período Tipo do período
Dimensões	Descrição das dimensões* Tipo de dimensões Valor das dimensões* Unidade das dimensões Extensão* Forma* Formato/Tamanho*
Materiais e técnicas	Materiais/Técnicas de descrição* Materiais/Técnicas de extensão* Coloração* Marcas d'água* Ações desempenho Observações
Edição	Descrição da edição* Número da edição
Orientação	Orientação*
Descrição física	Tipo de Arquivo* Codificação Tamanho* Velocidade de transmissão Tipo de dados Tipo de objeto

Condição da imagem	Abertura da lente Coloração* Compensação de exposição Contraste* Distância focal Flash ISO* Nitidez* Saturação*
Contexto	Identificação de evento histórico/cultural* Data do evento* Local do evento* Contexto arquitetônico Contexto arqueológico Localização histórica
Notas descritivas	Nota descritiva*
Trabalhos relacionados	Tipo de relação de trabalho* Data de relação de trabalho* Contexto mais amplo de trabalho Observações
Localização	Localização* Número de identificação* Galeria Observações
Direitos autorais	Declaração de direitos autorais* Observações

Fonte: Autora.

Já o Quadro 2 reflete os elementos para o controle de autoridade e de assunto com maior incidência em todos os instrumentos:

Quadro 2: Elementos para o controle de autoridade e assunto.

Tipo de autoridade	Elemento descritivo
Autoridade para pessoa/entidade coletiva	Tipo de registro Autoridade Pessoa/nome pessoa coletiva* Responsabilidade* Linguagem* Data nome Biografia Data de nascimento Data da morte Local de nascimento Nacionalidade Evento* Data* Lugar* Pessoa vinculada/Pessoa coletiva*
Autoridade para lugar	Autoridade lugar - Tipo de registro* Local* Idioma* Coordenadas geográficas Tipos lugar Locais relacionados
Autoridade para assunto	Tipo de registro assunto Autoridade* Termo de classificação* Nome da entidade* Data assunto Funções sujeito/atributos Assunto relacionado* Tipo de relação assunto Contexto mais amplo assunto* Relação lugar Pessoa vinculada/Pessoa coletiva* Tipo de relação pessoa* Nota descritiva assunto Fonte nota Observações

Fonte: Autora.

Os resultados do mapeamento mostram que a representação da imagem digital não pode ter somente uma visão monolítica do objeto, mas sim ser um instrumento que trata a imagem digital como recurso informacional específico a ser registrado isoladamente.

Segundo Lourenço (2005), considera-se que a lógica da descrição não pode ter como base somente a visão monolítica do objeto, mas que sua desconstrução para a elaboração da descrição obedecendo a padrões determinados permite que cada elemento seja um ponto de acesso tanto ao objeto isoladamente quanto aos relacionamentos entre outros objetos, nomes entidades, locais e uma série de elementos ontológicos e contextuais que ampliam, de forma significativa, o potencial do conhecimento sobre determinado assunto.

Nesse momento, cabe destacar que aos usuários de sistemas de informação têm sido atribuídas algumas tarefas, como a atribuição de representações responsáveis pela recuperação da informação.

Tal situação deve ser analisada com muito cuidado, pois esta é uma atividade específica do catalogador, que é o sujeito institucional que tem conhecimento estratégico sobre as novas "linguagens" proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação que atuarão na camada de apresentação da informação e darão o encaminhamento de operações de busca e de recuperação de recursos informacionais.

Assim, criar um novo padrão de metadados para as imagens digitais seria um retrabalho, pois muito já está construído e a necessidade para a descrição de imagens digitais não está no contexto do recurso informacional, mas sim na consistência de sua granularidade e em seu domínio.

A adoção da metodologia de modelagem conceitual de dados permite ao profissional da catalogação atuar no processo de construção de banco de dados que reflita os conceitos da área de catalogação, possibilitando uma visão não linear dos elementos descritivos de um item imagético. É importante esclarecer que a modelagem se faz pelos dados dos registros bibliográficos, ou seja, os elementos descritivos.

Uma solução apontada para o controle dos dados não apresentarem anomalias é a utilização do modelo conceitual FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records). O FRBR pode direcionar os catalogadores a um desenvolvimento de projetos e comprovar que o conhecimento prévio do profissional da área de TDI e TTI (Tratamento Temático da Informação) deve ser específico para o tipo de recurso informacional a fim de utilizar certas metodologias para a representação.

3. Modelagem conceitual para dados imagéticos digitais

A utilização de uma arquitetura para o ambiente informacional digital com base no modelo conceitual de requisitos bibliográficos pode auxiliar no processo de representação das imagens digitais. Para isso utilizou-se de uma modelagem conceitual de dados que possibilita uma visão não linear dos elementos descritivos de um item imagético.

Consequentemente, a criação de sistemas de informação leva à modelagem conceitual de dados que possam ser validados pelos processos referentes ao cenário que o sistema visa atender. O modelo de dados representa as informações no ambiente informatizado. O modelo conceitual utilizado foi o FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records). O FRBR é resultado de um estudo sobre os requisitos funcionais para registros bibliográficos empreendido durante o período de 1992 a 1997 por um grupo de especialistas e consultores a partir da solicitação da IFLA.

O modelo conceitual FRBR E-R estabelece alguns conceitos sobre os muitos tipos de materiais descritos nas bases de dados pertencentes a uma biblioteca ou a uma unidade de informação, tornando os catálogos automatizados mais amigáveis para os usuários, e universais, pois têm como propósito favorecer compatibilidades internacionais sobre seus usos, de modo a tornar os processos de busca e recuperação cada vez mais eficientes. Segundo Le Bouef (2007, p. 1), o FRBR

> é um modelo que define um número de classes gerais ("entidades") de coisas que são julgadas relevantes no contexto específico de um catálogo de biblioteca, seguidas de características ("atributos") que pertencem a cada uma dessas classes gerais, e os relacionamentos que podem existir entre instâncias dessas várias classes.

Além disso, os modelos conceituais, os esquemas de codificação, os padrões de metadados para a imagem digital refletem aspectos tecnológicos e representacionais para a determinação padronizada dos metadados para imagem digital, como também se ressalta que quanto mais específica e detalhada for a descrição, mais completas serão as informações apresentadas ao usuário final.

Nesse sentido, a modelagem auxilia na visualização dos relacionamentos entre as entidades e os seus atributos, quando as relações são construídas por meio de associações entre um ou mais atributos. Durante o processo de persistência dos dados, o instanciamento (garantia da especificidade do material) e a granularidade (maior nível descritivo) do registro são as propriedades necessárias para a representação de uma imagem digital, ou seja, a imagem digital deve ser descrita como um objeto informacional único. Logo,

cada elemento de um registro bibliográfico é representado por um metadado.

Os registros bibliográficos são um conjunto de dados ou palavras relacionadas tratadas como um todo em termos lógicos ou físicos que servem para descrever e identificar um recurso informacional. Da mesma forma, a modelagem de dados conceituada no modelo Entidade–Relacionamento descreve o modelo de dados de um sistema com um alto nível de abstração, por meio de uma visão estática de um programa.

Como aponta Peter Chen (1990), idealizador do modelo E-R, a determinação de como organizar os dados maximiza a utilidade e se torna um problema, assim sempre haverá o imperativo de uma modelagem complexa para que se visualizem as características essenciais de um domínio de abstração.

Com base no FRBR, analisam-se as performances de desempenho de seus relacionamentos para a descrição das imagens digitais com base no mapeamento realizado conforme cada forma de organização lógica. A imagem digital baseada no modelo FRBR divide-se em três grupos de entidades estruturadas sob os seguintes princípios:

Grupo 1 – segundo o FRBR, este grupo compreende os produtos de trabalho intelectual ou artístico que se descrevem nos registros e que formam a base do modelo. Para a imagem digital:

Obra: ao relacionar a obra com a imagem digital, dizemos que esta não se refere a uma realização da imagem concreta em pixels, mas sim à criação intelectual de quem irá capturar uma imagem.

Expressão: refere-se à realização intelectual ou artística específica que assume uma obra ao ser elaborada, ou seja, para a imagem digital a expressão é o processo de transformação da criação intelectual em imagem digital, ou seja, transformação em pixels.

Manifestação: é a representação física da expressão de uma obra. Compreende um amplo conjunto de objetos físicos (itens) que podem ser impressões de imagens, reproduções em multimeios, formas que compartilhem as mesmas características no que se refere tanto ao conteúdo intelectual como à forma física, a partir desta representação que nos possibilita descrever suas características.

Item: em muitos casos refere-se a um único objeto físico ou um único exemplar de uma manifestação, ou seja, o item para imagem digital é aquela imagem que o usuário procura em um catálogo. É apenas uma imagem que se vê, portanto a representação da imagem digital deve torná-la única.

Grupo 2 – agrega as Entidades que são responsáveis pelo conteúdo intelectual e pela guarda ou disseminação das entidades do primeiro grupo. As entidades são duas: pessoa e entidade coletiva. Para a imagem digital:

Pessoa: indivíduo responsável pela criação ou realização de uma obra, ou seja, quem capturou a imagem digital ou quem é responsável pela mesma.

Entidade coletiva: são organizações ou grupos de indivíduos responsáveis pelo conteúdo intelectual da imagem digital, inclusive grupos temporários (encontros, conferências, reuniões, festivais etc.) e autoridades territoriais, como uma federação, um estado, uma região, entre outros.

Grupo 3 – envolve as Entidades que representam o conjunto de temas caracterizadores de uma obra. Para a imagem digital, o grupo 3 influencia principalmente as formas de organização, como:

Conceito: uma noção abstrata ou ideia que pode ser ampla ou específica, abrangendo abstrações que podem ser temáticas de uma obra: áreas de conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento, teorias, como, por exemplo, as técnicas fotográficas que podem ser incorporadas nas imagens digitais.

Objeto: uma coisa material, que abrange uma completa categoria de coisas materiais que podem ser as temáticas de uma obra: objetos da natureza, objetos da criação humana ou objetos que já não existam.

Evento: entidade que inclui uma variedade de ações, ocorrências ou acontecimentos: história, época, período de tempo.

Lugar: entidade referente a uma localização, abrangendo uma série de localizações como: terrestres e extraterrestres, históricas ou contemporâneas, características geográficas e jurisdições geopolíticas.

Desta forma, a modelagem de dados será apresentada pelos Grupos do FRBR, ou seja, os elementos descritivos a serem incorporados pelas entidades correspondem a tais categorias apontadas acima. No contexto desse modelo conceitual,

> os relacionamentos bibliográficos servem como meio para descrever a relação entre uma entidade e outra, assim como, meio de auxiliar o usuário "navegar" no universo que é representado em uma bibliografia, catálogo ou banco de dados

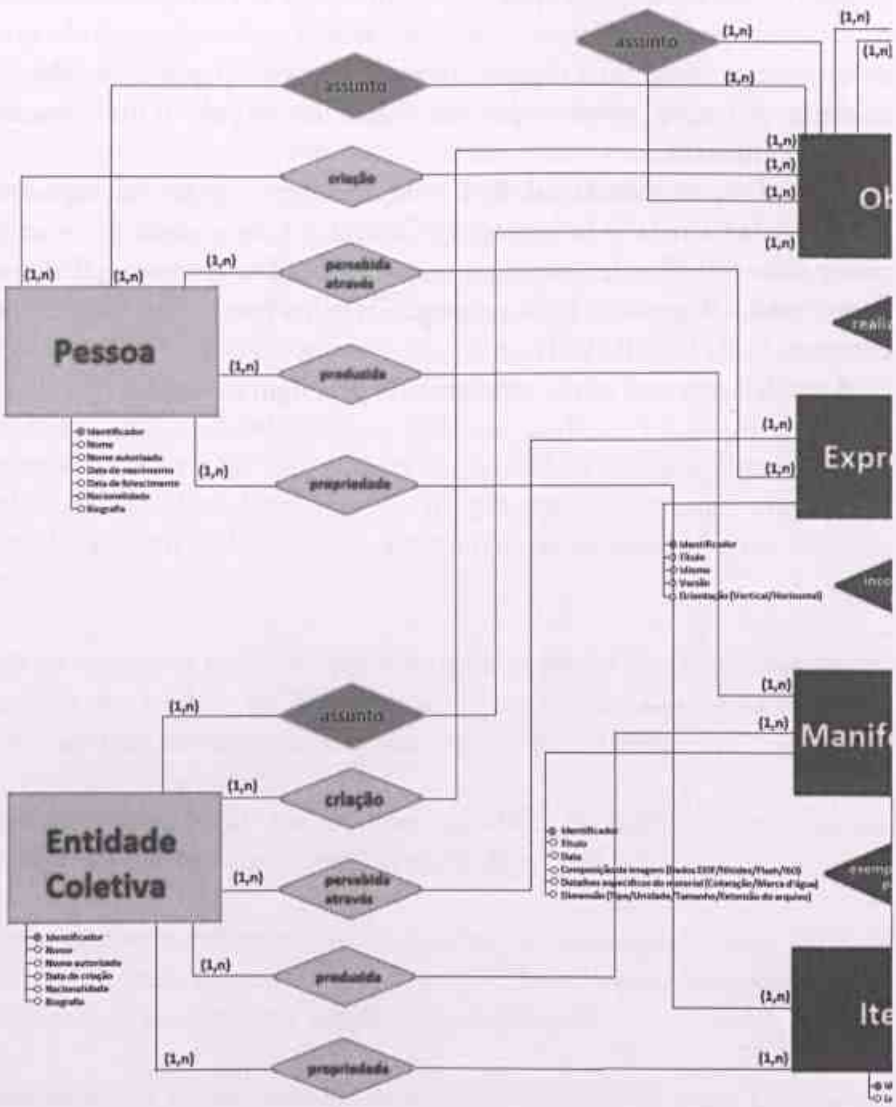
> bibliográficos. Normalmente o usuário vai formular uma consulta de busca usando um ou mais atributos da entidade para a qual ele está à procura, e é por meio do atributo que o usuário encontra a instância da entidade requerida. (FUSCO, 2010, p. 183).

Diante de todos os grupos modelados com o FRBR, conclui-se que a modelagem pode auxiliar no desenvolvimento e planejamento de catálogos para registros imagéticos digitais, tendo em vista o papel do catalogador na configuração e na apresentação das informações para o atendimento das tarefas do usuário.

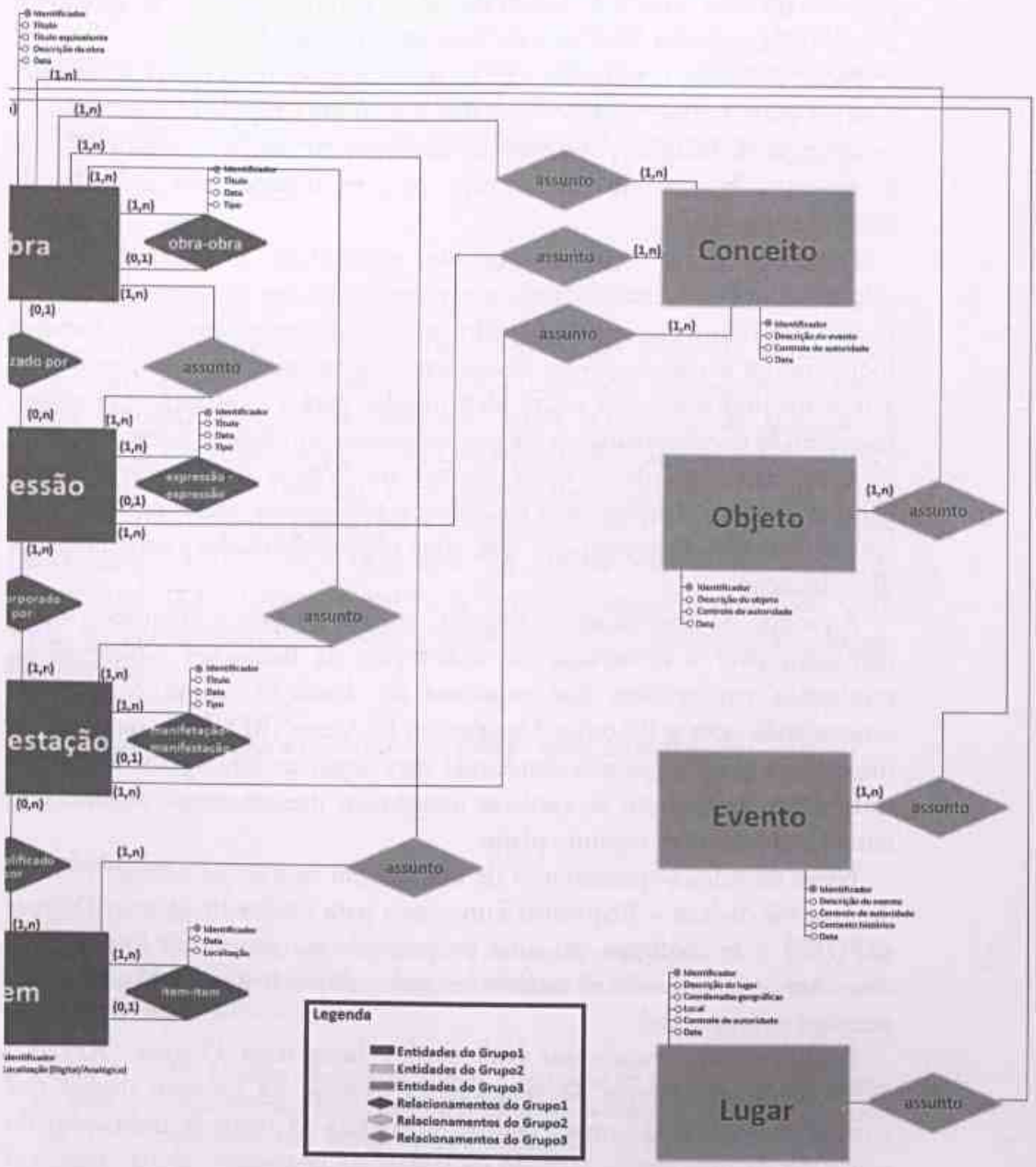
A modelagem conceitual E-R para imagens digitais, incorporando os conceitos da Ciência da Informação e Ciência da Computação é a contribuição maior deste trabalho de pesquisa que se concretiza na apresentação do modelo denominado Requisitos Funcionais para Dados Imagéticos Digitais ou pela composição da sigla RFDID.

A modelagem está sendo representada pela figura a seguir.

Figura 1: Requisitos funcionais para dados imagéticos digitais.



Fonte: Autora.


Conceito
Objeto
Evento
Lugar
assunto
obra-obra
Legenda
Entidades do Grupo1
Entidades do Grupo2
Entidades do Grupo3
Relacionamentos do Grupo1
Relacionamentos do Grupo2
Relacionamentos do Grupo3

4. Considerações finais

A área de Ciência da Informação está vivenciando transformações tanto no processo do fazer quanto no modo de pensar as novas maneiras de apresentar o item informacional resultante do fluxo informacional.

Nesse contexto, o trabalho com os recursos imagéticos por si só tem um atrativo para diversas gerações: o ícone possui uma rápida interpretação. A recuperação de imagens pode otimizar catálogos, tornando-os mais amigáveis e eficientes, bem como um atrativo para os usuários das unidades de informação.

Depara-se assim com a crescente necessidade de um tratamento informacional diferenciado para a representação das imagens digitais. O tratamento informacional, principalmente o tratamento descritivo, torna-se indispensável à transformação desses registros em informações, permitindo a recursos informacionais serem identificados para a localização e o acesso, favorecendo o instanciamento e a sua consequente utilização e reutilização.

A representação de imagens digitais na Web é uma tarefa bastante complexa, pois são inúmeras as imagens e o catalogador necessita envolver-se em um trabalho de cooperação que exige responsabilidades e especialidades diversificadas.

Ao longo da história da catalogação, muitos debates e discussões foram realizados para a construção de orientações de descrições bibliográficas, resultando em revisões dos esquemas de descrição, como o que está acontecendo com o Resource Description & Access (RDA), ou na proposta implementação do modelo conceitual para registros bibliográficos, FRBR. Entretanto, a descrição de recursos imagéticos, mesmo nessas atualizações, tem sido deixada em segundo plano.

Nesse sentido, a apresentação de um modelo conceitual para a descrição de imagens digitais – Requisitos Funcionais para Dados Imagéticos Digitais (RFDID) – se configura em uma proposta de construção de formas mais eficientes para representar o recurso imagético de modo a torná-lo disponível, acessível e recuperável.

Os Requisitos Funcionais para Dados Imagéticos Digitais (RFDID) pressupõem um sistema de recuperação baseado na imagem digital que envolve a extração de características específicas da imagem indo além do conteúdo da informação extraído da leitura da imagem e sua descrição em texto, normalmente baseada na interpretação do assunto da imagem ou até mesmo em uma imagem técnica. Neste modelo é estabelecido um nível de organização dos dados nos sistemas digitais e um grau de padronização que pode favorecer a interoperabilidade entre sistemas e possibilitar o compartilhamento de dados e de serviços informacionais.

A utilização dos RFDID na modelagem de dados permitirá uma maior economia processual com a reutilização de componentes e o aumento da flexibilidade.

Cabe, entretanto, destacar que, ao longo do trabalho foi possível concluir que a potencialidade representativa para as imagens digitais não está no contexto do recurso informacional, como vem sendo apresentada pelos padrões de metadados. A potencialidade está contida na consistência da granularidade de sua descrição e em seu domínio de representação.

5. Notas

1 Os instrumentos utilizados foram: AACR2r (Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição revista), ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada); Grafic Materials; RDA (Descrição de Recursos e Acesso); CDWA (Categories for the Description of Works of Art) e o CCO (Cataloging Cultural Objects). E os padrões de metadados: Dublin Core; MARC 21 (Catalogação Legível por Computador); MODS (Metadata Object Description Schema); MIX (Metadata for Digital Still Images Standards Committee); IPTC (International Press Communications Council) e o Core VRA. E por fim a estrutura de dados automática: EXIF (Exchangeable Image File Format).

2 O símbolo * destaca os elementos obrigatórios na descrição.

6. Referências

ALVES, R. C. V. *Metadados como elementos do processo de catalogação*. 2010. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BARRETO, C. M. Modelo de metadados para a descrição de documentos eletrônicos na Web. In: *Departamento de Engenharia de Sistemas do Instituto Militar de Engenharia*. 1999. Disponível em: <http://ipanema.ime.eb.br/~de9/teses/1999/cassia.zip>. Acesso em: 8 jul. 2002.

BOOCH, G.; JACOBSON, I.; RUMBAUGH, J. *Object-oriented analysis and design with applications*. Boston: Grady Booch, 1998.

CHEN, P. *Modelagem de dados*: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico. São Paulo: Mcgraw Hill, 1990.

EL-SHERBINI, M. Metadata and the future of cataloging. In: *Library computing*, [s.l.], v. 19, n. 3-4, p. 180-191, 2000.

FUSCO, E. *Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação*: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

_____. *Metadados e interoperabilidade*. Material de aula (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011. (Material não publicado).

HAYAMA, T.; KIYOKI, Y.; KITAGAWA, T. A metadatabase system for semantic image search by a mathematical model of meaning. In: *ACM SIGMOD Record*, v. 23, n. 4, p. 34-41, 1994.

HSIEH-YEE, I. *Organizing audiovisual and electronic resources for access*: a cataloging guide. Washington: Library of Congress, 2006. 375 p.

LE BOUEF, P. O admirável mundo novo do FRBR. In: REUNIÃO DA IFLA DE ESPECIALISTAS PARA UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL (IME ICC 5), 14-15 de agosto, 2007, Pretória, África do Sul. *Anais...* Tradução de Fernanda Moreno; revisão de Márcia Rosetto. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/presentations2c_bravenewfrbrworld(pr)_port.pdf.>. Acesso em: 28 nov. 2011.

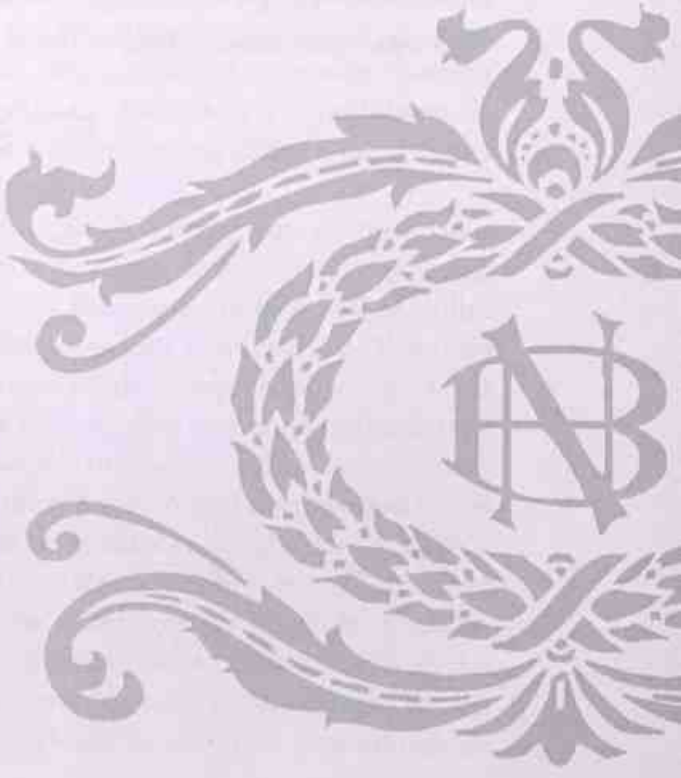
LOURENÇO, C. A. *Análise do padrão brasileiro de metadados de teses e dissertações segundo o modelo entidade-relacionamento*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. 2005.

MEY, E. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

SANTOS, P. L. V. A. C. *Catalogação revisitada*: sua história e contemporaneidade. 2010. 248 f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

Uso do Dublin Core na descrição de obras raras na web: a coleção da Biblioteca Brasiliana Digital

Daniela Pires
Bibliotecária. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Universidade de São Paulo



Resumo

Acessível ao público desde junho de 2009, a Biblioteca Brasiliana Digital da Universidade de São Paulo (USP) tem por objetivo facultar à pesquisa a maior brasiliana custodiada por uma universidade. Sua intenção é disponibilizar virtualmente parte do acervo da universidade oferecendo-se como um instrumento útil e funcional para a pesquisa e o estudo dos temas e da cultura brasileiros, além de oferecer um modelo tecnológico de gestão que possa ser difundido a outras coleções, acervos e instituições. Este trabalho apresenta os resultados da implantação de um esquema de metadados baseado no formato Dublin Core para a descrição de obras raras e especiais na web. Especificamente, apresenta os procedimentos e processos de descrição de conteúdos das diversas tipologias documentais (livros, periódicos, gravuras etc.) e formatos digitais (pdf, jpeg entre outros).

Palavras-chave: *Bibliotecas digitais. Metadados. Dublin Core.*

Abstract

Available to public access since June 2009, University of Sao Paulo Brasiliana Digital Library aims to provide the research with the largest Brasiliana collection guarded by an university. The purpose is to make available online part of the University collection, as an useful and functional instrument to the research and study of Brazilian themes and culture, as well as offer a technological management model to be disseminated to other collections and institutions. This work shows the results of the implantation of a metadata schema based on the Dublin Core format for the description of rare and special works on the web. Specifically, it shows the content description procedures and processes of several document typologies (books, journals, images etc) and digital formats (pdf, jpeg and others).

Keywords: *Digital libraries. Metadata. Dublin Core.*

1. Introdução

Acessível ao público desde junho de 2009, a Biblioteca Brasiliana Digital da Universidade de São Paulo (USP) tem por objetivo facultar à pesquisa a maior brasiliana custodiada por uma universidade, por meio da consolidação de um modelo de biblioteca digital, fundamentada em padrões e normas internacionais. Sua intenção é disponibilizar virtualmente parte do acervo da universidade oferecendo-se como um instrumento útil e funcional para a pesquisa e o estudo dos temas e da cultura brasileiros, além de oferecer um modelo tecnológico de gestão que possa ser difundido a outras coleções, acervos e instituições.

Numa primeira etapa do projeto, foi digitalizada parte do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, doada à USP pelo bibliófilo José Mindlin, que colecionou ao longo de sua vida um expressivo conjunto de livros e manuscritos, sendo sua coleção considerada a mais importante coleção do gênero formada por um particular. São cerca de 17 mil títulos, ou 40 mil volumes, compreendidos entre o século XVI e o atual, que incluem obras de literatura brasileira (e portuguesa), relatos de viajantes, manuscritos históricos e literários (originais e provas tipográficas), periódicos, livros científicos e didáticos, iconografia (estampas e álbuns ilustrados) e livros de artistas (gravuras).

Com o desenvolvimento de novas tecnologias de gestão da informação, a gestão e a descrição dos conjuntos documentais têm passado por intensa transformação. Apresenta-se aqui mais detalhadamente o modelo baseado em padrões atualizados e compartilhados de descrição e a consolidação de um esquema de metadados descritivos e gerenciais dos dados e informações produzidos pelo Projeto Brasiliana Digital.

Este trabalho é resultado da implantação de um esquema de metadados baseado no formato Dublin Core para a descrição de obras raras e especiais na web a partir da coleção da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Especificamente, apresentaremos os procedimentos e processos de descrição de conteúdos das diversas tipologias documentais (livros, periódicos, gravuras etc.) e formatos digitais (pdf, jpeg entre outros), além do estudo realizado para a definição de quais campos e qualificadores utilizados e como estes atendem às necessidades da coleção e de suas diferentes tipologias documentais e seus níveis especializados de descrição, além de atender às orientações do próprio repositório digital (DSpace) quanto ao uso de cada campo (e qualificadores) de informação. Apresentaremos inclusive as ferramentas de apoio utilizadas (catálogos de autoridades, vocabulários controlados, obras de referências entre outros). Além disso citaremos os esforços para a consolidação de um padrão de metadados baseado na simplicidade de descrição para acervos de

várias naturezas documentais, tendo como base o esquema Dublin Core e a sua disponibilização na Plataforma Corisco (um sistema integrado de aplicativos e recomendações para sustentar a implantação e gerenciamento de bibliotecas (repositórios) digitais, que foi desenvolvida pelo Laboratório da Brasiliana Digital). Por último trataremos da integração e a consolidação de um esquema de metadados gerenciais e administrativos produzidos pelo Projeto da Brasiliana Digital.

2. Revisão de literatura

As bibliotecas digitais são hoje um instrumento de multiplicação, universalização de acesso e de democratização de conteúdos documentais. São consideradas fundamentais para uma política de difusão cultural, pesquisa e formação. Essas novas bibliotecas são sistemas de informação que oferecem todos os tipos de conteúdo digital, incluindo gêneros documentais e publicações eletrônicas.

De acordo com a Digital Library Federation (DLF):

> bibliotecas digitais são organizações que fornecem recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar persistência através do tempo de coleções de objetos digitais, para que sejam facilmente e economicamente disponíveis para uso de uma comunidade alvo definida ou um conjunto de comunidades. (DLF, 1998).

Com a evolução do conhecimento científico e advento de novas tecnologias de informação houve necessidade de serem criados mecanismos para facilitar a recuperação de documentos e agilizar a comunicação. Isso gerou também para as bibliotecas a necessidade de acompanharem este desenvolvimento e oferecerem aos seus usuários outras formas de acesso ao conteúdo de seus acervos.

Hoje, um dos grandes serviços de disseminação da informação oferecidos pelas bibliotecas aos seus usuários é a consolidação de um sistema de digitalização e disponibilização de seus acervos no formato digital, contribuindo para se tornarem um instrumento de trabalho, investigação e difusão cultural e oferecendo aos usuários conteúdos em diversas tipologias documentais (livros, periódicos, mapas, gravuras etc.) e em diversos formatos eletrônicos (pdf, mp3, jpeg entre outros).

Assim, podemos afirmar que as bibliotecas digitais não vêm para substituir

o conceito tradicional da biblioteca como centro de transmissão da cultura e do saber; elas ampliam e renovam este conceito, como também abrem novos horizontes para as atividades das bibliotecas, uma vez que o acesso à informação não ocorrerá em determinado espaço físico, em um determinado horário; ele ocorre no momento em que o usuário sente a necessidade de obter à informação.

Desde a formação das primeiras coleções de documentos houve a preocupação de possibilitar o acesso à produção intelectual dos povos. As primeiras bibliotecas surgiram do instinto de preservar a memória coletiva dos grupos sociais e da paixão de colecionar. Isto gerou a necessidade de ordenamento para seu posterior uso. Esta organização/ordenamento permite que os documentos sejam recuperados com o intuito de oferecer informações/ conhecimentos necessários ao desenvolvimento científico, ao exercício de atividades profissionais ou simplesmente pelo prazer da leitura (LEMOS, 1998).

As atividades das bibliotecas compreendem, em termos simples, o atendimento aos usuários, a organização, o tratamento e a disseminação de informações para o público tendo como missão atender às cinco leis da biblioteconomia de S. R. Ranganathan:

- Os livros são para usar;
- A cada leitor seu livro;
- A cada livro seu leitor;
- Poupe o tempo do leitor;
- A biblioteca é um organismo em crescimento.

A representação do conhecimento registrado, ou a catalogação de itens documentais, tem por objetivo central propiciar aos usuários que estes encontrem aquilo que procuram. Esta representação com sintaxe e semântica própria consiste no levantamento das características dos registros e na cognição das características do usuário. Estes registros podem pertencer a vários acervos e estarem disponíveis em diversos suportes e formatos. Contudo, é esta caracterização que permitirá a individualização dos documentos, bem como reuni-los em diversas outras coleções, de acordo com suas semelhanças (MEY & SILVEIRA, 2009).

As atividades realizadas pelas bibliotecas e centros de informação/ documentação são hoje gerenciadas por bancos de dados e sistemas de informação que permitem integrar todos os processos envolvidos no tratamento de documentos, inclusive com a integração de ferramentas de apoio, como catálogos de autoridades, vocabulários controlados, tesauros, obras de referências entre outros.

Um dos principais conceitos difundidos hoje entre os profissionais que atuam na descrição de recursos eletrônicos na Internet é o de metadados. De acordo com a National Information Standards Organization (NISO) (2004, p. 1), metadados podem ser definidos como

> informação estruturada que descreve, explica, localiza, ou ainda permite que um recurso informacional possa ser recuperado, usado e gerenciado. O termo metadados frequentemente designa dados sobre dados, ou informação sobre informação.

As bibliotecas sempre produziram metadados, por meio de seus catálogos, índices, entre outros instrumentos. São estes metadados, devidamente organizados e estruturados, que garantem que a informação seja descoberta, localizada e possa ser utilizada. O desafio hoje está na descrição da informação, que se encontra em diversos formatos digitais e que precisa atender a diferentes públicos e usos.

Os metadados podem ser descritos separadamente em um sistema de armazenamento de informações (bancos de dados), como podem estar embebidos nos arquivos digitais.

A utilização de padrões e normas para a descrição de registros informacionais é necessária para garantir a interoperabilidade entre os diversos sistemas de informações. Existem diferentes padrões e normas para a descrição de documentos. Cabe a cada instituição definir o que melhor se adapta às necessidades de seu acervo e tipos documentais. Para o gerenciamento de acervos digitais um dos formatos mais conhecidos e utilizados por grandes projetos de bibliotecas digitais para a descrição de seus recursos na web é o formato Dublin Core.

O formato Dublin Core surgiu em 1995 no workshop patrocinado pela Online Computer Library Center (OCLC) em Dublin, Ohio (Estados Unidos), com o objetivo de definir um conjunto de elementos que poderiam ser utilizados pelos autores e não catalogadores para descrever seus próprios recursos na web e facilitar a descoberta destes recursos na Internet. Desde então, este tem sido o formato utilizado. Seu desenvolvimento é gerenciado pelo Dublin Core Metadata Iniciative (DCMI). A partir de 2003 tornou-se o padrão ISO 15836.

O formato Dublin Core é composto por 15 elementos de descrição: *title*, *creator*, *subject*, *description*, *publisher*, *contributor*, *date*, *type*, *format*, *identifier*, *source*, *language*, *relation*, *coverage* e *rights*. Este formato simples e conciso permite descrever vários tipos de recursos na Internet. Contudo, com a evolução do formato, estes 15 elementos de descrição se tornaram mais completos com a utilização de qualificadores. Estes qualificadores têm a função de refinar ou tornar mais específico o recurso descrito. Portanto, é decisão do sistema qual formato utilizar (simples ou qualificado). A opção do Projeto Brasiliana

Digital foi por utilizar o formato de descrição com qualificadores, contudo o repositório digital DSpace possui algumas orientações específicas quanto ao uso de alguns campos de metadados que são diferentes da iniciativa Dublin Core, como pode ser observado na Tabela 1. Na Tabela 2 apresentamos os metadados utilizados pela Brasiliana Digital na plataforma Corisco.

Tabela 1: Diferenças entre os elementos Dublin Core e seus qualificadores no repositório DSpace (as diferenças estão destacadas em negrito).

Nome do elemento DC	Qualificador	Dublin Core – DSPACE	Dublin Core -DSPACE
		Elemento	Qualificador
Title	Alternative	Title	Alternative
Creator		Não recomenda a utilização	
Subject		Subject	**Classification** **DDC** **LCC** **LCSH** **MESH** Other
Description	Table of contents Abstract		Tableofcontents Abstract **Provenance** **Sponsorship** **Statementofresponsability** **URI** **Version**
Publisher		Publisher	
Contributor		Contributor	**Advisor** **Author** **Editor** **Illustrator** **Other**
Date	Created **Valid** Available Issued **Modified** Copyrighted Submitted	Date	Created **Accessioned** Available Issued Copyrighted Submitted **Updated**

Type		Type	
Format	Extend Medium		Extend Medium **Mimetype**
Identifier	URI Bibliographic citation		URI Bibliographic citation **Govdoc** **ISBN** **ISMN** **ISSN** **Other** **Sici** **Slug**
Source		Não recomenda a utilização	
Language			**ISO** **RFC3066**
Relation	Is version of Has version Is replaced by Replaces **Is required by** Requires Is part of Has part Is referenced by **References** Is format of **Has format** **Conforms to**		Is version of Has version Is replaced by Replaces Requires Is part of Has part Is referenced by Is format of **Isbasedon** **Ispartofseries** **URI**
Coverage	Spatial Temporal	Coverage	Spatial Temporal
Rights	**Access Rights** **License**		**Holder** **URI**

Tabela 2: Metadados utilizados pela Brasiliana Digital na plataforma Corisco.

Elemento Dublin Core	Qualificador	Etiqueta / legenda para o site	Notas
DC.Contributor	author	Autor	Entidade responsável pelo conteúdo do item

DC.Contributor	other	Colaborador	Pessoas ou entidades que contribuíram para o conteúdo do item. Ex.: tradutores, ilustradores, gravadores, prefaciadores, impressor etc.
DC.Title	none	Título	Nome dado ao documento. Forma pelo qual o documento é formalmente conhecido
DC.Title	alternative	Título alternativo	Forma alternativa ao título. Neste campo incluem-se as traduções ou abreviaturas do título
DC.Date	none	Data de publicação	Data de publicação do item
DC.Description	none	Descrição/Notas	Descrição de particularidades do item
DC.Description	isversionof	Versão	Referencia a edição
DC.Description	provenance	Procedência	Descrição da custódia do item. Utilizar este campo para descrever a que biblioteca pertence o item
DC.Description	abstract	Resumo da obra	Sinopse do conteúdo do recurso
DC.Description	tableofcontents	Conteúdo	Descrição do conteúdo do item: sumário, lista de ilustrações
DC.Publisher	none	Local de publicação	Entidade responsável por tornar o documento acessível em sua forma. Incluem pessoas, organizações ou serviços. (Colocar o local de publicação e o nome da editora)
DC.Format	medium	Descrição física	Descrição dos aspectos físicos do livro (n. de páginas, volume, ilustrações etc.)
DC.Language	none	Idioma	Utilizar este campo para introduzir informação sobre a língua diferente do formato ISO
DC.Relation	none	Relação	Relação do item. (Nestes campos de metadados devem ser atribuídas as relações de uma obra; deve-se utilizar para se estabelecer os links no acervo ou fora dele.)

DC.Relation	ispartofseries	Série	Nome e número da série/coleção
DC.Relation	ispartof	Parte de	Utilizar quando o item for parte de uma obra (Ex. capítulos de livros, para imagens, mapas que fazem parte de um item que já faz parte do acervo, inserir o handle)
DC.Relation	haspart	Possui parte	Recurso possui parte física ou lógica de outro item
DC.Relation	hasversion	Tem versão	Recurso está disponível em diferentes versões
DC.Relation	isbasedon	Baseado em	Recurso está baseado em outro
DC.Relation	isreferencedby	Referenciado por	Recurso é referenciado por outro recurso
DC.Relation	isformatof	Formato adicional	Recurso está disponível em mais de um formato
DC.Relation	requires	Vinculado com	Recurso requer algum suporte para seu funcionamento, distribuição ou coerência
DC.Relation	replaces	Continua em	Recurso continua em outro título ou forma
DC.Relation	isreplacedby	É continuação de	Recurso é continuação de outro
DC.Relation	uri	Recurso relacionado	Inserir neste campo o link para o catálogo eletrônico (quando item pertencer à biblioteca parceira)
DC.Rights	none	Direitos	Especificar sobre os direitos autorais (domínio público; proibido uso para fins comerciais etc.)
DC.Subject	none	Assunto	Assunto. Consultar vocabulário controlado do SiBi-USP. (descritores em português)
DC.Type	none	Tipo	Tipologia documental

3. Materiais e métodos

A digitalização do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin é realizada a partir de um sistema integrado de digitalização robotizada de livros encadernados (APT 2400 RA BookScan da Kirtas Technologies, que possui duas câmeras Canon de 25 megapixels) na sua mais moderna versão, que permitiu desdobrar espacialmente as atividades de digitalização, processamento das imagens (através do software integrado ao scanner BookScan Editor), preparação dos objetos digitais, metadados (administrativos, gerenciais e descritivos) e gestão do repositório digital.

A gestão das informações bibliográficas da Biblioteca Digital é realizada pelo repositório DSpace (www.dspace.org), que é um software de código aberto que permite a construção e gerenciamento de repositórios institucionais e bibliotecas digitais. O DSpace provê mecanismos para submissão, aprovação e publicação de documentos, além de um motor de busca baseado no Apache Lucene (lucene.apache.org) e a possibilidade de interligação com outros repositórios digitais via protocolo Open Archives Initiative Protocol for Metadata Haversting (OAI-PMH - www.openarchives.org/pmh/).

Contudo, diante do grande volume de dados e informações gerados em cada um dos processos envolvidos na disponibilização online de documentos (digitalização, processamento das imagens, OCR, compactação de arquivos, metadados bibliográficos, interface web e disponibilização no site), foi necessária a organização dos metadados de acordo com as seguintes características:

- Metadados descritivos: descrição e identificação dos recursos informacionais; trata-se da descrição bibliográfica, ou da catalogação dos itens;
- Metadados administrativos e gerenciais: administração e gerenciamento das informações relacionadas aos documentos, processos e pessoas;
- Metadados de preservação: gestão das informações de preservação digital dos documentos;
- Metadados técnicos: informações técnicas dos softwares, hardwares e processos utilizados;
- Metadados de uso: informações sobre usos e usuários dos recursos de informação.

Depois de definido o esquema de metadados (Dublin Core qualificado) para a descrição bibliográfica, houve a necessidade de adaptá-lo às necessidades da coleção, definindo quais campos e qualificadores seriam utilizados e como estes atenderiam às necessidades da coleção e às diferentes tipologias documentais, assim como atender às orientações do repositório (DSpace), quanto ao uso dos campos. Abaixo descrevemos sucintamente como foi o planejamento das atividades:

Importação dos dados bibliográficos: foi elaborada uma tabela de importação de dados, que definiram quais dados e campos bibliográficos seriam importados do banco de dados da Biblioteca Guita e José Mindlin, que está na plataforma ISIS (software de armazenagem e recuperação da informação), para um arquivo XML no formato Dublin Core, que é o formato de importação e exportação aceito pelo repositório; a partir desta etapa os dados são importados para o repositório conforme os documentos vão sendo digitalizados.

Definição do padrão de descrição dos metadados: para garantir a uniformidade e a padronização da descrição dos metadados foram adotados normas e padrões utilizados e consolidados pelas bibliotecas. O documento norteador utilizado é o AACR2. Após a importação dos metadados para o DSpace, os metadados são conferidos e descritos conforme o padrão de descrição adotado pela Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin para recursos na web (As orientações resumidas podem ser verificadas na Tabela 2).

Definição das tabelas auxiliares, vocabulários controlados e tesauros utilizados: esta etapa consistiu em analisar as ferramentas auxiliares para a descrição bibliográfica com o objetivo de uniformizar e padronizar a entrada de dados, como, por exemplo, vocabulários controlados para a padronização das entradas de assuntos, tabelas de autoridades para a padronização dos nomes dos autores e colaboradores dos documentos, tesauros geográficos para a cobertura geográfica dos documentos. O formato Dublin Core também possui algumas sugestões de vocabulários controlados para auxiliarem no preenchimento dos campos. No projeto os campos e as tabelas auxiliares utilizadas são:

Tabela 3: Tabelas auxiliares utilizadas no Projeto Brasiliana Digital.

Campos DC	Tabelas auxiliares
Subject	- Vocabulário controlado da USP (disponível para acesso no endereço http://143.107.73.99/Vocab/SIBIX652.dll/Index)
Contributor	- Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional (catalogos.bn.br) - Catálogo de Autoridades da LC (Library of Congress Authorities - http://authorities.loc.gov/)
Type	- Tabela de Tipologia Documental definida pelo Projeto Brasiliana Digital
Coverage (qualifier: spatial)	- Tesauros de nomes geográficos da Getty (TGN - Thesaurus of Geographic Names)

Definição da estrutura de apresentação dos campos de metadados para o usuário: depois de instanciados os metadados (descritivos, administrativos, de preservação, técnicos e de uso), estes foram selecionados para serem apresentados aos usuários da Biblioteca Digital em nosso site, contudo apenas os metadados descritivos dos itens digitalizados são apresentados aos usuários. Também foram definidos que os campos dc.contributor e dc.subject seriam formatados para funcionar como links, permitindo a busca a todos os itens que utilizem a mesma entrada de dados.

Figura 1: Apresentação dos metadados no site.

Definição da tabela de tipologia documental: esta etapa envolveu a definição e descrição dos tipos documentais que compõem o acervo digital e a definição das coleções no repositório que seriam criadas para abrigar o acervo. De forma simples apresentamos a tipologia documental definida que orientou a arquitetura das coleções no site: livros (que também inclui os folhetos), imagens, mapas, periódicos, manuscritos e obras de referência (que possui também uma interface de busca fora do DSpace).

Figura 2: Arquitetura das coleções.

Definição da rotina de cadastramento e conferência dos metadados: esta etapa consistiu em cadastrar a equipe de catalogadores e sistematizar a entrada de dados no repositório, pois há diferenças para cada banco de dados. Depois de importadas as informações bibliográficas, são feitas alterações, correções, atualizações e a padronização destas informações. Como última etapa é realizada uma conferência no arquivo e nos dados para que estes possam ir para o servidor web.

Enriquecimento dos metadados: uma das exigências para a descrição dos metadados é permitir uma contextualização do livro, oferecendo um pequeno resumo/sinopse do seu conteúdo. O campo Dublin Core utilizado para este tipo de informação é dc.description.abstract. Para esta etapa a Biblioteca Brasiliana conta com um grupo de colaboradores especializados em determinadas coleções e temas, que são responsáveis pela elaboração de textos de apresentação que são publicados na homepage e pela produção de sinopses para algumas obras. Além disso, é necessário também o uso de

ferramentas de apoio como dicionários biobibliográficos, enciclopédias, dicionários e documentos especializados em brasiliana. Além deste tipo de descrição, também procuramos descrever as subdivisões de um documento, sempre que estas forem importantes para o entendimento da obra, como por exemplo o sumário, a relação de gravuras, ilustrações, estampas, mapas etc. O campo Dublin Core utilizado para descrever este tipo de informação é dc.description.tableofcontents.

Estabelecimento de relações entre os itens: um dos pontos positivos para o uso do Dublin Core para a descrição de recursos na web se baseia no conceito de estabelecer relações entre itens do mesmo acervo ou mesmo com itens pertencentes a outros acervos ou catálogos. O campo utilizado para esta finalidade é o dc.relation com seus qualificadores. Como exemplo, podemos citar a descrição de todas as gravuras de álbuns de iconografias e estabelecer a relação entre a obra completa. As relações entre um item e suas partes é feita através dos campos dc.relation.ispartof (é parte de) e dc.relation.haspart (tem parte). Também estabelecemos as relações entre os vários volumes de uma mesma obra (uma vez que cada volume é descrito separadamente), através do campo dc.requires (vinculado com) e de todas as suas edições por meio do campo dc.relation.hasversion (tem versão/edição) e dc.relation.isversionof (é versão/edição).

Figura 3: Exemplo de relação entre itens.

Elaboração de manual de tratamento da informação para os diferentes tipos documentais: para uniformizar a entrada de dados na Brasiliana Digital está sendo produzido um manual de tratamento da informação para os diferentes tipos documentais (livros, periódicos, imagens etc.).

Apresentamos de uma forma geral e sucinta as principais atividades realizadas pela equipe de metadados quanto à descrição bibliográfica dos documentos digitais da Brasiliana Digital. Os metadados, que são produzidos em cada um dos processos e etapas da disponibilização online, de documentos passam por constantes reformulações e adaptações, tendo como objetivo a adequação do repositório aos diferentes tipos e necessidades de descrição documental que são impostas à equipe de desenvolvimento da plataforma Corisco. Apresentamos a seguir alguns dos resultados finais e parciais de projetos de metadados em desenvolvimento.

4. Resultados parciais

4.1. Trabalhos em desenvolvimento

- Muitos são os desafios enfrentados para a consolidação de um modelo de gestão de acervos digitais, que contemple o gerenciamento de todos os processos, informações, pessoas, a comunicação das equipes e a consolidação da plataforma Corisco, baseada no DSpace, como um sistema integrado de aplicativos e recomendações para sustentar a implantação e gerenciamento de bibliotecas digitais. Apresentamos agora os resultados obtidos além de novos desenvolvimentos necessários:
- Consolidação do formato Dublin Core como o esquema de metadados da Biblioteca Brasiliana Digital. Neste momento, está em andamento um estudo para a simplificação do esquema DC utilizado, cuja intenção é diminuir o uso de qualificadores para utilizar o esquema de forma mais concisa e objetiva;
- Aplicação na plataforma Corisco de vários esquemas de metadados, de forma que ela possa atender a acervos de várias naturezas e tipos documentais, como documentos de arquivos, vídeos, música etc., com o objetivo de se tornar uma ferramenta de fácil customização para diferentes necessidades de descrição;
- Consolidação de um banco de dados que reúna novos esquemas de metadados e que concentre as informações gerenciais; bibliográficas e de preservação digital. Esta solução consiste em um único sistema de informações com vários esquemas de metadados que permitam a unificação num mesmo ambiente dos dados e arquivos, utilizando o repositório DSPACE como o ambiente centralizador destas informações;

- Testes para a utilização de metadados embutidos utilizando o esquema IPTC metadata: padrão desenvolvido em 1970 pela International Press Telecommunications Council para descrever, inserir e editar dados dos arquivos de imagem digital. Este esquema de metadados tem por objetivo embutir dados nos arquivos digitais para facilitar a recuperação de arquivos por mecanismos de buscas.
- Workflow de produção: inicialmente, o projeto pretendia que o sistema de controle para o fluxo de processos da produção dos arquivos digitais da Brasiliana Digital fosse feito conjuntamente com banco de dados gerencial. Contudo, hoje percebemos que estes devem ser bancos de dados diferentes, com controles próprios e interligados. Neste momento estamos desenvolvendo um sistema de controle para padronizar o sistema de monitoramento dos arquivos digitais, avaliar a eficiência do modelo adotado, acompanhar os processos e as pessoas envolvidas em cada etapa da produção de objetos digitais com o propósito de obter dados e resultados para relatórios, além da produção de estatísticas sobre o fluxo de produção. Este sistema de controle utilizará uma ferramenta de trabalho colaborativo, uma vez que as equipes trabalham em ritmos diferentes, e necessitam que a informação acessada esteja sempre atualizada e sincronizada.

4.2. Projetos em desenvolvimento

A Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin sedia um Grupo de Pesquisa em Humanidades Digitais cujos projetos desenvolvidos no âmbito dos metadados são:

Iconografia em língua estrangeira: O projeto tem como meta específica produzir descrições dos documentos iconográficos das obras em língua estrangeira do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, com a correta tradução dos títulos, legendas e demais informações relativas às imagens, cujo objetivo geral, a partir disso, é colaborar para a uniformização do catálogo de iconografia do acervo Brasiliana-USP e para a ampliação do acesso a esse catálogo por parte de mecanismos de busca. Há também um estudo para sistematizar a descrição de topônimos em catálogos para proporcionar pesquisas interativas e inteligentes. O projeto é desenvolvido em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas, nas áreas relacionadas às línguas alemão, latim e francês.

Formação de bancos de dados a partir de obras de referência na Biblioteca Brasiliana Digital: O objetivo deste projeto é trabalhar com obras de referência pertencentes ao acervo da Brasiliana, transformando-as em documentos digitais com funcionamento de bancos de dados. As obras, atualmente em formato de imagens digitais, serão convertidas em arquivos XML, anotados de forma a poderem servir de base para buscas cruzadas programadas em X-Query. Como produto deste projeto, ofereceremos ao usuário da Biblioteca Brasiliana Digital da USP um índice remissivo de autores e personagens históricos, muitos deles presentes nos demais textos do acervo. Com isso, usuários de diversos perfis encontrarão, na Brasiliana, um banco de informações importante para pesquisas – acadêmicas e escolares. O resultado, desta forma, será um fator de extroversão do conteúdo da Brasiliana, e um fator de ampliação e democratização do seu acesso.

5. Considerações finais

A tarefa de agregar valor aos documentos que estão sendo digitalizados e permitir que estes sejam recuperados é muito gratificante para todos os envolvidos na construção de acervos digitais, pois além da tarefa de padronização e cadastramento das informações úteis e necessárias para a recuperação de informação pelos mecanismos de buscas, há o processo de aprendizado que abrange tanto a área de modelagem e criação de uma Biblioteca Digital quanto a descoberta e o uso das fontes de informação relacionadas à história do país e à preservação de nossa memória documental.

No entanto, o processo de construção de um projeto desta dimensão é lento e complexo, pois estão envolvidos conceitos interdisciplinares relacionados à gestão de projetos e pessoas, biblioteconomia e sistemas de bibliotecas, tecnologias da informação, design, história, literatura, linguística e um conjunto de profissionais e contextos que permitiram que a Biblioteca Brasiliana Digital entrasse no ar, em pleno funcionamento em junho de 2009 e pudesse ser construída desde então com as sugestões dos usuários e diversos projetos de pesquisas.

Muitos processos são constantemente revistos e passam por um processo de adequação e atualização, inclusive neste momento uma das etapas inclui a implementação de um protocolo de coleta de metadados em repositórios digitais com o objetivo de proporcionar a interoperabilidade, dar visibilidade e integrar metadados e informações de diferentes repositórios digitais, utilizando, por exemplo, o protocolo OAI-PMH da Open Archives Iniciative Protocol for Metadata Harvesting.

Quanto à manutenção de bancos de dados em bibliotecas é importante salientar que os repositórios digitais não substituem nossos catálogos gerenciais do acervo físico, mantidos durante todos esses anos em formato MARC 21 ou em qualquer outro formato de descrição. Para o ambiente da web o esquema de metadados Dublin Core é hoje uma alternativa segura, interoperável e consolidada para a descrição de documentos, inclusive para a catalogação de obras raras, cujo nível de descrição deve ser mais específico e detalhista. Desta forma, podemos afirmar que o Dublin Core proporciona uma descrição mínima e objetiva dos itens do acervo, como também permite que os itens sejam encontrados no repositório digital. Para a Biblioteca Brasiliana Digital este esquema se mostra muito eficiente e atende às expectativas de descrição, permitindo inclusive estabelecer conexões entre vários itens de um mesmo acervo ou de acervos diferentes.

Diante disso, o que nos motiva e constitui a nossa missão é poder "inocular o vírus da leitura" como dizia o sr. José Mindlin, por meio da disponibilização destes documentos, contribuindo para a construção de uma sociedade de leitores. Contudo, devemos sempre nos lembrar de que para que o leitor chegue até o livro é necessário que ele primeiro o encontre e esta é nossa principal tarefa enquanto catalogadores.

6. Referências

DIGITAL LIBRARY FEDERATION. *A Working Definition of Digital Library [1998].* Disponível em <http://www.diglib.org/about/dldefinition.htm>. Acesso em: 4 maio 2007.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. *Dublin Core element set, version 1.0.* Disponível em: <http://dublincore.org/documents/dces/>. Acesso em: 25 maio 2008.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. *Using Dublin Core.* Disponível em: <http://dublincore.org/documents/2005/11/07/usageguide/>. Acesso em: 15 ago. 2008.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. *Using Dublin Core*: Dublin Core Qualifiers. Disponível em: <http://dublincore.org/documents/2005/11/07/usageguide/qualifiers.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2008.

LEMOS, Antonio Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete (Org). *Formas e expressões do conhecimento*: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 347-366.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

NISO (National Information Standards Organization). (2004). *Understanding metadata*. Bethesda, MD / NISO Press. Disponível em: <http://www.niso.org/standards/resources/UnderstandingMetadata.pdf>. Acesso em: 15 set. 2009.

Documentos musicais: atributos e desafios para a representação descritiva

Kátia Lúcia Pacheco
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Bibliotecária da Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O objetivo deste texto é extrair da literatura científica a conceituação, a tipologia e a função dos diversos tipos de documentos musicais sob a ótica dos instrumentos da representação descritiva de documentos. A questão central é a indagação sobre a ideia da informação musical enquanto unidade documentária, visando determinar as características típicas de documentos musicais que subsidiam a organização documental, observando os elementos da informação bibliográfica e da informação sonora. O estudo se justifica considerando-se a importância de catalogadores perceberem aspectos dos documentos musicais que determinam os processos de seleção, organização, recuperação e disseminação de informação musical.

Palavras-chave: *Documentos musicais. Representação bibliográfica da informação musical.*

Abstract

The aim of this paper is to draw from the scientific literature the notion of conceptualization, the typology and the function of the various types of musical documents from the viewpoint of the tools of descriptive representation of documents. The central issue is the questioning of the idea of musical information as a documentary unit, aiming to determine the typical characteristics of musical documents that support the documentary organization, observing the elements of bibliographic information and sound information. The study is justified considering the importance of catalogers perceive aspects of musical documents that determine the processes of selection, organization, retrieval and dissemination of musical information

Keywords: *Musical documents. Bibliographic representation of musical information.*

1. Introdução

É consenso entre estudiosos da ciência da informação que a organização eficaz da informação determina a satisfação dos usuários na recuperação de itens que atendam ao diapasão de suas necessidades informacionais. Para que um sistema de recuperação da informação (SRI) seja de fato relevante para o usuário, o sentido dado à informação deve coincidir com o significado que lhe é dado pelo usuário. Em se tratando de sistemas de recuperação de informação musical o significado dado à música pode variar de acordo com quem está interpretando a informação, seja o autor, o compositor, o performista, o musicólogo, o catalogador ou o ouvinte. Esta interpretação afetará diretamente a forma como a música é organizada e como ela é recuperada. Segundo Inskip, Mac Farlane e Rafferty (2008), existem várias formas estabelecidas de organização de informação musical em sistemas de recuperação de informação. Enquanto o texto é caracterizado unidimensionalmente, do ponto de vista computacional, a música é complexa e dotada de várias dimensões entrelaçadas e com usos diferentes em relação ao texto.

O objetivo deste texto é extrair da literatura científica a noção que fundamenta a base para um construto teórico sobre a conceituação, a tipologia e a função dos diversos tipos de documentos musicais sob a ótica dos instrumentos da representação bibliográfica presentes na biblioteconomia.

Logo, esta será a problemática deste estudo: indagação da ideia da informação musical enquanto unidade documentária, visando determinar as características típicas de documentos musicais que subsidiam a organização documental, observando os elementos da informação bibliográfica e da informação sonora.

O estudo se justifica pela necessidade dos catalogadores compreenderem alguns aspectos dos documentos musicais que determinam os processos de seleção, organização, recuperação e disseminação de informação musical, instigando novos impulsos e reflexos no tratamento da informação musical.

Assim, tais fatores serviram de motivação orientando a tessitura deste texto que percorrerá o seguinte caminho: considerações sobre música e documentos musicais; representação da informação musical e considerações finais.

2. Música

Presente em praticamente todos os espaços sociais, a música pode ser vista como o reflexo do próprio pensamento humano, uma maneira de expressão feita de sons e algumas vezes também de palavras. Uma obra musical nunca

sai do nada, pois é sempre um elo de um conjunto de fatos ou fenômenos que ocorrem sucessivamente. A música, como arte e como entretenimento, tem chamado a atenção de sociólogos, musicólogos, antropólogos como um dos fenômenos sociológicos da história da humanidade. Nesta direção, Menhuin e Davis (1990, p. 1) fazem inferências quando reconhecem que:

> A música é a nossa mais antiga forma de expressão, mais antiga do que a linguagem ou a arte; começa com a voz e com a nossa necessidade preponderante de nos dar aos outros. De fato, a música é o homem, muito mais do que as palavras, porque estas são símbolos abstratos que transmitem significado fatual [...] É a música que se coloca no apogeu das descobertas e invenções humanas.

A música apresenta uma heterogeneidade conceitual com diferentes pontos de vista entre estudiosos e pesquisadores de várias épocas, como se percebe nas definições abaixo advindas de alguns teóricos e compositores:

> A música é uma disciplina que torna as pessoas mais pacientes e doces, mais modestas e razoáveis. [...] Ela é um dom de Deus e não dos homens. Martinho Lutero (1483-1546).

> A música expressa a natureza inconsciente deste e de outros mundos. Arnold Schoenberg.

> A música é uma arte não significante, donde a importância primordial das estruturas propriamente linguísticas, já que seu vocabulário não poderia assumir uma simples função de transmissão... em música, ao contrário, a palavra é o pensamento. Que é, então, a música? Ao mesmo tempo, uma arte, uma ciência e um artesanato. Pierre Boulez (1925-).

> A música é uma ciência que ensina a arte e a maneira justa de cantar, com a ajuda de notas formadas como se deve. (Jean de Murs, 1295-1348/49, Compendium Musicae Practicae).

> A música é a arte de exprimir ou provocar sentimentos e estados de espírito por meio da escolha e da união de sons. Friedrich Thiersch.

Observa-se que a ideia principal que subjaz às definições apresentadas refere-se ao entendimento da música como uma forma de representar o mundo e se relacionar com ele, bem como concretizar novos mundos. Os autores associam a música com a arte, as ciências, a estética, a comunicação, a prática instrumental e vocal e com as teorias harmônicas. Há ainda definições que articulam a ideia da música como forma de organização do fenômeno sonoro.

Para Tomás (2002), a música é vista como linguagem que se apresenta, se manifesta e se materializa no som, ou melhor, aquilo que soa a partir de uma determinada organização, aquilo que nos é audível e perceptível sensorialmente. Hanslick (2002) aponta um paralelo entre linguagem e música ao assinalar que "na linguagem o som é apenas um signo, isto é, um meio para o objetivo de exprimir qualquer coisa de completamente estranho a esse meio, ao passo que na música o som tem uma importância em si, ou seja, é o objetivo em si mesmo". A independência da música de outras línguas é evidente quando se considera a música instrumental.

Obras musicais não precisam de qualquer alteração para se espalhar da dimensão local para a mundial. Operas de Verdi ou Puccini são realizadas no Japão ou no Brasil tal como foram criadas na Itália. Não é obrigatório traduzir o texto literário cantado da língua original para a língua local para que o público aprecie a obra. Pode-se citar, também, a Nona Sinfonia de Beethoven que foi declarada pela UNESCO[1] (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) herança de toda a humanidade.

A evolução da música se dá a partir de suas formas, de sua técnica, do seu estilo e modos de expressão, e também a partir das tecnologias e dos novos modos de experimentação que modificam sua linguagem. A história da música é mais uma criação contínua do que uma evolução. Castro (1988) nos mostra três momentos decisivos para a transformação dos modos de produzir, utilizar e intercambiar música: a) invenção da escrita e desenvolvimento da leitura e da literatura musical que trouxeram a possibilidade de registro e do documento; b) conquista da impressão musical e estabelecimento de uma indústria, bem como de um comércio editorial musical; c) e invenção dos meios de gravação e reprodução fonomecânicos e estabelecimento de uma indústria fonográfica.

A música se constroí sobre um complexo sistema de regras que tem sua origem nas propriedades do som (duração, intensidade, altura e timbre) e em sua rede de múltiplas relações. Na escrita musical estas propriedades são representadas das seguintes maneiras: duração pela figura de nota e andamento; intensidade pelos sinais de dinâmica; altura pelo posicionamento da nota no pentagrama e pela clave; timbre pela indicação do instrumento ou voz que deve executar a música (BENNET, 1988).

De acordo com Bennet (2001), a música também possui seus elementos, sendo os fundamentais: melodia, que é a combinação de sons sucessivos com alturas e valores diferentes, dando certo sentido lógico musical; harmonia, que é a combinação de sons simultâneos e as relações que eles estabelecem entre si; ritmo, que é a forma pela qual os sons e silêncios são organizados, produzindo a pulsação da música.

Considera-se, portanto, que a música é feita em dois momentos: o da notação e o da interpretação. O som existente por ele mesmo, com

potencialidade de relacionar-se a outras estruturas, possibilitando diferentes tipos de leituras. Cada execução, ainda que da mesma obra, por um mesmo artista e em condições idênticas, é uma recriação.

3. Documentos musicais

Por ser uma arte do tempo, a música só existe enquanto soa, ou seja, enquanto a sequência de vibrações sonora está ocorrendo. Resta depois a partitura, o instrumento, o músico, isto é, os meios que a criaram. Nessa perspectiva, Torres Mulas (2000), em seu ensaio, estabelece a tipologia dos documentos musicais baseando-se em critérios de racionalidade e especificidade. Partindo do pressuposto de que a música é algo que soa e considerando a natureza do fenômeno sonoro como característica básica da música, Torres Mulas (2000) fundamentou e propôs um entendimento do que é música em um documento. Considerando as teorias e definições de documento desde Paul Otlet, o autor observa que esses estudos têm em comum a noção básica de que um documento se constitui de signo sobre um suporte e a ideia do documento como representação de uma realidade.

Torres Mulas (2000) aduz então, como documento musical, todo suporte material cujos signos ali registrados representem uma realidade ou virtualidade musical, ou seja, cujo conteúdo semiótico seja capaz de fornecer os elementos para a execução da música. O autor ressalta a diferença sutil que orienta a noção fundamental para documento musical, apontando que documentos de caráter estritamente musical são aqueles que remetem à música propriamente dita. Exclui-se desta noção os documentos da literatura musical cujos conteúdos aludam a entidades ou atividades conceitualmente relacionadas à música, ideias sobre a música, palavras sobre a música, signos de caráter musical, porém não música, tais como as monografias, tratados teóricos, periódicos, cartazes, programa de concertos, folhetos etc.

Embora aparentemente simples, esta abordagem sustenta fundamentação para estabelecer critérios relativos à tipologia dos documentos musicais, levando em conta os aspectos bibliográficos, sua natureza e função, e ainda ajuda a determinar os critérios a serem adotados na gestão, constituição, seleção, descrição física e temática, arranjo e organização de uma coleção de documentos musicais.

Plaza-Nuevas e Cuende (1999), descrevendo os documentos musicais espanhóis ante os desafios tecnológicos e baseando-se nas contribuições de Torres Mulas (2000) descritas anteriormente, consideraram como documento musical as partituras impressas ou manuscritas, os registros sonoros, os

registros audiovisuais e também as ferramentas que permitem a interpretação, audição ou visão da música, como os instrumentos musicais e os aparelhos de reprodução. Pressupõe-se que os autores levaram em consideração o contexto organizacional de museus, arquivos e bibliotecas.

De acordo com Lafuente López e Garduño Vera (2001 apud ORTEGA, 2011), as estruturas lógicas de um tipo de documento são construídas a partir da abstração de suas características essenciais para distingui-lo de todos os demais tipos. E, ainda, um tipo de documento é delimitado conceitualmente a partir de parâmetros relativos à perspectiva de quem determina a abstração do documento. E, como enunciar um conceito é mapear primeiramente seu significado mais geral, é pelo viés do conceito proposto por Torres Mulas (2000) – de que documento especificamente musical é aquele que contém música propriamente dita e não palavras sobre ela – que se torna viável um delineamento estrutural da tipologia e das funções de documentos musicais.

Em seu ensaio sobre documento musical, Torres Mulas (2000) apresenta uma proposta tipológica para documentos musicais, agrupando-os em duas categorias: a) música notada ou pautada, compreendendo manuscritos, partituras impressas, parte, reduções (exercícios e métodos), grade, partitura vocal, reduções para piano e partitura abreviada; b) música gravada dividida em gravações musicais de execução mecânica (rolos, fitas, discos em vinil, cilindros dentados, cilindros gramofônicos), gravações analógicos de execução eletromagnética (fios e fitas magnetofônicas ou magnetoscópias, trilhas sonoras ópticas) e gravações musicais digitais (discos óticos, magnéticos e magneto-óticos, softwares, firmware).

Esta categorização e classificação foi elaborada, de acordo com Torres Mulas (2000), em 1992/93 para um programa do curso "Documentacion Musical" da Escuela Universitária de Biblioteconomia y Documentación de la Universidad Complutense. Torres Mulas (2000, p. 746) justifica a tipologia proposta da seguinte forma:

> Arranca la presente propuesta tipológica de un planejamento radical, por cuanto procura indagar en la própria raíz de las realidades musicales y su representación documental, y pretende ser una tentativa seria de racionalización acerca de la naturaleza material y formal, así, como de la función de los diversos documentos musicales. Es, em suma, uma abstracción intelectual que trata de abrirse camino hacia las realidades fácticas de la música y los documentos que la representan.

O esquema proposto reflete a diversidade de formatos, conteúdos e apresentação de meios de execução encontrados nos documentos musicais.

É importante, por conseguinte, destacar que a notação musical, isto é, o equivalente do som musical, que se pretende um registro do som ouvido ou

imaginado, ou um conjunto de instruções visuais para intérpretes, na visão de Massin e Massin (1997), cobre diversas funções, como: orientar a execução do intérprete, proporcionar um repertório em que o compositor vai buscar as ferramentas necessárias para comunicar o que ainda está somente em projeto, conservar o que deve aparecer como arcabouço da obra e possibilitar analisá-la e classificá-la.

O *Dicionário Grove de música* (1999) define partitura como "forma de música escrita ou impressa que abriga todo um conjunto de elementos da notação musical de maneira a representar visualmente a coordenação musical, garantindo com maior ou menor precisão a sua execução". As partituras possuem tipos e tamanhos diferenciados com características próprias e representam as diferentes manifestações das expressões de uma obra. Assim, conhecer a tipologia das partituras é importante para direcionar a organização dos documentos musicais da categoria música notada ou pautada, fornecendo elementos para a catalogação descritiva, indexação, classificação e arquivamento das partituras.

Cabe aqui, com base em definições de musicólogos, no apêndice D do Código de Catalogação Anglo-americano (CAA2, 2002), nas definições encontradas no *Dicionário Grove de música* (1999) e na concepção da autora deste estudo, obtida através da experiência profissional, indicar os principais formatos das partituras:

- partitura de regência – também conhecida como "grade". Mostra a pauta musical com a linha melódica de todos os instrumentos de uma orquestra ou grupo musical, contém detalhes completos de uma obra, tal como se pretende que ela seja executada. No caso de partitura para orquestra, os instrumentos se acham dispostos nas páginas da partitura de acordo com os quatro naipes da orquestra, ou seja, madeiras, metais, percussão e cordas. Quando houver harpa, sua parte virá entre as partes da percussão e das cordas. Quando houver um instrumento solista, ou vozes, as pautas dessas partes serão inseridas imediatamente acima das cordas. Na primeira página, consta o nome dos instrumentos, dentro de cada naipe, com suas pautas correspondentes, geralmente escritos em língua estrangeira. Nas demais páginas, no entanto, são apresentadas apenas as abreviações dos nomes dos instrumentos;

- parte de execução – partitura que mostra a pauta de um só instrumento, parte orquestral. É utilizada por um intérprete, ou um grupo de intérpretes, quando da execução de uma obra musical;

- partitura completa – contém a grade e as partes de execução de uma obra musical;

- partitura miniatura ou de bolso – partitura de regência impressa em formato de bolso para uso individual, não destinada, a princípio, a ser executada;

- partitura aberta – é aquela que mostra cada parte de uma composição (normalmente polifônica) em uma pauta separada;

- partituras para canto e piano – este termo pode ser usado como sinônimo de partitura de redução, ou partitura vocal, em que as partes vocais constam na íntegra, mas o acompanhamento instrumental é reduzido para piano (ou órgão);

- partitura condensada – é aquela em que algumas das linhas instrumentais ou vocais dividem o mesmo pentagrama;

- partitura de estudo – apresenta peça instrumental destinada basicamente a explorar e aperfeiçoar uma faceta particular da técnica de execução. O termo "estudo" ou seus equivalentes em outros idiomas tem sido usado nos títulos de numerosas obras orquestrais;

- partitura de coro – apresenta grade acompanhada de texto. Raramente é acompanhada de parte de execução com as vozes em separado, sendo as partituras dos coralistas idênticas às do regente;

- partitura solo – termo que identifica, numa partitura, uma passagem que deve ser executada por um só intérprete (em vez de dobrada por outros), ou aquelas partes, de um concerto, dominadas pelo solista. O termo também é usado para uma peça executada por um único instrumentista, ou no período barroco, por um único instrumento com acompanhamento do contínuo;

- partitura de música de câmara – é aquela escrita para um reduzido número de músicos solistas. É geralmente aplicada à música instrumental para três a oito executantes com uma parte específica para cada um deles;

- partitura para duas mãos – geralmente possui duas pautas, uma para a mão esquerda e outra para a mão direita, já que as duas mãos trabalham separadamente para a produção do som (por exemplo, partituras para teclado e harpa). Os demais instrumentos exigem que as duas mãos trabalhem conjuntamente para a produção do som (por exemplo, violão, clarinete, flauta etc.), apresentando uma só pauta em suas partituras. Em

partituras para piano a quatro mãos, a página esquerda corresponde ao pianista sentado à esquerda e a página direita ao pianista à direita do piano;

- partitura de notação por gráficos – tipo de notação usado por alguns compositores da segunda metade do século XX que não dá indicação precisa de que notas devem ser tocadas, ou quando, mas utiliza meios gráficos para sugerir o que o executante poderia tocar. O músico se vê confrontado com uma escrita em que não existe qualquer sinal convencional. Algumas partituras por gráficos são acompanhadas de instruções verbais;

- partituras verbais – partituras escritas com palavras, vale como um "roteiro" que os músicos memorizam e tomam como base de seu ato musical. A partitura verbal torna-se simplesmente uma instigação à produção do ato musical, fornece indicações, informações sobre um itinerário possível apresentado ao indivíduo. O compositor aparece na qualidade de "regulador' da performance (MASSIN & MASSIN, 1997).

É consenso entre os autores que uma obra musical pode ser manifestada em diversas versões. As versões mais comuns que uma partitura pode ter, tornando-a uma expressão da obra ou uma nova obra, dependendo do grau de modificação, de acordo com Bennett (2001) e Recine (1997), são:

- arranjo – nova versão de uma obra musical feita pelo próprio compositor ou outra pessoa. É reescrever a obra preexistente para a execução por um grupo específico de vozes ou instrumentos musicais, para que fique em forma diferente das execuções anteriores ou para tornar a música mais atraente para o público. Geralmente usam-se técnicas de rítmica, harmonia e contraponto para reorganizar a estrutura da peça de acordo com os recursos disponíveis, tais como a instrumentação e a habilidade dos músicos;

- transcrição – designa a cópia grafada de uma obra musical, envolvendo alguma modificação. Pode ser uma mudança de meio de expressão ou pode significar que sua notação, ou então sua disposição, foi transformada. O termo também pode incluir o registro escrito de música executada ao vivo ou gravada, ou sua transferência de forma audível para forma gráfica, por meios eletrônicos ou mecânicos;

- transposição – a notação ou execução de música em uma altura diferente daquela em que foi originalmente concebida, elevando-se ou abaixando-se todas as notas pelo mesmo intervalo;

- orquestração – arranjo ou transcrição para orquestra de uma obra original para outro instrumento;

- redução – arranjo para um só instrumento ou grupo instrumental de uma partitura original para orquestra e/ou vozes;

- adaptação – obra musical que representa uma alteração de outra obra (por exemplo, transcrição livre) ou parafraseia partes de várias obras ou o estilo usual de outro compositor, ou ainda que se baseia simplesmente em outra música (por exemplo, variações sobre um tema).

4. Representação da informação musical

A ciência da informação busca tratar a música como informação e não somente como expressão de arte passível de ser preservada, armazenada, representada, disponibilizada, intercambiada e recuperada de maneira similar ao que já ocorre com as demais informações textuais e grafias registradas. Neste contexto, a informação musical contida em documentos pode ser representada por uma imagem, por símbolos, por áudio e por um conjunto de elementos bibliográficos, refletindo sua origem e suas especificidades, de modo a facilitar a sua recuperação e disseminação, permitindo ao usuário selecionar, identificar, localizar e obter a informação desejada.

Os documentos musicais oferecem grandes desafios para a representação bibliográfica e para a organização em sistemas de recuperação da informação. Enquanto unidade documentária, a notação musical tem características de um documento gráfico e de um documento de texto, tornando complexo o tratamento da informação musical. Além dos conflitos comuns a outros tipos de documentos, os documentos musicais possuem singularidades observáveis sob diferentes aspectos, como: a) natureza da obra musical; b) sua multiplicidade documental; c) aspectos técnicos da sua representação; d) e potencial de utilização, para entreterimento, para execução, para estudo e/ou para investigação. Assunção observa o mesmo e conclui que

> um conteúdo musical se apresenta numa grande diversidade de formas, gêneros e versões, os documentos têm uma multiplicidade de apresentações e de suportes, a música é representada através de convenções técnicas muito particulares e os utilizadores caracterizam-se por uma disparidade de usos e de níveis de especialização. (ASSUNÇÃO, 2005, p. 47).

A questão da representação e recuperação da música foi publicada pela primeira vez, em um capítulo do ARIST, em 1996, escrito por Alexander McLane, intitulado "Music as information". O autor direciona sua discussão para os grandes problemas relacionados à representação de documentos musicais e em especial à recuperação de obras musicais na forma digital. McLane (1996) analisa alguns dos mais significantes aspectos da música – sua notação e seu som – e classifica a representação da obra musical, ou documentos musicais, em três perspectivas: a subjetiva, a objetiva e a interpretativa.

Para McLane (1996), a visão subjetiva da obra musical pode ser entendida como o uso do esquema de notação para representá-la. Subjetiva porque a escolha de elementos de notação normalmente representa uma obra em "contexto-dependente", no sentido de que a decisão da notação pode incluir ou excluir aspectos particulares da obra, como, por exemplo, a afinação.

A visão objetiva pode ser identificada como um som gravado da obra musical. O som musical é objetivo porque, uma vez gravado, a representação da música através da gravação é fixada e não mais sujeita às variações editoriais e de performance. Esta visão pode ser considerada a mais completa representação da música na medida em que inclui as seguintes facetas: tom, tempo, harmonia, editorial e timbre.

A visão interpretativa seria a representada através da análise de alguns aspectos da obra. Classificações e esquemas analíticos que elucidam características que não são óbvias de uma obra musical (como o gênero musical), ou de um conjunto de obras, entram nesta categoria. Avaliações críticas, como aquelas encontradas nos anuários ou revisões musicais, fazem parte da visão interpretativa.

De acordo com McLane (1996), "qualquer representação da música irá consistir em uma ou mais destas três visões". Como representar a informação musical em um esquema que contemple as visões de McLane? Na teoria de McLane fica evidente que a recuperação da informação musical, seja de dados bibliográficos ou de arquivos de som ou imagem, depende tanto da complexidade e da forma como a informação é representada quanto do conhecimento prévio do usuário para encontrar a informação desejada. Quanto menor o conhecimento do usuário, maior a possibilidade de ele fazer buscas detalhadas, exigindo assim mais formas de representação.

Também nesta perspectiva, Downie (2003) assinala os quatro desafios do universo da representação e recuperação da informação musical em ambientes digitais: multiexperimental, multicultural, multirrepresentacional e multidisciplinar.

O desafio multiexperimental é visto pelo autor como as diferentes formas de apropriação, apreciação, uso e experiências percebidas por cada pessoa, emanadas do contato com a música. O autor assinala que a música pode ser

experimentada como um objeto de estudo para uso doméstico e ser ouvida apenas em um nível subconsciente, como uma experiência prazerosa, como continuação das tradições familiares, como um meio de expressão religiosa, e muitos usuários procuram a música, não como experiências melódicas ou harmônicas, mas para reais alterações físicas e emocionais como, por exemplo, certo tipo de euforia enérgica que pode ser associada ao hip-hop. Downie (2003) acrescenta que a variedade aparentemente infinita da experiência musical coloca dois obstáculos significativos para os profissionais que lidam com a representação e recuperação de música: os problemas do público-alvo e a utilização pretendida e a própria natureza da música (aspectos melódicos, harmônicos, rítmicos e timbres) para determinação de similaridades e relevância na recuperação da informação em sistemas de recuperação de informação musical.

Qual conjunto de usuários será privilegiado e que conjunto de utilizações será abordado em um sistema de recuperação de informação? Considerando que as percepções dos usuários individuais mudam com o tempo, como ajustar os julgamentos de relevância em um cenário de constante mudança de percepção? Ignorar o aspecto experimental do processo de representação e recuperação de informação musical pode significar a diminuição da recuperação de documentos relevantes de música para cada consulta submetida em um sistema de recuperação da informação musical.

Para Downie (2003) o desafio multicultural origina-se da condição de ser a música uma objetivação da expressão humana, que sofre interferência de variados aspectos da cultura vigente no momento de sua produção. A música transcende as fronteiras culturais e de tempo. Para o autor, cada época histórica, cultura e subcultura criou sua própria forma de se expressar musicalmente dando origem ao desafio multicultural. Há vários estilos de música para os quais as codificações padrões, normalmente utilizadas para representar a música ocidental, não se encaixam nos modelos comumente desenvolvidos para os sistemas de recuperação da informação, como, por exemplo, improvisação jazzística, música eletrônica, música da Ásia, canções tribais, performances indianas. Como planejar sistemas de recuperação da informação aptos a representar e recuperar qualquer tipo de música?

Continuando, Downie (2003) assinala que o desafio multirrepresentacional pode ser dividido em sete facetas a serem consideradas na descrição da música e que representam a estrutura musical, mencionada anteriormente. São elas:

- tonal – quantidade percebida de som que é principalmente associada a sua frequência fundamental. Esta faceta descreve noções de representação gráfica da altura, noção de tonalidade (escala maior ou menor), notas, intervalos e outros aspectos relacionados à melodia;

- temporal – informação associada à duração de eventos musicais como a harmonia, a altura e acentos (destaque dado a uma ou mais notas na interpretação, normalmente através de um nítido aumento de sua intensidade sonora ou de sua duração), incluindo elementos ligados ao ritmo;

- harmônica – informação relacionada às músicas polifônicas, combinação de notas soando simultaneamente. Nessa faceta estão citados elementos de informação sobre acordes e eventos harmônicos;

- timbre – compreende todas as informações associadas à qualidade ou ao colorido do som, não é nem a tonalidade e nem a intensidade do som, mas o que permite caracterizar diferentes instrumentos. Um clarinete e um oboé emitindo a mesma nota estarão produzindo diferentes timbres musicais. Recai sobre esta faceta a designação de instrumentos específicos para executar toda ou parte de uma obra;

- editorial – informação relacionada a instruções de execução de uma música, incluindo os dedilhamentos, articulações, dinâmica, cadências, solos de improvisação e assim por diante. Esta faceta pode ser representada por ícone ou texto, ou ambos. Revela, por exemplo, se uma partitura é uma edição facilitada ou *urtex*.[2] Ausência de informação editorial torna-se um problema para a representação de informação musical, como, por exemplo, a indicação de *baixo contínuo*, onde as harmonias são implícitas e um acompanhamento de *contínuo*[3] pode ser realizado de muitos modos diferentes, dependendo do tipo de obra e do contexto da execução. Em muitos casos, as discrepâncias existentes entre as edições de diferentes editoras da mesma obra influenciam, sobremaneira, na decisão da escolha do usuário;

- textual – estão incluídas nesta faceta as informações sobre as canções, arias, *liders*, corais, hinos, cantatas, sinfonias, texto de óperas, libretos e assim por diante. Chama-se atenção para o fato de que uma melodia dada pode ter múltiplos textos e que um determinado texto pode ter várias configurações musicais. Um bom exemplo deste fenômeno é a melodia "God Save the Queen", conhecida dos cidadãos da comunidade britânica como seu hino real, mas também conhecida como a canção "America" ou "My Country this of Thee" pelos republicanos estadunidenses;

- bibliográfica – faceta relacionada aos metadados da música, como autores (composição, letras, arranjos, transposições), títulos (uniforme, paralelos,

título da capa etc.), intérprete, número do catálogo, datas (publicação, composição, arranjos, transposições etc.), discografia, editora, letras, minutagem etc. Esta faceta é a única cujas informações não são derivadas do conteúdo de uma composição musical, e sim da descrição da obra musical.

A interação dessas facetas resulta em complexidade na representação da informação musical (considerando os elementos e a linguagem musical), somada às dificuldades associadas à descrição bibliográfica dos documentos. Cada uma das facetas sofre um tipo de representação enquanto produto. Com exceção da faceta bibliográfica, cada uma das facetas mencionadas pode ser representada como símbolos, como áudio, ou ambas as representações.

E por último, ao que parece, para Dowie (2003) a rica diversidade intelectual da comunidade de pesquisa em recuperação da informação musical dá origem ao desafio multidisciplinar que expõe a dificuldade de interação, tanto em âmbito comunicacional como pragmático, entre diferentes áreas que têm a música como seu objeto de pesquisa e utilizam diferentes linguagens, abordagens e perspectivas investigativas. Engenheiros de som trabalham com processamento de sinais, musicólogos trabalham sobre as questões de representação simbólica, cientistas da computação em técnicas de correspondência de padrão, bibliotecários nas preocupações das representações descritivas e temáticas e assim por diante. Esta heterogeneidade de visões de mundo disciplinar é vista pelo autor, como um ponto particularmente problemático, pois não existe a interação da contribuição de cada disciplina. Cada grupo de pesquisadores traz o seu próprio conjunto de metas, de práticas, e está avaliando suas abordagens com uma variedade tão grande de formas e métodos de avaliações, evidenciando os problemas de linguagem e a abundância da base de conhecimentos, o que torna difícil para os membros de uma disciplina apreciar os esforços dos outros.

McLane (1996) e Dowie (2003) apresentam suas considerações para a representação e recuperação de informação musical ante a difusão e os avanços das novas tecnologias, pois cada vez mais o acesso digital à música tem sido o tema recorrente de diversas comunidades científicas. A preocupação com a representação e recuperação de informação musical fica evidenciada pela crescente quantidade de publicações e eventos específicos que foram divulgados nos últimos anos sobre o assunto. Como, por exemplo, a ISMIR (International Conference on Music Information Retrieval) e a Comunidade científica MIR (Music Information Retrieval), que desenvolvem sistemas de recuperação de musica aplicados a várias formas e gêneros musicais e que servem como ferramenta para todos os tipos de usuários alcançarem os conteúdos musicais, sejam eles elementos bibliográficos, som ou imagem.

Myers (1995) nos lembra, em seu artigo sobre as características especiais para indexação e catalogação de música, que a mensagem ou o uso de um documento musical varia consideravelmente de acordo com o suporte: os efeitos de uma partitura, de um registro sonoro e de um libreto são diferentes, mas podem representar a mesma obra musical. E acrescento que, ainda considerando o mesmo suporte, a mesma obra musical pode estar notada em diferentes tipos de partituras com diferentes tipos de uso e conteúdo. Vejamos os seguintes exemplos: a obra Madama Butterfly de Giacommo Puccini foi publicada em partitura de bolso (grade), partitura para orquestra (partes + grade), partitura para redução de piano, partitura das árias para soprano (*Cio-Cio-San*) partitura para violino e piano e várias outras; um usuário que busca exemplos de música que descreva uma tempestade ou uma música para abertura de um cerimonial necessita ter acesso a elementos bibliográficos descritivos e temáticos da música, diferentes dos que buscam uma sinfonia de Beethoven arranjada para quarteto de cordas. Considera-se um obstáculo a transpor o significado que uma obra musical é capaz de armazenar. Qual seria o assunto da primeira sinfonia de Beethoven?

De acordo com Krummei (1984), desde o século XVI, há basicamente dois esquemas comuns de organização de documentos musicais (aqueles que remetem à música propriamente dita) presentes na maioria dos arranjos de acervos de partituras. Um esquema é a ordenação das partituras por formas musicais ou gêneros, reunindo assim, por exemplo, todos os madrigais, missas, sonatas, quartetos etc. Esta divisão principal pela forma ou gênero é geralmente subdividida por instrumentação. O segundo método organiza partituras por instrumentação, por exemplo, agrupando todas as músicas para flauta, para voz solista, música para violino e piano, reduções, regência e assim por diante. Esta divisão principal pela instrumentação é, então, geralmente subdividida por formas musicais ou gêneros.

5. Considerações finais

A reflexão sobre os documentos musicais e seus desafios para a representação da informação musical pretendeu despertar os catalogadores para a identificação de elementos intrínsecos e extrínsecos aos documentos musicais que os auxiliam na representação bibliográfica da informação musical. Conhecer a estrutura da música torna-se válido para a organização de sistemas de recuperação da informação musical, pois as manifestações da música apresentam-se carregadas de características próprias de elementos musicais e variações na tipologia dos documentos.

Contudo, nessa tensão entre informação bibliográfica e informação sonora, cada qual com suas especificações, é que reside justamente a garantia da

organização eficaz dos documentos musicais ante o diapasão das necessidades dos usuários. E é ainda o que proporciona aos catalogadores a apropriação de informações que possibilitam uma análise crítica que influenciará na tomada de decisão da seleção das informações a serem descritas para a representação bibliográfica dos documentos musicais.

6. Notas

1 http://www.unesco.org

2 Palavra aplicada a uma edição impressa moderna de música antiga em que o objetivo é apresentar um texto exato, sem acréscimos ou alterações editoriais.

3 Expressão que se refere à parte ininterrupta de baixo que percorre toda a obra concertante do período barroco e serve como base para as harmonias (Dicionário Grove de Música, 1999).

7. Referências

ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva. *Catalogação de documentos musicais escritos*: uma abordagem à luz da evolução normativa. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade de Évora, Lisboa, 2005.

BENNET, Roy. *Elementos básicos da música*. Tradução de Maria Tereza de Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 96 p.

_____. *Forma e estrutura na música*. 3. ed. Tradução de Luiz Carlos Cseko. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 102 p.

BLACKING, J. *How musical is man?* Seattle: University of Washington Press, 1973.

CASTRO, Antônio José Jardim e. *Música*: uma outra densidade do real; para uma filosofia de uma linguagem substantiva. 1988. 205 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Conservatório Brasileiro de Música, Rio de Janeiro, 1988.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado sob a direção do Joint Steering Commitee for Revision of AACR. – 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

DICIONÁRIO GROVE DE MÚSICA: edição concisa. Editado por Stanley Sadie. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

DOWNIE, J. S. Music information retrieval. *Annual Review of Information Science and Technology*, 2003, v. 37, p. 295–340.

HANSLICK, Eduard. *Do belo musical*: um contributo para a revisão da estética da arte dos sons. Lisboa: Edições 70, 2002. 105 p.

INSKIP, Charles; MAC FARLANE, Andrew; RAFFERTY, Pauline. Meaning, communication, music: towards a revised communication model. *Journal of Documentation*, v. 64, n. 5, p. 687-706, 2008.

KRUMMEL, Donald W. The Origins of Modern Music Classification, In.: *FestschriAft lbiR osenthal*, ed. Rudolf Elvers (Tutzing: Hans Schneider, 1984), 181-98.

MASSIN, Jean; MASSIN, Brigitte. *História da música ocidental*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997. 1255 p.

MCLANE, Alexander. Music as information. *Annual Review of Information Science and Technology*, New Jersey, v. 30, p. 225-262, 1996.

MENUHINE, Yehudi; DAVIS, Curtis W. *A música do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 319 p.

MYERS, Jane A. Music: special characteristics for indexing and cataloguing. *The Indexer*, v. 19, n. 4, October. p. 269-273, 1995.

ORTEGA, C. D. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. *Liinc em Revista*, 2011, v. 7, n. 1, p. 43-60. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/402/263>. Acesso em: 22 nov. 2011.

PLAZA-NUEVAS, Miguel Ánge; CUENDE, Maite. La documentación musical em España ante El reto de lãs nuevas tecnologias: presente y... ¿futuro? In: JORNADAS ANDALUZAS DE DOCUMENTACIÓN, 2., 1999, Granada. *Anais...* Granada: Asociación Andaluza de Documentalistas, 1999, p. 403-424.

RECINE, Analucia Viviane dos Santos. *Análise de partituras*. São Paulo: APB, 1997. 10 f. (Ensaios APB; n. 47).

TOMÁS, Lia. *Ouvir o logos*: música e filosofia. São Paulo: Unesp, 2002. 137 p.

TORRES MULAS, Jacinto: El documento musical: ensayo de tipología. *Cuadernos de documentación multimedia*, 2000, v. 9, p. 743-748.

Visões sobre os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR

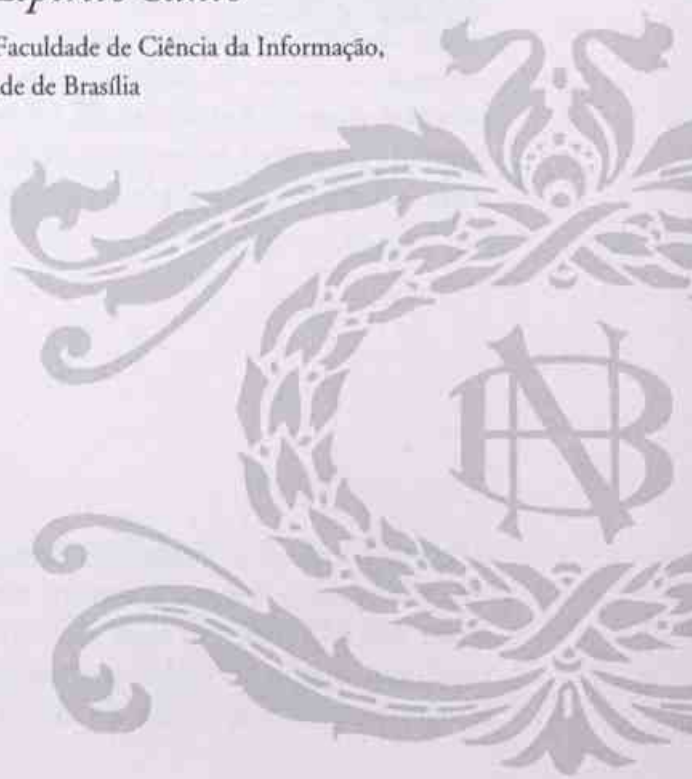
O modelo FRBR como base para análise de catálogo em biblioteca universitária

Bruno Augusto Carvalho da Cunha

Graduando em Biblioteconomia, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília

Iasmine do Espírito Santo

Graduanda em Biblioteconomia, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília



Resumo

O presente trabalho apresenta de forma breve o modelo conceitual Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), restringindo-o às entidades do grupo 1 e aos relacionamentos e atributos referentes a elas. De forma complementar, os conceitos de catalogação e catálogo são apresentados. É avaliado o catálogo bibliográfico da North Carolina State University Libraries, que serve como exemplo para bibliotecas universitárias brasileiras. A obra The Chronicles of Narnia foi utilizada como mediadora entre os FRBR e o catálogo, com vistas à inferência de características relacionadas à recuperação da informação, à usabilidade e ao acesso ao referido catálogo.

Palavras-chave: *FRBR. Bibliotecas universitárias. Catalogação. The Chronicles of Narnia. North Carolina State University Libraries.*

Abstract

This paper presents in a brief way the *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) conceptual model, restricting it to the group 1 entities, and the relationships, and attributes referring to them. The concepts of cataloging and catalog are presented in a complementary way. We evaluate the bibliographic catalog of the North Carolina State University Libraries, which is used as an example for the Brazilian university libraries. The Chronicles of Narnia was used as mediator between the FRBR and the catalog in view of the inference of characteristics related to the retrieval of information, its usability, and the access to the catalog.

Keywords: *FRBR. University libraries. Cataloging. The Chronicles of Narnia. North Carolina State University Libraries.*

1. Introdução

O usuário da informação, ao ir à biblioteca, procura algo que satisfaça suas necessidades informacionais. Para tanto, algumas possibilidades se apresentam. Ele pode dirigir-se diretamente ao bibliotecário ou utilizar o sistema disponível para pesquisa no acervo da biblioteca, ou seja, o catálogo. Sendo assim, é preciso que a biblioteca tenha um sistema que recupere todos os documentos que abordem o assunto que o usuário deseja utilizando todos os suportes existentes na instituição ou instituições associadas. Para isso, o catálogo precisa ser rápido, eficaz, eficiente e de fácil acesso e compreensão para o usuário.

Além dos fatores acima citados, a qualidade de um catálogo é analisada, pela descrição física e intelectual do documento, para que possa satisfazer as necessidades informacionais do usuário. Assim, a utilização de modelos para desenvolver e implementar o catálogo é essencial, mas é necessário saber se tal ferramenta condiz com o contexto da biblioteca ou será útil à recuperação da informação.

Com base no exposto, os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), modelo conceitual entidade-relacionamento, foi utilizado como parâmetro avaliativo para representação bibliográfica no catálogo a ser analisado. O objetivo deste trabalho consiste em avaliar um catálogo sob o mesmo paradigma, analisar sua aplicabilidade e saber se, de fato, isso auxilia o usuário. A primeira parte do artigo apresenta a base teórica utilizada para o desenvolvimento da avaliação, seguida pela exposição de conceitos empregados. Por fim, a análise do catálogo North Carolina State University Libraries e de suas funcionalidades. Tais características podem ser facilmente aplicadas a catálogos brasileiros, nos quais alguns recursos citados neste artigo não estão disponíveis.

2. Revisão de literatura

2.1. FRBR

Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos foram criados com o objetivo de reestruturar tanto as regras quanto as práticas catalográficas influenciadas pela Declaração dos Princípios de Paris de 1961. Eles têm como base o modelo Entidade-Relacionamento importado da computação, que traz para o seu escopo conceitos de entidades, atributos e relacionamentos (MORENO, 2006, p. 17).

Para Peter Chen, entidade pode ser definida como "uma 'coisa' que pode ser distintamente identificada" (1990, p. 20 apud SILVEIRA & TÁLAMO, 2009, p. 110). Por ser um conceito abrangente, restringi-lo ao universo bibliográfico, em específico da representação descritiva, faz-se necessário. Os FRBR têm dez entidades, que estão divididas em três grupos distintos. Silveira e Tálamo os apresentam da seguinte forma:

> Grupo 1 – as entidades que representam os produtos de trabalho intelectual ou artístico: *obra, expressão, manifestação e item*;
> Grupo 2 – as entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, pela produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo: *pessoa, entidade coletiva*;
> Grupo 3 – as entidades que representam o assunto de uma obra: *conceito, objeto, evento e lugar* (2009, p. 110).

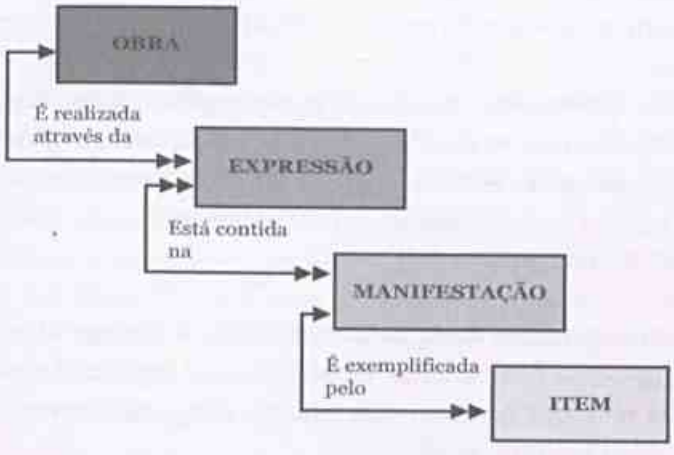
Das entidades contempladas, os FRBR dão atenção especial às do Grupo 1, como será seguido neste trabalho. A entidade obra é definida como "uma criação intelectual ou artística distinta, ou seja, o conteúdo intelectual em si, independentemente de seu suporte ou de sua forma" (MEY & SILVEIRA, 2009, p. 19).

Uma obra em si mesma não se realiza e não chega a ninguém além da autoridade responsável por ela. A realização de uma obra se dá por meio da entidade expressão. Esta entidade, segundo Mey e Silveira (2009, p. 19), é "a realização intelectual ou artística de uma *obra*, ou seja, a forma como se expressa o conteúdo intelectual".

A expressão realiza a obra, mas, sem um suporte, sem algo que a materialize, ela não sai do âmbito da autoridade para chegar a outros. Para que isso ocorra, existe a manifestação que materializa essa expressão. Mey e Silveira consideram essa entidade como "a materialização de uma *expressão* de uma *obra*, ou seja, a representação de todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto de conteúdo intelectual como de forma física" (2009, p. 19). Essa "é representada pelo item, o único exemplar de uma manifestação" (MORENO, 2006, p. 35).

Relacionamento, para Chen (1991, p. 21-24 apud MORENO, 2006, p. 34), "é uma associação entre uma ou várias entidades". Há relação direta entre as entidades do primeiro grupo, o que pode ser visto na imagem a seguir.

Figura 1: Grupo 1 e relacionamentos



Fonte: MORENO, 2006, p. 57.

Uma obra pode ser realizada através de uma ou mais expressões (motivo da seta dupla), mas a relação inversa não ocorre, ou seja, uma expressão é a realização de uma obra somente. Uma expressão pode estar contida em uma ou mais manifestações, relação que se mantém no sentido inverso, pois uma manifestação pode conter várias expressões. Já a relação entre manifestação e item é de via única: um item pode exemplificar somente uma manifestação, sendo que esta pode ser exemplificada por um ou mais itens.

Além dos conceitos de entidades e relacionamentos, os FRBR trazem também a ideia de atributos. Para Moreno, atributos "são as diversas características que um tipo de entidade possui" (2006, p. 34). Para cada entidade, existem atributos que a caracterizam. Para fins deste trabalho consideraremos os atributos referentes às seguintes entidades: obra, expressão e manifestação. Atributos selecionados encontram-se no quarto tópico deste artigo.

Com base na consideração dessa tríade conceitual (entidades, relacionamentos e atributos), a recuperação da informação em catálogos pode ter sua qualidade potencializada. Mais adiante, a aplicação dos mesmos será avaliada.

2.2. Catalogação e catálogo

A catalogação consiste em uma representação bibliográfica da informação. De acordo com os detalhes do documento a ser registrado, bem como de sua análise pelo catalogador, é elaborada uma rede de relacionamentos entre os vários registros do conhecimento. Essa rede é formada através de características

específicas do registro e também pelo agrupamento de aspectos em comum, para futuramente serem acessadas pelo usuário que necessitar de informação.

Sendo assim, a catalogação pode ser definida como:

> O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (MEY & SILVEIRA, 2009, p. 7).

Por sua vez, o produto deste estudo configura o catálogo, o qual, por sua vez é definido como "documento secundário que registra e descreve documentos (itens reunidos permanentemente ou temporariamente)" (CUNHA & CAVALCANTE, 2008, p. 71).

Portanto, o catálogo é a porta de acesso do usuário para a informação desejada. Nele, será mostrado o que há no acervo sobre determinado assunto, em qual suporte ele está e se está disponível.

Mas, antes mesmo de um catálogo ser navegável, é preciso que haja uma estruturação adequada dele e de seus registros, para que o usuário consiga efetuar a busca e recuperar a informação. Assim, o catálogo deve ser de fácil acesso, com uma linguagem que o usuário entenda, para que ele possa encontrar a informação que deseja e todas as opções de obras, manifestações e itens que a biblioteca possa ter sobre o tema em questão. Por isso, os objetivos e funções do catálogo são definidos como:

> O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao utilizador (usuário):
> 4.1 Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:
> 4.1.1 Para encontrar um determinado recurso.
> 4.1.2 Para encontrar conjuntos de recursos representando todos os recursos que pertencem à mesma obra; todos os recursos que representam a mesma expressão; todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação; todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou colectividade (entidade); todos os recursos sobre um determinado assunto; todos os recursos definidos por outros critérios (língua, lugar de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa.
> 4.2 Identificar um recurso bibliográfico ou agente – ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares.
> 4.3 Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do utilizador (usuário), ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as

> necessidades do utilizador (usuário), no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do utilizador (usuário);
> 4.4 Adquirir ou obter acesso a um item descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao utilizador (usuário) adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou aceder (acessar) eletronicamente a um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou acessar (aceder), adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;
> 4.5 Navegar num catálogo ou para além dele (quer dizer, através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades (colectividades), conceitos, objetos, eventos e lugares). (IFLA, 2009, p. 3).

Tendo como base esse parâmetro, é possível identificar que o foco do catálogo está no público-alvo, ou seja, o usuário dos registros bibliográficos contidos nele. Assim sendo, é preciso que cada catálogo acompanhe a comunidade e se adapte às necessidades dela.

> O cenário indica que, se as bibliotecas e centros de documentação quiserem oferecer melhor serviço aos usuários e cumprir sua missão, necessário se torna acompanhar passo a passo o desenvolvimento da sociedade, entender com mais precisão os hábitos e os costumes dos usuários, adaptar as tecnologias às necessidades e quantidades de informação de que dispõem, assim como utilizar um sistema informatizado que privilegie todas as etapas do ciclo documental, no qual a escolha recaia sobre uma ferramenta que contemple os recursos hoje disponíveis, sem se tornar obsoleto a médio e longo prazos. (CÔRTE et al., 1999).

Portanto, a biblioteca tem que estar em constante atualização e atenta às necessidades de seus usuários. Por sua vez, os catálogos devem ser amigáveis, de fácil acesso e com interface agradável, de modo que o usuário possa, de maneira rápida, eficaz e eficiente, encontrar o documento necessário para satisfazer suas necessidades e, assim, ajudá-lo a tomar decisões.

> O usuário é o cliente da biblioteca e, como o principal objetivo é auxiliá-lo na consulta ao acervo, é desejável que se pesquise a satisfação do usuário quanto ao uso do sistema que ele utiliza. O usuário é, portanto o principal avaliador de um sistema e a sua satisfação um elemento que caracteriza a qualidade de um *software* (ALMEIDA et al, 2004 apud SILVA & AMARAL, 2008, p. 6).

O catálogo precisa ser um instrumento útil para sanar as lacunas de informação que o usuário possa vir a ter e orientá-lo em como adquirir essa infor-

mação, atendendo assim à demanda de quem o acessa.

A partir dessas premissas, entende-se que a ergonomia de softwares é um fator imprescindível em um catálogo.

> Nesse sentido, a ergonomia de softwares é conceituada por Borges, citado por Guzzo como sendo "ciência que estuda todos os aspectos referentes ao conforto, utilização, organização, documentação e todo efeito que um software possa gerar no seu contato com o ser humano. (CÔRTE et al., 2002, p. 32).

3. Metodologia

O objetivo deste trabalho é a análise do catálogo da North Carolina State University Libraries. As entidades do Grupo 1 do modelo conceitual FRBR são a base para esta avaliação. A presença das mesmas e como elas são apresentadas no catálogo são requisitos considerados importantes para o ambiente de recuperação de uma informação confiável. Relações e atributos básicos a tais entidades também serão considerados.

De forma complementar, conceitos e características apresentados por Silva & Amaral (2008) e Côrte (2002) serão tratados como elementos a serem avaliados. Para Silva & Amaral[1] (2008, p. 8), tais características, de forma geral, contemplam: legibilidade; instruções de uso; situação do documento desejado; e disponibilidade de busca avançada. De Côrte et al. tem-se como característica importante que "constitui-se de um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as instituições produzem, obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento, tendo nos recursos tecnológicos o instrumento facilitador deste processo" (2002, p. 20, grifo nosso).

4. North Carolina State University Libraries

Localizada na América do Norte, no Estado da Carolina do Norte, está disponível no sítio <http://www.lib.ncsu.edu/>. O catálogo apresenta o acervo de diversas bibliotecas, como a Natural Resources Library e Design Library. Esse acervo atende à comunidade e apresenta determinados horários em que apenas funcionários, estudantes e professores podem visitá-lo. Essa informação está disponível no canto superior direito da tela em um ícone, escrito "Hours" (horário, tradução nossa).

O catálogo apresenta interações com as redes sociais, inclusive as mais utilizadas atualmente, como Twitter e Facebook. Além disso, apresenta a opção

de se assinar a RSS (Really Simple Syndication) para receber notícias por e-mail. Outro aspecto interessante é a interação que aparece em uma janela à esquerda, com as chamadas para as informações mais recentes da biblioteca. Estão disponíveis também atividades para celular, como acesso do catálogo pelo smartphone (NCSU Libraries Mobile), e um aplicativo (Wolfwalk) que possibilita ao usuário conhecer a história da Universidade à medida que anda pelo campus. Com o GPS ligado, é possível ao usuário localizar o lugar em que está e ter acesso a um guia de imagens que contam um pouco dos 125 anos da universidade. Para saber mais sobre o aplicativo, há um link na página inicial que direciona o leitor para a informação.

Esse catálogo apresenta uma ferramenta específica para pesquisa. Denominada QuickSearch, ela possibilita ao usuário ter acesso ao acervo de diversas bibliotecas que fazem parte da mesma rede, além de facilitar o contato com os serviços da biblioteca e os produtos disponíveis.

> QuickSearch é projetado para complementar e aumentar o uso de ferramentas existentes nas bibliotecas compartilhadas, como catálogos, procuras de recursos eletrônicos, e guias/portais de assunto, ao direcionar os usuários a eles através de uma interface de pesquisa intuitiva. (tradução nossa)

O QuickSearch possibilita a recuperação de documentos em diversas mídias, como livros, artigos, websites, e tem mecanismos de correção e sugestão ortográfica, como o "Did you mean" (você quis dizer, tradução nossa). Assim, se o usuário comete algum erro ortográfico, a estratégia citada acima pode recuperar informações sobre o tema pesquisado, mesmo que tenha sido digitado de forma incorreta. Dessa forma, o catálogo busca providenciar a maior quantidade de registros e, consequentemente, documentos sobre o assunto pesquisado, para que o usuário tenha uma gama de formatos, suportes e locais para acessar a informação que deseja.

4.1. Análise do catálogo

Há um campo de busca já na página principal da biblioteca. Ao pesquisar com a expressão de busca previamente determinada, é mostrada ao usuário uma nova interface com alguns suportes em que está o conteúdo pesquisado (várias manifestações da obra), assim como obras relacionadas e novas obras. Tendo como base *The Chronicles of Narnia*, a busca resultou, nos assuntos dispersos encontrados devido à recuperação da informação pelas palavras individualmente. Foram recuperados, com essa expressão de busca, 41 registros que representam, em conjunto, a obra em si e outras obras relacionadas.

O primeiro registro recuperado, por exemplo, não representa a obra *The Chronicles of Narnia* do autor C. S. Lewis e sim uma obra relacionada, ou seja, que aborda o mesmo assunto da obra trabalhada neste artigo, porém com outra autoria.

A busca pode ser refinada por facetas localizadas no lado esquerdo da tela. Há opções referentes a assunto, gênero literário, suporte (codex ou em linha) e número de chamada. Ou seja, ela inclui atributos da manifestação. Além disso, há uma opção no canto superior direito denominado "expand your research" (aumente sua pesquisa, tradução nossa). Ao clicar nesse ícone, é aberto um catálogo coletivo denominado "Triangle Research Library Network". Nele são reunidos os seguintes catálogos: Duke University; North Carolina Central University; NC State University; e University of North Carolina at Chapel Hill. Nessa nova busca, foram recuperados 123 registros sendo que o primeiro configura o filme "*The Chronicals of Narnia, the Voyage of the Dawn Treader*". Esse documento, porém, representa uma nova obra, já que é adaptação do livro para imagens e sons em sequência.

Voltando ao catálogo anterior, os registros são apresentados tendo como base a manifestação, sendo os itens relacionados exemplificados em seu corpo. Atributos relacionados a tais entidades serão explicados de maneira detalhada adiante.

A obra desejada foi apenas identificada no 19º registro. Ao clicar no link, para saber mais informações do documento, são encontrados os seguintes atributos: título e contexto.

Com relação à expressão, o atributo que se destaca é a língua na qual o documento está escrito.

Os atributos que mais se destacam são os relacionados à entidade manifestação, pois, como dito anteriormente, os registros são organizados tendo como base a mesma. Tais atributos são: indicação de responsabilidade; designação de edição; lugar de publicação; publicador; data de publicação; dimensão do suporte; e identificador.

É apresentada também a localização do item, inclusive em que andar da biblioteca ele está. Há a opção de se saber mais detalhes do livro. É possível ter acesso, por exemplo, ao ISBN (International Standard Book Number). Existe também um campo para assuntos relacionados que podem interessar ao usuário. É possível enviar ao usuário, por mensagem de celular ou e-mail, o registro referente ao assunto que está sendo procurado. Para bibliotecários, o campo MARC (Machine-Readable Cataloging) pode ser visto clicando no ícone indicado.

A expressão, nesse exemplo, é identificada na edição, que é especificada por "edição americana" (está em língua inglesa).

Ao voltar à página de resultados, há uma opção logo abaixo da caixa de texto de pesquisa, um ícone escrito "Star over" (nova pesquisa, tradução nossa) que possibilita a busca avançada. Nessa tela, há opções para se refinar a busca, como pesquisar pelo ISBN; por autor; por palavras específicas no título por meio da utilização de códigos booleanos; entre outros. Para essa nova busca, foram utilizados o título da obra em estudo e o nome do autor.

Com esse refinamento, foram recuperados 21 registros mais coerentes com o que se está procurando de fato. O primeiro registro, por exemplo, é exatamente a obra *The Chronicles of Narnia*, o que, na busca tradicional, está presente no 19º registro. Portanto, esse tipo de busca é o mais adequado para a recuperação satisfatória de um documento. Caso o usuário tenha alguma dificuldade, o catálogo oferece um atendimento em linha, por meio do qual o usuário pode tirar suas dúvidas a qualquer momento.

5. Considerações finais

A principal função de um catálogo é a recuperação da informação. O usuário, muitas vezes, se vê impelido a utilizar esse instrumento para ter acesso àquilo que deseja. Durante todo este trabalho, pretendeu-se demonstrar as características principais que um catálogo deve ter para realizar suas funções de forma eficiente e eficaz.

Os FRBR foram relevantes para essa avaliação, pois deixam à disposição um rico e coeso conjunto de conceitos que, aplicados a um catálogo, aumentam a sua qualidade. Os itens propostos por Côrte são um complemento necessário a esses conceitos, por tratarem de características de relevância equivalente.

O catálogo North Carolina State University Libraries é um exemplo satisfatório da aplicabilidade dos conceitos apresentados, mesmo que não respeite ou aplique todos eles. Levando em consideração os resultados obtidos na avaliação geral do catálogo, o uso do mesmo como modelo ou exemplo pelos universitários brasileiros é algo, se não aconselhável, a se considerar. A realidade da população brasileira está, cada vez mais, integrada ao mundo tecnológico e consequentemente à internet e à informação na nuvem cibernética. Nesse aspecto, é preciso que o catálogo adicione mecanismos para o acesso móvel e rápido da informação. Como é visto no catálogo North Carolina State University Libraries, é possível criar e dinamizar isso, basta apenas interesse e empenho dos profissionais, da biblioteca e instituições vinculadas a ela.

6. Nota

1 Segundo fonte, conceitos foram adaptados de heurística de Nielsen (As 10..., 2007); NBR 13596 (1996); Vilella (2003); e Café, Santos e Macedo (2001).

7. Referências

CÔRTE, Adelaide Ramos et al. Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. *Ciência da Informação* [online]. 1999, vol. 28, n. 3, p. 241-256. ISSN 0100-1965. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651999000300002. Acesso em: 16 jul. 2013.

_____. *Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos*. 2ª edição. São Paulo: Polis, 2002. 219 p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MORENO, Fernanda Passini. *Requisitos funcionais para registro bibliográfico – FRBR*: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

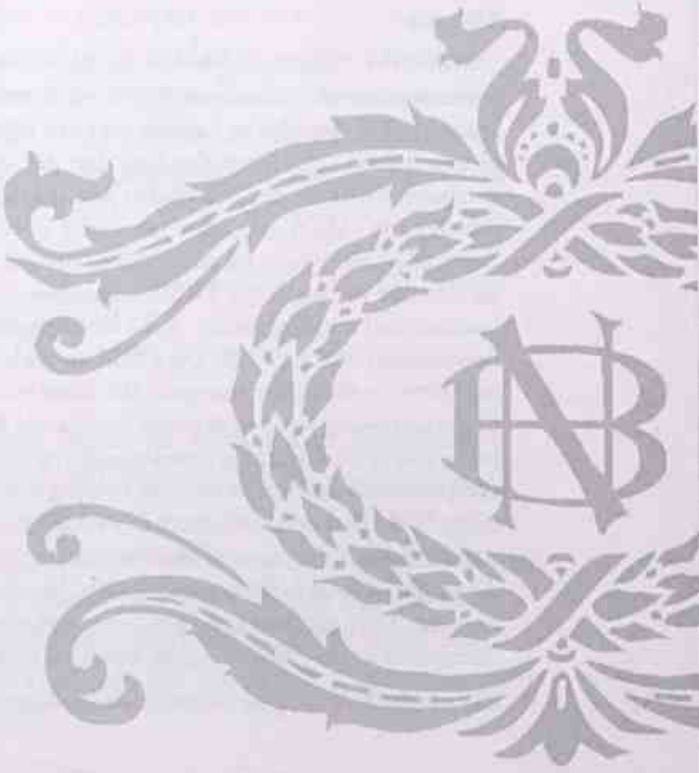
SILVEIRA, Naira Christofoletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Os FRBR e a escolha do ponto de acesso pessoal. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 108-120, maio/ago. 2009.

SILVA, T. M.; AMARAL, R. M. Avaliação da qualidade de software de gestão de bibliotecas: foco na usabilidade da interface de pesquisa. In: *Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 2008, São Paulo/SP. XV SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2008. p. 13.

IFLA Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009). Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf> Acesso em: 8 abr. 2012.

Considerações sobre os FRBR e representação descritiva da informação

Débora Adriano Sampaio
Mestre em Ciência da Informação (UFPB), Universidade Federal do Ceará



Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar as relações e contribuições dos FRBR para a representação descritiva da informação. Os FRBR são caracterizados como um modelo conceitual, pois representam e descrevem, de forma simplificada, o universo bibliográfico, levando em consideração o nível técnico, servindo de base para a implementação de sistemas ou bases de dados bibliográficas. Os FRBR não visam descrever a forma de apresentação dos elementos descritivos apresentadas nas ISBDs e em outros documentos normativos; trata-se de um modelo conceitual que apresenta as entidades, os atributos e os relacionamentos necessários aos registros bibliográficos. Através da pesquisa bibliográfica, discorremos sobre os FRBR propriamente ditos, percorrendo os eventos, situações e os meios de padronização internacional do universo bibliográfico, que antecederam e contextualizaram o desenvolvimento dos FRBR. Os FRBR são abordados como um novo paradigma da informação, e a literatura apresenta a mudança do foco do item para o conteúdo na catalogação e a alteração do foco da catalogação para o usuário. Os Requisitos Funcionais representam um avanço significativo na área de representação bibliográfica, estabelecendo relações diversas, proporcionando uma informação adicional ao usuário, ajudando-o a estabelecer conexões entre a entidade encontrada e outras entidades relacionadas com a mesma, propondo o agrupamento de entidades semelhantes, oferecendo um maior número de opções ao usuário que busca informações nos registros e possibilitando a expansão destes registros bibliográficos, de modo a solucionar os problemas referentes aos suportes de informação. Apresenta ainda considerações sobre a temática e revela o futuro da descrição bibliográfica no cenário mundial, com base nos FRBR.

Palavras-chave: *Descrição bibliográfica. Catalogação. FRBR. Requisitos funcionais.*

Abstract

The objective of this work is to show the relationships and contributions of FRBR for descriptive representation of information. FRBR are characterized as a conceptual model, because they represent and describe in a simple way the bibliographic universe, taking into account the technical level, providing the basis for the implementation of systems or bibliographic databases. FRBR do not intended to describe the form of presentation of descriptive elements presented in ISBDs and other normative documents; it is a conceptual model that shows the entities, attributes and relationships needed to bibliographic records. Through literature, we describe in length the FRBR themselves, covering the events, situations and means of international standardization of the bibliographic universe, that lead and contextualized the development of the FRBR. The FRBR are addressed as a new paradigm of information, and the literature shows the change in the focus from the item to the content, and the changing of the cataloging focus to the user. Functional Requirements represent a significant advance in the area of bibliographic representation by establishing various relationships and providing additional information to the user, helping him to establish connections between the found entity and other entities related to it, suggesting the grouping of similar entities, offering a wider range of options to the user seeking information in the records and allowing the expansion of these bibliographic records, in order to solve problems concerning information support. It also presents considerations on the subject and reveals the future of bibliographic description in the global scenario, based on FRBR.

Keywords: *Bibliographic description. Cataloging. FRBR. Functional requirements.*

1. Introdução

FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) é um modelo conceitual de descrição que independe de qualquer código de catalogação ou implementação. O modelo representa e descreve simplificadamente o universo bibliográfico em nível teórico, servindo como base para implementação de sistemas ou bases de dados bibliográficas. Foi desenvolvido por um Grupo de Estudo da Federação Internacional de Bibliotecários e Associações Bibliotecárias (IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions) entre os anos de 1992 e 1995 e continua a promover e monitorar o uso desse modelo.

O modelo FRBR objetiva organizar a informação sob novo foco, voltado para as necessidades de recuperação da informação do usuário final. Com o surgimento das novas tecnologias da informação surgiu a necessidade de adequação da representação descritiva para esses novos formatos. Com o modelo FRBR é possível a descrição de qualquer tipo de informação, independentemente do suporte. Percebe-se uma mudança de paradigma, o modelo FRBR possibilita a inserção de suportes que poderão ser desenvolvidos nos próximos anos.

O modelo apresenta estrutura clara e lógica ao usuário, para que seja possível a navegação facilitada nos espaços da informação e para melhorar os resultados de busca, além de ampliar os resultados possíveis.

O próprio relatório FRBR inclui a descrição do modelo conceitual (entidades, relacionamentos e atributos, ou metadados, como vêm sendo chamados atualmente), e uma proposta de registro bibliográfico em nível nacional, para todos os tipos de materiais e tarefas de usuários associadas com os recursos bibliográficos descritos nos catálogos, bibliografias e outras ferramentas bibliográficas (TILLETT, 2003).

2. Revisão de literatura

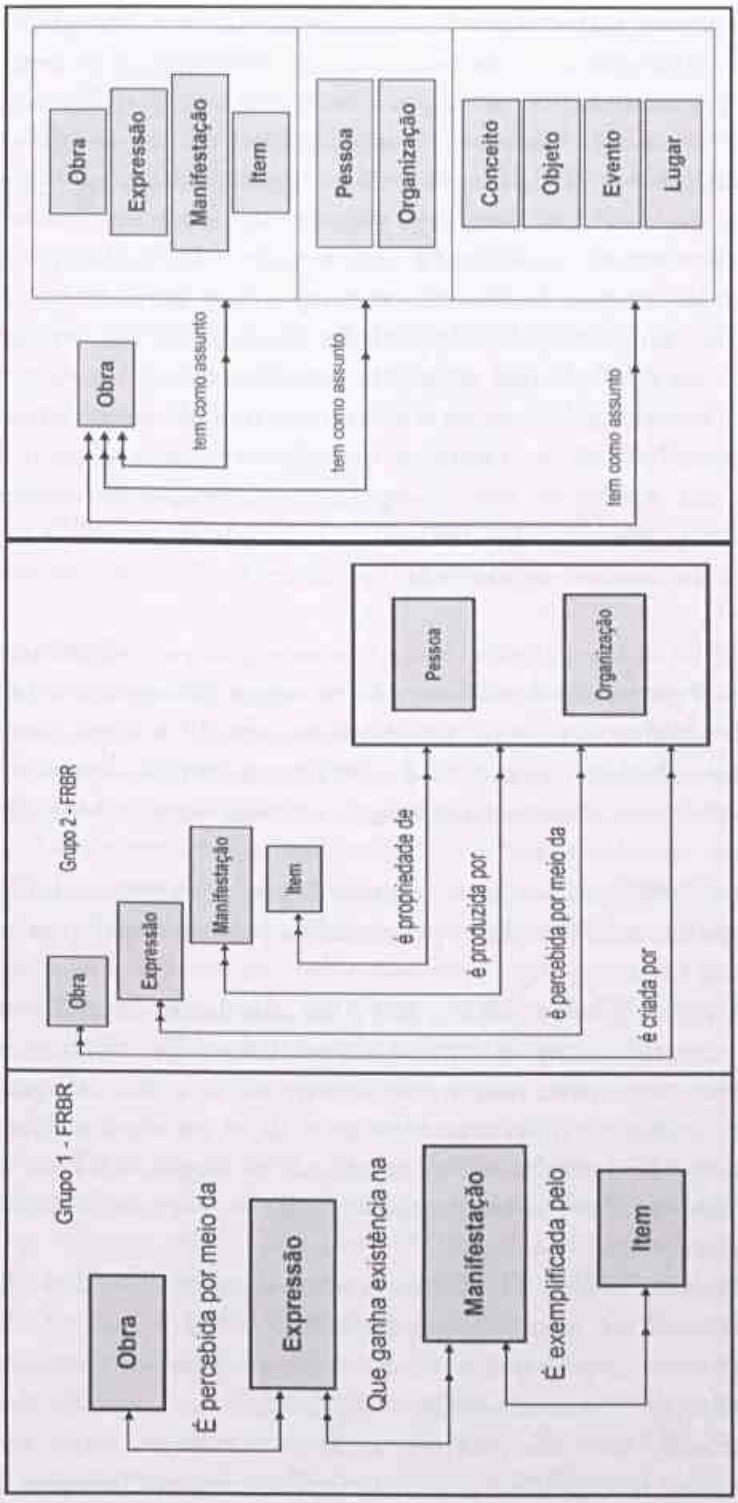
Ao longo do tempo, as complexas regras de catalogação limitaram a representação descritiva da informação de muitos suportes informacionais. A obsolescência do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR-Anglo-American Cataloging Rules) até a sua segunda edição e, posteriormente, sua atualização, ainda deixa muito a desejar à representação descritiva de muitos materiais de informação que circulam atualmente; e que ainda serão desenvolvidos, apesar de ter ampliado, com o passar do tempo, a descrição de outros tipos de material especializado.

Nesse contexto, os FRBR apresentam uma nova perspectiva da estrutura e dos relacionamentos dos registros bibliográficos e de autoridade, e também um vocabulário mais preciso para auxiliar os futuros responsáveis pela construção e atualização de regras de catalogação e projetistas de sistemas no atendimento das mais diversas necessidades informacionais dos usuários. Visam a um padrão de descrição bibliográfica equiparado aos demais países e compatível com os desafios tecnológicos e de intercâmbio de informações cada vez mais presentes em nossa realidade.

Entretanto, antes de observarmos sob a perspectiva dos FRBR, as regras de catalogação apresentam pouca clareza no que tange ao uso das palavras "obra", "edição" ou "item". Mesmo na linguagem corrente, costuma-se dizer "livro", tendo esta palavra diferentes acepções (TILLETT, 2003).

Tillett (2003) apresenta e analisa, a partir dos estudos sobre FRBR, a denominação de "livro" para se descrever um objeto físico que tem páginas de papel e uma encadernação, e que pode algumas vezes ser utilizado para se manter aberta uma porta ou para sustentar a perna de uma mesa. Os FRBR chamam ou consideram esse objeto um "item". Quando se diz "livro" também se pode dizer "publicação", tal como quando vamos a uma livraria comprar um livro. Nós podemos saber seu ISBN, mas uma cópia particular não está ainda em cogitação se ela não estiver em boa condição ou contiver páginas faltantes. Os FRBR chamam essa instância de "manifestação". Assim, a partir da implantação dos FRBR, as regras de catalogação, uma vez atualizadas, poderão disponibilizar uma terminologia clara e inovadora quando quisermos a conceituação da obra, expressão, manifestação e item, entre outros aspectos.

Este modelo apresenta 10 entidades divididas em: Grupo 1 (Obra, Expressão, Manifestação e Item), Grupo 2 (Pessoa e Entidade Coletiva), Grupo 3 (Conceito, Objeto, Evento e Lugar), além de um grupo adicional de entidades (agregadas e componentes), estas menos exploradas nos FRBR. Desta forma, o interesse em examinar o universo bibliográfico através do olhar do usuário traduziu-se em um modelo centrado na percepção de que o registro bibliográfico deve ser útil a uma extensa gama de usuários, provendo funcionalidades para estes.



Fonte: Tillett (2003).

Assim, os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos foram definidos em relação às tarefas genéricas realizadas pelos usuários quando realizam buscas em bibliografias nacionais e catálogos de bibliotecas ou os utilizam. As tarefas são: encontrar, identificar, selecionar e obter (MORENO, 2006).

Cumpre dizer que, "encontrar" entidades corresponde ao critério de busca estabelecido pelo usuário, ou seja, localizar uma entidade ou um conjunto de entidades, através de um atributo ou de um relacionamento. "Identificar" uma entidade permite ao usuário confirmar se encontrou aquilo que procurava, distinguindo entre duas ou mais entidades com características similares. "Selecionar" uma entidade adequada às necessidades do usuário significa escolher uma entidade que atenda às especificações do usuário quanto ao conteúdo, formato físico etc. ou rejeitar uma entidade que não atenda às suas necessidades. "Obter" uma entidade permite ao usuário adquirir a entidade descrita, seja através de uma compra, de um empréstimo ou do acesso eletrônico e remoto (IFLA, 1998).

Porém, embora sob a influência da tecnologia,

> os FRBR vão além da mera técnica: buscam-se princípios, ou pelo menos critérios lógicos para análise dos componentes do registro bibliográfico [...] deixou-se de lado a ênfase no item, isto é, no suporte físico, exemplar do acervo, base da descrição bibliográfica segundo as regras do AACR2, em benefício do conteúdo, ou seja, da obra em si, com sua história e suas inúmeras relações. (MEY, 1999, p. 95).

Denton (2003) analisa que o conjunto de tarefas do modelo FRBR é amplo e dá ao usuário mais liberdade, permitindo a busca por qualquer atributo da entidade.

Como reflete Silveira (2007), os FRBR não descrevem a forma de apresentação dos elementos descritivos apresentados nas ISBDs e em outros documentos normativos, mas se trata de um modelo conceitual que apresenta entidades, atributos e relacionamentos necessários aos registros bibliográficos.

Podemos compreender, no entanto, que os Requisitos Funcionais para Registro Bibliográfico são ferramenta importante para a avaliação e o questionamento da forma de catalogar.

Atualmente o modelo FRBR continua sob constantes revisões e é objeto de grupos de estudos e, sobretudo, de questionamentos.

As distinções entre o que é físico e o que é abstração, nas coisas que são possíveis descrever, e os níveis desta identificação, no conteúdo dos suportes informacionais, são úteis para nos ajudar a pensar em como melhorar os catálogos e os serviços oferecidos aos usuários. Essas distinções devem ser consideradas ao se atualizar o código de catalogações internacional.

Moreno (2006) observa que um outro impacto sensível do modelo FRBR

– e dos mais controversos – diz respeito ao novo código de catalogação, denominado Resource Description and Access (RDA). Essa iniciativa parece concorrer com a proposta de um Código Internacional de Catalogação mencionado anteriormente, pois vem sendo desenvolvido com o propósito de ser um código internacional mesmo que elaborado por países anglo-saxões.

É importante deixar claro que o modelo FRBR não é um código de catalogação e nem pretende ser, pois não é prescritivo e não informa como se deve registrar a informação bibliográfica na prática do dia a dia. O modelo FRBR é estabelecido em nível meramente conceitual, o que não quer dizer, no entanto, que os FRBR não tenham utilidade prática. Atualmente há muitos sistemas que realmente funcionam e são baseados na forma como os FRBR possibilitam a visualização da informação bibliográfica. É provável que o futuro Código Internacional de Catalogação possa ser formado pelos conceitos destacados por esse modelo.

Le Boeuf (2007, p. 3) apresenta alguns exemplos de bases de dados que implementaram os FRBR em sua estrutura funcional:

> **AustLit Gateway**
> O AustLit Gateway foi a primeira base de dados que implementou os FRBR de forma completa. Foi um experimento atípico, aplicado exclusivamente a um corpus de textos literários australianos e que resulta da combinação de variados e heterogêneos conjuntos de dados, alguns dos quais não são baseados nas ISBDs. O AustLit Gateway não é um catálogo, mas uma base de dados que visa fornecer a estudiosos e estudantes o maior número possível de informação sobre escritores australianos e obras literárias australianas. Como tal, é trabalho centralizado e exibe para cada obra todas as expressões e manifestações em uma única página Web, ao invés de uma apresentação aos usuários de linhas de registros bibliográficos distintos, como são feitos nos atuais catálogos de biblioteca.
>
> **Virtua**
> A VTLS Inc. lançou em 2002 a versão 41.0 do sistema de bibliotecas Virtua. Pela primeira vez um fornecedor tornou possível a qualquer biblioteca criar seu próprio "catálogo FRBR". Registros MARC existentes podem ser "divididos" nos 4 níveis de entidades do Grupo 1 do FRBR, e qualquer catalogador pode decidir representar famílias bibliográficas ao invés de documentos isolados, graças à estrutura dos FRBR. O sistema Virtua permite que "registros planos" e "registros FRBR" convivam lado a lado. O padrão seguido quando os registros são "divididos" foi baseado no mapeamento do MARC21 para FRBR. No entanto, o paradigma da catalogação é baseado ainda nas ISBD – o "registro no nível Manifestação" não é substancialmente diferente de qualquer registro "tradicional" baseado nas ISBD –, e o formato da catalogação é ainda basicamente um formato

MARC, embora este formato MARC esteja armazenado e encapsulado em XML dentro do sistema, sem que os catalogadores estejam cientes disso.

OCLC

A OCLC tem investido consideráveis esforços em explorar o potencial do FRBR para grandes bases de dados bibliográficos. A OCLC tem desenvolvido um algoritmo, chamado de algoritmo de Conjunto de Obras (Work-set algorithm), que permite que registros MARC "tradicionais" sejam automaticamente transformados em registros "FRBRizados". Três importantes realizações da OCLC são baseadas neste algoritmo de FRBRização: xISBN, WorldCat e Open WorldCat, e FictionFinder.

RLG

A versão anterior desta apresentação também demonstrava o catálogo de "RedLightGreen", da RLG. Esse catálogo agrupava os resultados em dois níveis: Obra e Manifestação. No entanto, a RLG uniu-se com a OCLC em 1º de julho de 2006, e o serviço "RedLightGreen" terminou em novembro de 2006.

LIBRIS

Recém-lançada em 2007, é a versão beta do novo LIBRIS WebSearch da Biblioteca Nacional da Suécia. Esse lançamento já inclui algumas características muito interessantes. As listas de resultados podem ser organizadas por relevância ou agrupadas por características como tipo de material, idioma, datas. Depois que uma entrada específica é selecionada, pode-se ver outras edições de uma obra, agrupadas por idioma e ordenadas por data de publicação.

Carlyle (2006, p. 264) compreende que "FRBR é um modelo conceitual cujo principal propósito é melhorar registros de catalogação (um produto), a catalogação (um processo), e os catálogos (uma tecnologia)", identifica e define explicitamente quatro entidades, as quais reconhecem simultaneamente e apresentam um modelo de catalogação baseado no modelo Entidade-Relacionamento. Os FRBR têm uma profunda influência no projeto de sistemas, atualmente e para o futuro. Sua terminologia, os relacionamentos e as tarefas de usuários dos FRBR já auxiliam a revisão do código de catalogação, considerando as tecnologias da informação e comunicação para ambientes digitais.

3. Materiais e métodos

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como pesquisa bibliográfica

e descritiva. A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível discorrer acerca dos FRBR no contexto da representação descritiva da informação e temáticas relacionadas. Assim, é possível a construção efetiva de reflexões a partir da leitura e análise de documentos já publicados, favorecendo assim o desenvolvimento de um processo sistemático de construção do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico. Ela influencia todas as etapas de uma pesquisa na medida em que proporciona o embasamento teórico de um estudo, o qual consiste, por sua vez, no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007).

A pesquisa é descritiva, pois tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, sendo importante fazer uma análise para que se chegue a uma conclusão (CERVO & BERVIAN, 1996).

O método dedutivo tem o propósito de explicitar o conteúdo, partindo do geral para se chegar às particularidades. Segundo Cervo e Bervian (1996), o processo dedutivo é de alcance limitado, pois a conclusão não pode assumir conteúdos que excedam os das premissas. Porém, não se pode desprezar esse tipo de processo em consideração a essa crítica. Para a metodologia, é importante entender que, no método dedutivo, a necessidade de explicação não reside nas premissas, mas na relação entre as premissas e a conclusão.

4. Resultados parciais

Podemos refletir, a partir deste estudo bibliográfico, que, com a sociedade impactada pela tecnologia, a atividade de catalogação se renova, se universaliza a cada dia. Os FRBR, neste contexto, vêm, como afirma Tillett (2003), não apenas para atualizar terminologias, mas também para reexaminar e aperfeiçoar os dispositivos tradicionais de títulos uniformes à luz dos FRBR.

O Joint Steering Committee (JSC) está analisando o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (AACR2), para atualizar a terminologia, tornando-a mais clara, favorecendo a recuperação da informação, identificação e acesso, de acordo com as necessidades informacionais dos mais diferenciados usuários, e envolver o atendimento de critério de busca de um usuário através de um atributo ou do relacionamento de uma entidade. Isto pode ser visto como a combinação dos objetivos tradicionais dos catálogos, isto é, "encontrar" e "arranjar". Outras organizações profissionais, tais como IAML, IFLA, ALA etc. se engajarão nesta análise das regras de representação descritiva.

Segundo Tillett (2003), o JSC está explorando também os modos de

expressão dos FRBR e alguns dos atributos das manifestações, para revisitar os designadores gerais de materiais (GMDs - general material designators). As possibilidades de exibição dos sistemas online (como os ícones, usados em alguns sistemas atuais) podem agora ser avaliadas como meios adicionais para transferir informações sobre o modo de expressão e o tipo de transportador ou container disponível, substituindo os GMDs tais como conhecidos na atualidade por um dispositivo que melhor atenda às necessidades dos usuários.

Tillett (2003) mostra que as pesquisas iniciais do OCLC sobre os FRBR, relacionadas ao banco de dados WorldCat, de mais de 40 milhões de registros, têm mostrado que mais de 80% desses registros refletem uma única manifestação por obra. Poderíamos interpretar tal fato como um indício de que os sistemas locais talvez pudessem criar registros de autoridades automaticamente, baseados nos cabeçalhos construídos de acordo com as regras de catalogação, quando trabalhamos com o primeiro trabalho de um autor. Só haveria necessidade de um trabalho mais extenso para os 20% de itens restantes, quando entramos em contato com a segunda ou a terceira manifestação. Atualmente, os registros bibliográficos refletem manifestações particulares.

Os FRBR reconhecem a importância da possibilidade de navegar, acrescentando outras tarefas relevantes para usuários específicos, como a gestão de direitos ou comunidades de preservação. Essas tarefas de usuários reforçam os objetivos tradicionais de um catálogo, como descritos por Cutter em 1876 para habilitar os usuários a encontrar e arranjar obras.

Quando da elaboração do modelo FRBR, ficou decidido que seria necessária a realização de outras pesquisas sobre registros de autoridades, bem como um maior detalhamento sobre assuntos pouco tratados no modelo original. Encontram-se em estágios distintos de desenvolvimento dois outros modelos, ambos baseados em Entidade-Relacionamento e que, quando plenamente finalizados, comporão os fundamentos conceituais para a área de Representação e Organização da Informação (MORENO, 2006).

Assim, devemos reconhecer o impacto do modelo na área de representação descritiva da informação. A partir das reflexões sobre uma área constantemente desprivilegiada e praticamente invisível, como a representação descritiva, o modelo despertou a comunidade profissional e acadêmica para um tema comum – a organização da informação –, ao retomar princípios e paradigmas, revestindo-os de uma nova leitura e ampliando seu objetivo e acesso.

Moreno (2006, p. 55) destaca as inúmeras mudanças promovidas pelos FRBR:

> um melhor entendimento dos relacionamentos entre os recursos de informação registrados, privilegiando o conteúdo, isto é, por repensar o objeto bibliográfico

> (agora recurso de informação), dotado de quatro dimensões, relacionado com o universo que o cerca; um olhar diferenciado sobre os diversos responsáveis pelo recurso de informação, aferindo o mesmo status a intérpretes, autores, tradutores, executores, etc.; o desenvolvimento de outros modelos a partir do know-how adquirido, como extensões do FRBR, ao modelar registros de autoridade (FRAD) e assuntos (FRSAR), fornecendo fundamentos conceituais para área; um movimento intenso de saudáveis discussões na área de organização e representação, levando à revisão de regras, padrões e modelos (AACR/RDA, ISBDs variadas/ ISBD consolidada, MARC); uma aproximação com diversas comunidades: na área de tecnologia, por ser baseado em um assentado modelo computacional, e na área de museus com a harmonização para o FRBR e, finalmente, podemos afirmar que o modelo proporcionou uma tomada de consciência de um fato que é constantemente difundido e pouco praticado, qual seja, de que as diversas formas de organização da informação devem servir ao usuário.

Neste sentido, é importante refletir sobre o modelo FRBR em um contexto mais amplo, isto é, levando em consideração o contexto de toda a unidade de informação, desde a aquisição até a utilização da informação, ou seja, sendo observadas a gestão da unidade, perpassando pelo processamento técnico, até a recuperação, acesso e utilização da informação pelo usuário. Assim, a representação descritiva no panorama atual vem sofrendo mudanças notórias nos modelos de descrição bibliográfica convencionais, influenciadas pelas tecnologias de informação e comunicação, o que conduz a ou requer olhares diferenciados no tratamento dos recursos informacionais: novos olhares, novos fazeres.

Porém, quando analisamos a evolução dos FRBR, observamos que estes focavam o conteúdo de registros bibliográficos apenas (em oposição aos registros de autoridade), e pontos de acesso para registros bibliográficos, mas não entravam em detalhes sobre registros de autoridade. Essa é a razão por que o Grupo de Trabalho FRANAR (Functional Requirements and Numbering of Authority Records) foi criado em 1999, sob a supervisão da Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA e do Programa Internacional de Controle Bibliográfico Universal e MARC (anterior UBCIM). O primeiro dos três itens de referência para o Grupo FRANAR era "definir requisitos funcionais de registros de autoridade, continuando o trabalho que o modelo FRBR iniciou. As entidades "Pessoa" e "Entidade Coletiva", que eram representadas nos FRBR apenas pelo cabeçalho, agora estão completamente modeladas, e a entidade "Família" foi adicionada em reconhecimento da sua importância para a comunidade de arquivos. A primeira versão do modelo (então chamado FRAR) foi editada para revisão mundial em julho de 2005.

A natureza peculiar dos relacionamentos de assuntos é apenas mencionada

nos FRBR, e não é tratada em profundidade no FRAD. A Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA formou, portanto, em 2005, um terceiro grupo de estudos, o qual é encarregado de definir uma extensão dos modelos FRBR/FRAD a fim de considerar a classificação e indexação. Este novo grupo é denominado FRSAR (Functional Requirements for Subject Authority Records). Com FRBR, FRAD, e FRSAR, tem-se finalmente um modelo completo para informações incluídas nos catálogos e bases de dados das bibliotecas (LE BOEUF, 2007).

Portanto, os FRBR, e os demais modelos que acompanham a sua evolução, o FRAR e o FRSAR destacam-se pela forte tendência para a conceituação e posterior disponibilização de conteúdos informacionais, através de padrões e conceitos adequados para a representação e a descrição desses recursos em ambientes informacionais digitais, considerando uma interface completa e clara para a descrição bibliográfica.

5. Considerações parciais

A partir desta discussão, é possível afirmar que o modelo FRBR não resolve e nem irá resolver todos os problemas teóricos percebidos numa época em que a tecnologia predomina nos processos de organização e representação da informação, porém é fundamental que possamos visualizá-lo como uma ferramenta que avalia e questiona o "velho paradigma".

Silveira (2007) atenta para um questionamento muito importante, em termos locais, quando reflete que os FRBR são discutidos em todo o mundo, porém pouco no Brasil. A falta de discussões e estudos sobre os FRBR pode ocasionar dificuldades na sua compreensão e utilização futuramente, ficando a cargo do Brasil, novamente, reproduzir e copiar resoluções externas para tentar solucionar problemas internos referentes, especificamente, às necessidades dos usuários e ao contexto brasileiro.

Este estudo revela a necessidade de engajamento e o despertar dos estudiosos locais para a compreensão e exploração dos novos conceitos fornecidos a partir do modelo FRBR. São ações indispensáveis ao desenvolvimento da representação descritiva da informação e à maior compreensão pelo usuário, fazendo-o, assim, recuperar e acessar as informações de forma cada vez mais rápida e precisa, considerando, ademais, as tecnologias que possibilitam o deslocamento das informações contidas em qualquer suporte informacional para o ambiente digital.

No entanto, verifica-se, diante da amplitude do assunto em pauta, que ainda há um longo caminho a ser percorrido e muitos esforços a serem somados para a realização e consolidação deste projeto em todo o mundo. Isto só poderá

ser concretizado com a criação de grupos de trabalhos que contribuam com seus conhecimentos práticos e teóricos, proporcionando o desenvolvimento de um pensamento coletivo acerca dos novos conceitos de representação descritiva da informação, além de possibilitarem, em um contexto mais amplo, a capacitação necessária para a construção, realização e divulgação desta interface tecnológica. Trata-se de um grande desafio aos profissionais da informação, bibliotecários, bem como para a área da catalogação de forma geral e nos campos a serem ainda explorados neste contexto.

6. Referências

AMARAL, João J. F. *Como fazer uma pesquisa bibliográfica*. 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

CARLYLE, Allyson. Understanding FRBR as a conceptual model: FRBR and the bibliographic universe. *Library Resources & Technical Services*, v. 50, n. 4, p. 264-273, 2006.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo: Makron Books, 1996.

DENTON, W. *FRBR and fundamental cataloguing rules*. [S.l.]: Miskatonic University Press, 2003. Disponível em: <http://www.miskatonic.org/library/frbr.html>. Acesso em: 15 jul. 2012.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. *Functional requirements for bibliographic records*: final report. UBCIM Publications – New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998.

LE BOEUF, Patrick. *Producing and navigating in FRBR space*, or *FRBR, a catalog odyssey*. [Two papers delivered at the FRBR Seminar organized by Den Norske Katalogkomité at Stavanger]. Norway, Apr. 2007.

MEY, Eliane S. A. *Acesso aos registros sonoros*: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas. São Paulo: 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

MORENO, F. P. *Requisitos funcionais para registros bibliográficos – FRBR*: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2006.

SILVEIRA, Naira C. *Os FRBR e a representação da informação*. VII Cinform. Salvador, 2007, 12 p.

TILLETT, Barbara. FRBR: functional requirements for bibliographic records. *Technicalities*, v. 23, n. 5 set/out 2003, p. 1, 10-13.

A análise do grupo 1 dos FRBR na obra *Gabriela, cravo e canela*

Gabriela Almendra
Graduanda em Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Jéssica Nogueira Gomes
Graduanda em Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Vinicius de Souza Tolentino
Bibliotecário. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

Este trabalho apresenta o modelo conceitual denominado Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) proposto pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). O texto analisa as entidades do Grupo 1 através dos conceitos presentes na obra *Gabriela, cravo e canela*. Ele examina a família de obras e discute os relacionamentos existentes entre o romance e suas adaptações cinematográfica e televisiva, simulando o resultado em um catálogo relacional. Por fim, pondera-se a importância do bibliotecário, em especial do profissional catalogador, em entender e dominar os conceitos que vêm trazendo um novo rumo para a área de representação descritiva.

Palavras-chave: *Catalogação. Representação descritiva. FRBR. Família de obras.*

Abstract

This work presents the conceptual model entitled Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) suggested by the International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). The text analyses the Group 1 entities through the concepts present in the work *Gabriela, cravo e canela*. It examines the group of works and discusses the relationships between the novel and its adaptations to the movies and television, simulating the result in a relational catalogue. Finally, it considers the importance of the librarian, specially the cataloguer, in understanding and mastering the concepts that are bringing a new direction to the area of descriptive representation.

Keywords: *Cataloguing. Descriptive representation. FRBR. Family of works.*

1. Introdução

Em busca de uma melhor representação da informação, a catalogação, com o passar dos anos, sofreu algumas alterações. Estas mudanças contribuem especialmente com a universalização de catálogos para um melhor intercâmbio de informações entre as bibliotecas, economizando o tempo da instituição e, principalmente, do bibliotecário na elaboração dos registros bibliográficos.

Tendo em vista o grau de relevância na padronização para a recuperação da informação, este trabalho realiza um exercício para a compreensão do modelo conceitual elaborado pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), o qual busca diretrizes para a catalogação, visando a elaboração de um código internacional. Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) são um dos primeiros passos da IFLA para a criação deste código internacional.

Além desta iniciativa da IFLA, é essencial que as bibliotecas percebam a necessidade de os sistemas terem interoperabilidade e realizarem a relação entre todos os atributos propostos pelo modelo teórico dos FRBR.

Percebendo a importância da recuperação da informação em um catálogo relacional e o nível de discussão dos FRBR, este trabalho tem como propósito exemplificar a obra *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, dentro dos FRBR. Pelo fato dos FRBR abrangerem um vasto campo conceitual, este trabalho restringirá aos relacionamentos da entidade do grupo 1.

As obras selecionadas para exemplificar as relações dos FRBR foram pesquisadas nas seguintes fontes de informação: site da Fundação Casa de Jorge Amado e do Centro de Documentação da Rede Globo, catálogo da Fundação Biblioteca Nacional e da Biblioteca Nacional de França, Internet Movie Database (IMDb) e o Dicionário de filmes brasileiros de Antônio Leão da Silva Neto. Para compor este trabalho se utilizou a 1ª edição do livro de 1958, a 1ª tradução do livro em língua francesa de 1959, a novela da Globo de 1975 e, por fim, o filme baseado no livro, em negativo, de 1983.

A produção deste trabalho surgiu como forma de continuação do trabalho oral apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação (CBBD), "A obra *Macunaíma* sob o ponto de vista dos FRBR: uma análise da família de obras". A escolha da obra de Jorge Amado, *Gabriela, cravo e canela*, para dar continuação aos estudos dos FRBR, deve-se ao fato de prestigiar seu centenário.

2. Os conceitos propostos dos FRBR

Antes de abordar a proposta explicitada no tópico, é necessário citar brevemente o histórico da criação dos FRBR. Os FRBR surgiram a partir da reunião entre o grupo de estudos da Seção de Catalogação e da Seção de Classificação e Indexação da IFLA, além da colaboração de consultores e voluntários da área da informação de diversas nacionalidades.

Sua criação tem por objetivo reestruturar os registros bibliográficos, considerando a diversidade de usuários, materiais, suportes físicos e formatos a qual são apresentados, a fim de refletir a forma como ocorre a busca pela informação. Desta maneira, possibilita a capacidade de um sistema interagir e comunicar-se com os outros, isto é, realiza a interoperabilidade.

Somente em 1998, ao final de oito anos, foi apresentado o relatório com toda a pesquisa contendo os estudos levantados para o desenvolvimento dos FRBR. De acordo com este relatório final de 1998, os

> FRBR são um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento (E-R) porque representam e descrevem simplificadamente o universo bibliográfico em nível teórico, servindo como base para implementação de sistemas ou bases de dados bibliográficas. (SILVEIRA, 2007, p. 58).

Consideram-se dois pontos a destacar em sua proposta:

> primeiro, fornecer uma estrutura claramente definida e estruturada para relacionar dados registrados em registros bibliográficos às necessidades dos usuários destes registros. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados pelas agências bibliográficas nacionais. (IFLA, 1998, p. 7, tradução nossa).

Esse modelo entidade-relacionamento é constituído por uma tríade crucial, a saber: entidades, atributos e relacionamentos.

Entidade pode ser entendida como "algo que possui um caráter unitário e autocontido; algo que tem existência independente ou separada; uma abstração, conceito ideal, objeto de pensamento ou transcendental" (IFLA, 1998, p. 10).

Segundo Moreno e Márdero Arellano (2005, p. 26) "entidade é aqui entendida como uma 'coisa' ou um 'objeto' no mundo real que pode ser identificada de forma unívoca em relação a todos os outros objetos. Uma entidade pode ser concreta ou abstrata".

Conforme apresenta a literatura, os FRBR são compostos por dez entidades que se dividem em três grupos, sendo eles:

GRUPO 1 – *obra, expressão, manifestação e item.* Este grupo será aprofundado adiante, visto que o presente artigo tem por objetivo exemplificar os relacionamentos de conteúdo inerentes às entidades deste grupo.

GRUPO 2 – *pessoa e entidade coletiva.*

GRUPO 3 – *conceito, objeto, evento e lugar.*

A primeira entidade apresentada nos FRBR é a obra e tem por definição ser abstrata e reconhecida através de suas realizações individuais ou expressões que só existem na comunhão de conteúdo entre e dentre suas diversas expressões (IFLA, 1998, p. 17).

Para Moreno (2005, p. 27), a "obra é uma entidade abstrata, uma criação intelectual ou artística distinta". Os FRBR chamam de "obra" o que as pessoas denominam "livro" no sentido de "quem o escreveu", significando o mais alto nível de abstração, o conteúdo conceitual subjacente a todas as versões linguísticas, a história contada no livro, as ideias na cabeça de uma pessoa para o livro (TILLETT, 2003, p. 3).

> Quando a modificação de uma obra implica num esforço intelectual ou artístico, essa obra para os FRBR é considerada uma nova obra. Assim paráfrases, reescritos, adaptações para crianças, paródias, variações musicais sobre um tema e transcrições livres de uma composição musical são considerados novas obras (IFLA, 1998, p. 18, tradução nossa).

De acordo com a IFLA (1998, p. 19, tradução nossa), a expressão

> Trata-se de uma realização intelectual ou artística de uma obra sob a forma de notação alfanumérica, musical ou coreográfica, som, imagem, objeto, movimento etc., ou qualquer combinação de tais formas. Uma expressão é a forma intelectual ou artística específica que assume uma obra a cada vez em que é realizada.

De acordo com Moreno e Márdero Arellano (2005, p. 27) "a entidade expressão de uma obra é a realização intelectual ou artística específica que assume uma obra ao ser realizada, excluindo-se aí aspectos da alteração da forma física".

Pelo fato de serem abstratas, há dificuldades em determinar com exatidão obra e expressão, da mesma forma que definir o que será considerado nova obra e nova expressão.

Silveira (2007) considera que o limite entre expressão e obra está no esforço intelectual originário, ou seja, quando uma ideia original ou algo novo e diferente é acrescentado à obra.

Ao realizar uma busca e identificar uma obra, o consulente verá todas as entidades relacionadas no catálogo. As obras originais que se relacionam com expressões e manifestações, partilhando os mesmos conteúdos intelectuais ou artísticos percebidos através do mesmo modo de expressão, encontram-se nas relações de equivalência. O ponto de corte é constituído através da separação da mesma obra transformando-se em nova obra. Nesta identificamos o relacionamento descritivo que envolve obras originais.

A expressão de uma obra é materializada através de outra entidade, a manifestação, referente à materialização da expressão de uma obra, ou seja, ao tipo do meio físico em que ela se insere.

Já a manifestação representa todos os objetos físicos que carregam as mesmas características, no que diz respeito tanto ao conteúdo intelectual quanto à forma física. A terceira entidade, manifestação, "pode incorporar, uma coleção de obras, uma obra individual, ou uma parte de uma obra. As manifestações podem aparecer em uma ou mais unidades físicas" (IFLA, 1998, p. 11).

A quarta e última entidade do grupo 1 é o item, um "exemplar específico de uma manifestação" (Ibidem, p. 11). O item é físico, mesmo que seja virtual, porque é a exemplificação da manifestação. Há casos em que um item pode ser composto por mais de um objeto físico, como, por exemplo, uma obra publicada em dois volumes ou em três DVDs.

Dentre as entidades do grupo 1, apenas as duas últimas refletem a forma física, uma vez que são concretas diferentemente das duas primeiras que apresentam conteúdo intelectual ou artístico.

3. Jorge Amado e sua obra *Gabriela, cravo e canela*

De acordo com o levantamento bibliográfico efetuado para a elaboração deste material, a seguir apresentaremos um pouco da vida do autor e da obra *Gabriela...*

O escritor Jorge Amado nasceu em 10 de agosto de 1912 no sul do estado da Bahia. Durante o ensino médio, antigo Segundo Grau, teve vida literária produtiva ao trabalhar em jornais e ser um dos fundadores da Academia dos Rebeldes (FUND. CASA DE JORGE AMADO, acesso em 2012), "grupo de jovens que [...] desempenhou importante papel na renovação das letras baianas" (ABL, acesso em 2012). Seu falecimento ocorreu em 6 de agosto de 2012.

Em 6 de abril de 1961, Jorge Amado foi eleito para ocupar a cadeira de número 23 na Academia Brasileira de Letras, cujo patrono fora José de Alencar e o primeiro ocupante, Machado de Assis.

Suas obras falam sobre o caráter estereotipado dos personagens, da sensualização excessiva e (em alguns casos) das relações de poder subvertidas na obra, como, por exemplo, na obra *Gabriela, cravo e canela* (1953), quando a menina pobre do interior (personagem principal Gabriela) ganha força sobre os coronéis do cacau. Esse romance ganhou vários prêmios literários, além de ser a obra de Jorge Amado com o maior número de traduções (92) e várias adaptações para a televisão, cinema e, inclusive, dança (FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO, 2012).

4. Os relacionamentos da obra *Gabriela...* nos conceitos dos FRBR

Os atributos ligados às características físicas que compõem uma expressão, manifestação e identificam um item

> são categorizados de acordo com as entidades, incluindo os mais diferentes tipos de materiais e suas características. Abrange desde registros sonoros tendo como atributos modalidade de captação, meio físico, extensão do suporte, velocidade de execução (no caso de uma manifestação), até objetos cartográficos, por exemplo, que possuem, na expressão, como atributos: escala, projeção, técnica de apresentação, entre outros. Um recurso eletrônico de acesso remoto, por exemplo, apresenta como atributos as características do arquivo, forma de acesso, endereço de acesso, e assim por diante. (MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005, p. 33-34).

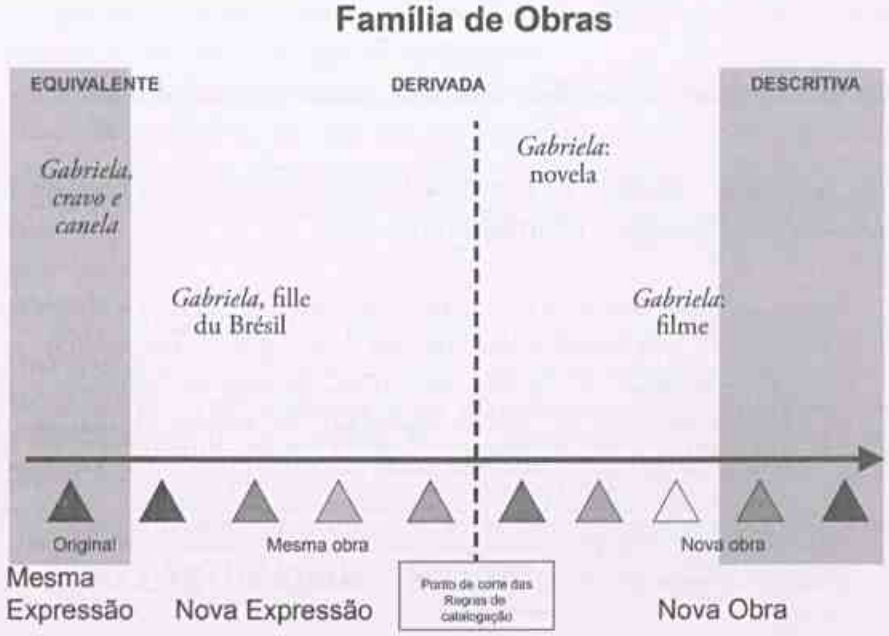
Através deles podemos estabelecer distinções entre uma obra e outra, entre uma obra e sua expressão e/ou manifestação. Nos relacionamentos de conteúdo os atributos das entidades do grupo 1 podem ser classificados como obras equivalentes, derivadas e descritivas. Segundo Tillett (2001, p. 19-20 apud Moreno, 2006, p. 59), as

> relações de equivalência [são] aquelas existentes entre cópias exatas da mesma manifestação de uma obra ou entre um item original e suas reproduções, desde que o conteúdo intelectual e a autoria sejam preservados;
> relações derivadas [são] aquelas existentes entre uma obra bibliográfica e uma modificação baseada nesta obra;
> relações descritivas [são] aquelas existentes entre uma entidade bibliográfica e a parte componente desta entidade.

Para este trabalho, foram escolhidas três obras: *Gabriela, cravo e canela*,

romance, *Gabriela*, telenovela e *Gabriela*, filme. Como a obra é abstrata, recorreu-se a quatro documentos (manifestações), sendo que o primeiro se refere à primeira publicação do livro *Gabriela, cravo e canela* de 1958. No quadro da família de obras, esta manifestação refere-se à obra original, como visualizado no quadro a seguir:

Figura 1: *Relationships in the Organization of Knowledge.*



Fonte: Adaptação de Tillett (2003, p. 4).

O segundo trata-se de uma nova expressão, pois, quando um texto sofre modificações, como correções, traduções, pode ser considerado variação dentro de uma mesma expressão (IFLA, 1998). Sendo o atributo língua ligado à entidade expressão, a 1ª edição traduzida para o francês consagra-se como uma nova expressão por possuir, além do atributo língua, a ilustração da capa diferente da obra original.

O terceiro corresponde a uma nova obra, pois sua criação teve um significativo esforço intelectual e artístico para adaptar o romance para uma novela.

O quarto documento apresenta uma nova obra por possuir um diretor que elaborou o filme tornando-o diferente da telenovela.

No quadro Família de Obras os três últimos itens compreendem obras derivadas por estarem no conjunto de novas expressões "que se movem

ao longo do continuum numa linha mágica" (TILLETT, 2003, p. 4), transformando-se em novas obras não obstante relacionadas à mesma obra original.

A telenovela e o filme distinguem-se em nova obra pelo atributo da entidade expressão e manifestação; no atributo da expressão as durações das obras são diferentes e no da manifestação o ano de publicação e as responsabilidades de direção e criação tornam-se evidentes para a diferenciação. Contudo a definição de responsabilidade é o atributo da manifestação mais característico para a transformação em uma nova obra. A telenovela e o filme são obras derivadas do romance, que é a obra original.

Com a discussão acima, podemos chegar ao seguinte esquema.

O1 – Gabriela, cravo e canela
E1 – Texto em português com a ilustração da capa em xilogravura
M1 – 1. ed. do ano de 1958; local de publicação: São Paulo
I1 – localizado na Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional
E2 – Texto em francês com a ilustração da capa em xilogravura
M1 – 1. ed. traduzida do ano de 1959; título da capa: Gabriela, full du Brésil; Série "Les grands romans de l'Inter"
I1 – localizado na Biblioteca Nacional de França

O2 – *Gabriela* [novela]
E1 – 135 capítulos
M1 – data de exibição: 1975; autor da novela: Walter George Durst
I1 – Rede Globo de Produções

O3 – *Gabriela* [filme]
E1 – 102 min.
M1 – VHS; data de distribuição: 1983; diretor: Bruno Barreto
I1 – localizado num sebo de filmes

Analisando as relações da obra original *Gabriela, cravo e canela* e suas obras derivadas (*Gabriela* telenovela e filme), pode-se observar que um catálogo construído com relacionamentos mais claros entre as entidades possibilitaria melhor recuperação da informação e navegação pelo catálogo, ampliando as opções de escolha do usuário.

5. Considerações finais

Os FRBR propõem um relacionamento de diversas formas a partir das definições de entidades e atributos, o que auxilia os melhores resultados na recuperação da informação nos catálogos, beneficiando a busca dos usuários. A aplicação dos FRBR na obra *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, permitiu uma maior compreensão dos conceitos entidades e atributos e seus relacionamentos na família de obras que virão a ser resultados em um catálogo relacional.

Em relação à aplicação do filme e da telenovela *Gabriela* no quadro das entidades do Grupo 1, houve discussões devido aos conceitos dos FRBR apresentarem atributos inerentes à identificação de obras cinematográficas, pois não indicavam com clareza a qual das entidades pertenceriam. Por este motivo, as pesquisas em bibliografias que tratassem desse material foram realizadas e percebeu-se que no Brasil a literatura que aplica o modelo dos FRBR a materiais especiais ainda é incipiente.

Muitas questões relativas aos FRBR ainda devem ser discutidas. As publicações mais atuais na temática dos FRBR vêm se apresentando mais críticas, porém percebe-se que as discussões nos cursos de graduação em Biblioteconomia encontram-se resumidas ou quase inexistentes. Os cursos de catalogação carecem de assistência de materiais para auxiliar no ensino da disciplina nas universidades. Em meio a essa percepção pretende-se que este artigo venha auxiliar o ensino da catalogação nas universidades despertando nos alunos o desejo pela pesquisa na área.

Espera-se que as dificuldades encontradas e o estudo sobre materiais especiais passem a ser objeto de estudo de pesquisadores e bibliotecários catalogadores atuantes desses materiais bibliográficos.

O presente trabalho elencou apenas as entidades do Grupo 1 por entender que a explanação das demais entidades e da tarefa do usuários demandaria a confecção de um novo trabalho.

6. Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Jorge Amado*: biografia. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=718&sid=244>. Acesso em: 12 ago. 2012.

CALDAS, Sônia Regina de Araújo. *Gabriela, baiana de todas as cores*: as imagens das capas e suas influências culturais. Salvador: Edufba, 2009.

DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação. 2009. Tradução de Lídia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [198?].

FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. *Biografia*: Jorge Amado. Salvador. Disponível em: <http://www.jorgeamado.org.br/?page_id=75>. Acesso em: 12 ago. 2012.

FUSCO, Elvis. *Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalhe.asp?ctl_id=168>. Acesso em: 20 jul. 2012.

IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional requirements for bibliographic records*: final report. Munich: Saur, 1998. (IFLA UBCIM publications; new series, vol. 19). Current text: 2009. Disponível em: <www.ifla.org/VII/s13/frbr>. Acesso em: 12 jun. 2012.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A questão ortográfica e os compromissos do Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1953.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo; ALVARENGA, Lídia. Análise do padrão brasileiro de metadados de teses e dissertações segundo o modelo entidade-relacionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Brasília, 2007. *Anais...* Brasília, 2007. Disponível em: <http://cintialourenco.eci.ufmg.br/downloads/Tese_CBBD.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2011.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MORENO, Fernanda Passini. *Requisitos funcionais para registros bibliográficos – FRBR*: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=80>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Requisitos funcionais para registros bibliográficos – FRBR: uma apresentação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/260/1/MiguelRDBCI2005.pdf>. Acesso em: 3 maio 2012.

NICOLA, José de. *Literatura brasileira*: das origens aos nossos dias. 15. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

OLIVER, Chris. *Introdução à RDA*: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

SILVA NETO, Antônio Leão da. *Dicionário de filmes brasileiros*. São Paulo: Futuro Mundo, 2002.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. *Catalogação*: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

SILVEIRA, Naira Christofoletti. *Análise do impacto dos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=343>. Acesso em: 20 jun. 2012.

TILLETT, Barbara. *O que é FRBR?* Um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Tradução de Lídia Alvarenga e Renato Rocha Souza. Disponível em: <http://www.loc.gov/catdir/cpso/o-que-e-frbr.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2012. Texto originalmente publicado em *Technicalities*, v. 25, n. 5, sept./oct. 2003.

TOLENTINO, Vinicius de Souza et al. A obra Macunaíma sob o ponto de vista dos FRBR: uma análise da família de obras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. *Anais...* Maceió: Febab, 2011. 1 CD-ROM.

YEE, Martha M. *FRBR and moving image materials*: content (work and expression) versus carrier (manifestation). Los Angeles: University of California, 2007. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/60t54503>. Acesso em: 17 jul. 2012.

O conceito e a instanciação de obra em catalogação

Marcelo Nair dos Santos
Professor na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo

Este estudo apresenta o conceito de obra com base na pesquisa de três teóricos da catalogação. O interesse pelo estudo da obra acirrou-se nos últimos anos, em especial, após a publicação de modelos bibliográficos como o Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), o qual busca soluções mais fundamentadas para as entidades bibliográficas da Catalogação, como é o caso da obra. Contudo, na aplicação do FRBR, verifica-se que as imprecisões conceituais persistem e, em alguns casos, provocam inconsistências e interpretações variadas. Em função das características e dos objetivos do estudo, em abordagem qualitativa, adota-se a pesquisa teórica como procedimento metodológico que busca explorar os conceitos propostos por Martha Yee, Barbara Tillett e Richard Smiraglia, os quais permitem que a obra seja analisada em sua abrangência, em seus limites e em suas implicações para o processo de catalogação. A análise fundamenta-se em fontes documentais escritas pelos teóricos. Os resultados da análise constatam que a obra está em constante transformação, seja no conteúdo, na expressão, no suporte material, na identidade e nos elementos que a circundam. Além disso, não é possível ter certeza se o texto da obra que se tem em mãos foi produzido originalmente pelo autor. Os relacionamentos entre as entidades bibliográficas devem ser estudados com mais intensidade, pois, em certos casos, verifica-se que há imprecisões lógicas. Verifica-se que a pesquisa empírica pode ser um caminho válido para o estudo do fenômeno da obra.

Palavras-chave: *Catalogação descritiva. Obra (entidade bibliográfica). Instanciação.*

Abstract

This study introduces the concept of work based on the research of three cataloging theorists. The interest in the study of the work intensified in recent years, especially after the publication of bibliographic models such as the Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), which seeks more reasoned solutions for cataloging bibliographic entities, as is the case of the work. However, in applying the FRBR, it is verified that the conceptual inaccuracies persist and, in some cases, lead to inconsistencies and varied interpretations. Due to the characteristics and objectives of the study, in a qualitative approach, we adopt the theoretical research as a methodological procedure that seeks to explore the concepts proposed by Martha Yee, Barbara Tillett and Richard Smiraglia, which allow the work to be analyzed in its scope, limits and implications for the cataloging process. The results of the analysis indicate that the work is in constant transformation, either in content, expression, support material, identity or elements that surround it. In addition, you cannot be sure if the text of the work you have in hands was originally produced originally by the author. The relationships between bibliographic entities should be studied with more intensity because, in certain cases, it turns out that there are logical inaccuracies. It has been observed that the empirical research can be a valid path to the study of the phenomenon of work.

Keywords: *Descriptive cataloging. Work (bibliographic entity). Instantiation.*

1. Introdução

Etimologicamente, obra é um termo oriundo do latim *opera*, que denota trabalho ou atividade de alguém ou alguma coisa, inclusive dia de trabalho, trabalhador ou operário. O verbo operatu abrange ações como praticar, exercer, produzir e efetuar (MACHADO, 1987, v. 4, p. 233).

O interesse pelo estudo da obra intensificou-se no século XX, em especial com o advento de modelo do universo bibliográfico em 1998, conhecido pela sigla FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records).[1] O modelo não invalidou os instrumentos do processo de catalogação (normas e códigos), mas deixou patente que eles devem ser revistos de forma a prover fundamentos mais claros dos conceitos, dos limites e dos relacionamentos bibliográficos que associam duas ou mais entidades, as quais são entendidas como coisa ou objeto analisado e identificado de forma particular dentro do universo bibliográfico.

Contudo, ao se aplicar o modelo bibliográfico, verifica-se que as imprecisões e as dificuldades de ordem teórica ou prática relativas às entidades bibliográficas persistem, pois, em alguns casos, provocam inconsistências, interpretações variadas e redundâncias; ausência de limites claros entre as entidades; ocorrência de falsas associações ou pouca explicitação dos relacionamentos entre as entidades; incompatibilidade entre conceitos e uso de instrumento de catalogação, modelo bibliográfico e formato de intercâmbio (MORENO, 2006; FUSCO, 2010 & BRENNE, 2010).

As imprecisões permitem questionar se um objeto real produzido espontaneamente pela natureza ou por eventos humanos pode ser considerado obra. Há ainda questões que, ao menos, não foram suficientemente esclarecidas pelo modelo: audiolivro de obra literária é obra adaptada ou somente uma nova realização intelectual ou artística da obra em forma sonora? Quando se muda o nome de uma obra, site ou periódico, cria-se nova obra?

É possível que essas lacunas sejam provocadas pela incompreensão do conceito de obra em Catalogação, o qual se acirra ainda mais em obra prolífica,[2] fenômeno que gera diversidade de reproduções, de expressões e inclusive de novas obras. A descendência materializa-se em documentos[3] de diversos tipos e formatos.

Três teóricos destacam-se no estudo e na sistematização do conceito de obra na Catalogação: Martha Yee, nos critérios de conceituação da obra; Barbara Tillett, nos relacionamentos bibliográficos da obra; e Richard Smiraglia, na instanciação da obra.

Logo o objetivo do artigo é explorar o conceito de obra proposto por teóricos da catalogação de modo a permitir maior compreensão, abrangência e implicações da entidade bibliográfica para o processo de catalogação,

especialmente os aspectos relativos à instanciação, ato ou efeito de fornecer instância concreta de algo que provoca. Busca-se responder as seguintes questões: qual a contribuição de cada teórico sobre a conceituação de obra? Quais as implicações do conceito de obra para a catalogação em cada pesquisador?

Para respondê-las e para atingir o propósito do artigo, entende-se que a pesquisa teórica como procedimento metodológico de abordagem qualitativa é a estratégia mais adequada, pois se trata de uma revisão do conceito de obra com base nos textos produzidos por três teóricos da catalogação.

A utilidade do artigo encontra-se no fato de buscar compreender o conceito de obra de forma mais abrangente. Como resultado, espera-se avançar as perspectivas teóricas que se aplicam ao âmbito da catalogação.

2. Os critérios da conceituação de obra de Martha Yee

A partir da análise dos escritos de pesquisadores da catalogação, Yee (1995) identificou e reuniu o conceito de obra nos seguintes critérios: criatividade e/ou autoria pessoal simples; conteúdo; sequência de texto ou símbolo; meio; produto; identidade e representação; e intercambialidade ou preferência.

No critério de criatividade e/ou autoria simples a obra é definida a partir da criatividade do indivíduo, entendida como qualidade de quem é capaz de criar ideias ou novas soluções. A criatividade já era considerada por Cutter em 1876, o qual entendia que a obra é qualquer criação intelectual distinta (SMIRAGLIA, 2003, p. 558). No entanto, o critério, relata Yee (1995), é discutido por pesquisadores como Domanovszky (1974) e Hoffman (1976).

Domanovszky (1974, p. 91), pesquisador e bibliotecário húngaro, baseado em fundamentos empíricos, entende que a obra apresenta dois sentidos. No primeiro, a obra apresenta características idênticas ao livro, em fenômeno que envolve partes material e intelectual inseparáveis, ou seja, embora não o faça, percebe-se que se trata de livro enquanto documento. Uma reimpressão que altere a data de publicação, por exemplo, "já se torna um novo livro [outro documento], não mais idêntico ao original" (DOMANOVSZKY, 1974, p. 91, tradução nossa).

No segundo sentido, a obra é abstrata e imaterial e pode mudar livremente de suporte[4] material, pois se distingue dele e "pode materializar-se ao mesmo tempo em diferentes suportes. Sua existência é independente de cada materialização" (DOMANOVSZKY, 1974, p. 91, tradução nossa).

Outra definição relevante de obra como criatividade é dada por Herbert Hoffman (1976 apud YEE, 1995, p. 4, tradução nossa): "se sua imaginação

resulta em criação real, você deve escrever em palavras sobre o papel, cantarolar a melodia ou colocar a tinta na superfície. Nesse momento você acaba de produzir uma unidade intelectual, um item bibliográfico, uma obra".

Este critério, combinado com o critério de conteúdo, é o entendimento que fundamenta a definição de obra nos FRBR. Todavia entende-se que, mesmo combinados, os critérios parecem excluir objeto real produzido naturalmente pela natureza ou por eventos humanos, recolhido, exposto ou arquivado em instituições, como museus, institutos de pesquisa e similares, ou seja, a efetivação da obra ocorre somente em documentos produzidos a partir da análise dos objetos reais.

Obra como conteúdo é definida em função de seu conteúdo adjetivado por palavras como intelectual, verbal, artístico ou erudito (YEE, 1995). Carpenter (1981 apud Yee, 1995) buscou desenvolver o termo como conteúdo de ideias, o qual ilustrou mediante as teorias físicas de Isaac Newton. O cientista inglês é responsável intelectual por suas ideias, as quais, quando comentadas e analisadas por outros, perdem sua originalidade, mas continuam sendo as ideias de Newton.

Obra como sequência de texto ou símbolo, relata Yee (1995), deve ser compreendida como sequência de caracteres e símbolos textuais, notacionais, visuais e assim por diante. Pode-se supor que a obra ao ser reescrita, reconstruída, traduzida ou alterada linguisticamente perde a originalidade?

Seymour Lubetzky, europeu oriental de nascimento e americano por adoção, entendia que a noção de obra reescrita ou reconstruída era mais tangível do que a noção de conteúdo intelectual, a qual acreditava ser vaga, incerta e confusa (LUBETZKY, 1969, p. 45). Para ele, "obras reescritas e reconstruídas devem ser tratadas como nova obra em vez de manifestações da obra original. A ideia de 'le style est l'homme [même]' é um critério mais tangível e significativo".[5] (LUBETZKY, 1958 apud YEE, 1995, p. 8, tradução nossa). Tal entendimento sugere que o estilo pode identificar e distinguir o autor ou, ao menos, movimentos, períodos e tendências em torno do ambiente cultural da obra.

Então se há mudança de forma (romance reescrito para texto teatral) ou de abordagem (Shakespeare para crianças), há alteração do estilo original em que foi expressa, por conseguinte a obra adaptada é outra obra. Yee (1995) baseia-se nesse entendimento para sugerir que existe uma essência da obra no estilo em que o conteúdo intelectual ou artístico está expresso originalmente. Se a essência da obra permanece em dois documentos, trata-se da mesma obra; se está ausente nos dois documentos, então são obras distintas.

Todavia esse critério apresenta uma questão. Segundo Yee (1995), o tradutor pode alterar o estilo de expressão do autor original? Eco (2003), ao comentar as traduções de seu texto, reconhecia que "as várias traduções

[...] diferem todas entre si e a segunda edição italiana, sobre a qual foi feita a presente, é diferente de todas. E, na verdade, mesmo a edição brasileira não é exatamente igual à italiana" (2003, p. 15, grifo nosso).

A rigor, o leitor não lê o texto original que o autor produziu, pois o tradutor interfere e influencia o estilo. A intensidade da interferência condiciona-se às habilidades de compreensão e de entendimento do tradutor bem como preferências no uso de uma ou outra palavra.

No entanto, entende-se que a interferência causada pela tradução preserva ou, ao menos, não altera substancialmente o sentido do texto original. Não é difícil de imaginar ou encontrar no documento a intencionalidade que firme esse propósito. Assim, entende-se que a tradução deve ser analisada de acordo com a sua finalidade explícita: representar a obra para o público que não domina a língua original da obra.

Wilson (1968, p. 6), pesquisador e bibliotecário americano, também aborda o critério de sequência de textos e de símbolos nos aspectos linguísticos. Ao finalizar a obra, segundo o teórico americano, o indivíduo construiu um objeto linguístico, entendido como sequência de palavras e de símbolos auxiliares, de natureza tricotômica dependentes entre si: obra, composição ou invenção; texto, entidade abstrata, ordenação e sequenciamento de palavras; e exemplar de texto inscrição ou marcação em algum suporte material. É entendimento que se aproxima das entidades utilizadas em modelos bibliográficos correntes.

Textos podem ser alterados intencionalmente ou não no decorrer dos tempos: o copista pode errar; o compositor pode introduzir mudanças não relatadas por revisor; um editor mal-intencionado pode emendar, censurar e apagar o texto; revisões textual e gráfica podem ser feitas à revelia do autor; dentre outras alterações. À medida que o tempo avança, o texto acumula,

> um enxame de parasitas de diferentes tipos: não só versões diferentes [...] mas, dependendo do tipo de obra, traduções 'livres', paráfrases 'livres', versões expurgadas, edições abreviadas e rearranjadas, edições críticas, variações de edição, textos em que 'erros' são corrigidos, textos póstumos, [...] e assim quase indefinidamente. (WILSON, 1968, p. 10, tradução nossa).

Assim não é possível ter certeza de que o texto que se tem em mãos foi produzido originalmente pelo autor. Conhece-se o texto de Hamlet, todavia não se pode afirmar que seja o mesmo texto dos contemporâneos de Shakespeare (WILSON, 1968, p. 8). Até que ponto o *Diário de Anne Frank* é relato autêntico produzido pela menina judia durante a Segunda Guerra Mundial?

Um dos problemas do critério de sequência de texto ou símbolo, segundo Yee (1995), é que parece delegar ao catalogador a tarefa de determinar se a

alteração, se a adaptação ou se determinado estilo de expressão ocorrem: "o ato de recuperar e comparar todas as manifestações potenciais de uma obra armazenadas pela biblioteca seria proibitivamente caro ao precioso tempo do catalogador" (YEE, 1995, p. 10, tradução nossa). O computador, indica Yee (1995), é um caminho provável para refinar este critério uma vez que ele pode facilitar comparações, inclusive nas expressões realizadas por imagem e por som, todavia entende-se que o uso desse instrumento seria restrito a documento disponível em forma eletrônica.

Em obra como meio, a abordagem de Yee (1995) concentra-se em discutir se a mudança de meio é capaz de causar outra obra. Nesse sentido, a pesquisadora americana discute o critério em duas formas: a reprodução e a performance.

A reprodução subdivide-se em dois sentidos: cópia e representação. Como cópia, entende-se que há somente transferência de meio. Não há criação de nova obra, pois a obra é equivalente à obra original.

No sentido de representação, há duas vertentes a considerar. Na primeira vertente, a obra é representada para o público que não domina a expressão original da obra, em termos parecidos com a tradução, por exemplo, texto para áudio destinado a deficientes visuais. Certamente o declamador influencia a obra, mas não altera o sentido ou a intencionalidade da obra original.

Na outra vertente, frequente em documento visual, a representação da obra substitui a original em vários propósitos: ensino, estudo, leitura, ilustração, dentre outros (SHATFORD, 1988, apud YEE, 1995). Nesse sentido, é possível, constata Yee (1995), que a essência da obra original se perca no curso das múltiplas reproduções, em especial, em obra de arte reproduzida. A questão, então, é saber se a intensidade das múltiplas reproduções pode provocar a perda da essência da obra original a um ponto de provocar uma nova obra.

Quando a mudança de meio é acompanhada por performance, a questão de mudança de meio torna-se ainda mais secundária sendo que sua abordagem é mais adequada no critério de criatividade. Performance, termo consagrado em português, é palavra inglesa para atuação, desempenho ou interpretação. Adota-se a palavra em inglês, pois se entende que as palavras correlatas em português são inadequadas para expressar na totalidade o sentido para a Catalogação. "A performance depende da competência (sistema de regras) do sujeito psicológico, da situação da comunicação; ela depende, com efeito, dos mais diversos fatores, como a memória, a atenção, o contexto social, as relações psicossociais entre falante e interlocutor, a afetividade dos participantes." (DUBOIS et al., 2001, p. 463-464).

Obra como produto refere-se ao documento composto por partes material e intelectual inseparáveis. A obra tem existência independente do material,

mas só se revela quando está gravada em algum suporte documental. Vai além da ideia de criação solitária e singular do autor, abrangendo a ideia de autoria coletiva em que o publicador, o colaborador e outros tipos de autoria são considerados.

Qualquer produto apresenta um conjunto de elementos os quais buscam potencializá-lo ou promovê-lo. Em termos bibliográficos, é o caso do paratexto, conceito divulgado por Genette (1997) que tem a função de ampliar ou divulgar o texto a que se associa: "permite que o texto se torne o livro e seja oferecido como tal a leitores e ao público em geral" (1997, p. 1, tradução nossa). Localiza-se dentro do texto (peritexto): dados de publicador, informações do autor, títulos apresentados, encartes, dedicatórias, epígrafes, prefácios, apresentações, notas e ilustrações, por exemplo; ou fora do texto (epitexto): entrevistas, diários, cartas, pré-publicações, páginas Web e conversas com o autor, por exemplo (inclusive registro bibliográfico). Ademais o paratexto varia no tempo e pode ser acrescido, retirado ou atualizado.

A importância dessa abordagem evidencia-se no fato de que a obra como produto, integrante das bases de dados bibliográficos, deve ser considerada no todo. Os elementos que a caracterizam são usados para identificar e contextualizar a obra como abordado na sequência.

Obra como identidade e representação é discutida em função de três aspectos: identificação de nome, existência bibliográfica independente e representação propriamente dita da obra.

A identificação pelo nome refere-se ao autor e ao título pelos quais a obra, extrinsecamente, pode ser identificada (LUBETZKY, 1956 apud YEE, 1995, p. 16). O título é de importância especial em obras com autoria difusa, mista ou indeterminada. É difícil representar a obra sem, ao menos, considerar a autoria e o título, os quais, em grande medida, mostram certa estabilidade, no entanto ambos podem variar e, às vezes, apresentar alterações radicais, como pode ser verificado, por exemplo, em páginas Web. A obra pode perder sua identidade na variedade de títulos, de modificações, de alterações e de edições que periodicamente recebe (YEE, 1995).

Então obra sem atribuição de autoria e título pode ser considerada obra? Certamente, como afirmado por Yee (1995), ter um nome é suficiente, mas não é condição necessária para ser obra.

Outra questão, constata Yee (1995, p. 17), é: por que em certas situações considera-se que a mudança de título cria nova obra e em situações semelhantes considera-se que houve apenas uma variação de título? A resposta possível é que se pode criar uma nova identidade a qual deve ser analisada de acordo com as implicações apresentadas em outros critérios que determinem a intenção por detrás da mudança do título e, quando for o caso, dos autores.

A ideia de existência bibliográfica independente, apresenta Yee (1995), refere-se a situações em que um poema, ainda que separado da obra em que originalmente foi publicado, é republicado em outros documentos. Em entendimento similar, Wilson (1989 apud YEE, 1995, p. 17) entende que, para se determinar a existência de unidade bibliográfica independente, deve se considerar o "critério de garantia literária" em que partes da obra são frequentemente publicadas em separado. Contudo rejeita o critério se a unidade não for acompanhada de título individual estabelecido.

A existência bibliográfica independente de parte de uma obra, inclusive subpartes, pode ser de interesse para o usuário e isso deve ser considerado para fins de catalogação. Nessa direção, por exemplo, um objeto real com existência bibliográfica independente pode ser de interesse para o usuário.

O AACR2 há muito tempo orienta que se faça entrada sob o autor e o título da obra original para representação de obra. Se dois documentos apresentam a mesma entrada, trata-se da mesma obra; se diferirem, então são distintas. Esse princípio é um princípio importante tanto para o usuário quanto para o catalogador, pois age como substituto da obra e permite agrupar instanciações documentais da referida obra. Este recurso é vantajoso, em especial, quando se dispõe de estrutura bibliográfica como folha de rosto, a qual fornece informações sólidas para que o usuário identifique a obra em particular. Infelizmente nem todos os documentos apresentam estrutura tão clara como livros.

O critério de intercambialidade foi proposto por Domanovszky (1974, p. 100), que sugere que o texto original, inclusive a descendência, deve ser intercambiável (ou permutável) por um número razoável de leitores. É um critério diretamente relacionado ao uso e à valorização da obra. Entende-se que o critério deve ser considerado, mas com muito cuidado: "o aspecto problemático é o fato, frequentemente observado, que não há um tipo simples de 'leitor'" (YEE, 1995, p. 20, tradução nossa), o que dá ao critério subjetividade considerável.

Quanto ao critério de preferência, em geral, o usuário, ao buscar um documento, escolhe preferencialmente a edição mais recente que encontrar em um sistema de informação. Como a intercambialidade, é critério que dá indicações de uso.

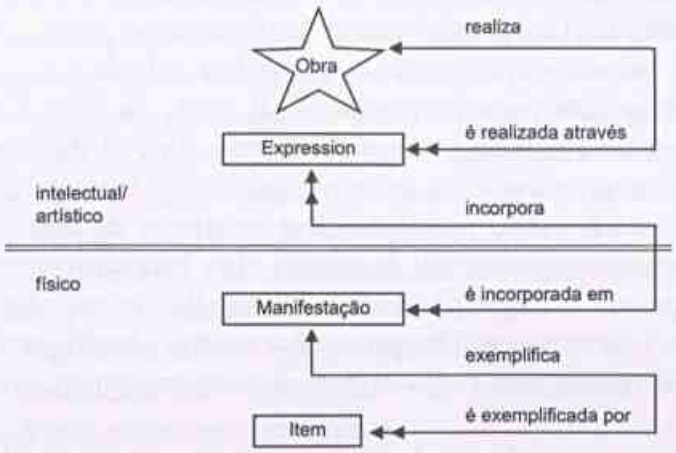
3. Relacionamentos bibliográficos de Barbara Tillett

Barbara Tillett é uma das consultoras responsáveis por estudos que levaram à criação dos FRBR, logo o modelo apresenta intrínseca relação com os estudos

da pesquisadora. Tillett (1992; 2001; 2003) dividiu os relacionamentos em: primários ou inerentes; de conteúdo; de todo-parte e de compartilhamentos.

Relacionamentos primários referem-se às entidades dos FRBR: obra, expressão, manifestação e item, as quais são apresentadas na figura que se segue. A representação das quatro entidades no registro bibliográfico é feita em função do item no qual o catalogador manipula e trabalha. Dito de outra forma, o item é usado para descrever as características gerais que se aplicam a todos os seus semelhantes (TILLETT, 2001).

Figura 1: Relacionamentos primários dos FRBR.



Fonte: Tillett (2001, tradução nossa).

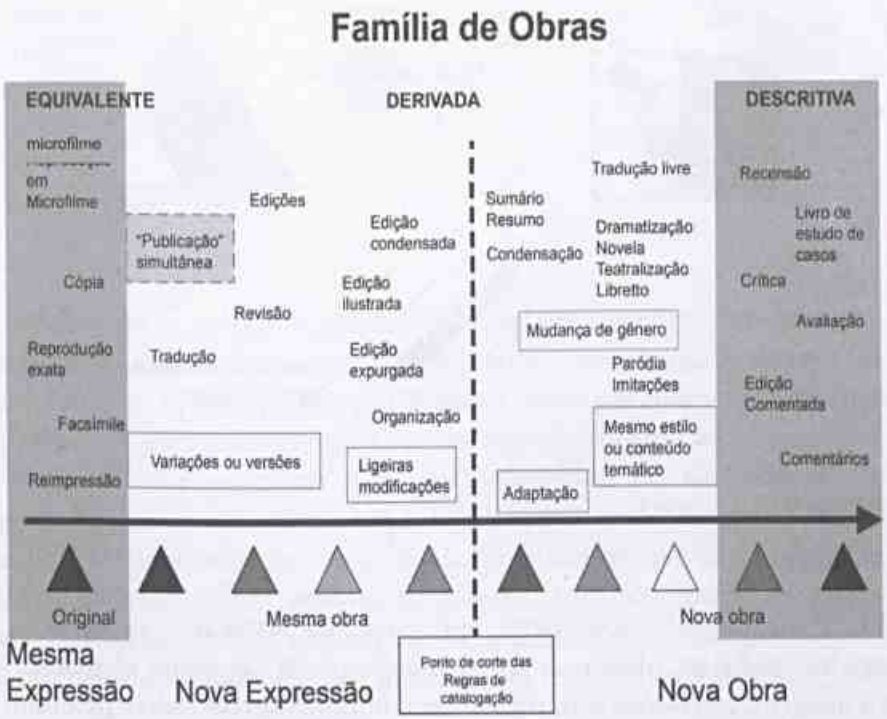
Nota: seta simples = um; seta dupla = muitos; o traço duplo marca fronteira entre físico e abstrato.

Relacionamentos de conteúdo são aplicados através dos distintos níveis dos relacionamentos primários e podem ser compreendidos em três vertentes conforme a Figura 2. O primeiro grupo consiste de obra, expressão e manifestação equivalentes: "partilham dos mesmos conteúdos intelectuais ou artísticos, percebidos através do mesmo modo de expressão" (TILLETT, 2003, p. 4). Entende-se que o relacionamento de conteúdo equivalente apresentado na Figura 2 poderia ir mais longe, deveria considerar, por exemplo, as diferenças entre transferência de meio (como reprodução de jornal impresso em microfilme) e cópia exata (reimpressões, por exemplo).

O segundo grupo consiste de obra, expressão e manifestação derivadas em nova expressão da obra original. A relação derivativa ou relação horizontal ocorre nas variações de edição, nas adaptações, nas mudanças de gênero ou em novas obras baseadas em outra: "um conjunto de novas expressões, tais como traduções, diferentes versões, modificações ligeiras e edições, que se

movem ao longo do continuum numa linha mágica onde se tornam novas obras, embora relacionadas à mesma obra original" (TILLETT, 2003, p. 4). A relação derivativa é a mais complexa e difícil de determinar dentre os relacionamentos de conteúdo porque oscila entre o idêntico e o diferente e, nesse sentido, precisa ser mais estudada. Smiraglia (2001) investigou-a e buscou refiná-la em categorias, as quais serão detalhadas mais adiante.

Figura 2: Família das obras (relacionamentos de conteúdo).



Fonte: Tillett (2003).

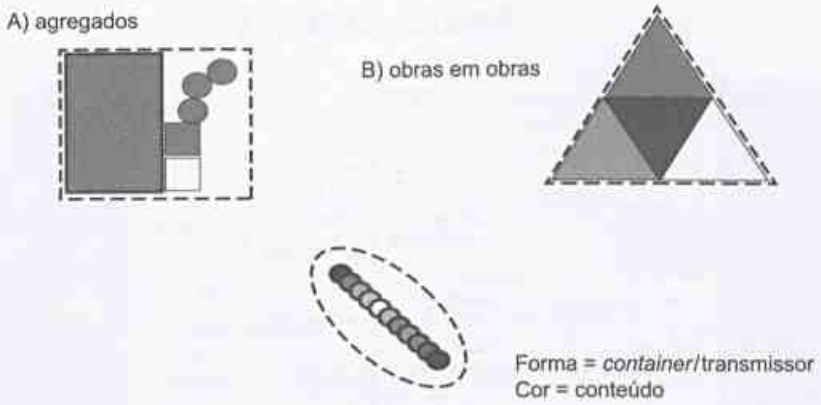
O terceiro grupo consiste de relação descritiva em nova obra, a qual implica em avaliação, em crítica, em comentários relativos a uma obra. "Em direção à extrema direita desse continuum encontram-se relacionamentos 'descritivos' que envolvem novas obras descrevendo algumas obras originais." (TILLETT, 2003, p. 4).

Entende-se que o relacionamento de conteúdo descritivo é questionável, na medida em que o conteúdo é retrabalhado e reconstruído conforme entendimento do avaliador, do crítico, do comentarista ou de alguma figura com função similar à adaptação, ou seja, relacionamento derivativo em nova obra.

Em geral, toda obra é de alguma forma parte de outra (SMIRAGLIA,

2001, p. 196). No entanto o relacionamento todo/parte, ou relação vertical, refere-se à relação entre uma obra que é parte ou integrante de outra obra, como: seleção de textos, artigo de periódico e afins. Os diagramas ilustram os relacionamentos: a forma geométrica representa uma obra qualquer, variações e contrastes de cores referem-se a conteúdos diferentes ou parecidos respectivamente.

Figura 3: Relacionamento e variações todo/parte.



Fonte: Tillett (2001).

O relacionamento todo/parte apresenta três variações. A variação A, agregados, pode ser observada frequentemente em "material eletrônico em que a imagem, texto e/ou som tornam-se componentes do todo e precisam ser direcionados e reunidos (agregados) para apresentação" (TILLETT, 2001, p. 25, tradução nossa). O exemplo apresentado pela pesquisadora parece indicar que tal variação ocorre somente em documentos eletrônicos.

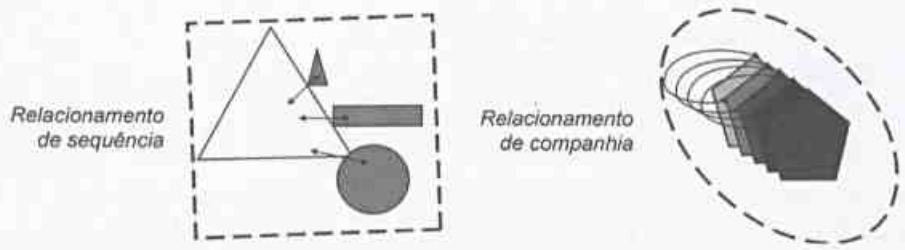
A variação B refere-se à obra com características e existência próprias contidas dentro de outra obra, como é o caso de publicações com antologias ou com seleções de textos; a variação C ocorre com frequência em obra seriada em que as partes vão sendo incorporadas à obra maior paulatinamente.

Dentro do relacionamento todo/parte há que se considerar ainda o relacionamento entre as partes (parte/parte), em geral, considerados como relacionamento de sequência: por exemplo, entre as continuações e as sequências dos episódios de filmes ou das séries de TV.

Relacionamento de companhia refere-se às partes dependentes ou separadas de uma obra que se acompanham mutuamente, pois são publicadas

ou divulgadas dentro de um mesmo conjunto. "O relacionamento é 'x acompanha y' ou 'x é companhia de y' ou o inverso." (TILLETT, 2001, p. 26, tradução nossa).

Figura 4: Relacionamento parte/parte.



Fonte: Tillett (2001).

Finalmente o relacionamento de compartilhamento[6] no qual a obra compartilha características com outras obras: mesmo autor, mesmo título, mesma língua, mesmo país de publicação e assim por diante. Boa parte deles é usada como elemento de busca em sistemas de informação.

Tillett (2001) questiona que relacionamentos, de fato, interessam ao usuário de informação, uma vez que, com frequência, a catalogação ocupa-se apenas com os relacionamentos viáveis (possíveis ou que demandam menos esforço). A pesquisadora constata que o avanço tecnológico contribui para que mais relacionamentos se tornem viáveis nos quais o usuário poderá navegar pelo universo bibliográfico "por mares nunca de antes navegados".[7]

4. Os estudos de Richard Smiraglia

Richard Smiraglia (2002; 2003; 2004; 2005; 2007) é um pesquisador americano que tem realizado várias pesquisas empíricas e epistemológicas do fenômeno da obra no âmbito da Catalogação. Para ele, a abordagem do catálogo passa por mudanças significativas: de catálogo moderno, orientado a buscar uma ordem universal, para catálogo pós-moderno, orientado à diversidade de ordens (SMIRAGLIA, 2003).

Historicamente, segundo Smiraglia (2003), o primeiro catálogo moderno foi proposto por Hyde para a Bodleian Library de Oxford (ca. 1674) e sua tradição pragmática prevaleceu em grande parte do século XX. Trata-se,

essencialmente, de inventário de documentos rigidamente ordenados, embora isso não lhe tire a importância, pois vai além de inventários típicos desse e de períodos anteriores porque fornece dispositivos de busca e de ordenação, os quais tinham como objetivo principal a identificação de conhecimento em documentos.

Na outra abordagem, o catálogo pós-moderno, correntemente entendido como base de dados bibliográficos de serviços de informação, caracteriza-se por estruturas de hyperlinks[8] e metadados[9] orientados a domínios e a linguagens de contextos específicos. Todavia ressalva-se que hyperlinks e metadados já estavam presentes no catálogo moderno denominados pontos de acesso (entradas) e descrição bibliográfica respectivamente. Certamente não apresentavam as mesmas possibilidades de relacionamentos que há no catálogo pós-moderno, pois estavam restritos ao que a tecnologia oferecia.

Concorda-se que está havendo uma mudança da percepção da obra como simples conteúdo de documento (no catálogo moderno) para a percepção da obra como um grupo de instanciações com papel social colaborativo (no catálogo pós-moderno), como constata Smiraglia (2003, p. 565). Esse é o desafio do catálogo pós-moderno: ampliar as estruturas de hyperlinks que permitam relacionar e explorar plenamente a capacidade informativa de obras.

4.1. Instanciação da obra

Em estudo epistemológico, Smiraglia (2005) apresenta o conceito de instanciação (instantiation), do latim *instantia*, que apresenta implicações e significados a serem considerados. Há ainda termos correlatos, a saber: instante (*instant*), instância (*instance*), instanciar (*instantiate*). Em português, instanciação designa ato ou efeito de fornecer instância concreta de algo[10] sendo que a instância designa a qualidade do que é instante[11] no sentido de ocorrência.[12] Por vezes, emprega-se o termo instanciações documentais para designar as instanciações da obra.

Smiraglia (2005) discute o conceito de instanciação a partir de dois dicionários da língua inglesa: no Oxford English Dictionary Online, a instanciação é definida em dois sentidos aplicáveis à catalogação: ato ou efeito de instanciar; e representação do instante, o qual deve ser entendido como o momento ou ponto no tempo. A instanciação, representante de objeto informacional, existe empiricamente quando toma forma em ponto temporal específico.

O outro conceito é apresentado pelo Routledge Encyclopedia of Philosophy, o qual amplia a perspectiva da abordagem, pois enriquece os

parâmetros do fenômeno da instanciação, que assume a forma de evidência: existencial, o objeto apresenta propriedades; universal, logo todos os objetos têm propriedades; inferencial, significa argumentos ou move-se da crença nas premissas para a crença na conclusão; quantificadora, em que operadores sincategoremáticos[13] como "todos", "alguns" e "nenhum" são empregados.

A instanciação possui propriedades que definem a essência e o conjunto das instanciações do objeto cuja identidade, abstrata ou concreta, gera apoio historicista. A identidade, em seus distintos aspectos, constitui igualmente o nó dos sistemas de recuperação da informação, o qual é entendido como o ponto de cruzamento ou separação de rede que se eleva ou se destaca em objeto vivo.

A partir das ferramentas de busca Google Acadêmico e Library and Information Science Abstracts (LISA), Smiraglia (2005) busca conceituar a instanciação no âmbito da ciência da informação. Os resultados apresentaram predomínio em duas formas de uso: 1) significação para projeto de sistemas tecnológicos; 2) uso documentário. Nessa direção, conclui Smiraglia (2005), entende-se que instanciação é um conceito que integra a teoria da representação de obra, de documento, de artefato e de sistema.

Na catalogação, a instanciação é um fenômeno que se discute no âmbito de relacionamentos bibliográficos e ocorre sempre que a obra é realizada num tempo ou se manifesta de alguma forma. Ela corresponde ao que o modelo FRBR designa como expressão e manifestação. "Uso 'instanciação' em vez da 'manifestação' mais genérica, para dar um sentido de temporalidade; uma instanciação é essencialmente uma manifestação em um ponto específico do tempo." (SMIRAGLIA, 2002, p. 7, tradução nossa). Além disso, para Smiraglia (2004, p. 304, tradução nossa),

> A linha entre o que constitui a expressão e o que constitui a manifestação no modelo da IFLA é confusa. Minhas análises anteriores (Smiraglia, 2001) sugerem que a linha entre a obra e a expressão deve ser localizada no ponto em que o conteúdo semântico ou ideacional muda (como é o caso de traduções e adaptações).

Assim a evidência empírica estudada pelo teórico americano sugere que o entendimento das expressões da obra fornece melhor controle sobre as redes de instanciação, pois são elas que exigem vinculação explícita. Nessa direção dois tipos de instanciações podem ser identificados: derivação e mutação (SMIRAGLIA, 2004).

Na derivação, o conteúdo ideacional e semântico das instanciações documentais de uma obra permanece inalterado ou apresenta pouca alteração: edição simultânea, instância publicada simultaneamente em duas edições em lugares diferentes; edição sucessiva, novas edições, em geral, revistas ou

atualizadas; edição ampliada, instanciação em que o texto original é ampliado por ilustrações, por críticas ou por concordâncias; extrato, instanciação publicada em forma de resumo ou de condensação (SMIRAGLIA, 2004).

Na mutação, o conteúdo ideacional e semântico é alterado: tradução; adaptação, instanciação na qual a obra original é modificada para fins de simplificação, de roteirização, de rearranjo musical, de releitura dentre outras; e performances, instanciação na qual a obra original é encenada, executada ou declamada (SMIRAGLIA, 2002; 2004).

Entende-se que tais tipologias são adequadas ao conceito de obra em catalogação, contudo percebe-se que o pesquisador americano não explicita o seu entendimento acerca de reprodução, talvez porque somente "investigou o relacionamento derivativo, que apresenta todas as versões da obra, refinando sua definição em várias categorias distintas de derivação" (SMIRAGLIA, 2001, p. 193, tradução nossa).

No entanto acredita-se que a reprodução poderia ser discutida no âmbito das instanciações associadas ao conteúdo como tipologia distinta de derivação e de mutação, pois se trata de cópia exata ou equivalente de obra. Nessa direção, entende-se que a lógica das três tipologias deve ser configurada do seguinte modo: reprodução → conteúdo equivalente; derivação → conteúdo parecido; e mutação → conteúdo alterado. Quanto a edições sucessivas e simultâneas, entende-se que elas devem ser examinadas no âmbito temporal independentemente do conteúdo.

A mutação pode ser considerada em duas vertentes: representação, instanciação em que a obra é representada (tradução e performance) e reconstrução (adaptação), inclusive abrangendo a relação descritiva proposta por Tillett relativa a comentário, crítica e avaliação sem inclusão do texto original.

A identificação, o agrupamento e a ordenação das instanciações podem ser realizados de várias formas. Em instrumentos de catalogação, por exemplo, há regras de entradas ou ponto de acesso,[14] como o emprego do título uniforme, as quais buscam reunir alfabeticamente o fenômeno da obra. Contudo o emprego de título uniforme é insuficiente para dar conta do fenômeno da obra porque o arranjo alfabético provoca dispersão em certas situações. Mesmo nos casos em que o uso do título uniforme é empregado, os resultados de busca podem trazer grande número de registros relevantes e irrelevantes (CARLYLE, 1996, p. 538, tradução nossa):

> uma pesquisa sobre "Bíblia" recupera aproximadamente 18 mil registros bibliográficos, inclusive registros do livro *Animals of the Bible*, de Isaac Asimov, gravação de som de Genesis lido por Judith Anderson e uma obra intitulada *Woman's Bible for survival in a violent society*, de Thomas P. McGurn. Tais registros

encontram-se dispersos nas várias edições textuais da Bíblia. O primeiro registro para uma edição textual da Bíblia só aparece depois de 150 registros exibidos.

Há duas opções para tratar tal problemática, sugere Carlyle (1996): aprimoramento que melhore o uso de recursos como o título uniforme ou ordenação por meio de ranqueamento baseado em algum modelo de recuperação da informação que apresente ao usuário diferentes agrupamentos que lhe sejam relevantes. Um bom exemplo pode ser observado em Website de grandes redes de livrarias. A busca por livros pode ser instruída, refinada ou ampliada por meio de diversos critérios: custo, idioma, comentário de leitor, compras efetuadas por outros clientes, dentre outros. São recursos pouco explorados em muitas bases de dados bibliográficos.

Seja qual for a opção, há que se rever os princípios de entradas ou estabelecer princípios orientados ao controle de obras, o qual inexiste nas bases de dados catalográficos atuais. O controle de autoridade permite estabelecer representação única de entidade bibliográfica para fins de recuperação da informação, logo para todas as obras existentes em bases de dados catalográficos haveria ao menos um de registro de autoridade. No entanto o que existe, no momento, é o princípio de controle de cabeçalho orientado essencialmente a autor (SMIRAGLIA, 2004).

4.2. A obra como fenômeno

Smiraglia (2001; 2002) tem realizado e examinado diversos estudos empíricos relativos ao fenômeno da obra, pois é um caminho válido para compreender a entidade bibliográfica. Para o pesquisador, os estudos convergem, ao menos, em três pontos: a obra opera em nível conceitual; qualquer mudança na obra original gera uma obra associada; e há um conjunto de obras associadas à obra original. De resto, a análise dos estudos permite afirmar que obra é mais que atividade criativa de pessoas ou produto de atividade intelectual que surge num tempo e na cultura: "a obra é uma significação, conjunto concreto de concepções de ideias que se realiza através de expressão semântica ou simbólica" (SMIRAGLIA, 2001, p. 37, tradução nossa).

Um dos estudos foi realizado no âmbito de bestsellers[15] mais vendidos no século XX. Os resultados da pesquisa ilustram o quanto o estudo da obra como fenômeno pode contribuir para evidenciar as tendências sociais e culturais de uma nação. A lista dos bestsellers foi obtida no *Publisher's Weekly's*, revista americana de notícias voltada para editores, bibliotecários, livreiros e agentes literários. A amostragem da pesquisa totaliza 1.836 obras: 992 de ficção e 844

de não ficção. Limitou-se ao mercado livreiro estadunidense, embora uma ou outra amostra fosse canadense.

O estudo das instanciações da obra através de venda de bestseller do século XX trouxe resultados interessantes que reforçam a importância de realização de estudos empíricos: um bestseller gerou apenas uma edição, Campus Zoo (1950) de Clare Barnes Jr.; a média de idade de obra original na amostra é de 52 anos (57,64 na ficção e 45,48 em não ficção); *The Grapes of Wrath* (As vinhas da ira, 1939) de John Steinbeck apresenta a maior rede de instanciações (315 membros); publicar simultaneamente, por exemplo, edição braile e edição impressa, é uma estratégia de divulgação da obra feita pelo publicador para torná-la mais presente ou acessível; a partir de 1980, "observou-se que as performances foram desenvolvidas antes de edições sucessivas ou traduções, revertendo a tendência no início do século" (SMIRAGLIA, 2007, p. 190, tradução nossa).

O estudo dos bestsellers evidencia que no "início do século volta-se à glorificação do Oeste Americano, depois retrata a severa realidade da guerra e da depressão [...] segue com as convulsões sociais da era Pós-Segunda Guerra Mundial. O século termina com a fascinação da ficção científica e os horrores imaginados do futuro iminente" (SMIRAGLIA, 2007, p. 184, tradução nossa). O mesmo se observa em obras de não ficção: nos anos de 1920 a 1930 os temas referem-se: ao direito de voto das mulheres; aos ícones de cultura como o relatório Marshall sobre o Pós-Guerra; o relatório Kinsey sobre sexo; escândalos como o Watergate; a revolução sexual feminina; e as incertezas econômicas do milênio (SMIRAGLIA, 2007).

5. Considerações finais

A obra está em constante criação e transformação, pois "à mais perfeita reprodução sempre falta algo".[16] Obra reconstruída ou reescrita altera a originalidade da obra, mas, em representação como tradução, o sentido original e o propósito da obra não são alterados substancialmente.

A ideia de que a reprodução com o sentido de amostra ou de exemplar pode ser valorizada no decorrer do tempo abre precedente para que objeto real produzido espontaneamente pela natureza seja obra. É uma direção não esclarecida pelos teóricos, mas é ideia reforçada pelo critério de existência bibliográfica independente.

Além do suporte material e do conteúdo principal, a obra é um produto constituído por outros elementos os quais parecem ser desconsiderados pelos pesquisadores em questão. Tais elementos, os paratextos de Genette,

buscam apresentar, promover e contextualizar a obra. Acredita-se que o registro bibliográfico apresenta a mesma função, pois sua intenção é similar ao paratexto.

O controle de autoridades para obra permite reunir as instanciações documentais como espécie de bastidores do processo de catalogação que é de interesse para o catalogador. O título uniforme, de uso corrente em obras com muitas instanciações, parece ser um caminho adequado para a representação de obra, mas precisa indicar variações de autor e de título incorporando critérios que explicitem a intenção por detrás da mudança de identidade. Além de aprimorar o título uniforme, há que se incorporar algum modelo de recuperação da informação que apresente alternativas relevantes de agrupamentos aos usuários no momento da busca.

A intercambialidade e a preferência apresentadas por Martha Yee são critérios que se relacionam ao uso e à valorização da obra, em especial nos aspectos relativos às instanciações documentais. Podem ser úteis em estudo bibliométrico, que quantifica os processos comunicativos de documentos mediante a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos. O estudo bibliométrico privilegia a produção de autores, mas, em outra vertente, o conceito de obra permite, por exemplo, evidenciar instanciações derivadas e equivalentes do autor, ou seja, é possível identificar a produção do autor de forma qualitativa.

Os relacionamentos bibliográficos de Barbara Tillett são importantes, pois, em grande parte, foram incorporados e aceitos pela catalogação. No entanto, ressalva-se que precisam ser mais discutidos, pois apresentam lacunas lógicas e ausência de definições mais claras.

A distinção feita por Smiraglia entre catálogo moderno e pós-moderno, entendidos como base de dados bibliográficos, é uma discussão válida e deve ser considerada. Mas é importante ver o catálogo pós-moderno como ampliação das possibilidades do catálogo moderno.

Além disso, os atuais sistemas de gerenciamento de base de dados, ainda que sejam considerados modernos, acumulam dados que poderiam ser mais explorados em benefício dos usuários no momento da busca como, por exemplo, indicativos de preferência ou de intercambiabilidade. Perguntas como qual a obra de estatística mais emprestada ou qual obra é mais pesquisada na base de dados, em muitos sistemas, já podem ser respondidas.

A contribuição de Smiraglia avançou consideravelmente a compreensão do fenômeno obra, pois, além de pesquisas epistemológicas, realizou e discutiu pesquisas empíricas. A contribuição mais perceptível apresenta-se na definição da instanciação, a qual é um conceito fundamental para o entendimento da obra. O estudo de bestseller ilustra o quanto o estudo do fenômeno da obra pode contribuir, por exemplo, em estudos de comunidade de usuários e em

estudos de desenvolvimento de coleções.

A combinação dos estudos de Yee, Tillett e Smiraglia permite propor tipologia de instanciações mais lógicas baseadas no conteúdo e na temporalidade dos relacionamentos bibliográficos. Conclui-se, então, que compreender os critérios da conceituação de obra, os relacionamentos bibliográficos da obra e as instanciações da obra podem contribuir para o entendimento desse fenômeno em catalogação, pois são eles que explicitam o comportamento, a existência e a proliferação do fenômeno da obra no universo bibliográfico.

6. Notas

1 Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos.

2 Pesquisa realizada em coleção de biblioteca de faculdade americana, Santa Ana College Library, mostra que há cerca de 21% de documentos constituídos por duas ou mais obras (HOFFMAN & MANGER, 1985).

3 Documento é entendido como informação fixada em suporte que coisifica o conhecimento.

4 "Material (ou dispositivo) ativo ou passivo que pode memorizar uma informação e restituí-la quando necessário" (CUNHA & CAVALCANTI, 2008, p. 352).

5 "O estilo é o próprio homem", frase famosa do Discours sur le style (2006) do francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, proferida por ocasião de sua posse na Academia Francesa (1753). Para ele, o estilo não pode ser roubado, transferido ou alterado e, ainda, insinua que o autor pode ser admirado no decorrer dos anos graças a um estilo robusto (LECLERC, 2006, p. 19).

6 Shared characteristic relationships (relacionamento segundo características compartilhadas).

7 Frase famosa do escritor português Luís de Camões.

8 Em português, hiperligação, todavia adota-se a nomenclatura inglesa, pois é a mais conhecida.

9 "Informação que descreve a estrutura dos dados e sua relação com outros" (CUNHA & CAVALCANTI, 2008, p. 246).

10 Dicionário Priberam de língua portuguesa (2012).

11 Ferreira (2010, p. 430).

12 Cunha & Cavalcanti (2008, p. 418).

13 O sentido não é fácil de determinar, mas no contexto indica ser a característica daquilo que em si não significa senão uma modificação ou determinação de outro conceito como os operadores citados.

14 Nome ou termo que permite procurar ou identificar um registro bibliográfico que representa o documento demandado por usuário de informação.

15 Expressão inglesa de uso corrente em língua portuguesa para livros mais vendidos no mercado editorial.

16 Frase de Walter Benjamim (*A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/benjamin/benjamin_06.htm>. Acesso em: 7 abr. 2012).

7. Referências

BRENNE, Marte. *Storage and retrieval of musical documents in a FRBR-based library catalogue*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculty of journalism, library and information science, Oslo University College, 2004.

CARLYLE, Allyson. Ordering author and work records. *J. Am. Soc. Inf. Sci.*, v. 47, n. 7, p. 538-554, July 1996.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordelia R. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasilia, DF: B. de Lemos, 2008.

DOMANOVSZKY, A. *Functions and objects of author and title cataloging*. Budapeste: Akadémiai Kiadó, 1974.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

ECO, Umberto. *Obra aberta*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Mini Aurélio*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FUSCO, Elvis. *Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação*. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Unesp, Marília, 2010.

GENETTE, Gerard. *Paratexts*. Cambridge: University Press, 1997.

HOFFMAN, Herbert H.; MAGNER, Jeruel L. Future outlook: better retrieval through analytic catalogs. *J. Acad. Librariansh.*, v. 11, n. 3, p. 151-153, Jul. 1985.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional requirements for bibliographic records*. [München]: K. G. Saur; IFLA, 2009.

JOINT STEERING COMMITEE FOR REVISION OF AACR. *Código de catalogação anglo-americano*. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: Febab; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

LECLERC, Georges-Louis. Discours sur le style. *Casa del tiempo*, v. VIII, ep. 3, n. 88, p. 10-20, mayo 2006. Disponível em: <http://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/88_may_ 2006>. Acesso em: 24 jul. 2012.

LUBETZKY, Seymour. *Principles of cataloging*: final report: phase 1. Los Angeles: Institute of Library Research, 1969.

MACHADO, José Pedro. Obra: In: _____. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. v. 4, p. 233.

MORENO, F. P. *Requisitos funcionais para registros bibliográficos – FRBR*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/index.php>. Acesso em: 21 mar. 2008.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam de língua portuguesa*. 2012. Disponível em: <http://www. priberam.pt/Produtos/Dicionario.aspx>. Acesso em: 3 ago. 2012.

SMIRAGLIA, Richard P. Authority control of works: cataloging's chimera? *Cat. Classif. Q.*, v. 38, n. 3/4, p. 291-308, 2004.

_____. Further reflections on the nature of 'A Work': an introduction. *Cat. Classif. Q.*, 2002, v. 33, n. 3/4, p. 1-11.

_____. Instantiation: toward a Theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE

CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE..., 2005, London, Ontario. *Data, information and knowledge in a networked world*: [proceedings]. L. Faughan (Ed.). Toronto, 2005. Disponível em: <http://www.cais-acsi.ca/>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. The "works" phenomenon and best selling books. *Cat. Classif. Q.*, v. 44, n. 3, p. 179-185, 2007.

_____. The history of "The Work" in the modern catalog. *Cat. Classif. Q.*, v. 35, n. 3/4, p. 553-567, 2003.

_____. Works as signs, symbols, and canons: the epistemology of the work. *Knowl. Org.*, v. 28, n. 4, p. 192-202, 2001.

TILLETT, Barbara B. Bibliographic relationships. In: BEAN, Carol A.; GREEN, Rebecca (Ed.). *Relationships in the organization of knowledge*. Dordrecht: Klüwer Academic Publishers, 2001. cap. 2, p. 19-35.

_____. Bibliographic relationships: an empirical study of the LC machine-readable records. *Libr. Resour. Tech. Serv.*, v. 36, n. 2, p. 162-188, Apr. 1992.

_____. *O que é FRBR?* Um modelo conceitual para o universo bibliográfico. [Washington]: Biblioteca do Congresso, [2003?]. Disponível em: <http://www.loc.gov/cds/FRBR.html>. Acesso em: 22 mar. 2008.

WILSON, Patrick. *Two kinds of power*: an essay on bibliographical control. California: University of California Press, 1968.

YEE, Martha M. What is a work? Part 4: cataloging theorists and a definition abstract. *Cat. Classif. Q.*, v. 20, n. 2, p. 3-24, 1995.

Padronização para cooperação interbibliotecas

Catalogação centralizada: o caso do sistema de bibliotecas da UFMG no tratamento de registros de autoridade

Maria Madalena Pereira de Almeida Rocha
Bibliotecária, especialista em Gestão da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Vilma Carvalho de Souza
Bibliotecária, especialista em História da Ciência pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Jacqueline Pawlowski Oliveira
Bibliotecária, mestranda em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

A catalogação, como procedimento de criação de formas de representação descritiva documentária, está presente em praticamente todos os processos da gestão da informação. Para cumprir seu papel de proporcionar acesso à informação é preciso que ela seja padronizada, tenha qualidade e possibilite ajudar a todos aqueles que buscam informação a encontrar o que precisam com rapidez e precisão. Em atenção a esta premissa o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG), por meio da Divisão de Tratamento e Tecnologia da Informação (DITTI), vem trabalhando na elaboração de um projeto que visa a oferecer excelência no tratamento da informação. Tal projeto propõe a implantação do controle centralizado de autoridades, que contará com a união de esforços de pessoas especializadas nesta área, formando uma equipe que possa atuar de modo integrado, eliminando a duplicação de serviços e trazendo benefícios significativos para toda a instituição. Este trabalho objetiva apresentar o projeto inicial de implantação do controle centralizado de autoridades proposto para o Sistema de Bibliotecas da UFMG.

Palavras-chave: *Controle centralizado de autoridade. Registro de autoridade MARC. Universidade Federal de Minas Gerais. Biblioteca universitária. Sistema de bibliotecas.*

Abstract

Cataloging as a process of creating means for documentary descriptive representation is present in almost all processes of information management. To fulfill its role of providing access to information it needs to be standardized, have quality and make it possible to help all those who seek information to find what they need quickly and accurately. In consideration of this premise the library system at the Federal University of Minas Gerais (SB/UFMG), through the Division of Information Technology and Treatment (DITTI), has been working on a project that aims to provide excellence in information processing. This project proposes the implementation of centralized control of authorities, which will feature the union of efforts of people who specialize in this area, forming a team that can act in integration, eliminating the duplication of services and bringing significant benefits to the whole institution. This paper aims to present the initial project implementation of centralized control of authorities proposed to the library system of UFMG.

Keywords: *Authority centralized control. MARC authority record. Federal University of Minas Gerais. Academic library. Libraries system.*

1. Introdução

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG) é composto por 26 bibliotecas que oferecem vários serviços e produtos de informação indispensáveis ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino, extensão e atividades fins da universidade. Antes da automação das bibliotecas do SB/UFMG, os materiais bibliográficos eram catalogados em fichas manuais. Na década de 1970 foi criado o BIBLIODATA/CALCO, pela Fundação Getúlio Vargas, FGV, com a finalidade de se implementar no Brasil uma rede de catalogação cooperativa objetivando a cooperação e o intercâmbio de informações bibliográficas e documentais nacionais. Sempre na vanguarda, a UFMG aderiu a esse projeto e passou a fazer parte da rede como biblioteca cooperante. A catalogação era feita nas bibliotecas do sistema e enviada para a FGV em arquivos, que tinham seu conteúdo integrado às microfichas e as fichas catalográficas eram distribuídas entre as bibliotecas participantes. Nesse ínterim as bibliotecas do sistema passaram por vários processos de automação, conversão de dados e trocas de softwares: Microisis, VTLS e atualmente o Pergamum.

Em 1998, com a aquisição do software de gerenciamento de bibliotecas VTLS (Virgínia Technical Library System), houve um grande esforço por parte dos bibliotecários da Universidade de adequar a realidade das atividades realizadas nas bibliotecas da UFMG a um software de gerenciamento adquirido em outro país, onde o idioma e o fluxo de atividades eram diferentes dos padrões adotados nas bibliotecas universitárias brasileiras. Com a reunião desses profissionais foi criada em 1998 a Central de Controle da Qualidade da Catalogação, CCQC (hoje Divisão de Tratamento e Tecnologia da Informação, DITTI), com o objetivo de orientar a utilização do software e verificar a qualidade da catalogação do SB/UFMG. Posteriormente, foram incorporadas a esta Divisão outras funções, como: ministrar cursos para catalogadores do sistema, orientar a catalogação, elaborar comunicados de normas técnicas sobre catalogação e padrões utilizados pela UFMG, além de oferecer suporte para as atividades de catalogação das unidades do SB/UFMG. Juntamente com a DITTI, os grupos de trabalho já existentes contribuíram para o desenvolvimento de melhores técnicas para as atividades de catalogação. Atualmente, a DITTI conta com duas bibliotecárias para realizar diversos serviços, além do controle da qualidade da base de dados do catálogo coletivo da UFMG, que contém mais de 500 mil registros bibliográficos e mais de 1 milhão de registros de autoridades.

Com o objetivo de aprimorar as práticas de catalogação a DITTI juntamente com o Grupo de Trabalho de Catalogação buscou medidas que favorecessem as atividades de tratamento da informação. Houve um

período em que o SB/UFMG participava da catalogação cooperativa da Rede Bibliodata, porém, cada biblioteca catalogava seu material e enviava os dados à FGV. O trabalho realizado com a catalogação cooperativa trouxe um grau elevado de precisão, pois, ao trabalhar juntos, os profissionais tiveram a oportunidade de trocar experiências e usufruir do trabalho em equipe. Já a prática de catalogação centralizada não é uma atividade comum utilizada pelo SB/UFMG. A catalogação descentralizada ocasiona inconsistência nos dados inseridos na base, o que faz com que seja necessária uma atuação maior em relação à correção e padronização dos registros inseridos. A partir de 2004 o SB/UFMG deixou de integrar a Rede Bibliodata, mas passou a comprar e utilizar o CD-ROM com as Bases Avulsas de Autoridades Nomes e Assuntos, produzidas pela Rede Bibliodata, para controle das autoridades.

Outro ponto que ocasionou inconsistências na base de dados do SB/UFMG foi a conversão e migração dos registros do software VTLS para o Pergamum em 2004. Atualmente a base ainda apresenta problemas, principalmente com referência à qualidade, tanto nos registros bibliográficos quanto nos registros de autoridade. Dentre os principais problemas encontrados podemos destacar:

Registros de autoridades

- duplicidade de registros de autoridades MARC;
- uso de cabeçalhos de assunto e nomes não autorizados (tomando como referência as Bases Avulsas de Autoridades Nomes e Assuntos da FGV);
- uso inadequado de subdivisões de assunto, ou seja, subdivisões que devem ser usadas como cabeçalho de assunto tópico e são usadas como subdivisões e vice-versa;
- uso inadequado de cabeçalhos geográficos, tanto na subdivisão como no cabeçalho de assunto principal;
- criação de registros de autoridades de séries e eventos indevidos;
- registros de autoridades vazias, sem vínculo com títulos cadastrados; termos com mais de um registro completo de autoridade;
- campos fixos 008 do Registro de Autoridade MARC incompletos (sem edição);
- registros de autoridades incompletos, que foram gerados automaticamente;
- vários campos com indicadores errados e/ou campos usados indevidamente;

- registros de autoridades desmembradas em subcampos;
- erros de digitação e de ortografia.

Registros bibliográficos

- duplicidade de registros bibliográficos;
- problemas na importação de registros de outras bases de dados;
- erros ortográficos e de digitação;
- ausência de padronização na pontuação nos registros bibliográficos;
- registros bibliográficos com ausência de subcampos, principalmente o subcampo $b (editora) do campo 260 (Área da Publicação, Distribuição, Descrição etc.);
- registros bibliográficos sem biblioteca e sem exemplares vinculados;
- campo fixo 008 incompleto (sem edição);
- registros incompletos em relação aos dados;
- áreas de conhecimento não cadastradas;
- vários campos com indicadores indevidos;
- campos MARC usados indevidamente;
- falta de pontuação.

Discorrendo sobre os problemas encontrados na base e em busca de minimizar o tratamento indevido de registros bibliográficos e de autoridades, bibliotecários da DITTI, Setor de Tratamento da Informação, solicitaram que um bibliotecário de cada biblioteca setorial ficasse responsável pelos registros de autoridade de sua unidade acadêmica. No entanto, por vários motivos, entre eles a não aquisição do CD-ROM com as Bases Avulsas de Autoridades (nomes e assuntos), a prioridade na catalogação de novos itens adquiridos contribuiu para que o controle de registros de autoridades fosse postergado.

Apesar das diversas ações desenvolvidas com o objetivo de eliminar inconsistências encontradas na base de dados, muitos dos problemas, principalmente em relação ao controle de registros de autoridades, ainda persistem. Diante deste cenário e em busca de ações que minimizem acertos

de dados, surgiu a iniciativa de inserir a prática do controle centralizado de entrada de registros de autoridades (nomes, assuntos, títulos e séries) no âmbito do tratamento da informação das bibliotecas do SB/UFMG. Este trabalho tem o objetivo de apresentar um projeto inicial para a implantação do controle centralizado de registros de autoridade que permitirá simplificar a criação e manutenção dos registros bem como melhorar a acessibilidade à informação com eficiência, evitando perdas e duplicação.

2. Revisão de literatura

Controle de autoridade e controle bibliográfico são dois lados da mesma moeda, ou seja, o controle bibliográfico é impossível sem o controle de autoridade. Catalogação tem a ver com ordem, lógica, objetividade, indicação precisa e consistência e, para tanto, necessita de mecanismos que garantam tais atributos.

Segundo Gorman (2003), um registro catalográfico consiste em três partes: o ponto de acesso; a descrição bibliográfica; e a localização ou (para recursos eletrônicos) o próprio documento. O ponto de acesso encaminha o usuário para o registro, a descrição permite ao usuário decidir se os itens descritos são os desejados e a localização conduz o usuário para o documento desejado. Tal formulação simples é a base de toda catalogação.

Para a descrição e localização existem normas internacionais de padronização (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada, ISBD, e AACR2, 2002). No entanto, tais normalizações não são parte do controle de autoridade. Assim, os controles de autoridade e de vocabulário se preocupam com os pontos de acesso e sua normalização. Os pontos de acesso têm duas funções básicas: permitir ao usuário localizar um registro e agrupar registros que compartilham características comuns. Por isso deve ser normalizado. Um autor, quando edita uma obra, comumente não é orientado no sentido de padronizar o registro do seu nome, assim, encontramos uma diversidade de formas de entrada de um mesmo autor. Na maioria dos casos, apenas uma forma do nome é a autorizada e todas as obras desse autor devem receber como entrada esta "forma única". Os autores escrevem também sob pseudônimos e heterônimos. Uma mesma pessoa pode ter mais de uma entrada de nome, como é o caso do escritor Fernando Pessoa, que terá entrada pelo nome pessoal e pelos seus heterônimos, por exemplo, Álvaro de Campos, Aberto Caieiro etc. O princípio básico ou regra básica é a do capítulo 22, "Cabeçalhos para pessoas", do Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2 2002), em que a entrada deve ser realizada pela forma mais conhecida do nome da pessoa

ou a sua forma preferida, seja ela o nome verdadeiro, um pseudônimo, iniciais, um título de nobreza.

Uma base de dados bibliográfica com consistência nos registros que a compõe não deve conter duplicidades, formas diferentes e não autorizadas de nomes, assuntos, títulos uniformes e séries. O controle de autoridades identifica a forma estabelecida para cabeçalhos de nomes, entidades, nomes geográficos, títulos uniformes, títulos de séries e cabeçalhos de assunto de vários tipos e suas combinações. Os registros de autoridade permitem que os usuários encontrem de maneira eficaz as obras de determinado autor, assunto, série e títulos uniformes, ampliando índices de revocação e precisão das buscas no catálogo com pontos de acesso consistentes e de qualidade.

A forma ideal e recomendada do trabalho do catalogador em relação à criação de registros bibliográficos e de autoridade é relativa aos fatores:

- construir a base de registros de autoridades juntamente com a criação de registros bibliográficos, quando os mesmos ainda não existirem na base de dados;

- a equipe de criação dos registros de autoridades deve ser mínima e com habilidades e conhecimentos profundos da situação da base de dados, do funcionamento do software adotado, dos instrumentos usados na catalogação e indexação, das fontes de pesquisa, das ações na base que garantam o controle de qualidade e tomada de decisões. A indexação de assuntos exige muitas vezes a assessoria de especialistas e acadêmicos para auxiliar na definição da temática dos recursos bibliográficos.

A agência catalogadora deve decidir como trabalhar com a criação dos registros de autoridade, porque existem duas maneiras:

- criar apenas um registro de autoridade com função dupla – cabeçalho de assunto principal e subdivisão de assunto –, no caso de termos que podem ser tanto cabeçalho de assunto principal quanto subdivisão de assunto, e registros com nota de remissiva ver complexa para aqueles termos que podem ser usados apenas como subdivisão de assunto.

- criar dois registros de autoridade – um para o assunto principal e outro para as subdivisões de assunto, independente da situação acima mencionada.

Um dos fatores importantes do uso do MARC 21 – formato para dados de autoridade – é a possibilidade de cooperação dos registros de autoridade entre diversas agências catalogadoras, o que possibilita rapidez e economia

no processo de tratamento dos materiais. Segundo Campos (2003), "o controle de registros de autoridades tem como objetivo principal a criação e manutenção de registros de autoridade que validam o trabalho do catalogador e a qualidade do catálogo e a provisão de um acesso à informação confiável e consistente".

O conteúdo do registro de autoridade é de grande importância para o catalogador e para o usuário final, na medida em que dá consistência ao trabalho de pesquisa em torno de um autor (pessoal ou corporativo), um título (de séries e uniforme) embasado no AACR2 2002 ou um assunto e suas subdivisões (tópica, geográfica, cronológica e de forma) com base na Library of Congress Subject Headings (LCSH) como fonte principal, contendo remissivas para permitir acessos opcionais a nomes de pessoas, entidades, eventos, nomes geográficos, títulos uniformes. O uso de formas consistentes em pontos de acesso foi consagrado pelos Princípios de Paris (1961), propiciando às bibliotecas a possibilidade de evitar informações inconsistentes para o usuário e facilitar o trabalho do catalogador. Os registros de autoridade passaram a conter notas sobre as fontes utilizadas para estabelecer a forma autorizada ou para explicar a identidade de determinada pessoa de forma a poder distingui-la de outras com nome semelhante.

> A criação de um arquivo de autoridade não é simplesmente reunir um grupo de registros de autoridade. Devem ser discutidas questões sobre o armazenamento do arquivo, eleger os responsáveis pela manutenção e definir uma política de trabalho de autoridade. A política de trabalho de autoridade deve orientar a criação de registros de autoridade e do arquivo de autoridade e os procedimentos ou rotinas dos catalogadores e de outros envolvidos no estabelecimento dos dados de autoridade. (BURGER, 1985).

Controlar autoridades é um trabalho rigoroso de investigação e pesquisa. Para tanto se faz necessário montar uma equipe com especialistas, bibliotecários, material de consulta, enciclopédias, dicionários, aquisição de bases de registros de autoridade, tesauros e bibliografias e até mesmo biografias. É uma tarefa morosa. A centralização do controle de autoridades ajuda na normalização, reprodução e distribuição dos registros de autoridade, uma vez que se tenha por objetivo a recuperação mais eficiente da informação. Segundo Mercadante ([2008?]), as vantagens em uma catalogação centralizada são:

- catalogar a obra uma única vez;
- reduzir custos com mão de obra, material e tempo;
- interpretar uniformemente os códigos;

- possibilitar a criação de um catálogo único;
- realizar com rapidez tanto a recuperação como a disseminação.

O controle centralizado de registros de autoridade consiste em um trabalho de cooperação entre os profissionais, realizado por uma equipe de bibliotecários, que tem maior probabilidade de ser executado com um grau elevado de precisão, além de dar consistência ao "catálogo, principal canal de comunicação entre o usuário e o acervo" (MEY, 1995). Segundo Maxwell (2005), um registro de autoridade pode conter também informações de uso para os bibliotecários e para os usuários da biblioteca, mensagens que proveem informação adicional para o usuário (por exemplo, notas que auxiliam ou orientam a busca no catálogo) e necessárias aos catalogadores (por exemplo, notas justificando a escolha e forma do ponto de acesso autorizado).

3. Materiais e métodos

Segundo Pereira (1998), o bibliotecário, ao praticar o ato da catalogação, deve ter em mente que esta é a atividade que virá a determinar a recuperação ou não do documento catalogado, sendo, portanto, uma atividade que deve ser realizada com plena consciência e seriedade. Para que o processo de catalogação e controle de autoridade desenvolvido pela equipe de bibliotecários do SB/UFMG atinja um grau de excelência, serão apresentados a seguir alguns procedimentos necessários a serem adotados que contribuirão para o desenvolvimento das atividades de tratamento da informação e a prática de controle centralizado de autoridade a qual se pretende implantar.

a) Estabelecimento de rotinas e ações

- elaboração e avaliação de rotinas de acordo com os problemas detectados;
- criação de um grupo de bibliotecários para inclusão e correção de autoridades (nomes, assuntos, títulos e séries);
- capacitação deste grupo pelos bibliotecários da DITTI;
- coordenação, avaliação e acertos dos registros de autoridade;
- agrupamento de todos os registros com o mesmo ponto de acesso;
- fusão de registros de autoridades no catálogo;

- documentação das decisões tomadas e das fontes utilizadas para estabelecer os pontos de acesso;
- registro de todas as formas de ponto de acesso que não a escolhida como remissiva e/ou referência;
- acompanhamento dos trabalhos;
- elaboração de relatórios periódicos conforme o andamento do trabalho;
- comunicação mensal ao SB/UFMG das atividades desenvolvidas pelo grupo.

b) Capacitação da equipe

- **Curso**: Autoridades: nomes (pessoais, entidades e eventos), assuntos e séries.
- **Objetivo**: atualizar a equipe que irá trabalhar com as autoridades nomes e assuntos nos registros bibliográficos, visando a recuperação da informação e a qualidade da base de dados.
- **Conteúdo**:
    - MAR21: formato para dados de autoridade;
    - AACR2 2002 parte II: pontos de acesso, títulos Uniformes, remissivas;
    - conhecimento e interpretação das fontes de pesquisa;
    - estrutura das Bases Avulsas de Autoridades Nomes e Assuntos da Rede Bibliodata;
    - estrutura da Library of Congress Authorities online;
    - metodologia para atribuição de autoridade no Pergamum;
    - consulta aos manuais da Rede Bibliodata;
    - termo livre;
    - cabeçalhos não localizados nas fontes de pesquisa;

- situação atual da base de dados da UFMG em relação à lista nomes e assuntos e registros de autoridades MARC;
- registros de autoridades de eventos, séries.

c) Recursos necessários

- **Estrutura**

– Equipe: inclusão de profissionais trabalhando junto à DITTI, Setor de Tratamento da Informação, coordenados pelos bibliotecários da DITTI. Estes bibliotecários deverão ter conhecimento de AACR2 2002, Library of Congress Subject Headings (LCSH), MARC21: formato para dados bibliográficos e MARC21: formato para dados de autoridade.

- **Suporte**

– Especialistas nas diversas áreas;

– Pessoal de apoio (estagiários da Escola de Ciência da Informação);

– Material bibliográfico impresso e online para pesquisa de:

- assuntos em português, fontes em português: Base de Dados de Autoridades Nomes e Assuntos da Rede Bibliodata, Biblioteca Nacional;
- assuntos em inglês: LCSH, The Virtual International Authority File (VIAF) da Online Computer Library Center (OCLC), Library of Congress Authority online;
- nomes em português: AACR2 2002, Base de Dados de Autoridades Nomes e Assuntos da Rede Bibliodata, Biblioteca Nacional (Brasil), dicionários, enciclopédias;
- nomes estrangeiros: Library of Congress Authority, OCLC (VIAF), AACR2 2002 e demais bases de autoridades de bibliotecas nacionais.

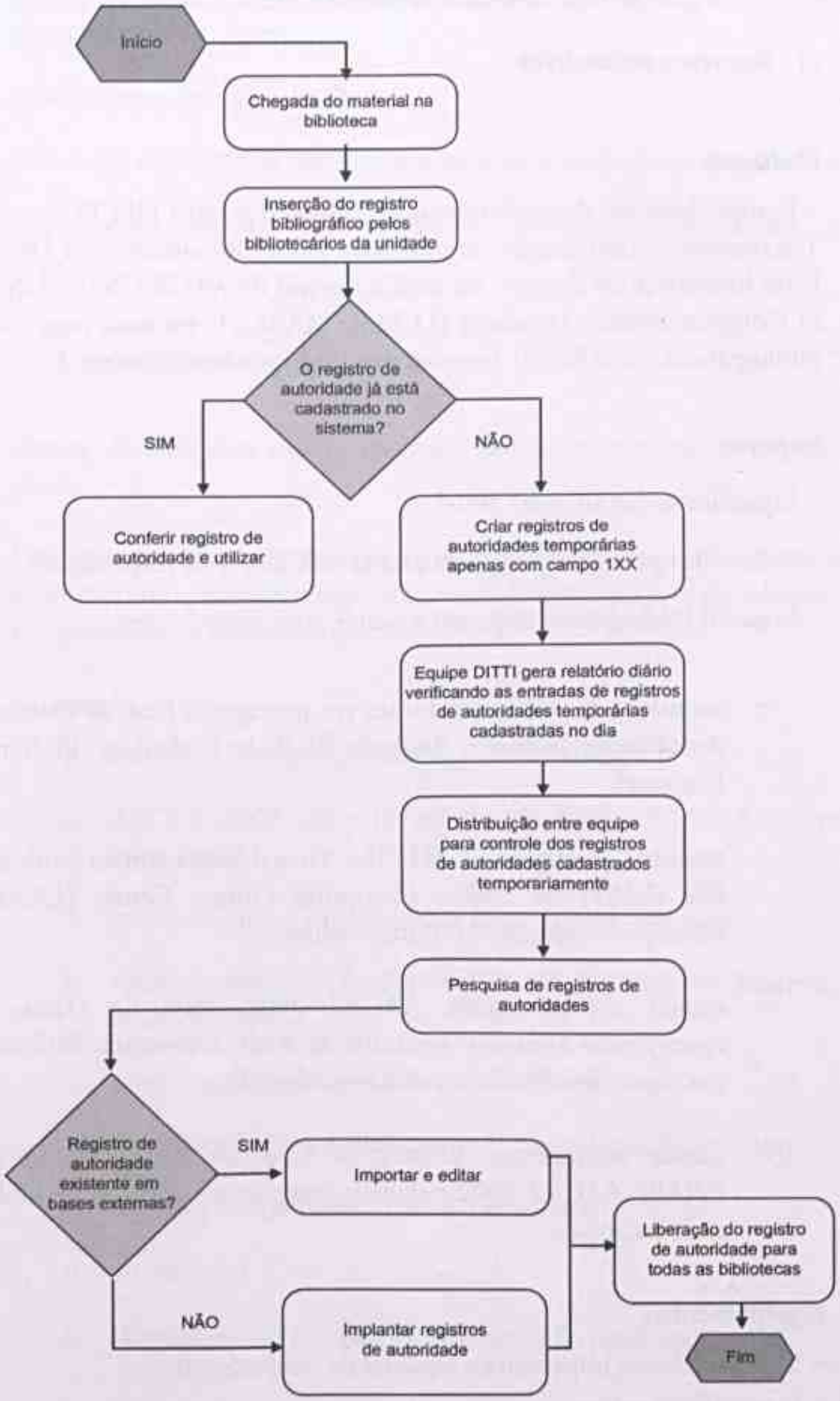
- **Equipamentos**

– Computadores, impressoras, material de consumo etc.

– Espaço físico adequado.

d) Metodologia: proposta de fluxo para a catalogação centralizada

Figura 1: Fluxo de catalogação centralizada.



4. Resultados parciais/finais

O perfil e a competência dos usuários de informação vêm mudando à medida que acompanham a evolução mundial e inserção de novas tecnologias de informação e comunicação. Isso exige do profissional bibliotecário uma postura proativa e consciência de que toda essa informação deve ser corretamente tratada e, por conseguinte, disponibilizada e recuperada pelo usuário. Espera-se com a introdução da prática de controle de autoridade centralizado no SB/UFMG a excelência no tratamento da informação, o que contará com a união de esforços de profissionais especializados na área de tratamento da informação, formando uma equipe que possa atuar de modo integrado, aprimorando o senso de cooperação, eliminando a duplicação de serviços e trazendo benefícios significativos para toda a instituição, suprindo assim as necessidades informacionais de sua comunidade usuária.

5. Considerações parciais/finais

Conclui-se que o controle de autoridade é básico e vital para a catalogação, por isso é fundamental e urgente o trabalho de acertos e a criação de registros de autoridades MARC na base de dados do SB/UFMG para garantir a qualidade dos dados e assim assegurar uma informação mais precisa, consistente e confiável.

Assim sendo, torna-se imprescindível que os catalogadores do SB/UFMG sejam capacitados para a realização das tarefas e que se forme um grupo específico para tratar as autoridades à parte. Trabalhando juntos os bibliotecários têm maior probabilidade de trocar experiências e crescer profissionalmente com o objetivo de otimizar o processo de catalogação, padronização e qualidade dos dados, permitindo aos usuários recuperarem de forma eficiente os registros que necessitam.

6. Referências

ALVES, R. C. V. *Metadados como elementos do processo de catalogação*, 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BETTENCOURT, A. M. M. (Org.); TACQUES, M. N. M. (Colab.). *Manual para entrada de registros de autoridades em formato MARC*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1998. 97 p.

BOZZARELLI, O. *Authority control*: teorie, applicazioni e prospettive di sviluppo. 2004. 129 f. Tesi (Diploma in Teoria e tecniche della catalogazione e della classificazione) – Indirizzo Bibliotecari, Scuola speciale per archivisti e bibliotecari, Università degli Studi di Roma La Sapienza, Roma, 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18400/>. Acesso em: 9 abr. 2012.

BURGER, R. H. *Authority work*: the creation, use, maintenance, and evaluation of authority records and files. Littleton: Libraries Unlimited, 1985.

CAMPOS, F. M. *Controlo de autoridade*: novos contextos e soluções. Portugal: Biblioteca Nacional, 2003. Disponível em: <http://www.purl.pt/331/1/docs/comunicacao/.../controlodeautoridade.doc>. Acesso em: 5 jul. 2012.

CHAN, L. M. *Library of Congress subject headings*: principles and application. 4th ed. Westport, Conn.: Libraries Unlimited, 2005. (Library and information science text series).

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. São Paulo: Febab, 1983-1985. 2 v.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for revision of AACR2. Ed rev. 2002. São Paulo: Febab/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

GORMAN, Michael. Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. In: INTERNATIONAL CONFERENCE AUTHORITY CONTROL: definition and international experiences, 2003, Florence. *Papers*... Florence: Sistema Bibliotecario di Ateneo, 2003. Disponível em: <http://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/ gorman_eng.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2012.

JIMÉNEZ PELAYO, J.; GARCÍA BLANCO, R. *El catálogo de autoridades*: creación y gestión enunidades documentales. Gijón: Trea, 2002.

MARAIS, H. *Authority control in an academic library consortium using a union catalogue maintained by a central office for authority control*. 2004. 310 f. Tese (Doctor of literature and philosophy in the subject Information Science) – University of South Africa, Petroria, 2004. Disponível em: <http://uir.unisa.ac.za/bitstream/10500/2546/1/thesis.pdf>. Acesso em 20 nov. 2011.

MANUAL autoridades de nomes: metodologia. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

MARC 21 format for authority data: including guidelines for content designation. Prepared by Network Development and MARC Standards Office, Library of Congress in cooperation with Standards and Support, Library and Archives Canada, Bibliographic Standards and Systems, British Library. 1999 ed. Washington: Library of Congress, Cataloging Distribution Service; Ottawa: Library and Archives Canada, 1999. Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/authority/ecadhome.html>. Acesso em: 31 jul. 2012.

MARC 21: formato condensado para dados de autoridade. Tradução e adaptação de Margarida M. Ferreira. 2. ed. Marília: Unesp, 2002. 2 v.

MAXWELL, R. L. *Maxwell's guide to authority work*. Chicago: American Library Association, 2002.

MERCADANTE, M. R. *Catalogação centralizada*. São Paulo: Unesp, [2008?]. Disponível em: <http://www.slideshare.net/renatafl/catalogao-centralizada-314107>. Acesso em: 31 jul. 2012.

MEY, E. S. A. Considerações (preguiçosas) sobre a prática da catalogação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 19, n. 2, p. 127-136, jul./dez. 1995.

_____. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

_____. *Não brigue com a catalogação!* Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2003.

PACHECO, S. M. G. (Coord.). *Manual de cabeçalhos de assuntos*: normas e procedimentos: versão 1.0. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A. C. O uso estratégico do uso das tecnologias em catalogação. *Cadernos da F. F. C.*, Marília, v. 7, n. 1/2, p. 121-131,1998.

SANTOS, P. L. V. A. C.; CORRÊA, R. M. R. *Catalogação*: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

TAYLOR, A. G. *Authority control*: where it's been and where it's going? [Southborough, Massachussets: Nelinet, actualiz. 18 Nov. 1999]. Disponível em: <http://www.pitt.edu/~agtaylor/presentations/NELINET-1999.htm>. Acesso em: 31 jul. 2012.

TILLETT, B. B. Authority control: state of the art and new perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AUTHORITY CONTROL: definition and international experiences. Florence, 10-12 Feb. 2003. Disponível em: <http://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/tillett_eng.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2012.

VIAF: The Virtual International Authority File. Joint project of OCLC Research, Library of Congress and Die Deutsche Bibliothek. Disponível em: <http://www.oclc.org/research/projects/viaf/>. Acesso em: 31 jul. 2012.

O sistema municipal de bibliotecas da cidade de São Paulo e o tratamento da informação: a busca por uma uniformização e padronização

Denise Mancera Salgado
Especialista, Secretaria Municipal de Cultura/Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, São Paulo, SP

Raquel da Silva Oliveira
Especialista, Secretaria Municipal de Cultura/Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, São Paulo, SP

Resumo

A Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB) da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Prefeitura da Cidade de São Paulo, foi criada em 2005, após a unificação dos antigos Departamento de Bibliotecas Públicas (BP) e Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis (BIJ). Embora os dois departamentos sigam padrões internacionais de representação descritiva e temática e usem o mesmo banco de dados, o processo de catalogação dos documentos seguia critérios e tabelas distintos. Com a adoção de diferentes padrões, os departamentos criaram diferentes números de classificação, cabeçalhos de assunto e notação de autor. Após a criação da CSMB, várias medidas e decisões técnicas foram adotadas para padronizar o tratamento da informação, sendo estabelecido o uso de tabelas únicas. Por meio de um levantamento das ações necessárias para a uniformização dos documentos, foi estabelecida uma metodologia de processos técnicos para a atualização e correção dos registros.

Palavras-chave: *Catalogação. Padrões. Processos técnicos de bibliotecas. Bibliotecas públicas.*

Abstract

The Coordinating Body of the Libraries City System from the City Department of Culture of São Paulo City Hall was originated in 2005 after the unification of the former Public Libraries Department and the Children Libraries Department. Although the two departments follow international standards of descriptive and thematic representation and use the same database, the process of cataloging the documents followed different criteria and tables. With the adoption of different standards, the departments have established different classification numbers, subject headings and author notation. After the creation of the Coordinating Body of the Libraries City System, various measures and technical decisions were adopted to standardize the processing of information, establishing the use of unique tables. Through a survey of the actions necessary for the standardization of documents, a methodology of technical processes was established for the update and correction of records.

Keywords: *Cataloguing. Standards. Library technical process. Library catalogs. Public libraries.*

1. O Sistema Municipal de Bibliotecas

O presente trabalho visa relatar a experiência do Sistema Municipal de Bibliotecas, SMB, quanto à unificação de dados e procedimentos na catalogação dos acervos das bibliotecas municipais da cidade de São Paulo.

O SMB está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, SMC, da Prefeitura da Cidade de São Paulo. As origens do Sistema Municipal de Bibliotecas remontam à época da criação da Biblioteca Pública Municipal, atual Biblioteca Mário de Andrade, em 1926. A partir da década de 1950 foram entregues à população novas unidades de pesquisa, e o atendimento passou a ser diferenciado por faixa etária, surgindo duas divisões: Bibliotecas Infantojuvenis, cuja principal é a Biblioteca Monteiro Lobato, e Bibliotecas Públicas, destinadas a leitores a partir dos 15 anos. Em 1975, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura, elevou-se as Divisões de Bibliotecas à categoria de departamentos, surgindo então o Departamento de Bibliotecas Públicas, BP, e o Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis, BIJ. Em 1982 foi inaugurado o Centro Cultural São Paulo, que mantém expressivos acervos da cidade e um conjunto de bibliotecas. Em 2003 foram criados os Centros Educacionais Unificados (CEU), com bibliotecas que atendem o público escolar e a comunidade em geral.

Em 2005, a partir da reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), foi criado, pelo decreto nº 46.434 de 6/10/2005, o Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB), que engloba a Biblioteca Monteiro Lobato (BML), a Biblioteca Mário de Andrade (BMA), as bibliotecas do Centro Cultural São Paulo (CCSP), a biblioteca do Centro Cultural da Juventude (CCJ), a biblioteca do Arquivo Histórico Municipal (AHM), 52 bibliotecas públicas distribuídas em diversos bairros da cidade, 14 Pontos de Leitura, 12 Ônibus-Biblioteca (compreendendo 72 roteiros), 13 Bosques de Leitura, 2 Espaços de Leitura e 45 bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEU).

A Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB) agrupou os antigos departamentos de bibliotecas públicas e bibliotecas infantojuvenis, gerenciando a BML, 52 bibliotecas espalhadas pelos bairros da cidade, ônibus-biblioteca, pontos de leitura e bosques da leitura.

Após esta reestruturação, as bibliotecas deixaram de ter públicos específicos por faixa etária e passaram a atender o público em geral. A reunião dessas unidades em um único sistema possibilitou a compatibilização de procedimentos, a racionalização dos serviços, o melhor aproveitamento dos recursos humanos e a readequação de espaço físico, estabelecendo uma linha de ação única e articulada (SÃO PAULO, 2009).

Essa unificação permitiu adotar medidas técnicas únicas que até então eram diferenciadas e, aproveitando o momento, adequar o processamento técnico à utilização de tabelas e normas mais atualizadas.

2. A busca por uma unificação

Os departamentos de BP e BIJ foram criados em diferentes épocas, funcionando de forma independente, cada um com a sua Divisão de Processos Técnicos e dotação orçamentária.

Apesar da adoção dos padrões internacionais para o processamento técnico, os departamentos utilizavam tabelas distintas.

Em 2004, com a criação das bibliotecas dos CEUs, ocorreu uma primeira tentativa de unificação do processamento técnico dos dois departamentos. Esta primeira tentativa buscou mesclar os padrões usados em BIJ e BP, porém o método utilizado não apresentou resultados efetivos, sendo descartado.

O novo SMB previu uma descentralização do tratamento da informação com a criação de vários núcleos de processamento técnico: Biblioteca Mario de Andrade, Biblioteca Monteiro Lobato e Centro Cultural São Paulo.

A partir de então, foi criado um grupo com bibliotecários de processamento técnico representantes da área de tratamento da informação e dos núcleos, que se reúnem bimensalmente para apresentar, discutir e aprovar medidas visando à melhoria, à uniformização e à qualidade da catalogação cooperativa.

Diante desse quadro, os bibliotecários do tratamento da informação decidiram pela unificação e padronização em relação ao uso de tabelas.

Essa unificação permitiu que a classificação cumprisse a sua função própria de reunir obras com o mesmo assunto sob a mesma classificação, mostrando ordenadamente todos os assuntos disponíveis no acervo e suas relações entre si, permitindo uma rápida e eficiente recuperação das informações.

Com a busca constante por atender as necessidades de usuários internos e externos, estas mudanças possibilitaram melhorar a organização das obras nas estantes e sua posterior recuperação.

2.1. Antes da unificação

A forma autônoma de atuação de BIJ e de BP, que contavam com recursos humanos e materiais distintos, promoveu uma distinção nas ações e padrões adotados.

Como citado anteriormente, os departamentos utilizavam tabelas diferentes. O Departamento de Bibliotecas Infantojuvenis utilizava a tabela Cutter Three Figure e a Tabela para Nomes Brasileiros, criada pela bibliotecária Ruth Verner. O Departamento de Bibliotecas Públicas utilizava a tabela Cutter Sanborn Three Figure. Vale destacar que estas tabelas são incompatíveis, não havendo a coincidência de notação entre as mesmas. Utilizavam também diferentes

edições da Classificação Decimal de Dewey (CDD) para a classificação, além de algumas adaptações particulares: I (para literatura infantil), F (para literatura juvenil) etc.

Segue lista comparativa:

- Classificação Decimal de Dewey (CDD)
  - BP – 14ª a 21ª ed.;
  - BIJ – 20ª ed.
- Cutter
  - BP – Cutter Sanborn Threee Figure;
  - BIJ – Cutter Sanborn e Tabela para Nomes Brasileiros, criada pela bibliotecária Ruth Verner.
- Library of Congress Subject Headings – edições diferentes adotadas em BIJ e BP

A adoção de diferentes edições das tabelas gerou ao longo do tempo números de chamadas diferentes entre BIJ e BP, bem como a adoção de diferentes formas de entrada de cabeçalhos de assunto, provocando uma dispersão nos documentos na busca pelo usuário.

Outro fato a considerar foi a migração dos dados, ocorrida em 2003, do antigo software de gerenciamento, ainda em linguagem para computadores de grande porte, para um novo software já baseado na tecnologia de cliente-servidor. Esta migração apresentou falhas de 30% a 60% em relação aos dados do acervo já informatizado. Além da perda dos dados na migração, os que haviam migrado, em torno de 142.456 títulos, não apresentavam consistência e os 1.357.802 exemplares não ofereciam condições de circulação automatizada. Para tanto, era necessário revisar cada título e acessar cada exemplar, o que é chamado de validação, para que fosse tombado e etiquetado com código de barras, além de inserir os demais que ainda não constavam do catálogo (SPAKAUSKAS & SALGADO, 2009).

2.2. Após a unificação

Com a junção das divisões de processos técnicos de BIJ e BP, houve a necessidade de uma avaliação dos procedimentos utilizados pelas duas divisões, tendo os integrantes das seções de classificação e catalogação se reunido para estudar uma forma de uniformizar estes itens.

Após várias reuniões entre as equipes técnicas, a classificação foi padronizada pela última edição da CDD disponível na época, 21. ed., sem permitir a atualização dessa edição, a não ser pontual e excepcionalmente, uma vez que o acervo da rede é aberto ao público e a reclassificação traz prejuízos à localização das obras pelos usuários. Nessa padronização foi feita uma adaptação maior no acervo de BP, não só por possuir um grande número de obras classificadas por edições mais antigas, mas também porque se decidiu que as obras infantojuvenis não seguiriam uma classificação pela CDD, mas a notação simplificada utilizada no acervo de BIJ. Essa medida procurou racionalizar a padronização, uma vez que a maioria do acervo infantojuvenil pertencia a BIJ. Os cabeçalhos de assuntos, por sua vez, foram padronizados segundo a Library of Congress Subject Headings (LCSH, 23. ed.).

Decidiu-se também simplificar o número de chamada para facilitar sua montagem no processamento técnico descentralizado e sua leitura e interpretação por parte do usuário.

Entretanto esta decisão trouxe um impacto significativo na demanda de trabalho da divisão, pois as mudanças acarretaram inúmeras correções na base de dados, como a atualização da classificação das obras para a 21. ed. da CDD e a correção da notação dos autores no número de chamada dos exemplares; além das correções necessárias decorrentes da migração do antigo sistema para o novo sistema de gerenciamento de bibliotecas.

Após a definição dos novos procedimentos concluídos em 2006, foi criada uma metodologia e desenvolvido um manual de procedimentos para a correção e atualização dos dados já existentes no banco de dados. Os resultados a serem alcançados visavam:

- Evitar a duplicação de dados no sistema;
- Facilitar a recuperação da informação na base de dados tanto para o usuário interno como externo;
- Otimizar recursos humanos e materiais;
- Padronizar e normalizar a base de dados através de padrões técnicos internacionais.

Para obtermos a consistência planejada foram realizadas as seguintes correções:

- Definição de entrada principal
- Definição da função de autoridades
- Acentuação
- Inclusão das notas e títulos secundários
- Definição de nível intelectual e gênero
- Inclusão das datas indefinidas e de copyright
- Inclusão de complemento do número de chamada

Paralelamente ocorreu a informatização dos acervos das bibliotecas de CSMB, permitindo a conversão retrospectiva, projeto este que durou de 2005 a 2011, resultando nas correções e atualizações dos dados do acervo catalogado no banco pertencente às bibliotecas da CSMB.

3. Novos tempos

O processo de descentralização e reformulação na forma de catalogar também ocorreu para os núcleos de catalogação das BMA, BML, CCSP, biblioteca do AHM e o núcleo de catalogadores das bibliotecas dos CEUs. Para mantermos a unidade entre os núcleos, no processo de catalogação, foi criada a Comissão de Padronização do Tratamento da Informação de SMB, que tem por metas a unificação e a padronização de procedimentos, uso de normas de catalogação e classificação e utilização do sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas das unidades que compõem o Sistema Municipal de Bibliotecas.

Esta Comissão reúne-se bimensalmente e tem por atribuições:

- Uniformizar a utilização de:
  - Tabelas;
  - Normas e padrões técnicos para catalogação, classificação e indexação de assuntos;

- Padronizar:
    - Os procedimentos para a catalogação e indexação de assuntos;
- Tomar decisões e adotar medidas quanto a:
    - Modificações e atualização de procedimentos;
    - Uso de normas para a catalogação, classificação e indexação de assuntos.

3.1. A catalogação

Após a avaliação dos procedimentos utilizados por BP e BIJ, a equipe passou por uma profunda reflexão sobre os conceitos de catalogação até então em prática e o impacto das mudanças ocorridas interna e externamente.

Acompanhando as transformações nas atividades de catalogação internacionais impulsionadas pelo advento das novas tecnologias, a equipe de trabalho buscou adequar-se ao enfoque da representação do material bibliográfico que se desloca do item para o usuário, permitindo-lhe realizar as tarefas de encontrar, identificar, selecionar e obter a referência ou acesso ao material adequado aos seus propósitos (MEY, 2003)

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação define como princípios gerais a consistência e a padronização dos processos de descrição e construção de pontos de acesso, possibilitando e facilitando o compatilhamento de dados bibliográficos e de autoridade. Outro princípio fundamental é o da integração, no qual as descrições para todos os tipos de materiais e formas controlados de nomes de entidades devem ser baseados em um conjunto de regras comuns.

BIJ e BP utilizavam o mesmo código de catalogação, o Anglo-American Cataloguing Rules, (AACR2, Código Anglo-Americano de Catalogação). Porém, para a uniformização dos procedimentos e padronização na descrição e construção de pontos de acesso, um novo manual de procedimentos foi eleborado, procurando padronizar as lacunas existentes no código de catalogação e nas necessidades específicas de catalogação para o Sistema Municipal de Bibliotecas.

O manual de procedimentos de catalogação baseia-se no AACR2, edição revisada 2000. Segundo Guinchat e Menou, muitos países constituíram comissões encarregadas de criar estas normas e regras, contudo, o AACR2 foi o

mais difundido, principalmente devido ao alcance da língua inglesa.

Como um recurso de descrição física e bibliográfica do item, a catalogação pode ser considerada "*o principal método para organizar várias coleções e consiste da entrada de diversos itens responsáveis por caracterizar cada elemento da coleção*" (RODRIGUES et al., 2002).

3.2. A classificação

O propósito de classificação em biblioteca é organizar o conhecimento contido em livros e outros recursos. O uso da classificação infere não somente o arranjo do acervo em estantes, mas também o arranjo de entradas de assuntos em catálogos, índices e bibliografias.

A classificação é definida como um sistema de ordenação lógica do conhecimento e possui papel vital na história dos serviços de informação e bibliotecas. Em uma biblioteca, as obras ordenadas por temas têm a finalidade de facilitar sua recuperação pelos usuários e beneficiar o acesso e uso livre da biblioteca pelo público (CHAN et al., 2000).

Para Guinchat e Menou (1994), a classificação é uma operação da descrição de conteúdo de documentos pela qual determina-se o assunto principal e, eventualmente, um ou dois assuntos secundários que são traduzidos para o termo mais apropriado da linguagem documental utilizada. Servem não apenas à organização de catálogos, mas também ao armazenamento dos documentos nas estantes. São recomendadas para bibliotecas de livre acesso.

Atualmente o SMB adota a 21. ed. da CDD para a classificação das obras gerais que compõem o acervo e tabelas de classificação específicas adotadas internamente para os acervos de ficção infantojuvenis e quadrinhos. Isto pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela geral de classificações adotadas por CSMB

Acervo	Classificação	Tabela
Referência	r000 / r900	CDD
Referência infantil	ri000 / ri900	CDD
Acervo geral classificado	000 / 900	CDD
Acervo geral infantil classificado	i000 / i900	CDD
Literatura infantil	I	Literatura infantil – tabela interna
Literatura juvenil	F	Literatura juvenil – tabela interna
Livro-brinquedo	LB	Livro-brinquedo – tabela interna
Histórias em quadrinhos	Q	Histórias em quadrinhos – tabela interna

Fonte: Seção de Controle de Vocabulário – CSMB.

Tabela comparativa das classificações do acervo infantojuvenil

Acervo	Classificação antiga		Classificação após a unificação
	BIJ	BP	CSMB
Literatura infantil	I	028.5	I
Literatura juvenil	F	808.899.282	F
Literatura infantojuvenil americana	F	813.099.282	F
Literatura infantojuvenil argentina	F	ar863.099282	F
Literatura infantojuvenil brasileira	F	8.699.099.282	F
Literatura infantojuvenil espanhola	F	869.099.282	F
Literatura infantojuvenil francesa	F	843.099.282	F
Literatura infantojuvenil inglesa	F	823.099.282	F
Literatura infantojuvenil italiana	F	853.099.282	F
Literatura infantojuvenil portuguesa	F	869.099.282	F
Literatura infantojuvenil russa	F	869.099.282	F

Fonte: Seção de Controle de Vocabulário – CSMB.

3.3. Os cabeçalhos de assuntos

A adoção de diferentes edições da Library of Congress Subject Headings (LCSH) para determinar o cabeçalho de assunto ocasionou diferenças na forma de entrada dos assuntos utilizados. Foi necessária a compatibilização entre BIJ e BP para uniformizar a entrada, tendo início em 1998.

A uniformização dos cabeçalhos de assuntos na base de dados é fundamental uma vez que estão sendo disponibilizados na Web permitindo visibilidade nacional e internacional.

Enquanto a classificação é determinante na localização da obra, os cabeçalhos são importantes no processo de recuperação da informação.

> A representação documental, ou bibliográfica, visa duas ações básicas: a de individualizar registros do conhecimento, por meio de seus aspectos físicos, ou de suas manifestações e itens, e a de reunir registros do conhecimento, por meio de suas características de conteúdo, ou de suas expressões e obras. Cabe ao catalogador definir elementos essenciais que satisfaçam as necessidades de seu público para o cumprimento de tais ações. (MEY & ZAFALON, 2009).

Assim, os cabeçalhos de assunto buscam possibilitar ao público localizar os assuntos de seu interesse, bem como suprir suas necessidades de informação. Os cabeçalhos de assunto têm por finalidade a representação documentária através de um vocabulário íntegro, aliando a especialidade das terminologias documentárias e a linguagem natural dos usuários (CINTRA et al., 1994).

Vale ressaltar que as listas de cabeçalhos de assuntos possuem estrutura pré-coordenada, associando e combinando-se palavras ou expressões a fim de representar os assuntos ou conteúdos dos documentos bibliográficos. Elas possuem regras específicas de composição e formas de entrada, abrangendo diversas áreas do conhecimento (BOCCATO, 2011).

A 23. ed. da LCSH, a versão adotada, vem sendo atualizada por esse outro grande instrumento de consulta, em tempos de internet e intercomunicação, que é o catalogo online de autoridades da Library of Congress.

4. Considerações finais

Após seis anos de atualizações e correções, atualmente o banco de dados possui cerca de 330 mil títulos e 2,6 milhões de exemplares, sendo que aproximadamente 70% dos registros estão corrigidos e atualizados.

Muito há ainda a ser realizado, pois ainda existem acervos a serem revisados e atualizados em unidades que ainda não sofreram o processo total de informatização e conversão retrospectiva.

Atualmente uma consistência de dados em relação a esses padrões é executada, procurando manter sua atualidade e qualidade. Os cabeçalhos de assunto são checados na versão online da Library of Congress Subject Headings e as tabelas de autoridade estão sendo implantadas de acordo com o padrão MARC21 Authority.

O processo de descentralização também favoreceu uma maior comunicação e integração entre os integrantes do SMB, favorecendo a busca por melhorias e

a troca de informações e conhecimentos. O enfoque no usuário tem motivado e sido a tônica principal de todas as decisões e mudanças geradas ao longo deste tempo, e este mesmo enfoque permite que estas mudanças sejam contínuas e aperfeiçoadas a todo momento.

O grande movimento internacional de reflexão que permeiam os conceitos teóricos, incluindo os FRBR (Requisitos Funcionais para Registros) e o RDA (Recursos, Descrição e Acesso), vivificam o esforço de buscar sempre uma melhor interação com o usuário, possibilitando cada vez mais que o mesmo possa atingir o princípio da navegabilidade promulgado pela Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.

Os esforços são grandes e contínuos, apesar dos recursos escassos. Entretanto, é papel fundamental do bibliotecário promover o desenvolvimento de serviços e instrumentos inovadores que possam satisfazer as necessidades dos usuários, sejam elas latentes ou não.

5. Referências

BOCCATO, Vera Regina C. Linguagem documentária na representação e recuperação da informação pela perspectiva sociocognitiva em Ciência da Informação. In: BOCCATO, V. R. C.; GRACIOSO, L. S. (org.) *Estudos de linguagem em Ciência da Informação*. São Paulo: Alínea, 2011.

CHAN, Lois M. et. al. *Sistema de clasificación decimal Dewey*: guia práctica. Bogotá: Rojas Eberhard, 2000.

CINTRA, Anna Maria M. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis / Associação Paulista de Bibliotecários, 1994.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Brasília: IBICT, 1994.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação*. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2012.

MEY, Eliane S. A.; ZAFALON, Zaira R. Diversidade cultural aplicada ao código de catalogação: utopia ou necessidade? In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação, XXIII, 2009. *Anais*. Bonito, MS: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/handle/10760/15263>. Acesso em: 5 jul. 2012.

MEY, Eliane. S. A. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

SÃO PAULO, SP. Decreto nº 46.434, de 06 de outubro de 2005. *Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo*. São Paulo, 7 out. 2005. p. 1-16.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. *Proposta de política cultural, 2005-2008*. São Paulo: SMC, 2005.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. *Relatório de gestão 2005-2008*. São Paulo: SMC, 2009.

SPAKAUSKAS, Teresinha C.; SALGADO, Denise S. Informatização e conversão retrospectiva do acervo bibliográfico das Bibliotecas de São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação, XXIII, 2009. *Anais*. Bonito, MS: [s.n.], 2009. 1 CD.

Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda

Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro

Bibliotecária. Mestre em Administração Pública (FGV/EBAPE). Chefe da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Professora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Resumo

Este texto propõe uma metodologia para compilação exaustiva e padronização de notas na catalogação de livros raros, fundamentada na análise bibliológica e na pesquisa bibliográfica. A metodologia está alicerçada nos princípios, modelos e padrões de Paul Otlet (1934), Henry Stevens (1878), Édouard Rouveyre (1879-1880), Gabriel Peignot (1802-1804) e Antônio Houaiss (1983). Este estudo alicerça a compilação exaustiva no colacionamento do livro raro em seis aspectos: suporte, capa, texto impresso, ornamentação, marcas intrínsecas e extrínsecas e apresentação material e aspectos intelectuais; e organiza a padronização de notas em dois conjuntos: notas gerais e notas locais – viabilizando a cooperação, mediante adequação do padrão a diversos formatos de catalogação.

Palavras-chave: *Biblioteconomia de livros raros. Catalogação de livros raros. Análise bibliológica. Pesquisa bibliográfica de livros raros.*

Abstract

This paper proposes a methodology for comprehensive compilation and standardization of notes in the cataloging of rare books, based on bibliological analysis and bibliographic research. The methodology is based on principles, models and standards of Paul Otlet (1934), Henry Stevens (1878), Édouard Rouveyre (1879-1880), Gabriel Peignot (1802-1804) and Antônio Houaiss (1983). This study anchors the exhaustive compilation of rare book description in six aspects: support, cover, printed text, ornamentation, extrinsic and intrinsic marks, and material presentation and intellectual aspects; and it arranges the standardization of notes in two sets: general notes and local notes – enabling cooperation upon adequacy of the standard to several formats of cataloging.

Keywords: *Rare book librarianship. Rare book cataloging. Bibliological analysis. Rare book bibliographic research.*

1. Introdução

Esta pesquisa pretende consolidar uma metodologia para a atribuição de notas na descrição bibliográfica de livros raros – antiguidades bibliográficas florescidas até antes de 1801 ou raridades bibliográficas publicadas posteriormente "que perpetuam a tradição do livro artesanal" (ISBD(A)..., 1985, p. 1; Cf. DESCRIPTIVE..., 1991, p. 1, tradução nossa), ressaltando sua feição de obra de arte. Partiu-se do pressuposto de que as notas propostas podem ser adequadas a qualquer uma das normas de catalogação de livros raros em vigor.

Vale esclarecer que há uma diferença fundamental entre as normas em vigor: enquanto o DCRB se ocupa de "raridades", o ISBD(A) trata de "antiguidades" – variáveis com significados e aplicações bem distintos, já corroborados na literatura e consolidados no corpo teórico da Biblioteconomia de Livros Raros, há mais de dois séculos, em obras clássicas como a *Bibliographie instructive*, de Debure (1763-1768), o *Dictionnaire bibliographique*, de Caillot (1791) e o *Dictionnaire bibliographique choisi du quinzième siècle, ou Description par ordre alphabétique des éditions les plus rares et les plus recherchées*, de La Serna (1805-1807).

A catalogação de livros raros é uma especialidade da Biblioteconomia de Livros Raros (Cf. CAVE, 1976; PINHEIRO, 1990) e envolve dois procedimentos de elevado grau de dificuldade: a descrição bibliográfica e a indicação de pontos de acesso, que pressupõem rotinas de pesquisa e padrões de registro que, por sua vez, exigem o domínio da História do Livro e das Bibliotecas e de áreas afins. O sucesso deste domínio, por sua vez, está alicerçado mais na experiência quotidiana com livros raros que na literatura técnica e científica.

Catalogar um livro raro é um ato de preservação do bem possuído, porque concede ao "dono" um instrumento de controle e identificação material e intelectual do livro, como continente e conteúdo.

O controle e a identificação constituem, atualmente, recursos estratégicos para o desenvolvimento e a salvaguarda de uma coleção de livros raros, porque comprovam a propriedade e corroboram a posse, mediante personalização daqueles itens, associando-os a seus lugares de guarda e de memória.

Para cumprir sua função, a catalogação deve materializar-se em catálogo acessível, compreensível e compatível, em nível e qualidade, com a natureza dos itens que arrola, além de viabilizar o intercâmbio de registros bibliográficos. Esse caráter funcional e eficaz do catálogo, onde os itens catalogados têm valor de memória, pode ser alcançado a partir de metodologia integrada de análise bibliológica e pesquisa bibliográfica, ratificada nos fundamentos teóricos da catalogação.

Se a indicação de pontos de acesso requer a adequação de nomes, expressões e terminologias à historicidade do livro raro, a descrição bibliográfica pressupõe a formatação cuidadosa e generosa de informações de modo a referenciar o item em mãos como um "exemplar perfeito" ou "completo", evidenciando acréscimos e subtrações resultantes da ação do homem, do tempo, do bicho...

Diante da amplitude e grandeza do tema, esta pesquisa não se ocupará da indicação de pontos de acesso, nem abordará integralmente a descrição bibliográfica – está restrita ao universo múltiplo das notas especiais, que "esclarecem e ampliam a descrição formal" (ISBD(A)..., 1985, p. 89).

2. Dos procedimentos técnico-científicos

As notas constituem área livre, onde o catalogador pode desenvolver estilo, com forma e conteúdo, de modo a beneficiar o leitor.

A atribuição de notas na descrição bibliográfica de livros raros deve ser fundamentada em norma de alcance internacional para impressos antigos.

O instrumento normativo eleito, ao disciplinar o registro, deve refletir a perspectiva de cooperação e a natureza da coleção que se pretende desenvolver, de antiguidades e/ou raridades, promovendo a racionalização de procedimentos, mediante uso de terminologia específica e de formato bibliográfico adequado.

Vale ponderar que, geralmente, os exemplos de notas em norma de catalogação não são prescritivos, mas opcionais; com exceção daquelas notas explicitadas como obrigatórias. Essa condição de nota opcional se formaliza, por exemplo, quando a norma esclarece que "outra redação pode ser escolhida, desde que satisfaça as exigências gerais de concisão e clareza" (CÓDIGO... 2004, 0.27).

Tais considerações podem ser complementadas por outro aspecto que tem relevante significado na Biblioteconomia de Livros Raros: a descrição minuciosa e exaustiva, formatada como inventário, é difundida nos manuais de segurança patrimonial e é o recurso de segurança recomendado e praticado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, através do Inventário Nacional de Bens Culturais de Natureza Material (Cf. INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2007).

Essa descrição de livros raros resulta da formalização de notas, compiladas a partir de metodologia integrada de análise bibliológica e pesquisa bibliográfica.

A compilação de dados na análise bibliológica de livros raros pressupõe o domínio do corpo teórico e de práticas da Bibliologia, registrados por Édouard

Rouveyre (1879-1880), formalizados por Gabriel Peignot (1802) e reiterados por Antônio Houaiss (1983), em seu *Elementos de bibliologia*. A compilação, à luz da Ciência da Bibliologia, alcançará efetivo sucesso ao relevar os Princípios Bibliológicos Fundamentais, formalizados por Otlet (1934):

1º dizer tudo de uma coisa;
2º dizer uma vez tudo;
3º a verdade sobre tudo; e
4º dizer do melhor modo para a compreensão de todos.

Esses princípios se complementam com os Princípios Bibliográficos Fundamentais para a descrição, também formulados por Otlet (1934), a saber:

1º informações suficientes para a identificação do item;
2º informações suficientes sobre o item, nas fontes bibliográficas;
3º informações suficientes sobre o item em mãos;
4º indicação objetiva do assunto do item; e
5º localização formal do item.

É importante destacar que o "tudo" e o "suficiente", na concepção de Otlet, não são contraditórios. Sintetizam a ideia de que "tudo" é aquilo que é "suficiente", e que, menos que isso, não atenderia ao complexo caráter do livro raro.

O sentido de "tudo", na descrição do livro raro, pressupõe o pleno domínio da História do Livro e das Bibliotecas, da Edição, da circulação de impressos ao longo do tempo, e da Bibliologia – conhecimentos basilares, que possibilitam ao catalogador o correto uso da terminologia, na identificação de marcas do tempo e para a compreensão da materialidade do livro como elemento de informação. O sentido de "suficiente", na descrição do livro raro, pressupõe a capacidade de discernir sobre a qualidade da informação a ser oferecida, perante o exame do livro e à luz de conhecimentos anteriores.

O "tudo" e o "suficiente" desencadeiam um procedimento exaustivo, que prima pela objetividade e não pelo excesso.

Convém esclarecer que a objetividade no universo material do livro, como obra de arte em desenvolvimento, exige, por exemplo, a completa transcrição de títulos – qualquer que seja sua língua e extensão – para garantir sua distinção de títulos bastante assemelhados. No entanto, nem todos os recursos eletrônicos favorecem a recuperação de títulos que podem alcançar cinco, oito linhas de texto, com sinais diacríticos e de pontuação que, hoje, não oferecem o mesmo sentido de então, sobrecarregando estruturas de registro e recuperação pré-delineadas, geralmente, para livros correntes, cujos títulos

têm forma e extensão bastante reduzidas. Então, as notas passam a cumprir papel efetivamente complementar, como fortaleza da descrição, posto que através delas é possível esgotar o "tudo" e o "suficiente" que não couberam nas demais áreas da descrição bibliográfica e que são, em sua maioria, livres!

A metodologia, assim contextualizada, deve ser estruturada em duas etapas – análise bibliológica e pesquisa bibliográfica.

3. Análise bibliológica

A análise bibliológica, ou colacionamento do livro raro, é o exame da organização material do item e o reconhecimento de seus elementos para descrevê-lo como monumento a partir de terminologia específica amplamente dicionarizada e referenciada. Dentre as fontes que subsidiam a identificação de elementos e a correção da terminologia na descrição do livro raro recomenda-se:

ARLIA, C. *Dizionario bibliográfico*. Milano: U. Hoepli, 1892.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

HOUAISS, Antonio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1983.

MARTINEZ DE SOUSA, José. *Diccionario de Bibliología y ciencias afines*. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Pirámide, 1993.

PEIGNOT, Gabriel, 1767-1849. *Dictionnaire raisonné de* bibliologie: ouvrage utile aux bibliothécaires, archivistes, imprimeurs, libraires, etc. Paris: chez Villier, 1802-1804.

PINHEIRO, Ana Virginia. Glossário de Documentação e Codicologia. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 123-213, 1995 (publ. em 1998). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2012.

PORTA, Francisco. *Dicionário de artes gráficas*. Porto Alegre: Globo, 1958.

ROUVEYRE, Édouard. *Connaissances nécéssaires a un bibliophile*. 3. éd. rev. corrigée et augmentée. Paris: Lib. Ancienne et Moderne, 1879-1880.

SATUÉ, Enric. *Aldo Manuzio*: editor, tipógrafo, livreiro: o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro. Tradução de Cláudio Giordano. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

Através do exame do item, folha a folha, página por página, conferindo sua numeração, reclamos e assinaturas, perscrutando a página impressa ou gravada para ressaltar as características materiais que atribuem importância à edição e às marcas do tempo, personaliza-se o exemplar.

A necessária observação do livro dos séculos XV ao XVIII oferece dificuldades específicas que concernem à História do Livro, da biblioteca e da produção tipográfica, exigindo muito mais atenção e magnitude intelectual do catalogador que domínio técnico das regras e das circunstâncias pertinentes. A composição material do livro raro varia a cada volume, impondo um exame mais escrupuloso e até mesmo a comparação minuciosa com outro exemplar reconhecido como completo (CONSTANTIN, 1841). Se a comparação física não for possível (e em alguns casos é tão essencial que condiciona o colacionamento), resta ainda o recurso de buscar descrições de exemplares de outras bibliotecas ou, até mesmo, o confronto do item em mãos com alguma versão digital disponível na Web.

A análise bibliológica subentende aptidão para a leitura sublinear das informações que o item em mãos oferece e deve resultar na compilação exaustiva de notas especiais, com concisão e clareza; isto é, mediante o uso de textos breves, precisos e compreensíveis. Para tanto, a análise bibliológica de livros raros cumpre as seguintes etapas:

1 reunião de todos os exemplares e variantes, volumes, tomos, partes ou quaisquer segmentos de uma obra, para exame simultâneo e comparativo dos exemplares e exame consecutivo dos segmentos da obra;

2 transcrição da página de rosto da obra, respeitando grafias e signos tipográfico-bibliológicos, conforme o padrão da Fotobibliografia ou Descrição Didascálica (STEVENS, 1878), consagrado na literatura como *Quasi-Facsimile* (Cf. DUNKIN, 1973, p. 17-40) e como metodologia para inventários patrimoniais (Cf. PINHEIRO, 2007), viabilizando o confronto desses dados com aqueles recuperados na pesquisa bibliográfica;

3 colacionamento do item a partir da observação de seis aspectos: suporte, capa, texto impresso, ornamentação, marcas intrínsecas e extrínsecas e apresentação material e aspectos intelectuais (ver Tabela 1);

4 descrição material do livro raro, relevando o ideal de exemplar completo para, a partir daí, enfatizar ocorrências que personalizem o exemplar (alterações, complementações, subtrações etc.). É fundamental, neste caso, a verificação criteriosa do item, conferindo elementos originais e acrescentados e se a última folha, página ou volume é realmente o fim e se completa a obra. Os livros com gravuras demandam inspeção especial das remissões no texto e do título das pranchas, conferindo a ocorrência de testemunhos, identificando a técnica de ilustração (xilogravura, água-forte, buril); e os pontos de encarte, com carcelas e dobraduras (CONSTANTIN, 1841) – esta etapa configura-se como uma arqueologia do livro;

5 registro de notas relativas ao valor do item e/ou à importância de informações apensas ou acrescentadas ao exemplar;

6 uso de terminologia consagrada na literatura específica;

7 indicação do lugar de ocorrência de dado verificado no exame material sempre ao final da nota ou do segmento de nota entre parênteses. As partes estruturais de um item, observadas como lugares de ocorrência de determinado dado, serão sempre indicadas segundo terminologia específica (frontispício, dedicatória, título corrente, colofão, cortes etc.), respeitando ao máximo as identificações de lugares oferecidas pelo próprio item (Advertência, Privilégio, Censura, Registro). Alguns exemplos de lugar de ocorrência a serem indicados entre parênteses:

guarda volante final, reto

falsa página de rosto,verso

página de rosto, reto

página de rosto adicional

frontispício

ao longo das páginas

ao longo das páginas de todos os tomos.

v. 2, t. 1, entre as p. 112 e 113

p. [6], da segunda sequência de paginação

Tabela 1: Aspectos a serem observados no colacionamento do livro raro

1. Suporte	· natureza (papel, pergaminho, couros, tecidos) · linha e marca d'água · variantes morfológicos (lado da carne/lado do pelo, cicatrizes e defeitos do pergaminho; dimensões, textura, cor e espessura do papel)
2. Capa	· cobertura (material, decoração) · encadernação original, de época, em estilo, especiais, exóticas, artesanais · lombada, cortes, seixas · guarda, contraguarda, guarda volante · complementos: garras, fechos, amarras, ornamentos
3. Texto impresso	· mancha (título corrente, reclamo, assinatura) · arranjo (em colunas, sobreposto, em corandel, em fundo de lâmpada, em copo de médicis, em triângulo espanhol) · caracteres góticos, romanos, aldinos · signos tipográfico-bibliológicos: parágrafos, posituras · títulos · disposição do texto nas páginas, folhas, colunas
4. Ornamentação	· gravuras (água-forte, buril, xilogravura, litogravura) · aquarelas, iluminuras · assinaturas e marcas dos artistas gravadas ou impressas · elementos decorativos: vinhetas, cabeções, capitais · marcas tipográficas e heráldicas
5. Marcas intrínsecas e extrínsecas	· marcas de propriedade e posse (carimbo seco, carimbo molhado, ex libris, ex dono, super libris, marca de fogo, chancela) · defeitos, incompletudes (originais e posteriores) · anotações manuscritas (de época, atuais) · marcas de comércio e intervenções (selos de livreiros, etiquetas de encadernadores) e de preparo biblioteconômico
6. Apresentação material e aspectos intelectuais	· natureza da obra · documentos encartados (carcela), dobrados, desdobrados · volumes unitários e coletivos · marcas de interferências gráficas posteriores à edição

4. Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é a busca pela obra em fontes bibliográficas e documentais, físicas e digitais, com o objetivo de recuperar informações sobre sua completude, história, raridade e importância à luz dos processos sociais que constituíram cenários de sua produção, circulação e salvaguarda.

A pesquisa bibliográfica valoriza a opinião e os critérios de catalogadores e bibliógrafos nacionais e estrangeiros diante da ocorrência dos títulos pesquisados em catálogos e bibliografias gerais, especiais e especializadas, através de transcrição e citação.

A eventualidade de pesquisas "zeradas", quando nenhum dado é encontrado sobre a obra pesquisada, pode levar à inferência de unicidade do item em mãos, com "único exemplar conhecido". Essa situação, no entanto, requer cuidado para evitar antecipações, pois a pesquisa bibliográfica do livro raro não oferece as mesmas facilidades da pesquisa de livros correntes – a grafia latina de nomes de todas as nacionalidades nas páginas de rosto; a tradução de prenomes estrangeiros para o vernáculo, nas fontes nacionais correntes; a omissão de detalhes que distinguem tiragens, emissões e variantes são exemplos de aspectos excepcionais que podem levar o mais beneditino pesquisador à conclusão equivocada de pesquisa "zerada".

O resultado da pesquisa bibliográfica deve ser expresso em nota especial de citação. Para tanto, a pesquisa bibliográfica de livros raros cumprirá as seguintes etapas:

1 pesquisa em fontes de referência gerais e específicas com indicação analítico-sintética do resultado;

2 transcrição de notas (evitando transliterações) e indicação das fontes, considerando:

   a) as transcrições devem ficar restritas às informações relevantes sobre a obra em mãos e seu autor, ressaltando, se oportuno, aspectos de edições precedentes ou subsequentes, ou, ainda, dados comparativos com edições disponíveis em outras instituições de guarda;

   b) as notas sobre o valor de memória do item (raridade e importância) podem ser construídas: por inferência de unicidade; por informação verbal ou escrita cedida por especialista ou pesquisador de reconhecido mérito; e por transcrição de dados de fontes bibliográficas e documentais de credibilidade consagrada, seguida de citação, por abreviaturas e abreviações padronizadas, preferencialmente, segundo

formato difundido na literatura científica (Cf. VAN WINGEN & URQUIZA, 1996) ou em norma técnica, através do sistema de chamada autor-data (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2002). Exceções são comuns na Bibliografia, como é o caso do *Diccionário bibliographico portuguez* de Innocencio Francisco da Silva, fonte de qualidade inquestionável para autores portugueses e brasileiros do período colonial, que é reiteradamente citado conforme a grafia original de seu prenome: "Innocencio", e não por Silva, como determinam as normas de citação em vigor;

3 indicação de dados, recuperados na pesquisa, que destoam dos dados verificados no item em mãos;

4 reexame de itens com pesquisa "zerada" para atribuição de novos critérios de busca para recuperação da obra nas fontes ou confirmação de que o título é desconhecido dos bibliógrafos e bibliófilos.

A pesquisa bibibliográfica para verificação de raridade e importância histórica de uma obra e de um autor deve ser orientada por critérios predeterminados (Cf. PINHEIRO, 1989; PINHEIRO, 2009) e fundamentada em fontes de credibilidade consagrada entre colecionadores, bibliófilos e instituições guardiãs de acervos de memória. A escolha da fonte de pesquisa releva a história das literaturas e é determinada pela natureza, pelo assunto, pelo autor, pelo lugar de publicação e outras características da obra a ser pesquisada. Assim, uma obra clássica deve ser pesquisada em fontes gerais, um autor francês nas fontes nacionais francesas, um livro sobre o Brasil nas bibliografias brasilianas, um incunábulo em catálogos de incunábulos, e assim por diante.

Quanto à recuperação de dados em fontes extraordinárias, fora da rotina de consulta (teses, artigos, sítios na web, publicações efêmeras etc.), a indicação da fonte será por "referência abreviada", oferecendo, pelo menos, o sobrenome do autor, parte essencial do título, o ano de publicação e o trecho de paginação citado ou o endereço eletrônico.

5. Padrões para notas

A riqueza de dados sobre o livro raro pode gerar descrições tão minuciosas que é fundamental que a redação de notas releve a funcionalidade da base bibliográfica em desenvolvimento.

Cada nota apontada na descrição deve atender a um objetivo – justificar uma entrada secundária ou favorecer a pesquisa por palavras-chave e a compilação de índices específicos.

O que importa é que a redação da nota tenha caráter mnemônico, isto é, que mantenha uma estrutura uniforme e constante, de modo que o leitor, em curto tempo, apreenda o discurso e assimile os modos de busca. Nesse contexto, é importante:

- não incluir notas inócuas com informações que podem ocorrer em campos específicos da catalogação; por exemplo, notas sobre a ocorrência de ilustrações impressas são desnecessárias porque isto pode ser indicado na área de descrição física;

- não incluir informações óbvias, tais como marcas de propriedade e de processamento técnico da agência catalogadora (a própria instituição);

- concentrar as características identificadoras dos exemplares descritos na mesma nota, de modo que cada formato, tipo ou qualidade de nota acumule, por enumeração, todos os dados referentes à mesma informação, separados entre si por ponto e vírgula (;), e evitando duplicidades – a indicação das ocorrências deve ser finalizada por sua localização (volume, tomo, exemplar, página, folha, margem):

  Ex libris: Diogo Barbosa Machado (v. 1); "Benedicto Ottoni" (ex libris atribuído, v. 2 e 3).
  Carimbo: "Da Real Bibliotheca" (ex. 1); "Vieira Pinto" (ex. 2); "Da Real Biblioteca" - Casa do Infantado (ex. 3).
  Raridade/Importância: "Livre rare" (BN Paris, t. 28, col. 789); "muito raro" (Innocencio, t. 3, p. 244).

Para que o usuário-leitor do livro raro compreenda o padrão estrutural das notas e para que o bibliotecário de livros raros disponha da possibilidade de cooperação e adequação a diversos formatos de catalogação, o arranjo das notas especiais foi formalizado em dois conjuntos: notas gerais, referentes à obra e, especificamente, às autoridades, ao conteúdo, às características da edição e às informações compiladas na pesquisa bibliográfica; e notas locais, referentes ao item em mãos e às informações coletadas durante a análise bibliológica, considerando:

1 exaustividade de modo a esgotar todos os recursos de descrição de um exemplar potencialmente completo a partir de:

- análise bibliológica,
- pesquisa bibliográfica;

2 disciplina na abordagem do livro, sempre de fora para dentro; isto é, descreve-se o livro da encadernação para o miolo;

3 objetividade na redação da nota – toda nota deve ser, preferencialmente, iniciada por termo de abertura (palavra-chave) que identifique a nota, seguido ou não de dois-pontos e da enumeração objetiva dos dados pertinentes, separados entre si por ponto e vírgula (;). Essa palavra-chave será o meio de acesso nas pesquisas em bases eletrônicas, favorecendo a recuperação de modo mais imediato. Alguns exemplos:

> Variante: os exemplares 1 e 6 são variantes em relação aos demais, apresentando pequenas diferenças no texto em fundo de lâmpada (última página).
> Ex libris: "Didacus Barboza Machado" (v. 1); "Benedicto Ottoni" (ex libris atribuído, v. 2 e 3).
> Carimbo: "Da Real Bibliotheca" (ex. 1); "Vieira Pinto" (ex. 2).
> Raridade/importância: "Livre rare" (BN Paris, t. 28, col. 789); "muito raro" (Innocencio, t. 3, p. 244).

Eventualmente, a redação de uma nota pode exigir a concentração de elementos que descrevem diferentes aspectos da obra ou do exemplar. Nesta circunstância, a nota tem fortalecido seu caráter livre, competindo ao catalogador redigir uma nota que cumpra sua função, mantendo um formato exaustivo, disciplinado e objetivo.

5.1. Notas gerais

São as notas pertinentes à obra propriamente dita.

5.1.1. Notas sobre o título e a indicação de responsabilidade

São as notas elaboradas conforme o padrão da Fotobibliografia, Descrição Didascálica ou *Quasi facsimile* a partir da transcrição da página de rosto.

Fotobibliografia: Ioannis Kepleri // MATHEMATICI, // PRO SVO OPERE HAMO- // NICES MVNDI // APOLOGIA. // ADVERSVS DEMONSTRATIO- // nem Analyticam CL. V. D. Roberti de Fluctibus // Medici Oxonensis. // IN QVA ILLE SE DICIT RESPONDERE // ad Appendicem dicti Operis. // [marca tipográfica] // FRANCOFVRTI // SumptibusGODEFRIDITAMPACHII. // [fio] // ANNO M. DC. XXII.

5.1.2. Notas sobre a edição

Trata da forma, da técnica e da arte da edição, considerando:

a) apresentação:

Edição: fac-similar.

Edição: liliputiana.[1]

Edição: livro de artista.

Edição: coffee table book.

Edição: "ad usum delphini".[2]

b) tiragem:

Tiragem: 1500 exemplares.

Tiragem: 20 exemplares fora de comércio.

c) suporte:

Suporte: cetim de seda (guardas) e pergaminho (miolo).

Suporte: papel de trapos, com superfície extremamente desigual.

d) letra tipográfica:

Tipografia: caracteres romanos e aldinos.

Tipografia: página de rosto e miolo em letra baseada no desenho da Garamond. Os numerais obedecem ao estilo antigo, em que os números não possuem a mesma altura, com características ascendentes e descendentes. Alguns caracteres itálicos.

5.1.3. Notas sobre a área da publicação

Inclui notas esclarecedoras ou explicativas referentes aos dados de imprenta (local, editora e data), tais como:

a) sobre o local: os livros impressos até o século XVIII apresentam a indicação do local na grafia clássica, latina, requerendo algumas vezes o uso de dicionários de Toponomástica (Cf. BRUNET, 1870), para a identificação de equivalência na grafia atual. Essa equivalência é associada, comumente, ao nome original na área de publicação; mas, algumas vezes, é necessário complementar essa informação. Não se admite, no caso, a associação da cidade ao nome de um país, considerando que à época da edição, muitas fronteiras e territórios não se configuravam desse modo, nem estavam definidas segundo as teorias geopolíticas clássicas. Outras circunstâncias podem ser apontadas, ainda, como a correção de indicação do local de publicação:

Local de publicação: Lutetia Parisiorum é o nome dado pelos romanos à Paris; mesmo tendo caído em desuso, a partir do século IV (Wikipédia), foi adotado nas edições tipográficas latinas, até o século XVIII.

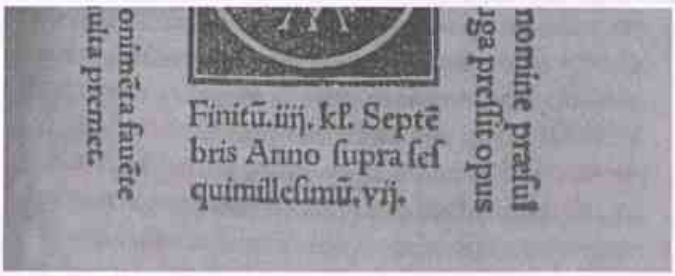
Local de publicação: a obra foi impressa na Holanda, e não em Recife, 1647, como consta da página de rosto; essa indicação é fictícia (MORAES, 1983, p. 122, tradução nossa).

b) sobre o editor, impressor ou livreiro:

Marca tipográfica: "Aldus".

c) sobre a data de publicação: esta nota é requerida quando a data de publicação vem expressa por extenso ou em algarismos que não coincidem com o sistema romano moderno e são de difícil leitura e transliteração. Entende-se por "sistema romano moderno" aquele difundido com letras maiúsculas, de orientação consagrada, e por "sistema romano antigo", aquele que é expresso por símbolos tipográfico-bibliológicos, combinados com letras maiúsculas e minúsculas:

Data: expressa segundo o sistema romano antigo (1507).



Data: expressa segundo o sistema romano antigo (1592).

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras.

5.1.4. Notas da área de descrição física

Inclui notas relativas à colação; isto é: a) extensão da publicação, b) ilustração, c) dimensão, e d) defeitos e incompletudes da obra. Exemplos:

a) extensão: total de folhas, páginas ou tomos, volumes etc. e outras informações sobre o arranjo e segmentação da obra.

Extensão: v. 1: [22], 385 p.; v. 2: [14] 380 p.

Extensão: obra arranjada em 18 partes; cada grupo de 6 partes corresponde a 2 tomos em 1 volume.

b) ilustração: aponta desde desenhos e gravuras a construções imagéticas textuais, características do trabalho editorial precursor do *design* do livro; as ilustrações *hors-texte* devem ser enumeradas, com a indicação do local de sua ocorrência.

Ilustração: capitais ornamentadas, vinhetas, florões e cercaduras com fundo azul.

Ilustração: capitais historiadas, gravadas em metal.

Ilustração: capitais ornamentadas e historiadas e vinhetas xilogravadas.

Ilustração: retrato do autor (frontispício).

Ilustrações: 1 (s/n): "Praefectura de Ciriii, vel Seregippe del Rey cum Itapuama" (antes da p. 25, anônima); 2 (s/n): "Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis" (antes da p. 25, anônima); 3 (s/n): "Praefecturae Paranambucae pars Borealis uma cum Praefecturae de Itamaraca" (antes da p. 25, anônima); 4 (s/n): "Praefecturae de Paraiba, et Rio Grande" (antes da p. 25, anônima); 5 (s/n): "Classis navium qua hinc discessit comes Mavritivs praefectvs" (antes da p. 31, assinada: "F. Post 1645"); 6 (n. 6): "Praelium prope portum calvum" (antes da p. 37, assinada: "F. Post 1645"); 7 (n. 7): "Portus Calvus" (antes da p. 37, anônima).

Texto: alternado em latim e grego.

Texto: em copo de médicis (página de rosto) e em fundo de lâmpada (colofão).

Texto: em triângulo espanhol (página de rosto) e paralelo em latim e grego (miolo).

Texto: sobreposto, em 2 colunas e em vermelho e preto. Notas em corandel.

Texto: justificado, impresso sobre raiado, como nos manuscritos medievais e renascentistas.

Texto: em fundo de lâmpada (final das seções).

Texto: em copo de médicis (página de rosto).

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras.

c) dimensão: tamanho da obra em centímetros e indicação do formato – há que se considerar a falta de padrão dos papéis dos séculos XV ao XVIII. Outro aspecto a ser observado é a variação no tamanho das margens entre exemplares; neste caso, cabe nota específica para o exemplar (Cf. 5.2.1).

Dimensão: formato oblongo.

Dimensão: formato fólio (v. 1-7) e atlas (v. 8).

d) defeitos e incompletudes da obra:

Edição incompleta: o v. 2, anunciado pelo autor no final do v. 1, nunca foi publicado.

Edição incompleta: faltam as p. 92-99, que tratam da rainha santa Isabel, suprimidas pela censura e substituídas por folhas em branco, antes da distribuição da edição (Anselmo 915, p. 264-265).

Edição incompleta: omissão de capitular.

5.1.5. Notas da pesquisa bibliográfica

Englobam aquelas informações recuperadas na pesquisa sobre raridade e importância da obra ou do item em mãos; ou sobre sua qualidade. A nota de qualidade é construída a partir de designações praticadas em bibliotecas nacionais e monacais de todo o mundo. Tais designações refletem o reconhecimento da obra descrita como parte de uma coleção dita "factícia" – que não resulta da prática do colecionismo propriamente dito, mas da formação de conjuntos "artificiais" no ambiente da biblioteca. Esses conjuntos são identificados por terminologia consagrada na Bibliofilia ou por terminologia relevante no âmbito da coleção em que se insere. Exemplos:

Raridade/Importância: Volume raro e curioso, dividido em dois tratados; ilustrado com xilogravuras, a partir de desenhos de Leonardo da Vinci (BRUNET, t. 2, p. 116, tradução nossa).

Raridade/Importância: "É o primeiro livro que tentou reunir em gravuras de aço a iconografia dos reis e rainhas de Portugal, acompanhando-a de um esboço biográfico. [...] Curioso é o caso da gravura relativa à Rainha Santa [...], o respectivo capítulo não existe em nenhum dos exemplares conhecidos, pelo que se pensa ter havido intervenção do Tribunal da Inquisição para o fazer desaparecer" (UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Biblioteca Joanina. 2008. Disponível em: <http://bibliotecajoanina.uc.pt/obras_raras/dialogos_varia_historia>. Acesso em: 10 ago. 2012) – além desta edição, BN (Brasil) possui três exemplares da primeira edição, de 1594, com o capítulo referente à Santa Isabel.

Coleção: Silva Serva.

Coleção: Inferno.[3]

Coleção: Cemitério.[4]

Coleção: Brasiliana.[5]

Coleção: Cemitério (ex. 3).

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras.

5.2. Notas locais

São as notas pertinentes ao item em mãos e que podem ser abordadas sob seis aspectos: 1 – notas de encadernação; 2 – notas que personalizam e identificam formalmente o exemplar; 3 – notas de anotações manuscritas; 4 – notas de materiais anexos; 5 – notas de marcas de propriedade e posse; e 6 – notas sobre defeitos e incompletudes do exemplar.

5.2.1. Notas de encadernação

Arrolam informações sobre encadernações originais, de época ou "em estilo", destacando: capa dura ou flexível – se é inteira, meia ou meia com cantos; formato ou informações na lombada, tipo de revestimento e de guardas, contraguardas e guardas volantes; cortes intonsos ou aparados, seixas ornamentadas; e ocorrência de dedeira (índice recortado nos cortes) e marcador. Eventuais diferenças de tamanhos entre exemplares, comumente, decorrem de sucessivas encadernações e da prática (hoje, condenada) de aparar os cortes – esse aspecto deve ser relatado em nota. As encadernações correntes, típicas "de biblioteca", não são indicadas.

Encadernação: inteira, capa flexível, em couro marrom, com amarras em couro trançado.

Encadernação: meia, capa dura, em couro marrom e papel marmorizado (marrom-bege-verde) e seixas gravadas em dourado. Cortes jaspeados.

Encadernação: meia com cantos, capa dura em couro marrom, sobrecapa flexível original. Lombada com nervuras, gravada em dourado. Guardas em papel fantasia (marrom-bege).

Encadernação: imperial, em veludo verde, com monograma "PII", fecho em bronze e com cortes dourados (ex. 1); brochura, com cortes intonsos (ex. 2) – o ex. 1 é menor que o ex. 2, que apresenta margens mais largas.

5.2.2. Notas que personalizam e identificam formalmente o exemplar

Exemplar numerado: "014" (carimbo).

Exemplar numerado: "153" (manuscrito).

Exemplar numerado: "215", autografado.

Exemplar numerado: "A046", assinado pelo editor.

5.2.3. Notas de anotações manuscritas

Todas as anotações e marcações de leitura são consideradas como marcas do tempo, de punho do colecionador/leitor de cada ocasião, algumas vezes

identificados por marca de propriedade. As anotações, consideradas relevantes sob a ótica da Biblioteconomia de Livros Raros, devem ser transcritas. As marcações extemporâneas (rabiscos, rasuras que não expressam identidade com o conteúdo) não devem ser transcritas, mas, indicadas em nota como de "mão alheia"; por exemplo:

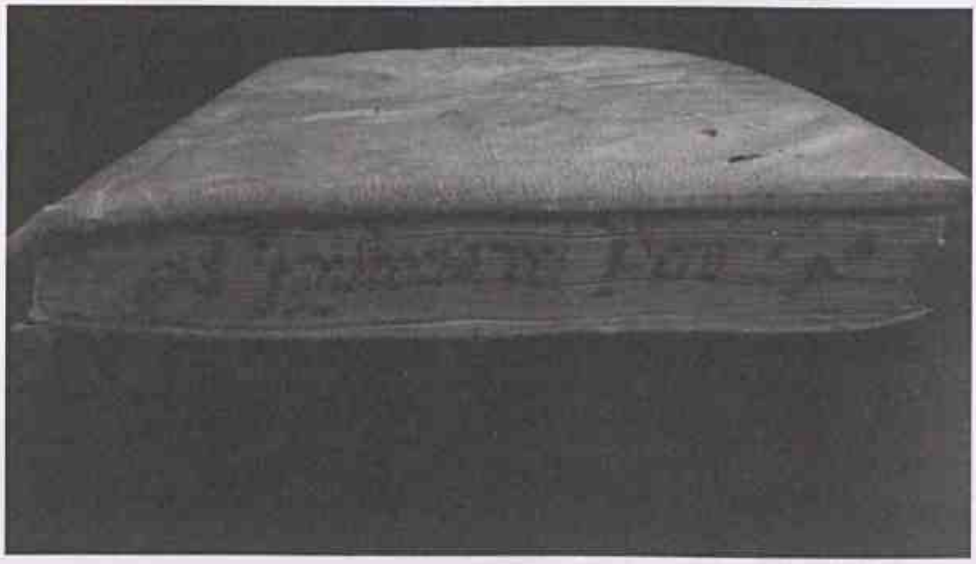
Anotações manuscritas (grafite): marcas por mão alheia (v. 7, p. 141 e 182).

Anotações manuscritas (tinta): "Foi revisto por hordem do Sto. Officio" (página de guarda).

Anotações manuscritas (grafite e tinta): adagas, manchetes, frôntis e marcações diversas (ao longo das páginas).

Anotações manuscritas (grafite): marcas paragráficas (às margens) e sublineares.

Anotações manuscritas (tinta) "Hystoria Del Peru" (corte inferior).



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras.

5.2.4. Notas de materiais anexos

Estas notas relativas privilegiam a descrição de todo o material incluso, encartado ou fixado no item em mãos por terceiros – excluindo, desse conjunto, as marcas de propriedade; por exemplo:

Inclui: bilhete de passagem emitido por: "Chemins de fer de Paris a Lyon et a la Méditerranée" (entre as p. lxx e lxxi).

Inclui: cartão do editor "Max Fischer", Diretor de American Edit.

Inclui: cartão de visita do "Côn. Dr. Emilio Silva" (contracapa).

Inclui: cartão de visita com dedicatória de "Antonio de Oliveira Godinho" (entre as p. 128 e 129).

Etiqueta: "Manoel Joze Cardozo" (encadernador).

Etiqueta: "Oficina de Encadernação do Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, Brasil".

5.2.5. Notas de marcas de propriedade e posse

Uma marca de propriedade ou posse é todo sinal físico de proprietários ou possuidores de um item – por colecionismo (exemplo clássico) ou por períodos de tempo (nos casos de censores, avaliadores etc.); é a prova de seu itinerário entre distintas coleções ou por diferentes mãos.

As indicações de marca de propriedade ou de posse serão recuperadas pela palavra que as identifica e pela transcrição, entre aspas, do texto que nelas ocorrer. Não há necessidade de especificar sua localização, se sua ocorrência se der nos lugares consagrados – contraguarda, guarda volante, preliminares e finais, página de rosto ou capa anterior e posterior. Se, eventualmente, o item não oferecer marcas explícitas e se, ainda assim, o catalogador souber da sua proveniência, a nota será elaborada pelo nome da coleção, consagrado em vernáculo e sem aspas.

Uma marca de propriedade ou de posse será indicada como sobreposta quando ocorrer por acréscimo (juntada à marca anterior), permitindo a verificação dos sucessivos proprietários ou possuidores do item – alguns exemplos:

Ex dono: "Manuel Bandeira"; "Affonso Arinos de Mello Franco" (sobreposto).

Ex dono: "He do quarto de ElRei [D. João VI] Nosso Senhor" (corte superior das páginas centrais).

Chancela: "Alvarez" (ex. 3 e 5, f. [3], verso); "Iohan Paaez" (ex.1, 4 e 6, f. [3], verso).

Ex libris: "Didacus Barboza Machado".

Coleção: Diogo Barbosa Machado.

Super libris: brasão do duque de La Vallière.

Carimbo: "Da Real Bibliotheca" (p. 185, verso).

Carimbo: "Da Real Bibliotheca"– Casa do Infantado.

A dedicatória, a mais nobre forma de expressão do ex dono, será transcrita, na íntegra, segundo padrão de fotobibliografia; por exemplo:

Dedicatória: "Ao exmo. snr. conselho. visco. do Rio Branco // off. // B. F. Ramiz Galvão // 10 de Junho de 1880 Biblio.[Bibliotecário]" (página de guarda, reto, ex. 2).

Dedicatória: "Ao muito distincto bibliophilo Francisco Ramos [Paz] // offerece // o seu admirador e amigo agradecido // Ro. 13 Janro. [18]87 A. do Valle Cabral" (página de guarda, reto, ex. 2).

5.2.6. Notas sobre defeitos e incompletudes do exemplar

As notas deste segmento serão sempre relativas ao exemplar identificado e nunca devem fazer referência à deterioração física, porque essa condição é transitória, em face de rotinas e projetos de conservação e restauração – exceto se a informação sobre defeitos definitivos de suporte for essencial para definir a qualidade de consulta e leitura.

Os defeitos originais, consequentes de falhas no design ou no arranjo gráfico, especificamente, do item em mãos (e não de toda a edição) são indicados neste segmento, porque esses defeitos podem ocorrer de modo diferenciado a cada exemplar:

Exemplar incompleto: páginas com texto truncado por perda de suporte, anterior à restauração.

Exemplar incompleto: faltam as p. 23, 45-47, 52, 55 e 61.

Erro de encadernação: f. 88 inserida entre as f. 86 e 87.

Erro de paginação: p. 28, 32, 45 e 57 numeradas, respectivamente, como 82, 23, 54 e 75.

6. Conclusão

Numa época de dúvidas e propostas de mudanças e unificação de sistemas de catalogação de diferentes recursos, a padronização de notas na descrição de livros raros se configura como opção para a salvaguarda e a evidenciação de seu significado material e de sua representatividade intelectual. Essa característica confere às notas a função de elemento fundamental na identificação de um livro raro como bem patrimonial. Para cumprir essa função, a compilação de notas deve esgotar toda informação relativa ao item em mãos.

Decerto, não há simplificação cabível no universo do livro raro – o livro raro é complexo por sua própria natureza.

A objetividade na descrição do universo material do livro, como obra de arte, exige, por exemplo, a completa transcrição de títulos – qualquer que seja sua língua e extensão – para garantir a distinção de títulos assemelhados. No entanto, nem todos os recursos eletrônicos favorecem a recuperação de títulos que podem alcançar cinco, oito linhas de texto, com sinais diacríticos e de pontuação que, hoje, não oferecem o mesmo sentido de então, sobrecarregando estruturas de registro e recuperação pré-delineadas, geralmente, para livros correntes, cujos títulos têm forma e extensão bastante reduzidas.

Então, as notas passam a cumprir papel efetivamente complementar, como fortaleza da descrição, posto que através delas, como resultado da análise bibliológica e da pesquisa bibliográfica, é possível esgotar o "tudo" e o "suficiente" que não couberam nas demais áreas da descrição bibliográfica.

As notas são, em sua maioria, livres – e podem ser reguladas.

A padronização de notas não ocasionará perda de liberdade na sua compilação – se é que há relevância nesse aspecto, quando se trata de livros raros.

Ao bibliotecário de livros raros caberá escolher sobre a informação e o volume da informação que pretende oferecer ao usuário-leitor; além de decidir quais informações serão suficientes para subsidiar ações preventivas de segurança.

O que se busca com esta proposta de padronização de notas, além de atribuir-lhes caráter prescritivo, é manter incólume, intangível, o necessário caráter minucioso e terminológico da descrição de livros raros nos moldes com que foi delineado por bibliógrafos, bibliófilos e bibliotecários de memória bicentenária diante de quaisquer metodologias eleitas para catalogação, difusão, recuperação, salvaguarda e acesso.

7. Notas

1 Edição liliputiana: edição em formato muito pequeno, também denominada edição diamante. O nome foi inspirado na ilha de Liliput, do romance *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, onde os habitantes originais são extremamente pequenos (SCHÜLER, 2002, p. 172).

2 Edições de clássicos gregos e latinos alterados ou expurgados a mando de Luís XIV para uso de seu filho.

3 Coleção Inferno: coleção factícia que inclui toda sorte de livros, um dia, "proibidos" – eróticos, pornográficos, de teor incompatível com valores morais, religiosos etc. (STOUFF, 2011).

4 Coleção Cemitério: coleção factícia, de livros retirados de consulta, por impossibilidade de manuseio – estão blocados, fragmentados, deteriorados, porque sofreram agressões ou foram negligenciados ou erroneamente cuidados. Esta coleção é o espaço de imobilização do livro de manuseio impossível, mas que não pode (nem deve) ser descartado, ainda, por sua potencial raridade.

5 Coleção Brasiliana: coleção, comumente, factícia, que arrola livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX (o ano de 1900 inclusive), além de todos os livros de autores brasileiros impressos ou gravados no estrangeiro até o ano de 1808. É coleção fundamental para a memória bibliográfica brasileira, cuja importância equivale a coleções de caráter similar desenvolvidas de modo factício em bibliotecas de todo o mundo como a "Americana", a "Lusitana", a "Guanabarina" etc. (Cf. PINHEIRO, 2010).

8. Referências

ARLIA, C. *Dizionario bibliográfico*. Milano: U. Hoepli, 1892.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10520*: Citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

BRUNET, Jacques Charles. *Dictionnaire de géographie ancienne et moderne 'a l'usage du libraire et de l'amateur de livres*. Paris: F. Didot, 1870. 1592 [i.e. 1594] col.

CAILLOT, André Charles. *Dictionnaire bibliographique, historique et critique des livres rares,précieux, singuliers, curieux, estimés et recherchés...* Paris: Chez Cailleaux et Fils, 1791.

CAVE, Roderick. *Rare book librarianship*. London: C. Bingley; Hamden, Conn.: Linnet Books, 1976.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. (2002). São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 1 v. (regra 1.0D2).

CONSTANTIN, L. A. *Bibliothéconomie, ou, Nouveau Manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration dês bibliothèques*. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, 1841.

DEBURE, Guillaume. *Bibliographie instructive*: ou Traité de la connoissance des livres rares et singuliers... A Paris: Chez Guillaume François De Bure le Jeune, 1763-1768.

DESCRIPTIVE Cataloging of Rare Books. 2nd ed. rev. of Bibliographic description of rare books. Washington, D.C.: Cataloging Distribution Service, Library of Congress, 1991.

DUNKIN, Paul Shaner. *How to catalog a rare book*. 2. ed. Chicago: American Library Association, [c1973].

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

HOUAISS, Antonio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1983.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Instrução Normativa nº 1, 11 jun. 2007*. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jun. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2012.

ISBD(A): descrição bibliográfica internacional normalizada de monografias antigas. Tradução de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1985.

LA SERNA, Santander, Carlos Antonio de. *Dictionnaire bibliographique choisi du quinzième siècle, ou Description par ordre alphabétique des éditions les plus rares et les plus recherchées du quinzième siècle*... A Bruxelles: de l'imprimerie de G. Huyghe; A Paris: chez Tilliard, Fréres, 1805-1807.

MARTINEZ DE SOUSA, José. *Diccionario de Bibliología y ciencias afines*. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Pirámide, 1993.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana*: rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period. Rev. and enl. ed. Los

Angeles: UCLA Latin American Center Publications; Rio de Janeiro: Kosmos, 1983.

OTLET, Paul. *Traité de documentation*: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEIGNOT, Gabriel, 1767-1849. *Dictionnaire raisonné de* bibliologie: ouvrage utile aux bibliothécaires, archivistes, imprimeurs, libraires, etc. Paris: chez Villier, 1802-1804.

PINHEIRO, Ana Virginia. A "Biblioteconomia de livros raros" no Brasil: necessidades, problemas e propostas. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre: UFRGS, FABICO, v. 5, p. 45-60, jan./dez. 1990.

_____. Glossário de Documentação e Codicologia. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 123-213, 1995 (publ. em 1998). Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2012.

_____. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. (Org.). *Ciência da informação*: múltiplos diálogos. Marília, SP: Oficina Universitária UNESP, 2009. p. 31-44. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. Metodologia para inventário de acervo antigo. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 123, p. 9-31, 2003 (publ. em 2007).

_____. *Que é livro raro?*: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1989.

_____. Sobre a coleção Brasiliana na Biblioteca Nacional. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *200 Anos*: as coleções formadoras. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/200anos/brasiliana.html>. Acesso em: 16 ago. 2012.

PORTA, Francisco. *Dicionário de artes gráficas*. Porto Alegre: Globo, 1958.

ROUVEYRE, Édouard. *Connaissances nécéssaires a un bibliophile*. 3. éd. rev. corrigée et augmentée. Paris: Lib. Ancienne et Moderne, 1879-1880.

SATUÉ, Enric. *Aldo Manuzio*: editor, tipógrafo, livreiro: o design do livro do passado, do presente e, talvez, do futuro. Tradução de Cláudio Giordano. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

SCHÜLER, Arnaldo. *Dicionário enciclopédico de teologia*. Canoas, RS: Ed. ULBRA, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=9MIZEhXWJngC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionário bibliographico portuguez*: estudos de Innocencio Francisco da Silva, aplicáveis a Portugal e ao Brasil [continuados e ampliados por Brito Aranha...; Guia Bibliográfica por Ernesto Soares]. 2. ed. Lisboa, Imprensa Nacional; Coimbra: Imprensa/Biblioteca da Universidade, 1924-1958.

STEVENS, Henry. *Photo-bibliography...* London: H. Stevens IV Travalgar Square; New York: S. Welford; Armstrong, 1878.

STOUFF, Jean. Livres censurés, livres de l'Enfer. *Biblioweb*: chroniques de La bibliothèque de Babel, Paris, 20 maio 2011. Disponível em: <http://biblioweb.hypotheses.org/650 >. Acesso em: 10 ago. 2012.

VAN WINGEN, Peter M.; URQUIZA, Belinda D. *Standard Citation Forms for published Bibliographies and Catalogs used in Rare Book Cataloging.* 2nd ed. Washington, D.C.: Library of Congress, 1996.

Os conceitos básicos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) para o entendimento dos FRBR: a experiência da UFRJ

Ana Maria Ferreira de Carvalho
Professora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação/UFRJ,
Mestre em Computação

Maria José Veloso da Costa Santos
Professora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação/UFRJ,
Mestre em Ciência da Informação

Nadir Ferreira Alves
Professora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação/UFRJ,
Mestre em Ciência da Informação

Resumo

Este artigo trata dos requisitos funcionais para registros bibliográficos (FRBR), seus derivados e as principais mudanças ocorridas na representação bibliográfica. Aborda igualmente a base de entendimento dos FRBR a partir da estratégia de ensino de Representação Descritiva em parceria com a disciplina Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), levando o aluno à compreensão do processo de organização de dados em um sistema de banco de dados com o emprego do Modelo Entidade-Relacionamento (MER), metodologia computacional para modelagem de dados, e sua representação por meio do Diagrama Entidade-Relacionamento (DER). Discute ainda a utilização desses conceitos para representar o objeto bibliográfico a partir do comportamento de busca do usuário para encontrar, selecionar, identificar e obter a informação.

Palavras-chave: *FRBR. Modelo Entidade-Relacionamento. Tecnologia da Informação e Comunicação. Representação Descritiva.*

Abstract

This article deals with the Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), its derivatives, and the main changes in bibliographic representation. It also covers the ground for understanding the FRBR from the perspective of the teaching strategy of Descriptive Representation along with the Technology of Information and Communication (TIC) discipline, leading the student to understand the process of organizing data in a database system with the use of the Entity-Relationship Model (ERM), a computer methodology for modeling data, and its representation through the Entity-Relationship Diagram (ERD). It discusses as well the use of these concepts to represent a bibliographic object from the point of view of the user research behavior to find, select, identify, and get information.

Keywords: *FRBR. Entity-Relationship Model. Information and Communication Technology. Descriptive Representation.*

1. Introdução

O uso de padrões na representação da informação na área de Biblioteconomia é bastante antigo e discutido, conforme pode ser observado em diversos estudos que enfatizam a importância da padronização para a definição e homogeneização dos dados e a precisão na recuperação da informação, de modo a atender aos usuários de forma eficiente e, assim, contribuir para a produção de conhecimento.

O século XIX assiste ao início da Biblioteconomia moderna e da padronização da catalogação com o surgimento dos primeiros teóricos (Panizzi e Cutter) e a criação de diversos códigos nacionais (BARBOSA, 1974) nos moldes dos atuais. No século XX, registram-se diversas discussões, em nível internacional, acerca da padronização da catalogação, iniciando pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris, no ano de 1961. Nessa reunião, conhecida também como Conferência de Paris, foram debatidas a padronização de catálogos e a necessidade de uniformização dos códigos já existentes. As recomendações dessa conferência, publicadas sob o título State of Principles (Declaração de Princípios), influenciaram de modo expressivo o desenvolvimento dos códigos de catalogação que vieram a substituir os já utilizados no século XIX.

Além dessa reformulação na redação dos códigos a partir da Conferência de Paris, surgiu a necessidade de criar padrões para a informatização dos processos de catalogação, principalmente no que se refere ao formato de entrada de dados no computador que, à época, já estava sendo utilizado para armazenar dados dos catálogos de bibliotecas, iniciando pela Library of Congress dos Estados Unidos. Assim, foram criados o formato de entrada denominado Machine Readable Cataloging (MARC), em 1960, e a norma intitulada International Standard Book Description (ISBD), em 1969; esta última favoreceu a comunicação internacional da informação bibliográfica com a sistematização da ordem dos elementos em áreas de representação, com pontuação específica e padronizada, facilitando o reconhecimento da informação por meio de máquinas.

A ISBD foi fruto do trabalho de autoria de Michael Gorman sobre descrição bibliográfica normalizada, apresentado à Reunião Internacional de Especialistas de Catalogação (RIEC), realizada na Dinamarca, em Copenhague, em 1969. Em 1971 a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) publicou e recomendou o uso da ISBD estendendo sua aplicação no processo de representação de outros suportes de informação. A partir daí o código de catalogação mais utilizado em nível internacional, o Anglo-American Cataloging Rules (AACR), na sua segunda edição (AACR2), publicada em 1978, apresenta-se redigido segundo esses novos critérios e já incorpora as áreas de descrição das ISBDs.

Nos anos de 1990, tendo em vista a proliferação de materiais eletrônicos e multimídias, o crescimento em larga escala de bancos de dados institucionais, nacionais e internacionais por meio de programas de catalogação cooperativa e a eficácia no atendimento às necessidades de buscas dos usuários, a IFLA organizou o Seminar on Bibliographic Records, realizado em 1990, na cidade de Estocolmo, na Suécia, que concluiu, dentre nove outras recomendações, pela determinação de um núcleo básico mínimo de descrição para reduzir os custos da representação da informação nas bases de dados (catálogos eletrônicos).

Para tal, foi criado um grupo de estudos que, em 1998, apresentou o relatório final sobre os Functional Requirements for Bibliographic Records[1] (FRBR), referencial teórico centrado no modelo computacional entidade-relacionamento para análise e elaboração de descrições bibliográficas focadas no usuário e a obtenção de resultados mais relevantes em suas buscas nos catálogos, para encontrar, identificar, selecionar e obter informações, além de permitir sua navegação (SANTOS & CORRÊA, 2009). A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, na sua versão provisória de 2003, aprovada no I Encontro de Peritos sobre um Código de Catalogação Internacional, realizado em Frankfurt, na Alemanha, em substituição aos Princípios de Paris, estabelecidos em 1961, veio corroborar a filosofia que norteia a aplicação dos FRBR na construção de códigos de catalogação, "a conveniência do usuário" em suas buscas (MEY & SILVEIRA, 2010, p. 126).

Baseado nessas recomendações é desenvolvido o Resource Description and Access (RDA), código internacional de catalogação que congrega um conjunto de diretrizes e instruções referentes à descrição e acesso a recursos digitais e analógicos, cobrindo todos os conteúdos e mídias, dirigido não apenas à descrição de acervos de bibliotecas, mas também de arquivos, museus e editoras.

O presente trabalho expõe a experiência vivenciada no ensino dos FRBR na disciplina Representação Descritiva e a parceria com a disciplina Tecnologia da Informação e Comunicação, ambas ministradas no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O objetivo geral do trabalho é apresentar a contribuição da disciplina Tecnologia da Informação e da Comunicação para o entendimento dos FRBR e seus derivados, ministrados na disciplina Representação Descritiva.

Como objetivos específicos distinguem-se:

- Destacar o papel da padronização de dados para a representação da informação;

- Descrever o modelo computacional Entidade-Relacionamento e sua representação por meio de diagrama (DER);

- Contribuir para o aprendizado, por meio de exemplos do cotidiano dos alunos, da modelagem de dados.

2. Revisão de literatura

Foram selecionados textos de autores especialistas que abordam os temas Modelo Entidade-Relacionamento e FRBR.

2.1. O modelo entidade-relacionamento

A abordagem entidade-relacionamento, desde sua criação, em 1976, por Peter Chen, tem sido uma das mais utilizadas dentre as técnicas de modelagem de dado. Esta abordagem baseia-se em três conceitos fundamentais: entidade, relacionamento e atributos. A partir desses conceitos estrutura-se um Modelo Entidade-Relacionamento (MER), buscando representar o modelo conceitual de um banco de dados. O modelo conceitual é a primeira etapa para o desenvolvimento de um projeto de banco de dados, chamada modelagem conceitual. Nesta etapa tem-se como objetivo a descrição abstrata dos dados, independente do sistema computacional que será utilizado para gerenciá-la.

Segundo Chen (1990), entidade é uma "coisa" que pode ser distintamente identificada e pode ser classificada em diferentes tipos, como, por exemplo, FUNCIONÁRIOS, LIVROS, PESSOAS etc. O conceito de entidade busca representar "coisas", objetos ou conjunto de objetos do mundo real, sejam eles concretos ou abstratos, em projetos de banco de dados. Sendo assim, tomando-se os exemplos de banco de dados para uma empresa automobilística ou farmacêutica ou de uma unidade de informação, haverá um conjunto de entidades que representará os objetos presentes no mundo real de cada uma dessas instituições.

Cabe ressaltar que na modelagem de dados serão representadas aquelas entidades sobre as quais se pretende guardar informações que posteriormente poderão ser recuperadas por seus usuários da forma mais eficiente possível.

O segundo conceito apresentado por Chen em seu modelo é o conceito de relacionamento. Relacionamentos podem existir entre entidades Chen (1990). Ou seja, os relacionamentos representarão, no modelo conceitual, as relações ou associações que existem entre uma ou várias entidades. Pensando no

exemplo clássico de uma biblioteca que disponibiliza livros para empréstimo aos seus usuários, um relacionamento importante de ser representado no modelo é aquele entre um LIVRO, pertencente ao acervo da biblioteca, e o USUÁRIO, que poderá tomá-lo por empréstimo. A este relacionamento poderia ser atribuído o nome de EMPRÉSTIMO.

O terceiro e último conceito básico do modelo de Peter Chen é o conceito de atributo. Os atributos são utilizados para descrever propriedades ou características associadas às entidades ou aos relacionamentos. Voltando ao exemplo anterior da biblioteca, os atributos que, por exemplo, poderiam ser utilizados para a entidade USUÁRIO são: nome, sexo, data de nascimento, número de Registro Geral (RG) etc. Desta forma busca-se identificar mais precisamente cada entidade ou relacionamento.

Para representar diagramaticamente esses conceitos, Peter Chen introduziu a notação gráfica denominada Diagrama Entidade-Relacionamento (DER). Em um DER, uma entidade é representada por um retângulo, um relacionamento é representado por um losango, enquanto um atributo é representado por uma elipse. Estes elementos são conectados por linhas, como mostrado na Figura 1.

Figura 1: Exemplo de uso do Diagrama Entidade-Relacionamento.

Fonte: Autoras.

A partir desses três conceitos básicos surgem outros, dos quais se destacam, neste trabalho, a chave primária e a cardinalidade. O primeiro conceito refere-se àquele atributo cujo valor é capaz de identificar unicamente uma entidade, como, por exemplo, o RG ou um número de matrícula, no exemplo acima. Já o conceito de cardinalidade expressa o número de entidades à qual outra entidade pode estar relacionada (1,..., n) (KORTH & SILBERSCHATZ, 1989). No exemplo anterior tem-se que um LIVRO está relacionado a um único USUÁRIO, mas um USUÁRIO pode estar relacionado a vários LIVROS. A cardinalidade é representada no diagrama de acordo com a Figura 2.

Figura 2: Exemplo de uso do Diagrama Entidade-Relacionamento destacando a cardinalidade.

Fonte: Autoras.

Assim, aplicando a abordagem de Chen ao mundo real de uma biblioteca, considerando o interesse em automatizar toda ou parte das atividades presentes na rotina deste ambiente, pode-se, primeiramente, tentar identificar aquelas entidades mais representativas do mundo real e sobre as quais há interesse em armazenar informação de forma estruturada. Em seguida identificar os atributos mais relevantes de cada entidade e os relacionamentos existentes entre as mesmas.

O Modelo Entidade-Relacionamento (MER), apesar de simples, permitiu o desenvolvimento de projetos de bancos de dados para os mais diversos usos, sendo considerado um "padrão de fato" para a modelagem conceitual. É a técnica de modelagem mais difundida e utilizada.

O fenômeno da explosão informacional, aliado ao avanço das tecnologias da informação e comunicação, permitiu a geração de informação nos mais variados formatos, em que os processos de geração, coleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação e disseminação da informação tornaram-se desafios no âmbito de sua representação em um banco de dados.

Chen, criador do modelo, percebia que "conforme nos movemos para uma sociedade cada vez mais orientada para a informação, a determinação de como organizar os dados para maximizar sua utilidade torna-se um problema muito importante" (CHEN, 1990). Sendo assim, torna-se essencial que o profissional da informação domine as práticas de modelagem de dados, pois, como destacam Burt e Kinnucan (1990 apud FUSCO, 2011):

> podem encontrar, nas técnicas de modelagem, um mecanismo útil para capturar e comunicar seus conhecimentos sobre fontes de informação e sobre padrões de comportamento de quem busca informação.

2.2. FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos

Em função da evolução e aplicação das tecnologias de informação e comunicação, como consequência natural, diversas áreas do conhecimento buscam adequações e entendimentos sobre como dominar esse conhecimento tecnológico e utilizá-lo a favor de sua área de atuação.

Dessa forma, desde a década de 1970, já se podiam observar na literatura da área de catalogação iniciativas que discutiam novos olhares sobre a representação bibliográfica, em decorrência do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Conforme Mey e Silveira (2009, p. 9) explicam, o marco fundamental ocorreu com a disponibilização do relatório final sobre os Functional Requirementes for Bibliographic Records (FRBR), no ano de 1977.

A partir daí, os FRBR passam a ser alvo de estudos, análises e experimentações. Ficam estabelecidos conceitos sobre os quais futuros códigos de catalogação deverão se basear. Os FRBR podem ser comparados às propostas inovadoras apresentadas na Conferência de Paris, em 1961, e a ISBD, apresentada por Michael Gorman na RIEC, em 1969.

A busca por melhorias e os impactos nas atividades das bibliotecas fez com que a repercussão dos estudos sobre os FRBR avançasse e outros modelos conceituais surgiram, derivados do primeiro, para ampliar o universo do registro bibliográfico. Surgem grupos de trabalho da IFLA empenhados em estabelecer os padrões internacionais necessários para os pontos de acesso, por exemplo, Functional Requirements for Authority Data (FRAD), para dados de autoridade; Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), para dados de assuntos; e Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR), para numeração de registros de autoridade. Tais modelos, além de ampliarem e expandirem os FRBR, estabeleceram de forma estruturada relações entre os dados dos registros de autoridade e as demandas dos usuários, e mais a possibilidade de compartilhamento internacional dos dados de autoridade não previstos no FRBR. Muitos estudos ainda estão em andamento e estes modelos não foram aqui mais detalhados, pois o foco deste trabalho se concentra no FRBR.

Assim, a família FRBR vai se complementando e a fundamentação conceitual para futuros códigos de catalogação se fortalece diante das mudanças ocorridas no campo da organização do conhecimento com o uso das TICs, mais especificamente na representação bibliográfica, sedimentada pelos últimos 35 anos de estudos e pesquisas.

Estabelecida a base teórica para o modelo conceitual dos FRBR, conforme explicado no item 2.1, a preocupação de garantir que os critérios de busca utilizados pelos usuários de bibliotecas se mantivessem nos FRBR e seus

derivados norteou o desenvolvimento e a evolução dos mesmos, contemplando de forma eficaz o processo de comunicação entre usuários, objeto bibliográfico e sua representação.

Enfim, permitir que o usuário encontre, identifique e confirme que o item recuperado corresponde ao item desejado, conforme preceitos já estabelecidos por Cutter, no final do século XIX, ao abordar as funções do catálogo (MEY & SILVEIRA, 2009). Para isso, proporcionar os relacionamentos entre os dados do item é o foco principal dos FRBR. Outra característica do modelo é que estabelece um nível básico de informações bibliográficas para cada item, buscando facilitar o intercâmbio de dados entre bibliotecas e agências bibliográficas nacionais.

Assim, ao se focar nas demandas do usuário, os FRBR criam elementos para a composição do banco de dados que irá abrigar os registros bibliográficos. O modelo ensina e orienta parâmetros que permitem identificar as entidades dos registros bibliográficos, as relações entre elas, os atributos de cada uma, como explicado a seguir.

As entidades dos registros bibliográficos apresentadas pelos FRBR estão divididas em três grupos:

Grupo 1: obra, expressão, manifestação, item.

Grupo 2: são representados pelas pessoas físicas e/ou jurídicas envolvidas na produção do grupo 1.

Grupo 3: diz respeito aos assuntos cobertos. São representados pelo conceito, objeto, evento, lugar, além de todas as entidades dos grupos 1 e 2.

Para melhor explicar estes grupos de entidades apresentam-se sua conceituação e exemplos.

Entidades do Grupo 1:

OBRA: trata-se da criação intelectual ou artística, a ideia do produtor (abstrata).

Ex. obra de Carlos Drummond de Andrade.

EXPRESSÃO: a realização da ideia desenvolvida que pode ser expressa de alguma forma. Representada por uma notação alfanumérica (texto), musical ou coreográfica, som, imagem, objeto, movimento etc. Pode envolver uma tradução, interpretação, adaptação, dentre outras variáveis (abstrata).

Expressão 1: Escritos do próprio autor.

Expressão 2: Tradução do livro *Cadeira de balanço* para o inglês.

Expressão 3: Encenação teatral de "No meio do caminho...", crônicas e poemas do poeta Carlos Drummond de Andrade com roteiro e adaptação de João Brandão e Pedro Drummond.

MANIFESTAÇÃO: trata-se da forma física em que a expressão de uma obra se transformou, independente do suporte em que foi registrada (concreto).

Ex. Manifestação 1: Livro contendo 44 crônicas de Carlos Drummond de Andrade – *Fala, amendoeira* publicado pela Editora Companhia das Letras.

Ex. Manifestação 2: Selo postal lançado em 1995 em homenagem ao poeta.

ITEM: é o exemplar único de uma manifestação registrada por intermédio do qual o usuário poderá tomar conhecimento da expressão e do conteúdo de uma obra (concreto).

Ex. Exemplar de *Fala, amendoeira* disponível na biblioteca.

Ex. CD-ROM contendo 40 poemas recitados pelo autor.

Ex. Coleção de fotografias do poeta.

Ex. Entrevista em vídeo e um filme de curta-metragem.

Entidades do Grupo 2:

Aquelas responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, incluindo a produção física e a disseminação, ou a custódia das entidades do grupo 1. São representados pelas pessoas físicas e/ou jurídicas envolvidas.

Ex. Pessoas físicas: autor, editor, compositor, artista, diretor, intérprete, tradutor etc.

Pessoas jurídicas: organização ou organizações que criaram através de uma ou mais pessoas uma obra.

Entidades do Grupo 3:

Assuntos cobertos – Refere-se a um conjunto de entidades que pode representar os assuntos das entidades dos grupos 1 e 2, e mais se estes forem assunto de uma obra. Envolve quatro entidades: conceito, objeto, acontecimento (evento) e lugar.

Conceito: assunto de uma obra que pode estar representado por várias abstrações, tais como: área do conhecimento, disciplina, teoria, técnica e outros.

Ex. Biologia Marinha, Matemática, Teoria da Relatividade, Desenvolvimento Sustentado, Romance Policial.

Objeto: assunto de uma obra, porém representado por algo tangível ou intangível.

Ex. estátua de Drummond na praia de Copacabana, Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro, gol de placa.

Acontecimento (evento): assunto de uma obra, porém reflete um evento histórico, um período de tempo ou determinada época.

Ex. Rio+20, Século XXI, Idade Média.

Lugar: assunto de uma obra, refere-se a um lugar do universo, pode ser um local histórico, contemporâneo, uma característica geográfica etc.

Ex. praia de Fortaleza, continente Ártico, galáxia de Andrômeda, Ouro Preto.

Os atributos de cada uma das Entidades referem-se a uma associação de características que podem representar elementos da representação bibliográfica e possíveis desdobramentos. Podem aparecer no item ou necessitam de fontes externas para serem identificados. São atributos utilizados pelos usuários para realizar suas buscas por uma informação.

Ex. informações da capa, página de rosto, contexto em que a obra foi expressa, atributo título que pode ter variações tais como título principal, título da capa etc.

As Entidades estabelecem vários tipos de relações entre elas, podendo estar explicitadas no item ou necessitarem de consulta a outras fontes para identificá-la. O resultado desses relacionamentos é que irá permitir o estabelecimento dos vínculos existentes entre as entidades dos grupos 1 e 2 além de permitir e facilitar a navegação do usuário pelos dados de um catálogo, base de dados etc.

Portanto, como se pode constatar, o modelo FRBR é amplo. Reúne os elementos descritivos e mais aqueles que podem definir os pontos de acesso necessários à representação bibliográfica de uma obra, cujos elementos podem estar dispersos.

Assim, a releitura da representação bibliográfica se faz necessária, principalmente em se tratando do ensino da representação descritiva no cenário da organização do conhecimento utilizando as TICs.

3. Materiais e métodos

O método aplicado a esse estudo foi o de pesquisa-ação, uma vez que busca, a partir de um problema identificado no mundo real, encontrar resultados práticos por meio de ações planejadas, com a participação das pessoas envolvidas no problema, neste caso, alunos e professores das disciplinas de Representação Descritiva (RD) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Thiollent (1998, apud LIMA, 2007, p. 63) define pesquisa-ação como:

> um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Identificou-se no ensino da disciplina Representação Descritiva, especificamente na compreensão dos conceitos do modelo FRBR, o desempenho insatisfatório dos alunos nas atividades propostas, bem como dificuldades encontradas em seu aprendizado. Com isso, buscou-se uma estratégia de ensino que contribuísse para o melhor entendimento do assunto.

Os FRBR foram criados tendo como base o modelo considerado "padrão de fato" para o desenvolvimento de bancos de dados, o modelo entidade-relacionamento, técnica de modelagem mais utilizada nos projetos de banco de dados. Desta forma, os FRBR surgem para adequar os processos de catalogação às mudanças ocorridas no campo da organização do conhecimento com o uso das TICs. A partir dessas premissas, a estratégia implementada pelos docentes das duas áreas foi a de promover a interseção dos conteúdos como base para o seu ensino.

O estudo então foi desenvolvido nas seguintes etapas:

- Identificação da dificuldade dos alunos no aprendizado dos FRBR;

- Planejamento para implementar a colaboração entre as disciplinas de RD e TIC;

- Elaboração da aula de TIC para apresentar os conceitos de MER com exemplos do cotidiano e com vistas a levar o aluno a se familiarizar com a modelagem de dados;

- Atividades de fixação dos conceitos;

- Introdução dos conceitos do modelo FRBR, mostrando as conexões com o MER já introduzidas anteriormente;

- Atividades de reconhecimento, na representação, dos diversos elementos do modelo FRBR.

4. Resultados parciais/finais

Verificou-se que a lacuna que existia entre o aprendizado dos FRBR sem os conceitos básicos da metodologia computacional MER apreendidos na disciplina Tecnologia da Informação e Comunicação foi extremamente reduzida. Exercícios sobre a elaboração de modelos de banco de dados com exemplos do cotidiano do aluno foram bastante debatidos, o que possibilitou maior compreensão da construção de catálogos bibliográficos com o modelo FRBR.

Por outro lado, na disciplina Representação Descritiva foram realizados exercícios sobre a adequação das representações bibliográficas em catálogos eletrônicos tradicionais para o modelo baseado nos FRBR.

Os resultados práticos encontrados com as ações de inserção do conteúdo da Metodologia Entidade-Relacionamento no programa da disciplina Tecnologia da Informação e Comunicação possibilitou que se implementasse a melhora no aprendizado da metodologia FRBR, na disciplina Representação Descritiva.

Com base nos saberes da área de TIC, obteve-se como resultado melhor desempenho dos alunos nas atividades propostas, compreendendo a conexão com os conceitos de FRBR.

A posteriori, outras atividades serão aplicadas, tanto na disciplina de TIC como na disciplina Representação Descritiva, para confirmar e quantificar os resultados positivos. Pretende-se, também, monitorar e reavaliar os resultados em períodos preestabelecidos.

5. Considerações parciais/finais

O objetivo principal do presente trabalho foi apresentar a contribuição da disciplina Tecnologia da Informação e da Comunicação para o entendimento dos FRBR e seus derivados, ministrados na disciplina Representação Descritiva no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação

CBG/UFRJ. Em que pesem as dificuldades encontradas, verificou-se que os objetivos foram alcançados.

A apresentação do Modelo Entidade-Relacionamento na disciplina de TIC favoreceu a melhor compreensão dos FRBR pelos alunos, levando-os a entender os conceitos e relações abstratas apresentadas. Os exemplos e exercícios focalizando temas sobre o cotidiano das atividades desenvolvidas na biblioteca foram muito favoráveis. Com isso, o Modelo Entidade-Relacionamento já foi incorporado ao programa da disciplina.

Nas aulas da disciplina Representação Descritiva os exercícios sobre os FRBR focalizaram os resultados de busca em uma base de dados construída nesses moldes.

Finalmente, espera-se que este trabalho venha contribuir para o corpo de conhecimento acerca dos FRBR, bem como para o ensino/aprendizado deste modelo.

6. Nota

1 Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos.

7. Referências

BARBOSA, Alice Príncipe. *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

CAMPELLO, Bernadete. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Brasília, Briquet de Lemos, 2006. 94 p.

CHEN, Peter. *Modelagem de dados*: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico. São Paulo: McGraw-Hill/Makron, 1990.

ENCONTRO DE PERITOS SOBRE UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL, n. 1, 2003, Frankfurt. *Declaração de princípios internacionais de catalogação*. Disponível em: <http://www.ddb.de/news/pdf/statement_portugese.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

FUSCO, Elvis. *Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Functional requirements for bibliographic records*: final report.

IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr_2008>.pdf. Acesso em: 22 ago. 2012.

_____. Functional requirements of authority data: a conceptual model (FRANAR): final report, December 2008. Edited by Glenn E. Patton, IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records. *IFLA Series on Bibliographic Control*, v. 34, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/frad/frad_2009-es.pdf>. Acesso: 22 ago. 2012.

_____. *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*: a conceptual model IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR). Edited by por Marcia Lei Zeng, Maja Žumer, Athena Salaba. June 2010. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2012.

KORTH, H. F.; SILBERSCHATZ, A. *Sistemas de bancos de dados*. São Paulo: Editora McGraw-Hill, 1989.

LIMA, João Alberto de Oliveira. Pesquisa-ação em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). *Métodos para pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília, D.F.: Thesaurus, 2007. p. 63-82.

MAIMONE, Giovana Deliberali, SILVEIRA, Naira Christofoletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. *Inf. & Soc.*: Est., João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

_____. Considerações teóricas aligeiradas sobre catalogação e sua aplicação. *InCID*: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137, 2010.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2011, p. 43–60. Disponível em: < http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/402/263>. Acesso em: jul.2012.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade dos padrões utilizados na Biblioteconomia. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 57-66, 2007.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. *Catalogação*: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

Catalogação: princípios iguais para documentos diferentes

Controle da terminologia e a qualidade: percepções dos bibliotecários

Alda Lima da Silva
Mestre em Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia

Resumo

Esta pesquisa investiga a intrínseca relação entre a qualidade e o controle terminológico na representação descritiva da informação em sistemas automatizados e cooperativos. A modelagem de padrões, que, ao longo da história, codificou as normas para a descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados para localização, teve e tem como objetivo precípuo dar visibilidade a itens existentes em um acervo. Desse modo, a busca pela qualidade se constitui em elemento essencial do trabalho de catalogação. De caráter exploratório, este estudo coletou dados através de formulário junto a uma população de bibliotecários de quatro bibliotecas universitárias do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. Os estudos considerados de maior relevância foram adotados como referência para este trabalho. Os resultados obtidos na pesquisa revelam o profissional consciente e preocupado com a qualidade da representação bibliográfica. O controle de autoridade não faz parte do dia a dia dos catalogadores. A preocupação com cursos de treinamento e atualização foi ressaltada.

Palavras-chave: *Representação descritiva. Controle de autoridade. Biblioteca universitária.*

Abstract

This research investigates the intrinsic relationship between quality and terminological control in descriptive representation of information in automated and cooperative systems. Modeling standards, which, throughout history, codified the rules for bibliographic description, access points and data for location, had, and have, as main objective to give visibility to existing items in a collection. Thus, the search for quality constitutes an essential element of the cataloging work. Exploratory, this study collected data through a form in a librarian population of four academic libraries of Federal University of Bahia Library System. The studies considered most relevant have been adopted as reference for this work. The results obtained in the research reveal the professional aware and concern about the quality of bibliographic representation. The authority control is not part of the everyday life of catalogers. Concerns about training and updating courses were highlighted.

Keywords: *Descriptive representation. Authority control. University library.*

1. Introdução

Entendemos a catalogação como atividade emblemática e necessária que alimenta todo o fluxo informacional. Definida como um processo que descreve de maneira formal objetos, documentos ou recursos, objetivando a recuperação e a localização da informação (Campos, [documento eletrônico], p. 1), a catalogação na atualidade tem o seu valor e necessidades redobrados. A ênfase em categorizá-la como processo termina por obscurecer os princípios que desde a Antiguidade norteiam a atividade de representar descritiva e tematicamente a informação. O presente artigo reflete sobre o controle de autoridade em sistemas automatizados e organizados em rede. As bibliotecas universitárias são o *loco* onde se questiona qual a percepção dos bibliotecários sobre a qualidade da catalogação por eles realizada.

A visibilidade permitida pelos arquivos abertos e em linha compromete o trabalho do bibliotecário, já que os registros, ainda que em bases locais, podem e são consultados também por usuários remotos. A composição em redes supõe corresponsabilidade, pois o trabalho de um coopera e contribui para o trabalho do outro em uma retroalimentação contínua, daí a necessidade da padronização. Esses são motivos que depõem a favor da relevância do estudo. Por outro lado, a reflexão e a avaliação sobre o fazer contribuem para o aprimoramento profissional dos bibliotecários.

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA) coordena atualmente vinte e sete bibliotecas distribuídas nos campi que a Universidade mantém em localidades da capital e do interior baiano. Muitas dessas bibliotecas estão sediadas em unidades de ensino. Quatro delas, no entanto, são constituídas como bibliotecas unificadas definidas por área de conhecimento ou proximidade geográfica. Esse modelo proposto em 2002 (UFBA, 2002, f. 6) agregou fatores ligados à redução de custos e racionalização de recursos, mas também vislumbrava qualificar e adequar serviços com mais eficiência para a comunidade universitária (LUBISCO & ABRAMO, 1997a, p. 7).

O projeto de automação das bibliotecas da UFBA teve seu início em 1994. A automação de fato, porém, ocorreu em 1996 com o software OrtoDocs da Potiron. O projeto foi desenvolvido em duas etapas. A primeira dedicou-se à conversão retrospectiva, aproveitando os registros disponíveis no BIBLIODATA/CALCO. No segundo momento ocorreu a catalogação original de materiais não disponíveis para cooperação. A catalogação cooperativa e centralizada e a necessária padronização já são nessa época destacadas (UFBA, 1997b, p.1-2). Em 2004 ocorreu a migração para o Sistema Pergamum, permitindo que a automação pudesse ser estendida à totalidade das bibliotecas e com uma gama superior de recursos que o novo sistema dispunha. Na UFBA

pratica-se o nível dois de catalogação. Para os materiais adquiridos de maneira planificada, o processamento técnico é centralizado. Acervos retrospectivos são tratados nas unidades que os abrigam.

2. Revisão de literatura

A modelagem de padrões nas bibliotecas pode ser compreendida como contínua e sempre em evolução. Ela traduz desse modo a necessidade de ordem para a organização do conhecimento humano e utiliza os recursos tecnológicos disponíveis em cada época. Isso se comprova pelos diferentes suportes que ao longo da aventura humana foram utilizados para registro da informação. Em passado não tão remoto, as fichas catalográficas manuscritas, datilografadas, foram em sua grande maioria substituídas pelos registros legíveis por máquinas. A catalogação cooperativa e em rede substitui com os catálogos em linha os antecessores impressos (Machado, von Helde e Couto, 2007, p.) produzidos local e fisicamente.

Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (Functional Requirements for Bibliografical Records, FRBR), fixados pela IFLA em 2007 (DECLARAÇÃO, 2009), atualizam os princípios da conferência ocorrida em Paris em 1961 no intuito de favorecer o desenvolvimento de códigos de catalogação em todo o mundo. Eles revolucionaram a representação descritiva, segundo Mey (2005), conduzindo ao estudo dos códigos e padrões existentes. Já Silva (2001) enfoca a Descrição e Acesso de Recursos (Resource Descripition and Access, RDA) como uma versão diferenciada e superior do AACR2, a segunda edição do Código Anglo-Americano de Catalogação (Anglo-American Cataloguing Rules).

Nessa imensa quantidade de siglas e denominações destaca-se o esforço da Biblioteconomia para se adequar ao meio digital e, como ressalta o primeiro princípio dos FRBR, "servir a conveniência dos utilizadores do catálogo" (DECLARAÇÃO, p. 1). Percebe-se a acumulação qualitativa de conceitos para o momento presente e como a temática oferece conteúdos enriquecedores em oposição à noção de que a catalogação é uma atividade tecnicista. Adorno, citado por Mey (2009), dizia:

> As pessoas tendem a tomar a técnica pela coisa mesma, a considerá-la um fim em si, uma força com vida própria, esquecendo, porém, que ela é o prolongamento do braço humano. (2009, p. 4).

A contribuição do pensador alemão nos leva a acrescentar que o braço humano executa o que é determinado pela mente, o intelecto humano. A representação bibliográfica está assim dentro desse espectro. Para que a catalogação atenda a necessidade de busca e recuperação de uma obra é necessário, segundo Mey (2009, p. 10), que ela esteja revestida de integridade, clareza, precisão, lógica e consistência. Esses pré-requisitos são essenciais para a descrição da obra, a determinação dos pontos de acesso que possibilitam sua localização e consecução.

Tanto Mey quanto Campos salientam que o ponto de acesso conduz o usuário à descrição. A descrição, por sua vez, pode conduzir o usuário a utilizar ou não o registro. A localização permite o acesso à obra. Para a descrição existem as normas internacionais padronizadas, a ISBD (International Standard Bibliographic Description, Descrição Bibliográfica Internacional Padronizada), que, após o advento da automação, foram traduzidas para modelos legíveis por computador. Para a localização são utilizadas as linguagens de documentação. A construção dos pontos de acesso tem como requisito básico o controle de autoridade.

O trabalho do catalogador é validado pelo controle de autoridade. Ele garante registros fiáveis e consistentes (CAMPOS, p. 2). Sem a normalização dos pontos de acesso é impossível recuperar os registros, assevera Mey (p. 150). Esse aspecto da catalogação segue, ainda que com os aportes da tecnologia, os critérios definidos na Conferência de Paris. A consistência do catálogo para recuperação da informação pelos utilizadores bem como sua utilização por outros bibliotecários reside no controle dos pontos de acesso, nas entradas que são autorizadas assim como naquelas que são rejeitadas.

Nesse ponto consideramos oportuno trazer a questão da qualidade. Esse é o subtexto presente para que a catalogação realize a sua função. Existe uma filosofia, processos a serem seguidos e decisões que são tomadas, fixadas, e orientam a ação. A catalogação não pode, portanto, ser entendida como um fim em si mesmo. Além do seu papel discorrido ao longo deste texto – possibilitar ao utilizador recuperar com eficiência a obra desejada e contribuir para o trabalho de outros profissionais –, a catalogação é preponderante para o serviço de referência, o desenvolvimento de coleções, a avaliação dos serviços em bibliotecas e demais organismos de informação. A avaliação das bibliotecas universitárias passa pela avaliação das coleções e serviços de uma biblioteca. A proposta de Lubisco e Vieira (2009) sugere para o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira um modelo de avaliação capaz de evidenciar o papel da biblioteca como instrumento importante para o planejamento e a gestão das bibliotecas acadêmicas.

3. Materiais e métodos

Considerando o objetivo deste trabalho, optou-se por executá-lo nas quatro bibliotecas já unificadas do SIBI/UFBA por acreditar que nessas unidades já existe um departamento de processamento técnico que discipline e oriente a atividade de catalogação de maneira diferenciada do que ocorre nas outras bibliotecas do Sistema.

O universo da pesquisa compreende a Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, BURC, estabelecida pelo critério geográfico; a Biblioteca Isaias Alves, BIA, temática de filosofia e ciências humanas; a Biblioteca Bernadete Sinay Neves, voltada para as engenharias; e a Biblioteca Unificada de Saúde, BUS. O total de bibliotecários que trabalham no processamento técnico nessas unidades é de dezoito profissionais. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um formulário impresso com questões abertas e fechadas.

A análise dos dados foi qualitativa, pois, como veremos a seguir, nos resultados, problemas exteriores à pesquisa impediram o alcance da totalidade da amostra.

4. Resultados parciais

A greve dos funcionários públicos da Universidade Federal da Bahia impediu a aplicação do formulário no local de trabalho dos bibliotecários e de forma presencial pela pesquisadora. A decisão tomada foi enviar o formulário através de mensagem eletrônica. Ainda assim apenas metade da amostra contribuiu com a pesquisa.

Quando interrogados sobre as implicações do trabalho de catalogação em rede e em arquivos abertos, a maioria dos bibliotecários foi unânime em considerar que a atividade vem sendo desenvolvida de forma satisfatória. Houve uma resposta ambígua que, sem se comprometer, envolveu a questão, e três bibliotecários estabeleceram a relação com a qualidade.

> Quando se trabalha em rede é imprescindível que a base de dados se apresente de forma consistente e com qualidade, principalmente no que concerne ao item autoridade (Bibliotecário 3).

> Importantíssima, a atividade de processamento técnico! Deve ser executada com muito cuidado e critério, seguindo as recomendações técnicas das normas, tabelas e códigos (Bibliotecário 8).

A fala desses profissionais se coaduna com o princípio central dos FRBR. A preocupação com a qualidade e com o usuário é uma tônica que não pode ser desprezada. Resgatando Mey (2009), o catálogo é um veículo de comunicação entre a biblioteca e seus utilizadores. De algum modo o catálogo não está exercendo o seu papel quando há itens novos e antigos no sistema que não são requeridos, acessados.

Sobre o procedimento adotado para inserção de novos registros de autor e assunto, apenas um bibliotecário disse não inserir. Todos os demais fazem a inserção quando necessário. Ressalte-se que dois dos respondentes registraram que, antes de inserir registros de autoridade novos na Base da UFBA, realizam pesquisa exaustiva na própria base, no catálogo de autoridade da Biblioteca Nacional, na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e na Base Pergamum.

Interrogados sobre a facilidade para inserção de novos registros, houve unanimidade em elogiar a interface amigável do Sistema Pergamum. O processo de pesquisa relatado no parágrafo anterior expressa práticas internalizadas, ainda adotadas, mas atualmente não institucionalizadas. O controle de qualidade realizado na Base Bibliográfica da UFBA, além de ser responsável pela validação e correção dos registros que pudessem ter sido feitos com incorreções, também inseria, mediante solicitação e estudo, autores e cabeçalhos novos.

Nessa questão evocamos a importância que Mey (2009) ressalta para a padronização de registros. Nos requisitos de qualidade estão a padronização de normas bem como sua ampla divulgação. Também está incluída aí a questão do envolvimento de todas as partes do sistema nas metas a serem alcançadas.

A promoção de cursos e treinamentos que atualizem e preparem os profissionais para a demanda da catalogação foi muito considerada e recomendada. No panorama da explosão de informação na internet, a grande quantidade de textos veiculados em revistas técnicas da área, todas online, nossa interrogação era sobre se a leitura desses textos não atenderia à necessidade de educação permanente do bibliotecário. Todos disseram ser necessária a promoção de cursos para contato com as novidades e troca de experiência. Nesse sentido trazemos o depoimento do bibliotecário 6:

> A atividade de processamento técnico é importantíssima, na medida em que é responsável pela análise e descrição do material bibliográfico a ser incluído no acervo da UFBA. Visa organização, armazenamento, recuperação e disseminação da informação, portanto, deve ser realizado por profissionais treinados e competentes sob pena de não identificar as obras existentes, tornando-as indisponíveis para os usuários locais e remotos. (Bibliotecário 6).

Os resultados, ainda que parciais, apontam para uma realidade que precisa ser encarada de frente. Já desde 2007, através do estudo de Lubisco e Vieira, viu-se a necessidade de qualificar as bibliotecas do SIBI, não apenas para avaliação do MEC, mas para cumprir de maneira eficaz a sua missão, deixando de ser um prédio, uma instituição, e sim um recurso pedagógico para o ensino, a pesquisa, a extensão universitária. Instrumentos mais eficazes de pesquisa e melhores condições deverão ser perseguidos para a continuidade desse estudo.

5. Considerações parciais

O estudo foi importante pessoal e profissionalmente. Permitiu um contato mais íntimo com autores e temáticas importantes, digo essenciais. Novos padrões decorrem da evolução natural da civilização e, por outro lado, servem, como observa Silva, para tirar os bibliotecários da sua zona de conforto.

É preciso repensar sua prática para fazer mais e melhor. Os bibliotecários, como vimos nessa breve experiência, têm algo a dizer.

6. Referências

BABIUFBA NEWS. Salvador: UFBA. Departamento de Processamento Técnico, n. 1, set. 1997. 2 p.

CAMPOS, M. F. *Controlo de autoridade*: novos contextos e soluções. Disponível em: <http://purl.pt/331/docs/comunicacao/controlodeautoridade.doc> Acesso em: 12 jul. 2012.

DECLARAÇÃO de princípios internacionais de catalogação. Tradução de lídia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA Cataloguing Section, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icp-2009_pt.pdf > Acesso em: 5 jul. 2012.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; ABRAMO, Vera Lélia. *Racionalização de recursos no setor biblioteca*: documento para discussão. Salvador: UFBA, 1997. 11 f.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas (Org.). *Biblioteca universitária brasileira*: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho. Salvador: EDUFBA, 2009. 59 p.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Chistofoletti. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MEY, Eliane Serrão Alves. *Algumas questões sobre o ensino da representação descritiva, ou a catalogação na berlinda*. 2005. Disponível em: <http://www8.fgv.br/biblio-data/geral/docs/texto > Acesso em: 11 jun. 2009.

MODESTO, Fernando. O formato RDA reformata a formatação do formato bibliográfico e a reforma do catalogador não reformado. 2011. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=609> Acesso em: 5 jul. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Sistema de Bibliotecas. *Proposta preliminar de modelo para organização e gestão da rede de bibliotecas da UFBA*. Salvador: UFBA, 2002. 13 f.

Monografias *versus* recursos contínuos: firmando procedimentos

Alex da Silveira
Bibliotecário da Fundação Biblioteca Nacional. Especialista em Sistemas de Informação e Qualidade Total

Angela Salles
Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional. Especialista em Indexação da Informação. Especialista em Organização do Conhecimento para Recuperação da Informação

Virgínia Bravo Esteves
Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar diretrizes de procedimentos para o universo dos recursos contínuos, revendo os conceitos de monografia, item em várias partes, recurso integrado, publicação seriada, assim como as características dos recursos finitos e dos recursos contínuos, e da forma de publicação sucessiva ou integrada. Ele analisa como os recursos contínuos são definidos pelos órgãos normalizadores e como eles são descritos no formato bibliográfico MARC 21; descreve a natureza dos recursos contínuos e como estes diferem de monografias, principalmente no que se refere à sua catalogação; apresenta tipos de publicações normalmente tratadas como publicações seriadas, publicações que não são normalmente tratadas como publicações seriadas, e o que fazer quando o tratamento adequado não é claro; orienta a tomada de decisão quando se faz necessário priorizar o tratamento como monografia ou como publicação seriada e aborda também tipos especiais de publicações – tudo isto de modo a tornar mais transparente o tratamento dado a cada tipo de publicação.

Palavras-chave: *Recursos contínuos. Publicações seriadas. Catalogação.*

Abstract

This paper aims to present guidelines of procedures for the universe of continuing resources, reviewing the concepts of monograph, multipart item, integrating resource, serial, as well as the characteristics of finite resources and continuing resources, and the form of successive or integrating publication. It analyzes as continuing resources are defined by standard setting bodies and as they are described in MARC 21 bibliographic format. Further, this work describes the nature of continuing resources and how they differ from monographs, especially in regard to their cataloging. It displays types of publications that are usually treated as serials, publications that are not normally treated as serials, and what to do when the appropriate treatment is unclear. It provides guidance to decision making when it is necessary to prioritize the treatment as a monograph or as a serial publication. It also discusses special types of publications. For all these reasons this work intends to make more transparent the treatment given to each type of publication.

Keywords: *Continuing resources. Serial publications. Cataloging.*

1. Introdução

Em 1997 Graham e Hirons fazem a comunidade bibliotecária revisar seus termos e conceitos com o artigo "Issues related to seriality". Nele os autores buscavam maneiras de expandir o universo bibliográfico de publicações seriadas e monografias para incluir recursos que não se enquadravam perfeitamente nestas categorias. As instituições normalizadoras empreenderam uma revisão de suas regras e a harmonização de seus conceitos. Em 2002 é lançada a segunda edição revisada do Código de catalogação anglo-americano (AACR2R); a International Standard Bibliographic Description for Serials, ISBD(S) é substituída pela International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources, ISBD(CR), e o Manual do International Standard Serial Number, ISSN, também apresenta atualizações.

Mas as mudanças não pararam aí. Segundo Oliver:

> Um dos principais pontos fracos das AACR2 era a impossibilidade de estendê-la para a descrição de novos tipos de publicações. Havia deficiências lógicas fundamentais que impediam sua flexibilidade e extensibilidade. Tomando os modelos FRBR e FRAD como ponto de partida, a RDA introduz uma nova abordagem da descrição dos aspectos técnicos e de conteúdo de um recurso. [...] A estrutura da RDA não se baseia nem é moldada por um conjunto predefinido de tipos de conteúdo e de suporte. (OLIVER, 2011, p. 60).

A RDA (Resource Description and Access) é a nova norma de catalogação que, tendo o AACR2R como lastro, se baseia nos modelos conceituais dos Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) e nos Functional Requirements for Authority Data (FRAD). Tem como foco as necessidades dos usuários na busca por informação e se propõe a guiá-los na escolha por tipo de conteúdo, mídia e suporte.

Nas palavras de Fusco:

> Esta nova norma estabelece um padrão para a descrição e o acesso dos recursos informacionais, remodelado e/ou projetado para o meio digital, caracterizando-se por um conjunto compreensível de normas e instruções que dão conta de todos os tipos de conteúdos e mídias, permitindo ao usuário encontrar, identificar, selecionar e obter a informação desejada de forma mais eficiente. (FUSCO, 2011, p. 35).

Por entendermos que os recursos informacionais se ampliaram significativamente, pretendemos aqui apresentar diretrizes de procedimentos para o universo dos recursos contínuos, revendo seus conceitos e apontando as diferenças da catalogação destes recursos.

Não apresentaremos aqui nada exatamente original; consideramos este

trabalho uma primeira análise do CONSER Cataloging Manual (CCM), que nos foi apresentado recentemente e que nos deu um rumo a trilhar. Pretendemos primeiramente difundi-lo neste estudo, discutindo-o com catalogadores de recursos contínuos posteriormente e, adequando-o à RDA, consolidar as práticas para estes materiais.

Iniciaremos apresentando os conceitos para os recursos informacionais objetos de estudo.

2. Definições

Apresentamos a transcrição das definições dos termos que serão aqui abordados com a identificação das fontes.

> **Folha solta de atualização** (Updating loose-leaf) – Um recurso integrado que consiste de um ou mais volumes de base atualizados por páginas separadas que são inseridas, removidas e/ou substituídas. O AACR2R apresenta como sinônimo: Publicação em folhas soltas (Loose-leaf publication) (AACR2R, 2004).

> **Item em várias partes** (Multipart item) – Monografia completa, ou que se pretende completar, em um número finito de partes separadas. As partes separadas podem ou não ser numeradas. O AACR2R apresenta como sinônimo: Monografia em vários volumes (Multivolume monograph) (AACR2R, 2004).

> **Monografia** (Monograph) – Um recurso bibliográfico que está completo em uma parte ou se tem a intenção de completá-lo em um número finito de partes (AACR2R, 2004).

> **Publicação seriada** (Serial) – Um recurso contínuo publicado em uma sucessão de partes separadas, trazendo usualmente numeração, e não tendo sua conclusão predeterminada. São exemplos de publicações seriadas: jornais, revistas, periódicos eletrônicos, diretórios contínuos, relatórios anuais e séries monográficas (AACR2R, 2004).

> **Recurso contínuo** (Continuing resource) – Um recurso bibliográfico publicado através do tempo, sem prazo predeterminado para sua conclusão. Os recursos contínuos incluem as publicações seriadas e recursos integrados em andamento (AACR2R, 2004).

Recurso integrado (Integrated resource) – Um recurso bibliográfico atualizado através de adições ou alterações que não permanecem isoladas, e sim integradas ao todo. Os recursos integrados podem ser finitos ou contínuos. São exemplos de recursos integrados as folhas soltas de atualização e as páginas de atualização da Web (AACR2R, 2004).

Série (Series) – 1. Grupo de itens separados, relacionados entre si pelo fato de cada item trazer, além de seu próprio título principal, um título coletivo que se aplica ao grupo como um todo. Os itens individuais podem ser ou não numerados. 2. Cada grupo de dois ou mais volumes de ensaios, conferências, artigos ou outros escritos, de caráter semelhante e editados em sequência (por exemplo, Among my books, second series, de Lowell). 3. Sequência de volumes dentro de uma série ou de uma publicação seriada, apresentando numeração separada (por exemplo, Notes and queries, ser. 1, ser. 2 etc.). O AACR2R apresenta como sinônimo: **Série monográfica** (Monographic series) (AACR2R, 2004).

Serialidade (Seriality) – Uma dimensão de recursos não completados numa única edição; refere-se ao fato de que eles são publicados ao longo do tempo e, por isto, podem apresentar alteração (CCM).

Iremos agora tentar entender melhor estes termos analisando os conceitos.

3. Conceitos

Os estudos sobre serialidade, desenvolvidos por Graham e Hirons, expandiram o universo bibliográfico até então limitado à monografia e publicação seriada, e incluíram uma nova categoria: a do recurso integrado.

As mudanças fundamentais são apontadas no CONSER Cataloging Manual (CCM):

- Muitos recursos eletrônicos e alguns impressos, que antes eram catalogados como monografias, estão agora agrupados sob uma categoria chamada *recursos integrados*. Estes incluem folhas soltas, sites e bases de dados que se destinam a serem atualizados.
- Pelo fato de os recursos integrados exibirem um elevado grau de serialidade, eles estão intimamente relacionados com publicações seriadas.
- E como publicações seriadas e recursos integrados têm tanto em comum, ambos são

considerados recursos contínuos.

O CCM destaca ainda:

- A principal diferença entre monografias e recursos contínuos é o fato de as monografias serem finitas (i.e., não pretenderem continuar).
- A principal diferença entre um recurso integrado e uma publicação seriada é a forma como são publicados.

Apoiados no CCM, iremos desvendar o que caracteriza cada tipo de recurso.

3.1. Finito *versus* contínuo

Um recurso é finito quando está completo com uma única edição ou será concluído com um determinado número de peças. Inclui livros em peças únicas, gravações sonoras, relatórios, filmes e muitas outras formas de material. Também inclui itens em várias partes se publicados todos de uma vez ou durante um período.

Um recurso é contínuo quando nenhuma conclusão é predeterminada. O editor pretende que o recurso seja publicado indefinidamente, ou não há evidência no recurso de que ele não irá continuar.

Um recurso pode ser finito ou contínuo independentemente do seu modo de publicação.

3.2. Forma de publicação sucessiva ou integrada

Um recurso que não está completo com uma única edição pode ser atualizado, continuado ou completado de várias formas.

Um recurso é publicado sucessivamente quando o conteúdo recebe adições ou atualizações por meio de peças distintas. Como exemplos temos os diretórios impressos e livros em várias partes. Um relatório de uma determinada empresa, publicado e atualizado anualmente, é uma publicação seriada. Uma enciclopédia publicada em volumes é um item em várias partes.

Recursos integrados são atualizados ao longo do tempo; as atualizações, no entanto, envolvem todo o trabalho e não permanecem independentes. Atualizações de sites, assim como folhas soltas de atualização que devem ser intercaladas em um volume base (ainda que elas tenham capa, numeração e

data), não mais se mantêm distintas.

O manual do ISSN apresenta o seguinte esquema:

Esquema 1: Recursos bibliográficos.

Fonte: ISSN IC, 2009 (Tradução nossa)

O CCM alerta para a existência de muitos outros recursos cuja forma de publicação não é tão clara e apresenta orientações para guiar os catalogadores.

Mas antes vamos ver as características dos recursos contínuos que os diferenciam das monografias.

4. Como recursos contínuos diferem de monografias

Recursos contínuos, em especial as publicações seriadas e alguns recursos integrados, possuem características muito particulares.

4.1. Publicações seriadas

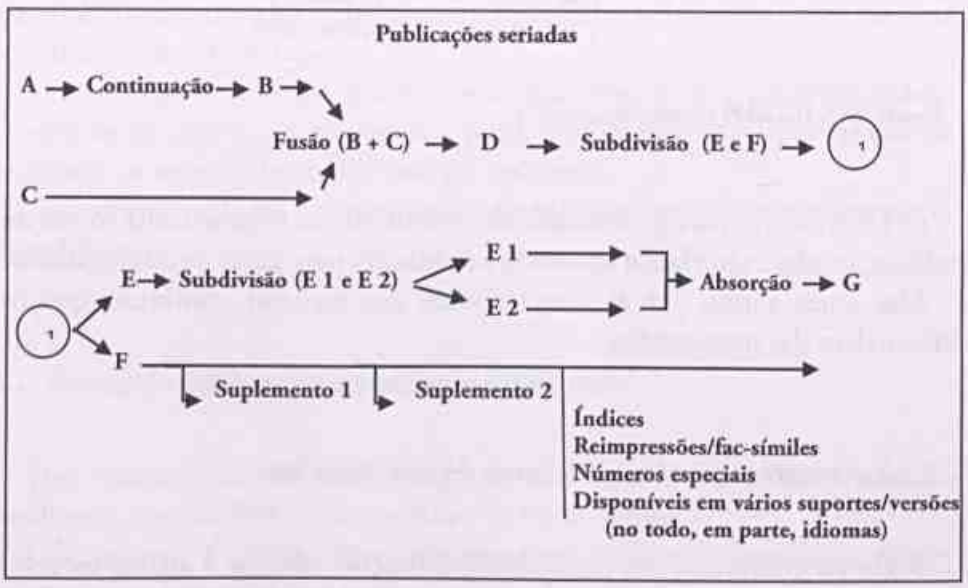
Pessoas associadas com publicações seriadas raramente são autores – em geral são editores ou compiladores, ligados a uma ou mais instituições.

Publicações seriadas nem sempre apresentam página de rosto, sendo o título apresentado na capa ou no início do texto, assim como em outros locais e de formas diferentes. Possuem designações numéricas e/ou cronológicas que distinguem cada edição.

Por serem publicadas de forma contínua, publicações seriadas podem apresentar, ao longo de sua existência, muitas mudanças. Estas mudanças podem ocorrer no título, na instituição responsável, na periodicidade, na forma da designação, no formato, entre outras. Podem ter suplementos, índices, reimpressões, números especiais. Podem estar relacionadas com outras publicações seriadas, sejam títulos anteriores ou posteriores, seções, edições em outros idiomas etc. Também podem estar relacionadas com monografias, tais como edições fac-similares com comentários.

Apresentamos um esquema para visualização de algumas destas características:

Esquema 2: Publicações seriadas.



4.2. Recursos integrados

Recursos integrados, enquanto publicação em folhas soltas, não diferem de monografias; enquanto banco de dados corrente ou website corrente, possuem diferenças significativas, as quais veremos mais para a frente.

5. Como recursos contínuos diferem de monografias quanto à catalogação

Apresentamos as principais características da catalogação de recursos contínuos.

5.1. Publicações seriadas

a. Descrição baseada no primeiro ou mais antigo número

A descrição se baseia no primeiro ou no mais antigo número disponível. Quando não se refere ao primeiro número, deve-se indicar o número no qual a descrição se baseia, quer na área da descrição física (campo 362) ou em uma nota (campo 588). Mudanças ocorridas em números posteriores, que não requerem um novo registro, são dadas em notas. Catalogações de publicações seriadas a partir de outros números que não o primeiro, no entanto, podem ser modificadas quando o primeiro número estiver disponível. Quando a publicação é encerrada, esta informação é indicada no registro (campos 362 e 260).

b. Catalogação deve representar a totalidade da publicação

Por vezes a publicação apresenta informação específica para um determinado número que, por não representar o periódico no todo, deve ser omitida. Datas ou números inseridos no título da publicação, títulos específicos (ou temas) para um determinado número que não representam a publicação no todo, devem ser descartados do título e, se conveniente, apresentados em notas.

c. Catalogação de entrada anterior ou posterior

Um novo registro é criado cada vez que o título muda (AACR2 21.2C1), assim como em outras situações. Além de suas informações pertinentes, o registro de um título possui as entradas anteriores e/ou posteriores apresentadas em campos de entradas relacionadas (campos 580 e/ou 780 e 785). Quando a publicação é encerrada, esta informação é indicada no registro (campos 362 e 260).

d. Títulos uniformes

Quando duas ou mais publicações seriadas diferentes têm o mesmo título, um título uniforme é atribuído, consistindo do título principal e um qualificador (LCRI 25.5B).

e. Campos de entradas relacionadas

Por vezes temos que montar a "árvore genealógica" de publicações seriadas para catalogá-las, pois elas podem ter pais (títulos anteriores), filhos (títulos posteriores), irmãos (outras edições, subdivisões etc.), primos (obras relacionadas) e suplementos que surgem e desaparecem (campos 580 e/ou 78X-78X). Através de campos de entradas relacionadas, podemos guiar o usuário na história da publicação e na sua pesquisa.

f. Mudanças

Alterações são muito frequentes em publicações seriadas – umas podem ser indicadas em notas, outras nem mencionadas, mas algumas podem requerer a criação de um novo registro.

Não tratraremos das mudanças neste trabalho.

5.2. Recursos integrados

Recursos integrados são descritos a partir da mais recente iteração e informações anteriores, se disponíveis, apresentadas em notas.

6. Quando priorizar o tratamento como monografia ou como publicação seriada

O CCM fornece diretrizes para minimizar as dúvidas do catalogador quanto ao tipo de publicação, mas caso não esteja claro se a publicação em questão é uma monografia ou uma publicação seriada, orienta a decidirmos por aspectos de economia e de acesso.

6.1. Economia

Se catalogada como publicação seriada e realmente se tratar deste tipo de publicação, o registro já estará de acordo. Se nada mais for recebido, caracterizando a publicação como uma monografia, o CCM recomenda que pensemos nela como uma publicação seriada encerrada e não façamos nenhuma alteração no registro.

Se catalogada como monografia e novos números forem recebidos, o registro de monografia terá que ser cancelado e a publicação recatalogada como uma publicação seriada.

Aqui discordamos da orientação do CCM quanto a catalogar como publicação seriada quando há dúvida se se trata realmente de seriada ou monográfica. Preferimos catalogá-la como monografia e, se novos números surgirem, recatalogá-la como publicação seriada. Como justificativa poderíamos dizer que o sistema de cobrança/recebimento de números não trabalharia em vão.

Por outro lado o tratamento como monografia é preferível quando cada número possui um título diferente, decorrente de mudanças constantes no título, evitando-se a criação de entradas relacionadas e sistema de cobrança/recebimento de números. Quanto a isto, também discordamos – catalogadores de publicações seriadas estão acostumados a estas mudanças.

6.2. Acesso

A catalogação de publicação seriada trata o título como um todo, não catalogando nenhum número isoladamente.

A catalogação para séries monográficas, que possuem títulos distintos, autores e assuntos diversos, se pretender dar ao usuário acesso a estes, deve tratar individualmente cada número da série monográfica como monografia. Esta parece ser a atual política da Biblioteca Nacional brasileira.

Agora iremos nos aprofundar na definição de uma publicação seriada.

7. O que é uma publicação seriada

Apresentaremos informações que possibilitem aos catalogadores identificar se uma publicação é ou não seriada.

7.1. Publicação editada em partes sucessivas

Uma publicação seriada consiste de partes ou números distintos, independentes, completos e intactos. Alguns números podem ser divididos em partes e/ou reunir-se formando um volume. Podem também ser cumulativos e substituírem números anteriores.

7.2. Publicação possui designação numérica e/ou cronológica

A publicação possui um número ou data que identifica cada edição e a distingue de outra.

7.3. Publicada indefinidamente

O editor pretende manter a publicação indefinidamente. O CCM acrescenta que uma publicação que encerrou após um ou dois números ainda é uma publicação seriada.

8. Publicações que são normalmente tratadas como publicações seriadas

Ao apresentar tipos comuns de publicações seriadas, o CCM alerta para o fato de que não devemos esquecer da definição do que é uma publicação seriada, pois a terminologia por si só não é determinante.

8.1. Periódicos

São publicações que contêm artigos, histórias ou outros escritos de vários autores. Apresentam uma capa seguida por páginas do editorial e de conteúdo, normalmente sem página de rosto. As revistas são um exemplo de periódico que pretende atingir o público em geral.

8.2. Relatórios anuais e recorrentes, relatórios de atividades

Relatórios costumam ser publicados por instituições de forma regular. Em geral possuem página de rosto e cada número é identificado pela data.

8.3. Diretórios, anuários e outras obras de referência similares

São consideradas publicações seriadas desde que atualizadas regularmente.

8.4. Boletins informativos

Publicados por instituições ou pessoas com o objetivo de divulgar notícias sobre determinados assuntos e atividades recentes.

8.5. Publicações de dados estatísticos

Quando constam de dados coletados e publicados regularmente.

8.6. Jornais

São publicações que contêm notícias sobre acontecimentos atuais de interesse especial ou geral. Normalmente apresentam-se com uma periodicidade no mínimo semanal. Possuem expediente e não capa. O CCM diz que os jornais "são catalogados de forma diferente das outras publicações seriadas". Não os catalogamos diferentemente na Biblioteca Nacional brasileira.

Publicações em formato de jornal que cobrem um assunto específico não são consideradas jornais.

8.7. Publicações jurídicas e oficiais

Incluem-se nesta categoria os relatórios judiciais e diários oficiais. Periódicos jurídicos serão abordados posteriormente.

9. Publicações que não são normalmente tratadas como publicações seriadas

9.1. Publicações que não apresentam uma designação

Publicações que não apresentam uma designação numérica e/ou cronológica não são consideradas publicações seriadas. Exceção é feita quando a intenção do editor é publicar indefinidamente, embora não tenha sido atribuída uma designação no primeiro número.

9.2. Publicações revisadas de forma irregular ou não frequentes

As edições revisadas são lançadas esporadicamente. O CCM apresenta o AACR2R como exemplo.

9.3. Monografias em vários volumes

Têm um número previsto de partes. Trata-se, portanto, de publicação finita.

9.4. Publicações de duração limitada

Estas publicações podem até ter uma designação e serem publicadas em partes sucessivas, mas geralmente não são consideradas publicações seriadas. O CCM apresenta como exemplos relatórios de projetos com prazo limitado, relatórios de comissões que também têm duração estabelecida, boletins informativos ou documentos de trabalho de um único evento.

Aqui o CCM alerta: ao tomar decisões sobre tais publicações, um pouco de bom senso é necessário. Embora tais publicações tecnicamente não sejam publicações seriadas, pode ser mais prático tratá-las como tal nos casos em que é evidente que muitos números serão publicados durante um longo período de tempo. Uma outra possibilidade é tratá-las como monografias com número de volumes em aberto.

Sobre este tipo de publicação em especial, desejamos ver qual o tratamento dado na RDA, pois acreditamos que o usuário poderá influenciar nesta escolha.

Um exemplo é a publicação "Isto é 2016". Esta publicação, suplemento da revista "Isto é", foi lançada para fazer a cobertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Serão 38 números, com periodicidade inicialmente trimestral, passando para bimestral e finalizando como mensal. Sua designação numérica reflete o objetivo da Editora Três numa contagem regressiva para o evento: o primeiro número apresenta "Ano 1, edição 38, junho/2010". Nós não acreditamos que os usuários busquem esta publicação como uma monografia e sim como um periódico.

9.5. Suplementos para monografias

Suplementos publicados entre edições revisadas de uma monografia são tratados como monografias, não como publicações seriadas (por exemplo, monografia com atualizações trimestrais entre cada edição). Se, no entanto, uma publicação começa como uma monografia e posteriormente é emitida como publicação seriada, a publicação é catalogada como uma publicação seriada (por exemplo, o primeiro número cobre os anos 1937-1956, e volumes anuais são lançados a cada ano subsequente).

10. Quando o tratamento adequado não é claro

O CCM nos guia para a solução do impasse que ocorre muitas vezes em nossas bibliotecas quando o padrão de publicação é desconhecido ou incerto.

10.1. Pesquise em bases de dados (monográficas e de seriados)

Se o título for encontrado numa base de dados confiável e tiver sido considerado uma publicação seriada, trate-o como tal.

Se um registro de publicação seriada for encontrado para o que parece ser um título anterior ou posterior, trate-o como tal.

Se um registro de monografia for encontrado para o mesmo número e não existir indicação de outros números, trate-o como monografia.

Se registros de monografias forem encontrados para vários números, considere tratar como publicação seriada se os registros indicarem um padrão de publicação (por exemplo, anual).

10.2. Examine mais a peça

Verifique se existem informações para assinatura. Procure informações no site da editora ou empresa. Examine a introdução, prefácio ou carta de envio. Frases como "Este é o nosso primeiro relatório ..." ou "Nos próximos números ..." são uma boa indicação da continuidade da publicação. Se a publicação é de um órgão do governo, investigue se a publicação do relatório é obrigatória por lei ou regulamento.

10.3. Considere o conteúdo e a natureza da publicação

A publicação contém o tipo de informação suscetível de ser publicada de uma forma contínua. Estatísticas, diretórios, relatórios de atividades ou de pesquisa são tipos de informações que podem ser publicadas regularmente. Se o tema parece ser finito, com uma duração limitada, ou muito específica, o melhor é tratar como monografia.

10.4. Quando ainda restam dúvidas

O CCM endossa a recomendação LCRI 12.0A, que trata como uma publicação seriada.

Mantemos nossa posição apresentada em "6. Quando priorizar o tratamento como monografia ou como publicação seriada", em que discordamos de ambos e preferimos o tratamento como monografia.

11. Tipos especiais de publicações

Publicações de eventos, séries e publicações em folhas soltas são objeto de considerações especiais. O CCM alerta que a prática de cada instituição pode ser diferente da aqui apresentada e indica as LCRI para vermos as orientações da Library of Congress.

11.1. Publicações de eventos

Seguindo as orientações da LCRI, apresentamos:

- Publicações de eventos que têm mais probabilidade de serem catalogadas como publicações seriadas são as reuniões de sociedades etc., porque os elementos descritivos tendem a permanecer os mesmos em cada edição. Essas publicações têm também menos probabilidade de conter títulos temáticos.
- Publicações de eventos que têm mais probabilidade de serem catalogadas como monografias são eventos sobre um tema, porque os elementos descritivos são mais suscetíveis de variação. Essas publicações, muitas vezes, têm títulos temáticos.

- Quando a primeira edição de uma publicação de eventos é recebida na LC, é mais provável ser tratada como monografia.

11.2. Séries

Séries numeradas são publicações seriadas; séries não numeradas não são publicações seriadas porque lhes falta uma designação. Quando se define uma série numerada como publicação seriada, significa que a série – a própria série – pode ser catalogada como publicação seriada. A decisão de catalogar no nível de série ou de catalogar cada título da série separadamente é uma questão de política institucional. Na Biblioteca Nacional brasileira, tratamos cada título da série como monografia, com o objetivo de dar tratamento e acesso individualizado.

11.3. Periódicos publicados com títulos distintos

É feita uma diferenciação entre as publicações em série e periódicos publicados com títulos distintos. As diferenças são:

- Periódicos costumam ter volume e números; séries são mais propensas a ter apenas números.
- Periódicos têm uma periodicidade regular; séries são geralmente publicadas irregularmente.
- Periódicos podem ser adquiridos por assinatura; séries também podem, mas não é comum.

Quando a obra é para ser tratada como periódico, uma nota, como "Cada número possui título próprio (título distinto)" ou "Alguns números possuem título próprio (título distinto)", é acrescentada no campo 500. Entradas adicionais para os títulos individuais não são dadas.

Acreditamos que, com este procedimento – diverso do indicado no MARC (campo 246, indicador 2=2) –, deixamos de dar tratamento e acesso, mas isto será objeto de estudo futuro.

11.4 Publicações em folhas soltas

A maioria das publicações em folhas soltas não é catalogada como publicação seriada, mesmo que as atualizações possam ser publicadas de forma regular e tenham uma designação numérica ou cronológica, porque as atualizações não permanecem intactas, mas são intercaladas no volume base. Esta política se aplica também às publicações em folhas soltas com atualizações que permanecem intactas, como boletins de desenvolvimentos recentes sobre um tema. O resultado é um volume que é continuamente atualizado, em oposição a uma sucessão de volumes originais. A maioria das folhas soltas, portanto, não cumpre o primeiro critério para uma publicação seriada, isto é, que seja publicada em partes sucessivas.

Algumas publicações em formato de folhas soltas, no entanto, podem ser tratadas como publicações seriadas. A determinação baseia-se no padrão de publicação do volume base, não no padrão de publicação das atualizações. Se o volume base é revisto e substituído de forma irregular, ela é tratada como monografia. Se o volume base é publicado de forma regular, tal como um volume anual com uma atualização semestral, a publicação pode ser tratada como publicação seriada.

12. Banco de dados corrente e website corrente

Estes são tipos de recursos integrados atualizados ao longo do tempo. As atualizações envolvem todo o trabalho e são inseridas na "publicação"; a "nova" versão substituindo a "anterior". A catalogação é baseada na última versão. Como Parent destaca:

> para os recursos integrados, os conceitos de "primeiro" e "número" não se aplicam, pois mesmo a fonte (o original) que contém o título poderia desaparecer ou ser substituída a cada atualização. [...] a única abordagem pragmática para os recursos integrados seria basear a descrição na última versão. (PARENT, 2003, p. 8).

13. Quando mudar o tratamento de monografia para publicação seriada e vice-versa

Não é raro uma publicação monográfica se transformar em publicação seriada; já uma publicação seriada se transformar em monografia, sim.

Como exemplo apresentamos a publicação "Filosofia e história da biologia", editada pela ABFHiB, que, a partir do terceiro volume, passa de monografia a periódico por decisão da editora.

13.1. Monografia para publicação seriada

Algumas situações para as quais a mudança de tratamento é indicada:

- Quando uma designação não é apresentada no número um, somente em números posteriores.
- Quando há evidência clara de que a publicação está sendo publicada regularmente.
- Quando a publicação muda de título e um título anterior ou posterior foi tratado como publicação seriada.

13.2. Publicação seriada para monografia

Publicações seriadas não costumam ser recatalogadas como monografias. Isto pode ocorrer quando o título da publicação muda a cada edição, e não se caracteriza como publicação seriada.

14. Recursos contínuos no MARC 21

No MARC 21 Format for Bibliographic Data, a nova categoria "recursos integrados" foi definida no campo Líder/Nível bibliográfico (Líder/07) com o código "i". O campo 008 para recursos contínuos (anteriormente "publicações seriadas") é agora usado para publicações seriadas e para recursos integrados, e vem recebendo novas denominações e códigos para acomodar os novos conceitos e materiais (posições já modificadas: 008/18, 008/21, 008/22, 008/23 e 008/34).

15. Considerações finais

Apoiados no AACR2R, nas LCRI e, principalmente, no CCM, apresen-

tamos este universo dos recursos contínuos. Focamos nas diferenças que publicações seriadas apresentam em relação a monografias, pois este parece ser o "nó" dos catalogadores. Quando nos deparamos com o CCM e com as LCRI, vislumbramos a possibilidade de acelerar o processamento deste tipo de material ao ter instruções precisas para definir o tratamento adequado. Há muito ainda a descortinar, mas já temos o ponto de partida para a elaboração de um manual para catalogadores de recursos contínuos brasileiros. Convocamos os catalogadores de recursos contínuos a se juntarem a nós nesta tarefa.

16. Referências

CARELLI, Ana Esmeralda; GIANNASI-KAIMEN, Maria Júlia. Os periódicos científicos no compartilhamento da informação e do conhecimento: aspectos extrínsecos dos periódicos eletrônicos QUALIS A da área de Ciência da Informação. *Encontros bibli*, Florianópolis, v. 14, n. 27, 2009. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/31598_4085.PDF>. Acesso em: jul. 2012.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado, 2004.

CONSER Cataloging Manual. Disponível em:<http://www.itsmarc.com/crs/crs.htm>. Acesso em: abr. 2012.

FUSCO, E. *Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional Requirements for Bibliographic Records*: final report. München: Saur, 1998. (UBCIM publications; N.S., Vol. 19). Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/frbr/frbr.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

ISSN International Center. *ISSN manual. Cataloguing part*. Paris: ISSN IC, 2009. Disponível em: <http://www.issn.org/files/issn/Documentation/Manuels/ISSN-MANUAL_JAN09.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. *MARC 21 Format for Bibliographic Data*. 1999 ed., Update no. 1 (October 2001) through Update no. 14 (April 2012). Full version. Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/>. Acesso em: jul. 2012.

____. Cataloging Policy and Support Office. *Library of Congress Rule Interpretations for AACR2*. Rev. 2002. Disponível em: <http://www.itsmarc.com/crs/crs.htm>. Acesso em: abr. 2012.

MARC 21 para recursos contínuos. Tradução e adaptação de MARC 21 Format for Bibliographic Data e MARC 21 Format for Holdings Data, da Network Development and MARC Standards Office, da Library of Congress, USA, por Angela Salles. - Rio de Janeiro, 2010. 2 v. V. 1 atualizado até out. 2010. Disponível em: <http://eprints.rclis.org>.

MARQUES, Mariana Ribeiro. Anglo american catalogue rules 2 (AACR2): atualizações do código em 2005. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia. Orientador: Profª. BS Maria Tereza Reis Mendes. Rio de Janeiro, 2005.

MENEZES, Estera Muszkat; COUZINET, Viviane. O interesse das revistas brasileiras e francesas de biblioteconomia e ciências da informação pela revista eletrônica no período de 1990-1999. *Ciência da informação*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 278-285, set./dez. 1999.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

OLIVEIRA, Anabela Nunes; FERREIRA, Maria Fernanda Casaca. A Rede ISSN face às publicações electrónicas: a harmonização com as ISBD(CR). In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, 2004, Estoril. *Anais*. Disponível em: <http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso8.htm>. Acesso em: abr. 2012.

OLIVER, C. *Introdução à RDA*: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

PARENT, Ingrid. From ISBD(S) to ISBD(CR): a voyage of discovery and alignment. *The Serials Librarian*, New York, vol. 43, n. 4, © 2003. Disponível em: <http://www.nl.go.kr/icc/paper/19.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

____. *Das ISBD(S) à ISBD(CR)*: uma viagem de descoberta e alinhamento. Trad. por Lídia Alvarenga e Renato Rocha Souza. 2003. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/BackGrPap8_IngridParent_Port.pdf>. Acesso em: abr. 2012.

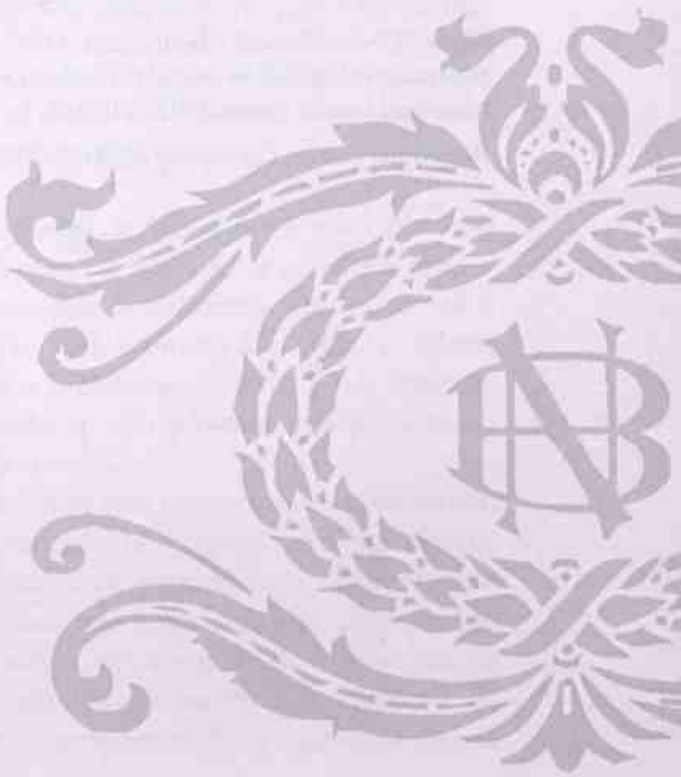
PEDRAZA GRACIA, M. J. Catalogación de publicaciones seriadas. In: *Catalogación de documentos*: teoría y práctica. 2. ed. rev. Madrid: Editorial Síntesis, 2001. p. 270-273.

RDA Toolkit. Chicago: American Library Association; Ottawa: Canadian Library Association; London: Chartered Institute of Library and Information Professionals, 2010-. Disponível em: <http://access.rdatoolkit.org>. Acesso em: jul./ago. 2010.

REVISING AACR2 to accommodate seriality: report to the Joint Steering Committee on the Revision of AACR. Prepared by Jean Hirons, with the assistance of Regina Reynolds and Judy Kuhagen and the CONSER AACR Review Task Force. April 1999. Disponível em: <http://www.rda-jsc.org/docs/ser-rep.pdf>. Acesso em: abr.

Catalogação de histórias em quadrinhos: uma metodologia de trabalho

Hugo Leonardo Abud
Bibliotecário coordenador, Gibiteca Henfil, Centro Cultural São Paulo, SP



Resumo

A cidade de São Paulo tem um Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) que coordena a normalização do processo de catalogação do acervo de toda a rede de bibliotecas municipais. Neste sistema as histórias em quadrinhos dispõem de uma metodologia de catalogação especial, cuja metodologia, descrita no *Manual de catalogação de histórias em quadrinhos*, baseia-se na que foi utilizada pela Gibiteca Henfil e está em constante processo de adaptação devido à variedade do mercado editorial nacional e internacional. Essa metodologia adota as mesmas ferramentas empregadas em outras bibliotecas brasileiras, tais como AACR2, Tabela Cutter-Sanborn Three Figure, Library of Congress Subject Headings (LCSH), formato MARC 21, Classificação Decimal de Dewey (CDD 21. ed.) e as tabelas complementares de classificação adaptadas pela Divisão de Desenvolvimento de Coleção e Tratamento da Informação do Sistema Municipal de Bibliotecas (DDCTI/SMB) para os gêneros ficcionais de histórias em quadrinhos.

Palavras-chave: *Histórias em quadrinhos. Normas de catalogação. Bibliotecas públicas.*

Abstract

The city of Sao Paulo has a Municipal Library System which coordinates the collections cataloguing process standardization of the entire Municipal libraries network. Comic books count on a special cataloguing methodology. This methodology, described in the *Manual of Comic Books Cataloguing*, is based on a previous one used by Gibiteca Henfil, and is in constant process of adaptation due to the variety of the national and international publishing market. It adopts the same tools used in other Brazilian libraries, such as AACR2, Cutter-Sanborn Table Three Figure, Library of Congress Subject Headings (LCSH), MARC 21 format, Dewey Decimal Classification (DDC 21. ed.) and the supplementary classification tables adapted by the Division of Collection Development and Information Processing of the Municipal Library System (DDCTI/SMB) for the fictional genres of comics.

Keywords: *Comics. Cataloguing standards. Public libraries.*

1. Bibliotecas públicas e o Sistema Municipal de Bibliotecas

O conceito de biblioteca pública vem passando hoje por transformações significativas que tornam fundamental o papel agregador e de interação cultural dessa instituição no espaço urbano. Não sendo mais vista como um grande depósito de livros (coleções), mas sim como um organismo ativo em seu papel cultural na sociedade, a biblioteca pública, segundo sua própria designação, é uma entidade que por sua natureza deve prestar serviços ao cidadão. Ela deve ser responsável pela formação de leitores críticos, baseando-se na igualdade de acesso à informação, oferecendo para tanto todos os gêneros de obras que sejam do interesse de seus consulentes. Deve também ser um lugar agradável, que permita a convivência entre as pessoas e onde elas possam se encontrar, ler, pesquisar, conversar e participar dos eventos promovidos e organizados nesse espaço.

O professor Waldomiro Vergueiro (1989) nos alertava para as transformações pelas quais a biblioteca pública estava passando e para a sua clientela, que, diferentemente da encontrada em bibliotecas universitárias, escolares ou especializadas, é muito mais dinâmica e diversificada quanto a interesses e gostos:

> As necessidades informacionais da comunidade servida pela biblioteca pública variam quase que na mesma proporção em que variam os grupos, organizados ou não, presentes na mesma. O trabalho de análise da comunidade parece ser, assim, aquele que maior ênfase deve receber por parte do bibliotecário, não se descartando, porém, exatamente em virtude das flutuações detectadas pelos estudos de comunidade. (VERGUEIRO, 1989).

Para Teixeira Coelho (2004) o conceito de biblioteca é mais próximo daquele de um centro cultural, um espaço em que não se privilegia mais o livro como objeto de uma coleção, mas dele se faz apenas um instrumento de cultura, ao lado de outros materiais, como discos, CD-ROMs, vídeos, obras de arte etc. O conceito de que a biblioteca moderna é um lugar de preservação de coleções foi ultrapassado; a vida pós-moderna privilegia o lugar da informação, da discussão e da criação.

A biblioteca não deve apenas se limitar às suas funções clássicas de reunir, organizar, conservar e disponibilizar o material bibliográfico, mas sim inserir-se no eixo cultural da cidade, comunicando e difundindo o conhecimento e a cultura, estabelecendo vínculos sociais com a comunidade, promovendo serviços para que todas as pessoas possam se apropriar do conhecimento registrado e do seu espaço. Esses serviços favorecem a construção da cidadania, comprometidos com a transformação social na concepção de um

centro cultural e de uma biblioteca inserida neste espaço. Têm-se as mais diversas atividades de interesse da sociedade, dentre elas teatro, música, dança, palestras, seminários, cursos, oficinas, grupo de discussão, roda de leitura, saraus literários, contações de histórias etc.

A biblioteca não pode se isolar em si mesma; cabe a ela utilizar os mais variados recursos de infraestrutura e de tecnologia, incluir-se em projetos culturais, interagir com outras instituições nacionais e internacionais, potencializando seus recursos através de consórcios, redes e parcerias, inclusive com instituições privadas, cooperativas etc. Para tanto é fundamental que os bibliotecários que nela atuam sejam envolvidos nesta nova forma de enxergar as grandes bibliotecas.

A partir destes pressupostos de biblioteca pública foi criado pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), por meio de sua Secretaria Municipal de Cultura (SMC), o Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB), instituído através do decreto 46.434 de 6 de outubro de 2005,[1] que tem, dentre suas atribuições, a de integrar todas as bibliotecas públicas que são administradas pela Prefeitura do Município de São Paulo. Atualmente são 107 bibliotecas: 45 bibliotecas híbridas (públicas/escolares), que estão nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), 54 bibliotecas públicas (BPs), localizadas nos mais diferentes bairros, duas centrais infantojuvenis (Monteiro Lobato e Mário de Andrade), 5 bibliotecas do Centro Cultural São Paulo e Centro Cultural da Juventude e uma biblioteca do Arquivo Histórico Municipal. Estas bibliotecas juntas recebem mais de 4 milhões de consultas por ano.[2]

A Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB) tem uma divisão responsável pelo desenvolvimento de coleções e tratamento da informação (DDCTI) que compreende a normalização da catalogação de toda esta rede de bibliotecas. Para tanto esta normalização abrange a representação de todos os títulos e exemplares de livros que estão inseridos no catálogo eletrônico, bem como diferentes tipos de materiais, tais como: partituras, CDs, materiais impressos, gravações sonoras e tridimensionais, em diferentes suportes e formatos.

As publicações de histórias em quadrinhos (HQs) catalogadas pelo SMB até o momento, são publicações, em sua maioria, com histórias fechadas, chamadas monográficas ou álbuns de HQs – as publicações seriadas e periódicas de HQs ainda não estão inseridas. Esses materiais podem ser divididos em partes ou em volumes. Comumente não possuem um padrão editorial como os livros – folha de rosto, ficha catalográfica, capa, lombada, orelhas –, o que confunde e dificulta o trabalho dos bibliotecários no processo de catalogação.

A partir das necessidades deste grupo de catalogadores, devido a esta "não padronização" do mercado editorial de histórias em quadrinhos e às

necessidades específicas dos usuários na organização destes materiais nas estantes, foi desenvolvida uma metodologia de catalogação que a rede de bibliotecas vem utilizando para esses materiais. Esta metodologia, exposta no *Manual de catalogação de histórias em quadrinhos*, foi baseada em outra anteriormente utilizada pela Gibiteca Henfil. Esta gibiteca, criada em 1991 como um projeto especial da Secretaria de Cultura, compreende atualmente o maior acervo de histórias em quadrinhos da América Latina, reunindo artistas, fãs e colecionadores de HQs.

O *Manual de catalogação de histórias em quadrinhos* adota as mesmas ferramentas utilizadas em outras bibliotecas brasileiras, tais como AACR2, Tabela Cutter-Sanborn Three Figure, Library of Congress Subject Headings (LCSH), formato MARC 21 e Classificação Decimal de Dewey (CDD 21. ed.), porém utilizam-se as tabelas complementares de classificação adaptadas pela DDCTI para os gêneros ficcionais de histórias em quadrinhos.

2. Histórias em quadrinhos

Will Eisner (2001), em sua obra *Quadrinhos e arte sequencial*, mostra o rápido avanço das tecnologias gráficas promotoras de uma era dependente da comunicação visual e ressalta a importância das histórias em quadrinhos na sociedade atual. Waldomiro Vergueiro (2005) caracteriza as HQs, juntamente com o cinema, como meios de comunicação de massa importantes, de grande penetração, e destaca o grande volume de publicações em revistas e tiras de jornais diários.

No final da década de 1980, as HQs já eram consideradas, em parte, produtos de arte e fenômenos editoriais, possibilitando a criação de acervos especializados em locais apropriados para armazenamento e empréstimos chamados de "bibliotecas de gibis" ou "gibitecas". Estes locais buscavam também ser polos de discussão e leitura, tornando-se áreas efervescentes de encontros de aficionados e de atividades culturais.

As barreiras contra as histórias em quadrinhos estão sempre em discussão. Há 20 anos, Uliana e Vergueiro (1990) afirmaram que pesquisas na área de quadrinhos apontavam para certos preconceitos ainda presentes de pais e educadores em relação à leitura de quadrinhos, detectados, porém, em um grupo cada vez menor. Atualmente estes "tabus" estão, cada vez mais, caindo, devido ao crescente uso dos quadrinhos em sala de aula e no aprendizado da leitura e da escrita (RAMA & VERGUEIRO, 2010); (RAMOS & VERGUEIRO, 2009).

O termo gibiteca, segundo Vergueiro (2003), é "um neologismo que buscava nomear uma biblioteca especialmente dedicada à coleta, armazenamento e disseminação de histórias em quadrinhos". O autor ressalta ainda que às histórias em quadrinhos presentes em bibliotecas públicas "era costume dar-se o mínimo tratamento técnico possível, contentando-se a maioria dos profissionais em colocar as revistas em cestas ou espalhá-las por cima de mesas, para deleite dos pequenos leitores". O preconceito contra esses materiais era extremamente visível e preocupante nas bibliotecas. Felizmente, a situação mudou radicalmente de vinte anos para cá (VERGUEIRO, 2003).

Com o tempo, a pressão de leitores pela aquisição desses materiais foi cada vez maior pelo país, e muitos profissionais dedicaram espaços em bibliotecas exclusivos para as histórias em quadrinhos. "Na maioria das vezes, tratou-se de iniciativas isoladas de profissionais que encaravam os quadrinhos de uma maneira diferente da de seus colegas." (VERGUEIRO, 2003).

O conceito de preservação não se limita somente ao escrito ou à arte. Preservar está atrelado ao que é um bem patrimonial para a sociedade ou àquilo que é reflexo da memória e da identidade de uma comunidade. Para Teixeira Coelho (2004), a preservação é um conjunto de medidas que visa resguardar em locais públicos a produção cultural e técnica.

Para Vergueiro (2003) e Azevedo (1994), a importância da Gibiteca Henfil, além da completude de seu acervo, está no sentido de ser ela "a primeira gibiteca brasileira a surgir dentro de um serviço de biblioteca pública, a partir de iniciativa da própria administração municipal". A Gibiteca Henfil também "é responsável por um dos maiores índices de frequência das bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, e também por se colocar como um grande centro de eventos".

3. Gibiteca Henfil

A Gibiteca Municipal Henfil foi idealizada por uma equipe de profissionais e especialistas com o objetivo de ser um local de encontro de pesquisadores, quadrinistas, estudantes, fanzineiros[3] e leitores de HQs.

> Antes havia um preconceito em relação aos gibis. Eram considerados por pais e professores como uma subliteratura, e prejudicial ao desenvolvimento da criança, pois ela ficava preguiçosa para ler livros. Mas pesquisas recentes de especialistas no assunto comprovam que, em vez de inibir o gosto pela leitura, eles estimulam essa prática e a criatividade, pois se dá por prazer e não por obrigação. (AZEVEDO, 1994 *apud* CASELLA, 1994).

> Batman, Super-Homem, Pato Donald e a imensa legião de heróis dos quadrinhos vão ganhar em agosto [sic] sua sede oficial. São Paulo terá a primeira biblioteca de histórias em quadrinhos do país, na Vila Mariana. O projeto será executado pelo escritor Álvaro de Moya, professor da USP. Depois da implantação dessa biblioteca, as outras existentes na cidade também terão um setor para histórias em quadrinhos. A nova biblioteca só de gibis já ganhou um nome – gibiteca –, e como a onda dos gibis cresceu muito na cidade, não é difícil prever que ela vai ficar cheia de aficionados. (VEJA EM SÃO PAULO, 1990).

Nesta breve citação da revista Veja em São Paulo podemos verificar a importância da composição de um acervo de histórias em quadrinhos, ainda em idealização, e que se tornaria uma referência para a cidade de São Paulo. De fato, foi, na época, um marco cultural para a cidade e para o Brasil. No ano de 1990, à frente da prefeitura da cidade de São Paulo estava a prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT). As bibliotecas da cidade de São Paulo eram atreladas à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) na gestão da secretária de cultura Marilena Chauí, que na época contratou diversos especialistas para a aquisição de 5 milhões de dólares em livros, pois as bibliotecas municipais estavam muito defasadas em número e atualização dos acervos (CHAUÍ, 2006). As bibliotecas se dividiam em dois grandes departamentos: de bibliotecas públicas (BP) e de bibliotecas infantojuvenis (BIJ). A Biblioteca Infantojuvenil Viriato Correa (BIJ Viriato Correa), pelas suas características de público, abrigava um acervo considerável de histórias em quadrinhos. O público era, predominantemente, de jovens e crianças interessados em literatura infantojuvenil. Com base neste acervo e nas atividades voltadas ao incentivo à leitura, foi-se constituindo um espaço que abrigasse os materiais de histórias em quadrinhos, porém, com o passar do tempo, o acervo de HQs foi crescendo cada vez mais, ocupando praticamente todo o piso térreo da BIJ Viriato Correa.

3.1. Constituição da comissão de implantação da gibiteca

Seguindo a proposta de aquisição de livros da secretária Marilena Chauí, em junho de 1990, o professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) Álvaro de Moya encaminhou um projeto à SMC intitulado Gibizada na Biblioteca Viriato Correa. O professor Álvaro de Moya foi então contratado para assessorar a composição e execução deste projeto bem como para realizar um treinamento com os profissionais, prevendo assim a formação de uma comissão de implantação da gibiteca. Esta comissão foi oficializada através da portaria n. 1.074/90 em 25 de outubro de 1990[4] e

foi composta por seis funcionários da SMC. São eles: Maria Luiza Barros Gomes de Matos (chefe da BIJ Viriato Correa), Silvana Mattiazzo Casella (bibliotecária da BP Planejamento), Irma Cleide Grillo (bibliotecária da BIJ Viriato Correa), Guaraciaba Aparecida de Almeida Rodrigues (bibliotecária da BP Planejamento), Laurivaldo Klink Júnior (bibliotecário do Centro Cultural São Paulo), Og Gil Gregório da Silva (assistente técnico da BIJ Viriato Correa), Odete Piccolo (bibliotecária da BIJ Viriato Correa), Dario Chaves (oficial de administração geral). Havia também dois especialistas na área de histórias em quadrinhos, ambos professores da ECA/USP: o professor e jornalista Álvaro de Moya (autor do projeto Gibizada...) e Waldomiro de Castro Santos Vergueiro. Esta comissão tinha as seguintes atribuições: planejar e executar a implantação da gibiteca; proceder a estudos de adequação de espaço e de viabilização de infraestrutura; elaborar a programação de eventos e atividades; estabelecer a administração e o funcionamento da gibiteca; e por último avaliar o desenvolvimento dos trabalhos.

3.2. Objetivos e inauguração da gibiteca

> Em princípio, o principal objetivo da gibiteca foi o de divulgar o HQ, colocando à disposição do público o que de melhor existe a respeito do gênero. Ao longo dos anos, no entanto, linguagens como desenho animado, RPG e ficção científica foram incorporando-se à gibiteca. Aos poucos ela se transformou num verdadeiro ponto de encontro, onde as pessoas reúnem-se para trocar informações e experiências. (JORNAL DA VILA MARIANA, 1996).

No projeto original do professor Moya, o termo utilizado por ele era "irradiação" das HQs no país. Em suma, na proposta, a ideia era divulgar e "contagiar" a criatividade das outras bibliotecas.

A gibiteca tinha por propósito servir à pesquisa, formação, preservação e atualização do acervo, coleta de documentação para formação de base de dados, além de disseminar informação sobre quadrinhos e desenvolver um acervo especializado para pesquisadores. Para o bom desenvolvimento e organização do acervo, obrigatoriamente seria necessário coletar, selecionar, processar tecnicamente e armazenar de modo adequado todo este acervo, atendendo às normas nacionais e internacionais.

O foco fundamental era promover a leitura e preservar o quadrinho nacional. Para isso era necessário programar sistematicamente atividades e eventos na área de HQ e afins, tais como animação japonesa, ficção científica e

role playing game (RPG), constituindo um centro de convivência e de referência para fãs e profissionais. Um dos objetivos da gibiteca era disponibilizar o acervo ao público em geral e aos especialistas e fãs de HQ no Brasil e no exterior bem como oferecer à população acesso aos quadrinhos, incluindo os caros e sofisticados.

O nome Gibiteca Municipal Henfil é uma homenagem ao cartunista, jornalista e escritor Henrique de Souza Filho, popularmente conhecido como Henfil. "Foi Marilena [Chauí] também quem escolheu o nome da Gibiteca Henfil – em homenagem ao famoso cartunista." (GARCIA, 1996).

Após a determinação dos objetivos e principalmente as decisões que definiram a dinâmica de trabalho e apontaram a sua viabilidade técnica pela Comissão de Implantação, a Gibiteca foi inaugurada no dia 3 de maio de 1991. Com uma semana de festividades e eventos importantes, contou com nomes como: Héctor Gómez Alisio, Guilherme de Almeida Prado, Marcatti, Angeli, Glauco Mattoso, Ely Barbosa, Maurício de Sousa, Jal, Franco de Rosa, Rodolpho Zalla e outros.

Na época de sua criação, a Gibiteca Henfil era a 5ª biblioteca deste gênero no Brasil e a primeira em São Paulo com sistema de consulta e empréstimo. Havia uma necessidade muito grande em São Paulo de um espaço público que reunisse as histórias em quadrinhos. O que se tinha até então em nossa cidade eram alguns acervos particulares de HQs. A gibiteca foi inaugurada com apenas três mil exemplares e o sucesso foi tão grande que, oito anos depois, em 1998, possuía mais de 75 mil exemplares entre revistas de HQ, livros de pesquisa, álbuns e fanzines, a maior parte doada por colecionadores e amigos da gibiteca.

4. Catalogação de histórias em quadrinhos

As histórias em quadrinhos, de modo geral, podem se apresentar em cinco formatos a serem identificados pelo bibliotecário catalogador, sendo eles: álbuns (objeto de pesquisa desta metodologia), revistas de linha, revistas encadernadas, minisséries, fanzines.

As revistas de linha, ou gibis, termo popular no Brasil, são as tradicionais revistas que se encontram em bancas de jornal. São publicações seriadas, porém nem sempre possuem ISSN e comumente são de um personagem fixo de um licenciador ou não (Mônica, Tio Patinhas, Tex, Wolverine, Batman, Homem-aranha) ou de um grupo de personagens separados pelos seus licenciadores, por exemplo, Marvel (X-Men, Wolverine, Capitão América, Vingadores etc.), DC (Batman, Superman, Lanterna Verde).

As minisséries são semelhantes às revistas de linha, cada exemplar costuma possuir até cinquenta páginas, porém são publicações em fascículos com uma história fechada, portanto, o final da história está na última revista. Armazenam-se na gibiteca geralmente em sacos plásticos com a finalidade de evitar a separação das obras.

Os fanzines, popularmente chamados de zines, são revistas editadas pelos próprios autores e confeccionadas de modo artesanal. Atualmente alguns fanzines são tão bem elaborados, com projetos gráficos e papéis de boa qualidade, que chegam a confundir o bibliotecário responsável durante o processo de identificação. É um dos veículos mais acessíveis de expressão da arte de se fazer histórias em quadrinhos e o formato com que vários cartunistas importantes – como Laerte, Angeli, Glauco, Paulo Caruso, dentre outros – iniciaram suas carreiras.

As revistas encadernadas ou TPB's (Trade Paperback) são publicações agrupadas em uma história fechada, não adotam um formato de luxo e se caracterizam por formarem uma publicação única. Em geral foram publicadas originalmente como minisséries ou revistas seriadas, que, por necessidades editoriais e de consumo, foram agrupadas. São mais frágeis e impressas em papel-jornal, porém boa parte delas contém ISBN, o que as confunde com os álbuns de HQ. Para esses materiais também se aplica a metodologia de catalogação proposta, porém deve-se ter um maior cuidado no seu armazenamento e manuseio devido à pouca durabilidade do suporte.

Os álbuns são materiais que possuem um acabamento editorial e gráfico melhor, não sendo impressos em papel-jornal como os outros formatos. Em geral são publicações inéditas de um único autor ou de vários autores. A característica do formato europeu de histórias em quadrinhos (banda desenhada em Portugal), em sua maioria, é ser mais autoral e se constituir de obras com um bom acabamento editorial, como, por exemplo, Tintim e Asterix. É considerado álbum também a compilação de tiras de determinado autor que foram publicadas anteriormente em jornais ou revistas. Segundo Santos (2009), no início da década de 1960 na Europa as editoras começaram a publicar e difundir em livrarias os álbuns de quadrinhos, que eram obras confeccionadas com capa dura, lombada e papel de qualidade e, ao contrário dos *comics* americanos, poderiam ser armazenadas em estantes. Semelhantes a esses formatos de HQs europeus, *graphic novels*, termo cunhado por Will Eisner na década de 1970, começaram a ser mais difundidas nos EUA. As *graphic novels*, ou romances gráficos, até hoje levantam discussões acerca de seu formato e conteúdo, porém estas questões não serão discutidas aqui.

O mercado editorial de HQs, do ponto de vista comercial, sempre foi instável. Muitas editoras surgiram com intuito de aproveitar este mercado lucrativo. Muitas publicações de HQs não seguem padrões editoriais. A imagem

é amplamente explorada ao longo da obra, desde a capa, contracapa e orelhas, muitas vezes suprimindo elementos editoriais usuais, o que gera confusão no processo de catalogação. A partir das necessidades e principalmente das dificuldades encontradas pelos bibliotecários catalogadores em registrar estes formatos é que foi desenvolvida essa metodologia de catalogação para histórias em quadrinhos, com intuito de padronizar e normalizar principalmente a classificação e a indexação dos materiais.

Esta metodologia se divide em três partes: autoridade, classificação e catalogação.

4.1. Autoridade

Em autoridade utilizam-se como fonte de pesquisa, de preferência nesta ordem, a Biblioteca Nacional (BN), a Library of Congress (LC), a British Library (Inglaterra), a Bibliothèque de France e a Porbase (Portugal). Caso nenhuma destas fontes seja esclarecedora ou sejam necessários complementos, devem-se utilizar os sites especializados em HQs na Internet, tais como o Guia dos Quadrinhos,[5] o site de notícias Omelete[6] e a Coleção Lambiek[7] (Amsterdã, Europa), que se constituem em fontes de pesquisa de autores tanto estrangeiros como nacionais.

Veja um exemplo abaixo:

100|0# $a-Caeto $d-1979-
400|1# $a-Melo dos Santos, Caetano
400|1# $a-Santos, Caetano Melo dos
670|## $a-Bras. (SP); Cart., des., pintor, comp. e vocal. da banda de rock Samba Concorrência, editou os fanzines Soc. Radioativa e Glamour popular. LC OL (+) 2011 (data) BN OL (+) 2011 (data, profis.) www. companhiadasletras.com.br (+) 2011 (profis.) Memória de elefante (+)

4.2. Classificação e indexação

> No âmbito da biblioteconomia o que se percebe é uma quase ausência à histórias em quadrinhos na literatura técnica especializada. [...] Mesmo que a biblioteconomia tenha a intenção de estudar todo o universo informacional, aparentemente há uma restrição significativa do objeto que será estudado [...] convencionou-se empregar apenas uma classificação e somente um indexador para toda e qualquer

> HQ, em detrimento de termos, classificação e indexador de significados similares, diferentes ou complementares. (BATISTA, 2010).

A indexação de histórias em quadrinhos é geralmente determinada pela sua forma (suporte informacional) e não pelo seu conteúdo propriamente dito. A CDD até reconhece as diferenciações existentes (*graphic novels* etc.), porém agrupa todas as histórias em quadrinhos em uma mesma notação: 741.5. Para Batista (2010), as histórias em quadrinhos carecem de modelos de linguagem documentária.

A classificação de histórias em quadrinhos, que foi adotada com este manual, é o que se chama de "classificação não convencional", ou seja, uma classificação criada e adaptada pela instituição com intuito de facilitar a organização e o acesso ao acervo. Geralmente essas classificações são criadas para cobrir uma demanda específica que as classificações convencionais, tais como CDD e CDU, não atendem. Para tanto foi fundamental a criação desta classificação própria, baseada em outra anteriormente elaborada pela Gibiteca Henfil e que vem sendo utilizada pela rede de bibliotecas do SMB. Seguindo este manual, na seção de classificação e indexação, as histórias em quadrinhos podem ser divididas em cinco partes: ficção, não ficção, obras teóricas, cartuns e coletâneas. Veja as seguintes tabelas:

Tabela 1: Gêneros ficcionais de histórias em quadrinhos.

Histórias em quadrinhos – gêneros ficcionais	
Classif.	Entrada do assunto principal + vocabulário controlado (se necessário)
QA	Aventuras - Histórias em quadrinhos
QE	Histórias em quadrinhos eróticas - [Incluem-se o *Hentai* (mangá erótico) e adaptações da literatura erótica em quadrinhos]
QH	Humor - Histórias em quadrinhos
QI	Histórias em quadrinhos para crianças
QL	Para *graphic novels* usar "Romance em quadrinhos". Para obras adaptadas para HQ usar "Adaptação para história em quadrinhos"
QT	Terror – Histórias em quadrinhos
QU	*Underground* - Histórias em quadrinhos
QM	Mangás (Inclui Biografia, Autobiografia, *Angura* (mangá *underground*) e Não ficções). De acordo com o traço e o autor

Fonte: *Manual de catalogação de histórias em quadrinhos*, SMB, 2012.

Tabela 2: Vocabulário controlado de gêneros ficcionais.

Vocabulário Controlado de Gêneros Ficcionais da CSMB-114		
ATENÇÃO: Como são gêneros, sempre será FORMA e não TÓPICO!		
Lista alfabética Ficção científica Ficção histórica Ficção ideológica Hagiografias Histórias africanas (Religião) Histórias afro-brasileiras Histórias alegóricas Histórias antiutópicas Histórias bíblicas Histórias budistas Histórias caipiras	Lista estruturada Os assuntos com sublinhado indicam termos gerais de uma hierarquia que não serão usados. Os assuntos em negrito são termos gerais que estarão no Catálogo Eletrônico, mas que deverão ser usados nos casos em que o assunto não está em sua forma específica.	Histórias de aventuras UP Histórias de capa e espada UP Histórias de cavalaria Histórias de crimes e mistério Histórias de gângsteres UP Histórias de mafiosos UP Histórias da máfia Histórias judiciais Histórias policiais Histórias de faroeste Histórias de guerra UP Histórias de regimento Histórias de mar Histórias de super-heróis Historias de suspense Histórias de viagem
Histórias cristãs Histórias de amor Histórias de assombração Histórias de autoajuda Histórias de aventuras Histórias de costumes Histórias de crimes e mistério Histórias de família Histórias de faroeste Histórias de gângsteres Histórias de guerra Histórias de humor negro Histórias de mar Histórias de roteiros cinematográficos Histórias de roteiros radiofônicos Histórias de roteiros televisivos Histórias de super-heróis Historias de suspense Histórias de terror Histórias de viagem Histórias eróticas Histórias espíritas Histórias fantásticas Histórias gauchescas Histórias góticas Histórias hinduístas Histórias humorísticas Histórias indígenas Histórias islâmicas	Comédias Histórias de humor negro Histórias humorísticas Histórias satíricas Histórias alegóricas Histórias antiutópicas Histórias utópicas Histórias de autoajuda Histórias religiosas Hagiografias UP Histórias de santos UP Biografia dos santos Histórias cristãs Histórias bíblicas UP Histórias da Bíblia Histórias espíritas UP Romance espírita Histórias africanas (Religião) Histórias judaicas Histórias budistas Histórias hinduístas Histórias islâmicas Ficção ideológica UP Ficção engajada UP Ficção política UP Romance político UP Literatura comprometida UP Romance de tese Ficção histórica UP Romance histórico Folclore Histórias afro-brasileiras	Histórias de sociedade Histórias de costumes Histórias de família UP Sagas familiares Histórias médicas Histórias extraordinárias Ficção científica Histórias fantásticas Histórias de assombração UP Histórias de fantasma Histórias de terror UP Histórias de medo Histórias góticas Histórias regionais Histórias caipiras Histórias gauchescas Histórias nordestinas Histórias de roteiros cinematográficos UP Romances de filme Histórias de roteiros radiofônicos UP Romances de rádio Histórias de roteiros televisivos UP Romances de televisão

Histórias judaicas	**Histórias indígenas**	**UP Histórias de seriados de televisão**
Histórias judiciais		
Histórias médicas	**Histórias de amor**	
Histórias nordestinas	**UP Histórias românticas**	**Histórias rimadas**
Histórias policiais	**Histórias eróticas**	
Histórias regionais		
Histórias rimadas		
Histórias satíricas		
Histórias utópicas		

Fonte: *Manual de catalogação de histórias em quadrinhos*, SMB, 2012.

Os gêneros ficcionais se dividem em sete classificações. São elas: QA – Quadrinhos de aventuras, QE – Quadrinhos eróticos, QH – Quadrinhos de humor, QI – Quadrinhos infantis, QL – Quadrinhos literatura (inclui as *graphic novels* e as adaptações da literatura para histórias em quadrinhos), QT – Quadrinhos de terror, QU – Quadrinhos *underground*. Para as histórias em quadrinhos no formato de *mangás*,[8] utilizamos a classificação "QM – Quadrinhos mangá" (inclui nesta classificação tanto obras ficcionais como não ficcionais, tais como biografias, autobiografias e *anguras*.[9]) Os *mangás* eróticos, conhecidos como hentai, são classificados como QE. Para a combinação dos descritores no processo de indexação, foi desenvolvido um vocabulário controlado conforme a tabela a seguir:

O Vocabulário controlado de gêneros ficcionais foi criado para auxiliar os catalogadores na indexação destes gêneros em literatura e recentemente foi incorporado para uso nas HQs ficcionais, sendo assim as combinações de assuntos destes gêneros corresponderão sempre no MARC à forma $v/ TAG655.

Para as histórias em quadrinhos não ficcionais a classificação seguirá a CDD, sendo o número de classificação da obra antecedido pela letra "Q" (quadrinhos). Por exemplo, história do Brasil em quadrinhos (Q981), ecologia em quadrinhos (Q577), autobiografia em quadrinhos (Q92). As obras destinadas ao público infantil receberão a letra "i" entre a letra Q e a notação da CDD (Qi000 a Qi999). As biografias em HQs são classificadas de acordo com o assunto do biografado, sempre recebem a letra "Q" e, quando necessário, a letra i. Por exemplo, a biografia do guerrilheiro Che Guevara (Q322.42098).

Para a indexação é utilizada a LCSH, BN e a "Tabela auxiliares de Assuntos" do catálogo eletrônico do SMB. A subdivisão de forma "Histórias em quadrinhos" sempre acompanha o assunto principal. Nos exemplos a seguir – a HQ *Palestina: na faixa de Gaza*, que trata da história da Palestina e, em seguida, a biografia de Che Guevara –, os cabeçalhos de assuntos ficam da seguinte maneira:

651|14 $a-Palestina $x-História $v-Histórias em quadrinhos
600|14 $a Guevara, Ernesto, 1928-1967 $v Histórias em quadrinhos
650|24 $a Guerrilheiros $z América Latina $v Biografia $v Histórias em quadrinhos

As obras teóricas de histórias em quadrinhos que tratam de técnicas de desenhos, história e crítica recebem a notação correspondente à CDD, porém não podem receber a letra "Q", destinada somente a obras em formato de HQ.

Charges, cartuns e caricaturas brasileiras de políticos e afins recebem a classificação 741.5 antecedida pela letra "Q", que é aplicável a outras nacionalidades conforme a tabela geográfica auxiliar do CDD.

As coletâneas de HQ com diversos autores ou os catálogos de exposições de quadrinhos recebem a classificação 741.5, porém, por se encontrarem em formato de HQ, recebem a letra "Q". Caso a coletânea tenha uma predominância de assunto, deverá ser classificada em uma das oito classificações ficcionais (QA, QU, QH etc.).

Tabela 3: Tabela de classificação e indexação de HQs.

Tabela de classificação e indexação de HQs	
Teoria de HQs	
741.5	Técnicas de desenhos e história e crítica de quadrinhos.
Charges, cartuns, caricaturas	
Q741.5981	Charges, cartuns e caricaturas de conotação política ou não e afins, sendo 981 correspondente a Brasil (aplicável em outras nacionalidades conforme tabela geográfica auxiliar).
Coletâneas	
Q741.5	Coletâneas que contenham diversos autores, assuntos diferentes, explicações sobre as obras, catálogos de mostras e/ou eventos que envolvem HQs e afins.

Fonte: *Manual de catalogação de histórias em quadrinhos*, SMB, 2012.

4.3. Catalogação

> Em uma das obras de maior utilização pelas bibliotecas públicas brasileiras no auxílio ao processo de catalogação – Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2 em MARC 21 – não há sequer menção direta às histórias em quadrinhos. (BATISTA, 2010).

A catalogação dos álbuns de HQ, objeto desta metodologia, tem por referência o capitulo 2 do AACR2, que abrange livros, folhetos e folhas soltas impressas. Para Batista (2010) há poucos centros de documentação que fazem de modo correto a catalogação de HQs. Na prática há muito mais improvisação do que uma catalogação padronizada, e os instrumentos para auxiliar o processamento técnico nem sempre levam em conta as particularidades deste tipo de obra.

Esta metodologia proposta, no âmbito da catalogação, segue o AACR2, porém muitas obras de HQ não são padronizadas, não possuem folha de rosto, orelhas ou mesmo lombadas. Por questões de espaço e coerência deste artigo, não serão discutidas aqui todas as particularidades envolvidas nas etapas do processo de catalogação de HQs. A ideia é fornecer um apanhado geral de como este manual orienta os profissionais catalogadores do SMB. Para tanto serão apontados neste tópico sobre catalogação alguns itens deste manual.

4.3.1. Entradas (TAG 100/700)

Algumas bibliotecas adotam a entrada principal das HQs pelo ilustrador por o julgarem mais importante neste tipo de material, porém no manual foi convencionado que a entrada principal se daria pelo autor, roteirista ou adaptador do texto conforme o AACR2. Muitas HQs possuem diversos autores, casos em que deve-se adotar a ordem de autores na folha de rosto ou na capa, mencionando no máximo até três autores. Geralmente em HQs há um roteirista e um ilustrador. A entrada principal é realizada pelo roteirista e a secundária pelo ilustrador. Dados como tradutor, editor, cores, letras não deverão estar nestas TAGs (100/700), a não ser que não se tenha nenhum outro para identificar a autoria da obra.

No caso de adaptações de ficção classificadas em "QL", a entrada principal ocorrerá pelo adaptador do texto; se não houver adaptador, a entrada será realizada pelo autor que quadrinizou a obra. Caso seja mantido o texto integral da obra original e apenas tiverem sido acrescidas as ilustrações, a entrada principal se dará pelo autor da obra, e não pelo quadrinista.

Em coletâneas de HQs, com vários autores e um título coletivo, a entrada principal deverá ocorrer pelo título e as secundárias, pelo autor da primeira história. A seguir, um exemplo em MARC de coletânea:

20|## $a-8575321986
40|## $a-brspcgh
82|## $a-QA[10]

245|10 $a-Bang bang $c-Kako...[et.al.] ; prefácio Primaggio Mantovi ; tradução Marquito Maia
260|## $c-2005 $a-São Paulo (SP) $b-Devir
300|## $c-24 cm $b-principalmente il. p&b $a-183 p.
340|## $e-Papel
505|2# $a-Prefácio Primaggio Mantovi. Contem dados biográficos dos autores. Volume reúne 10 histórias, cada qual com seu próprio roteirista, ilustrador. Sobre Daisy / Rafael Coutinho - Ninguém olhará por nós / Fábio Moon - Mercado de peixe de família Lao / Rafael Grampá
650|14 $a-Aventuras $v-Histórias em quadrinhos
655|24 $a-Histórias de faroeste
700|0# $a-Kako $e-Autor

4.3.2. Responsabilidade (TAG 245 $c)

No campo de responsabilidade, TAG 245 $c, devem-se seguir sempre as regras do AACR2 e a folha de rosto, indicando até três nomes de cada função, separando sempre as funções por ponto e vírgula, ou indicando apenas um nome. No caso de mais de três nomes ou coletâneas, indique somente o autor da primeira história seguido de "[et al.]". Neste campo não se poderá indicar editor, cores, letras (que constam da TAG 508 $a referente a créditos). Estes dados somente serão indicados em responsabilidade caso não haja nenhum outro para identificar a obra.

4.3.2. Notas (TAG 500)

O campo de notas também segue o AACR2 e pode ser preenchido em suas TAGs e subcampos conforme o MARC 21, porém o manual do SMB aponta alguns detalhes relativos a HQs.

Em notas gerais (TAG 500) deve-se inserir dados da obra como um todo e o que mais se julgar necessário. As HQs, diferentemente dos livros, tiveram sua origem em publicações seriadas, gerando algumas peculiaridades. Assim é importante enfatizar algumas informações que direcionem a leitura do usuário, por exemplo: "Edição comemorativa"; "Histórias em quadrinhos sem texto"; "Livro com atividades e jogos"; "Personagem principal originalmente publicado na revista do Batman, n. 25"; "Continuação de outra obra" (caso não esteja separada por volume, o que é muito comum em quadrinhos); "Ver também: Tintim e o segredo do Licorne".

Outra nota utilizada, quando necessário, é a nota de conteúdo (TAG 505) que envolve as HQs existentes na obra, geralmente utilizada para as coletâneas ou obras que contenham mais de uma história, por exemplo: "Volume reúne 10 histórias, cada qual com seu próprio roteirista, ilustrador...". (Se for o caso, acrescente a paginação.) O catalogador deve mencionar quantas histórias julgar necessário na seguinte ordem: título/autor, roteirista; ilustrador – título/autor, roteirista; ilustrador e assim por diante.

As demais notas, como as bibliográficas (TAG 504), podem ser preenchidas de acordo com os dados encontrados na obra.

5. Considerações parciais/finais

Muitos profissionais bibliotecários que não têm contato com as histórias em quadrinhos desconhecem as particularidades, os personagens e os desmembramentos característicos das HQs. Para os consulentes e leitores deste tipo de material é importante recuperar e agrupar o acervo pelos seus gêneros favoritos, o que torna imperativa a classificação das HQs ficcionais.

O manual se tornou uma metodologia de catalogação necessária para essa rede de bibliotecas e tem facilitado o processo de catalogação das histórias em quadrinhos, portanto tem como um dos seus propósitos auxiliar os profissionais, buscando dirimir dúvidas, padronizar a catalogação e disponibilizar nas estantes, de forma dialógica, esse tipo de material para os consulentes. O manual está em constante modificação e atualização devido à variedade desse mercado editorial, assim como as ferramentas biblioteconômicas, que também se atualizam e se adaptam às modificações acompanhando o seu tempo.

6. Notas

1 Publicado no Diário Oficial do Município (DOM), n. 191, ano 50, em 07/10/2005, p. 1-3.

2 Dados retirados do portal da prefeitura. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/smb/index.php?p=1197>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

3 Autores de histórias em quadrinhos que publicam artesanalmente suas obras.

4 Publicada no Diário Oficial do Município (DOM), em 25/10/1990, p. 10.

5 http://www.guiadosquadrinhos.com.

6 http://www.omelete.com.br.

7 http://lambiek.net.

8 *Mangás* são as histórias em quadrinhos feitas no estilo japonês. Possuem características únicas que as diferem das publicações ocidentais e são lidas de modo inverso. Geralmente são impressas em preto e branco e seus personagens são mundialmente conhecidos pelos olhos grandes.

9 Tipo de mangá *underground* destinado a adultos sem ser erótico.

10 Convencionou-se utilizar a TAG 82 para esta classificação, e não criar TAG local (90).

7. Referências

ABUD, Hugo L. [et al.]. *Manual de catalogação de histórias em quadrinhos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 2012.

AZEVEDO, Cleide. Gibiteca Henfil e eventos. *Metro News*, São Paulo, ano XX, n. 265, 29 ago. 1994, p. 20.

BATISTA, Yuri Guimarães Barquette. *Histórias em quadrinhos na biblioteca pública*: uma mudança de paradigmas. Dissertação (Mestrado) – Faculdades Integradas de Jacarepaguá, Núcleo de Pós-graduação, Biblioteconomia. Brasília, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Projeto Memória Oral*. São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, 19 jul. 2006. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/transcricao_marilena_chaui_1297189488.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2012.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GARCIA, Roberto. Gibiteca na Sena Madureira. *Jornal do Cambuci & Aclimação*, São Paulo, ano 14, n. 468, 19 maio 1996, p. 1.

JORNAL DA VILA MARIANA, Caderno de Eventos, 4 a 17 maio 1996.

MILANESI, Luís. *Ordenar para desordenar*: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro. (Org.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Roberto Elísio dos Santos. A produção editorial de histórias em quadrinhos no século XXI: a crise do meio impresso e os limites da mídia digital. *Anais...* XXXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009.

ULIANA, Dina Elisabete; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Gibitecas – estrutura, organização e acervo. *Informação Cultural*, n. 10, p. 2-10, 1990.

VEJA EM SÃO PAULO. Um lugar para os Gibis. *Revista Semanal Veja São Paulo*, n. 30, ano 23, 29 jul. a 4 ago. 1990, p. 4.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis: APB, 1989.

_____. Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 4-15, abr 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr05/Art_04.htm>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. AS GIBITECAS: um espaço privilegiado para a leitura e difusão de histórias em quadrinhos no Brasil. *InfoHome*, ano 2, mar. 2003. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=138>. Acesso em: 13 maio 2011.

TEIXEIRA COELHO, J. R. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

Música como informação: critérios para catalogação de partituras

Ana Catarina Macêdo de Sena
Bacharel em Biblioteconomia, Universidade Federal de Pernambuco

Williana Carla Silva Alves
Bacharel em Biblioteconomia, Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

A música como fonte de informação é o tema deste estudo que visa, de maneira especial, a indicar os elementos essenciais da natureza das partituras musicais. Este trabalho apresenta as características das partituras musicais, sugerindo critérios e normas para a catalogação, organização e tratamento da informação musical contida nesse tipo de material. Para as fontes de informação geralmente classificadas como "material especial", tais como os multimeios (CDs e CD-ROMs, disquetes, fitas de vídeo, DVDs, slides, LPs, fitas cassete) e as partituras, dificilmente há uma política clara de catalogação. Como os multimeios são uma fonte de informação muito popular – e este trabalho é sobre um tipo de material tão específico como a partitura, um multimeio –, esta comunicação trata da natureza desse tipo de material e sobre as possíveis soluções para a política específica de catalogação.

Palavras-chave: *Partituras. Catalogação. Música. Fontes de informação.*

Abstract

Music as a source of information is the subject of this study that in a special way aims to indicate the essential elements of the musical score nature. This work presents the musical score characteristics, suggesting criteria and standards for cataloging, organizing and processing the musical information contained in this type of material. For sources of information often classified as "special material", such as multimedia material (CDs and CD-ROMs, diskettes, videotapes, DVDs, slides, LPs, cassettes), and scores, there is hardly a clear policy of cataloging. Multimedia is a very popular source of information, and, as this work is directed to a specific type of material such as the score, which is multimedia, we will start by clarifying what this kind of material is, continuing then with an explanation of the score itself, and with possible solutions that we indicate for a cataloging policy of this type of material.

Keywords: *Score. Cataloging. Music. Sources of information.*

1. Introdução

Este artigo tem como finalidade elucidar elementos essenciais da natureza das partituras musicais, de modo a auxiliar o trabalho do bibliotecário de instituições de ensino de música.

De acordo com Mey (1995, p. 5) "catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos". A catalogação das bibliotecas tradicionais geralmente está associada a livros, folhetos e periódicos. Não costuma haver uma política clara de catalogação para fontes de informação que geralmente são classificadas como "material especial", como multimeios (CDs e CD-ROMs, disquetes, fitas de vídeo, DVDs, slides, LPs, fitas cassete) e partituras.

A primeira iniciativa de desenvolvimento de normas de catalogação de documentos musicais surgiu na década de 1950 com a Sociedade Internacional de Musicologia e a Associação Internacional de Bibliotecas, Arquivos e Centros de Documentação de Música. A questão da representação e recuperação da música aparece como objeto de estudo da ciência da informação pela primeira vez em 1996. Esse é um tema de pesquisa que cresceu recentemente com a explosão do interesse por coleções em rede, porém, pesquisas nessa área, no Brasil, são escassas na literatura da ciência da informação.

As linguagens de representação e recuperação estão relacionadas à busca de informações pertinentes sobre música, no entanto, a recuperação de documentos desse gênero enfrenta grandes problemas. No nível mais básico da busca, existe uma necessidade de identificação entre a linguagem de busca utilizada pelo usuário e a representação do documento que se deseja encontrar. A informação bibliográfica por si só não é suficiente para identificar uma obra no campo da música.

As necessidades dos vários tipos de análises musicais são tão diversas que é preferível considerar três "visões" sobre a representação da obra musical. A classificação de McLane (1996) sobre a representação musical é bastante útil no contexto de Recuperação da Informação da Música (RIM). Essa temática será abordada mais detalhadamente a seguir.

Os trabalhos destinados a tratamento de informação musical não se aprofundam muito no tema, contudo é necessário que tenhamos um cuidado maior ao trabalhar com esse tipo de documento, uma vez que estes têm aspectos diferentes dos demais quanto a produção, suporte e público.

2. Metodologia

Para a realização deste trabalho foi efetuada uma revisão da literatura na área de tratamento da informação visando os multimeios para, a partir daí, se aprofundar nas partituras. Houve um levantamento sobre como proceder com esse tipo de material tão cheio de especificidades, o que resultou num breve estudo de música, pois é impossível trabalhar com partituras sem ter um mínimo de conhecimento dessa área. Esse estudo ajudou a encontrar as formas mais adequadas de catalogar e indexar música.

3. A música como informação

As categorias de McLane (1996), mencionadas anteriormente, são:

> **Visão subjetiva:** o uso do esquema de notação para representar a obra musical pode ser considerado a visão subjetiva da obra, isto porque a escolha de elementos de notação normalmente representa uma obra em "contexto-dependente" no sentido de que a decisão da notação pode incluir ou excluir aspectos particulares da obra. A informação bibliográfica descritiva como parte da visão subjetiva também se inclui aqui.
>
> **Visão objetiva:** um som gravado pode ser identificado como uma visão objetiva da obra musical. O som musical é objetivo porque, uma vez gravado, a representação da música através da gravação é fixada e não mais sujeita a variações editoriais e de performance. Esta visão pode ser considerada a mais completa representação da música.
>
> **Visão interpretativa:** a representação através da análise de alguns aspectos da obra. Classificações e esquemas analíticos ilustrativos de características que não são óbvias de uma obra musical ou de um conjunto de obras, como o gênero musical, entram nesta categoria.

De acordo com McLane qualquer representação da música consistirá em uma ou mais destas visões.

Cada visão de representação de música mostrada acima é complementar e interdependente no que se refere à recuperação da informação de uma música, que depende tanto da complexidade quanto da forma como a informação é representada e de um conhecimento prévio do usuário para encontrar a

informação desejada. Quanto menor o conhecimento do usuário, maior a necessidade de diferentes formas de representação.

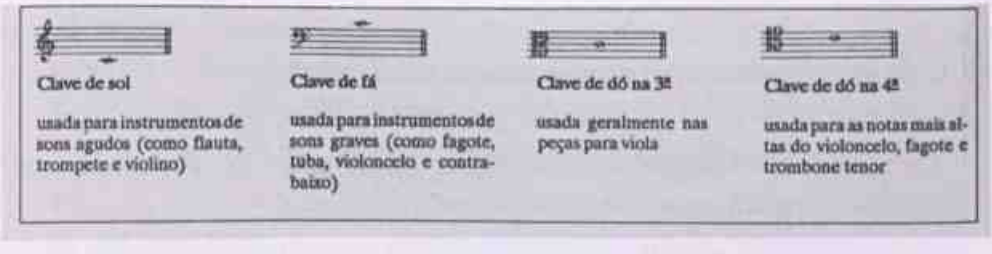
Almeja-se com este estudo distinguir de forma geral os elementos básicos da música para auxiliar a compreensão do bibliotecário catalogador no processo da representação descritiva das partituras. É recomendável que o bibliotecário tenha conhecimento elementar da linguagem musical para catalogar uma obra musical, pois este conhecimento facilitará o processo de extração dos elementos essenciais da partitura que formarão o registro bibliográfico e a determinação dos pontos de acesso.

Pacheco (2009) explica:

> A notação musical, ferramenta indispensável para ler e escrever música, é usualmente definida no paradigma tradicional, como a representação de um som musical, seja como registro de um som ouvido ou imaginado e, ainda, como um conjunto de instruções para *performance*. Desta forma, notação musical é o modo pelo qual os sons são expressos numa folha de papel. As representações de escritas musicais existentes atualmente são derivadas de um sistema europeu de notação, bastante consistente há quase 400 anos.

A pauta musical ou pentagrama é a estrutura usada para a notação musical, formada por um conjunto de cinco linhas paralelas e equidistantes que guardam entre si quatro espaços. As sete notas musicais são escritas tanto sobre as linhas como nos espaços entre elas e se organizam em ordem gradual de altura. Para convencionar o posicionamento das notas na pauta é usado um sinal chamado "clave" colocado no princípio da pauta. A clave fixa a altura de uma das cinco linhas da pauta, dando a orientação para o reconhecimento das outras linhas e espaços. Existem quatro tipos de claves – clave de sol, clave de fá, clave de dó na 3ª linha e clave de dó na 4ª linha – exemplificadas na figura abaixo:

Figura 1: Quatro tipos de claves usadas nas partituras.



Fonte: BENNETT, R. (2001).

O compasso determina a estrutura rítmica de uma partitura, sendo ele a

reunião do número mínimo de batidas para definir um ritmo. A música é dividida em compassos representados por barras ou travessões. O fim de uma obra ou de uma seção dentro da obra é indicado por uma barra dupla.

Outros elementos básicos da música são as escalas e os tons. A escala é definida na maioria dos dicionários musicais como uma sequência de notas em ordem de altura ascendente ou descendente. Para alterar a altura de uma nota, é inserido um sinal antes dela em uma partitura. A maioria das músicas está em dois tipos de escala: maior e menor. Para um melhor entendimento do que são os tons, Bennett (1986) fundamenta que:

> Quando se diz que uma música está "no tom de", por exemplo, sol maior ou dó menor, significa que ela é fundamentalmente composta com as notas pertencentes a uma dessas duas escalas. Entretanto, para não ter que escrever os devidos acidentes (sustenidos e bemóis) todas as vezes que se façam necessários o compositor os indica no começo de cada pauta da música, logo depois da clave. Esta indicação é a armadura e mostra o tom que ele escolheu para a sua composição.

Assim, para a maioria dos autores, ao compor uma obra musical o compositor está reunindo simultaneamente vários elementos musicais, dentre eles destacam-se:

melodia

harmonia

ritmo

timbre

forma

tessitura

3.1. As obras musicais na perspectiva da musicologia

Os elementos a seguir mostram áreas importantes do ponto de vista musicológico para a recuperação da informação musical.

- Dados sobre o compositor:

Nome: indicação do nome completo do compositor, dando destaque ao

nome usual, bem como a nomes alternativos, pseudônimos.

Nascimento: data e local de nascimento.

Residência: muitos são os compositores que deixam sua terra natal e migram para outros países. Por terem desenvolvido atividades significativas lá, é importante incluir a recuperação desse local.

Morte: data e local da morte.

- Contexto no qual a obra foi composta:

Data da composição: indicação da data em que a partitura foi concluída ou do período em que foi composta.

Local de composição: local onde a música foi concebida e a partitura escrita.

Data da estreia: data exata ou aproximada na qual a obra foi executada publicamente pela primeira vez.

Local da estreia: localidade onde ocorreu o evento da primeira execução.

Evento da estreia

Intérpretes da estreia

Encomenda: indicação de quem fez a encomenda da obra.

Informações técnicas: duração da obra, descrição física dos documentos, descrições de conteúdo.

Informações sobre época, estilo, estrutura e técnica de escritura no que se refere a tendências, estilo e técnicas composicionais.

Elementos musicais explorados na obra: informações básicas sobre os aspectos composicionais da obra servem como orientação didático-musical aos professores de música, educadores musicais e regentes de corais, na escolha das obras para suas atividades pedagógicas.

Grau de dificuldade: é definido por uma escala simples com quatro níveis de dificuldade: elementar, médio, avançado e virtuoso.

O tratamento e a organização da informação serão mais bem analisados

na seção a seguir, proporcionando assim mais detalhes sobre a informação contida na música.

4. Tratamento e organização da informação

É frequente na literatura de ciência da informação (CI) afirmar-se que uma das funções essenciais do profissional da informação é a mediação do acesso do usuário a determinada informação. Para Varela e Barbosa (2007, p. 116):

> No âmbito da CI, a mediação se dá no processo de interação do profissional com o usuário, ou seja, no momento da comunicação e da transferência da informação [...] mediante um processo dialógico em que o profissional se antecipa ao desejo do usuário e organiza o estoque de informação, dialogando com este usuário potencial.

Para os sistemas de informação e de recuperação da informação, o tratamento da informação é definido como a função de descrever os documentos tanto do ponto de vista físico (características físicas dos documentos) quanto do ponto de vista temático (ou de descrição do conteúdo) (DIAS, 2001). Essa atividade implica na produção de fichas de catálogo, referências bibliográficas, entre outras representações documentais, que tornam mais fácil a avaliação do usuário quanto à relevância de determinado documento.

Para Ranganathan citado por Mey (1995, p. 9):

> um catálogo de biblioteca deveria ser projetado para:
> 1. Revelar a cada leitor o seu documento;
> 2. Revelar a cada documento seu leitor;
> 3. Poupar o tempo do leitor; e
> 4. Por este fim, poupar o tempo da equipe.

O tratamento da informação não é uma função isolada, mas depende de várias outras funções, por exemplo, que acontecem nos sistemas de informação e de recuperação da informação e que podem variar de acordo com o nível de detalhamento desejado num determinado sistema. Em certos contextos o gasto e o investimento em tratamento da informação devem ser comensuráveis como os gastos em outras atividades.

O processamento da informação, com foco no conteúdo, é a técnica documental que permite o direcionamento da informação para o usuário, pois, como afirmam Guinchat e Menou (1994, apud Varela e Barbosa, 2007, p.

120), "o objetivo não é dar a conhecer o documento, mas permitir a utilização das informações que ele contém baseadas nas necessidades dos usuários, no assunto tratado, nos meios da unidade de informação, nos produtos e serviços fornecidos e na relação custo-eficácia".

Uma fonte de informação muito popular são os multimeios, e são eles que vamos conhecer no próximo item.

4.1. Multimeios

Como este trabalho é dirigido a um tipo de material tão específico como a partitura e por ser ela um multimeio, iniciaremos esclarecendo o que seria esse tipo de material, logo depois conheceremos a partitura em si.

Multimeios são documentos que possuem um suporte diferente do impresso, podendo ser audiovisuais, visuais, de áudio, projetáveis e não projetáveis, etc. São exemplos de multimeios os CDs e CD-ROMs, disquetes, fitas de vídeo, DVDs, slides, LPs e fitas cassete. Entendemos o termo *meio* como o veículo condutor da informação, sendo que cada meio tem linguagem, estética e peculiaridades próprias, inclusive na forma como o receptor reage ao seu estímulo.

4.1.1. Partitura

Conforme o *Dicionário Grove de música* partitura é uma "forma de música escrita ou impressa em que pentagramas são normalmente ligados por barras de compasso alinhadas na vertical, de maneira a representar visualmente coordenação musical".

As partituras carregam inúmeras informações para estudantes, professores e pesquisadores de música, formam a parte principal dos acervos de música e representam graficamente todas as formas significativas de sons.

Gonçalves ([19--?] apud Cardoso, 1996, p. 82) define partitura como uma "composição musical graficamente configurada [...] virtualidade sonora, e seu fascínio reside justamente na possibilidade de pensar o intervalo existente entre o virtual e o real, o universo de relações e agentes que dão sustentação ao documento".

Nas partituras estão contidos além do autor e título outros dados importantes como instrumentos musicais, tipo de composição, época, arranjadores, ritmo etc., mas essas informações estão implícitas, o que torna o seu tratamento nem sempre fácil.

No tratamento e classificação de materiais musicais são considerados alguns aspectos e características especiais das diferentes formas de apresentação física.

4.1.2. Características das partituras

De acordo com o livro *Multimeios*, de M. L. Perota (1991), as partituras podem ser:

Partitura condensada: aparecem apenas as partes musicais mais importantes de determinada obra;

Partitura de bolso: tem o tamanho reduzido; em princípio não destinada à execução;

Partitura fechada: aparecem todas as partes no menor número possível de pentagramas;

Partitura vocal: apresenta todas as partes vocais, com acompanhamento e, caso haja, arranjo para instrumentos de teclado;

Partitura incompleta: esboço feito por um compositor para uma obra destinada a conjunto, ressaltando em poucas pautas as características principais da composição;

Parte do regente: parte para um instrumento determinado – piano, violão etc. – no âmbito de uma obra para conjunto;

Partitura de coro: partitura de obras para canto, que mostra somente as partes do coro, com acompanhamento e, se houver, arranjo para instrumento de teclado.

Já em *Análise de partituras*, A. V. Recine (1997), observamos as seguintes definições:

Partituras e partes: partitura é a música completa, para orquestra ou solista, e a parte é a música de cada instrumento da obra escrita em separado.

Edições diversas: uma mesma obra pode ter variadas edições, escolhidas de acordo com o objetivo. Por exemplo, um aluno iniciante precisaria de uma edição facilitada; já um pesquisador se interessaria pela primeira edição.

Arranjos e transcrições: como visto anteriormente, uma mesma obra pode ser editada em diversas versões; as variantes mais comuns são:

Arranjo: nova versão de obra musical feita pelo próprio autor ou outra pessoa.

Transcrição: transposição de uma obra para um instrumento ou grupo de instrumentos diferentes dos da versão original.

Orquestração: arranjo ou transcrição para orquestra de uma obra original para outro instrumento.

Redução: arranjo para um só instrumento ou grupo instrumental de uma partitura original para orquestra e/ou vozes.

A versão também deve ser descrita na catalogação.

Os próximos tópicos mostram os aspectos essenciais para quem cogita trabalhar com materiais musicais.

a) Registro

As partituras devem ter registro próprio, separado dos demais itens que possam fazer parte do acervo. Esse registro deve conter informações como autor, título, data de edição e número de páginas.

b) Classificação

As classificações bibliográficas – Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU) – não são recomendadas pela maioria dos autores para classificar partituras, pois sua extensa numeração pode complicar o arquivamento e a recuperação do material. Primeiramente deve-se diferenciar literatura musical propriamente dita, a partitura, e literatura sobre música, livros sobre música. Para livros sobre música não há nenhum inconveniente na utilização da CDD ou CDU. A Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, em "Organização de Materiais Especiais em Bibliotecas" de 1983, sugere que a classificação de partituras seja composta pelo símbolo PA (partituras), além do número de registro da partitura. Na Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco é utilizado o símbolo PP (música, partitura, parte), além do número de registro da partitura. Por exemplo, a partitura "Concertos for the piano" de Wolfgang A. Mozart é classificada da seguinte forma: M PP0091.

c) Catalogação

Os documentos musicais são um grande desafio para os catalogadores.

Deve-se priorizar a descrição e recuperação do *meio de expressão*. Esse termo foi criado pelo professor Luis Milanesi em 1975 e adotada pela Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para se referir a qualquer objeto físico utilizado na execução de música e abrange todos os instrumentos musicais, além das vozes humanas.

Muitas informações importantes para os músicos e pesquisadores, como o ano da composição e o ano da estreia da obra, a duração da obra, o local da estreia e/ou composição, são incluídas em notas, o que não ocorre com a maioria dos registros bibliográficos de partituras catalogados.

Para catalogar partituras e atender ao público de música adequadamente é preciso conhecer as formas musicais, porque elas são a característica fundamental para o tratamento bibliográfico dos diversos produtos musicais.

d) Indexação

Em geral é empregada a linguagem artificial para determinar o assunto (conceito) do documento. É preciso ter muita atenção à grafia correta de nomes de compositores e intérpretes.

Princípios básicos:

Tomar por base a evolução da arte;

Anteceder a música vocal da instrumental;

Iniciar a música vocal com solos, seguidos das segundas vozes, terceiras vozes etc;

Organizar a música instrumental.

5. ISBD(PM) – Norma internacional de descrição bibliográfica para música impressa

ISBD é um conjunto de normas internacionais de descrição bibliográfica, das quais a primeira foi destinada à descrição de monografias, ISBD(M). Maria Clara Assunção (2005, p. 64) esclarece que a ISBD(PM):

> Visa descrever os documentos musicais impressos – partituras de qualquer tipo e partes cavas, os quais se destinam à execução – e ainda os métodos, os estudos, os exercícios, as edições fac-similadas de manuscritos musicais. [...] Não abrange tratados de teoria musical, manuais de solfejo e harmonia, manuais de auto-

aprendizagem, manuais escolares da disciplina de música e livros sobre música, em geral. Estes devem ser descritos com auxílio da norma para monografia.

As ISBDs distribuem a informação descritiva em oito zonas ou áreas, cada uma com um conjunto de elementos relacionados entre si:

Primeira zona – Título e menção de responsabilidade: contém um conjunto de elementos que fornecem informações acerca dos seus autores ou responsáveis intelectuais (tradutores, compiladores etc.).

Segunda zona – Edição: muitas vezes esta zona contém dados lacônicos como "2. ed."; também são frequentes informações do tipo "ed. aumentada", "enriquecida com ilustrações de" e outras. São informações que se relacionam com as descritas na primeira zona.

Terceira zona – Apresentação musical: contém dados específicos de um tipo de material ou tipo de recurso; consiste na convenção de determinada linguagem técnica, no caso da música, o tipo de partitura.

Quarta zona – Publicação ou Zona do pé de imprensa: fornece informações relacionadas com o lugar de publicação, o editor comercial, a data de fabricação e de impressão.

Quinta zona – Descrição física: fornece informações sobre a tipologia documental específica, características físicas, formato e menção de material acompanhante.

Sexta zona – Coleção: identifica uma coleção, como o título e menções de responsabilidade relativas.

Sétima zona – Notas: relaciona-se com todos os aspectos do documento, como notas de ementa ou dedicatória.

Oitava zona – Número normalizado: apresenta dados relacionados com o número internacional, ou outro número, que identificam a obra, além de dados relacionados à aquisição.

5.1. RISM – *Répertoire International des Sources Musicales*

O Repertório Internacional de Pesquisa Musical é destinado à identificação de manuscritos musicais. Ele é composto de regras formuladas para inventariar fontes musicais, não tendo exatamente função de catalogação. O RISM reúne

no mesmo registro, sem distinção, elementos descritivos e organizativos. Assunção (2005, p. 69) explica que

> Informação descritiva está organizada de forma não hierarquizada, ou seja, campo a campo e não por zonas e elementos embora seja possível identificar informações relacionadas entre si mas dispersas pelos diferentes campos.

As regras RISM apresentam informações detalhadas relativas a aspectos especificamente musicais, informações essas que se revelam de grande importância para a investigação musicológica.

No Anexo será possível conhecer todos os campos do RISM.

6. Considerações finais

Com este estudo refletimos sobre a música como fonte de informação e como essa informação deve ser organizada e tratada. A partir das bases aqui sugeridas ficam claras as áreas imprescindíveis para a realização de qualquer projeto que envolva conhecimentos na área musical interligada à biblioteconomia, como classificação, catalogação, características essenciais, indexação, normas específicas para a área musical e todo um conhecimento que será fundamental para um profissional que pretende trabalhar com partituras musicais.

É relevante para a área da ciência da informação a continuidade de estudos ligados à música como informação; são poucos os materiais encontrados em nossa língua e é cada vez maior o interesse e a procura por documentos nessa área. É necessário que a CI tenha um maior diálogo com artefatos informacionais, entendendo que estes constituem-se em importantes fontes de conhecimento para determinadas comunidades discursivas.

Os estudos existentes nem sempre têm o nível de profundidade e especificidade necessárias para estabelecer critérios na hora de decidir a melhor forma de tratar com materiais especiais como as partituras.

As normas voltadas à descrição e à definição de pontos de acesso de diversificadas tipologias documentais nem sempre atendem plenamente às necessidades de recuperação de documentos musicais impressos. Os bibliotecários de instituições especializadas em música precisam ter, além de um conhecimento prévio na área de música, a consciência de que um estudo do usuário é imprescindível para conhecer as reais necessidades dos pesquisadores e estudantes de música para assim captar a melhor forma de trabalhar com as informações contidas nas partituras.

7. Referências

ASSUNÇÃO, M. C. R. da S. *Catalogação de documentos musicais escritos*: uma abordagem à luz da evolução normativa. 2005. 301 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade d'Évora, Évora, 2005.

BENNETT, R. *Como ler uma partitura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 104 p.

_____. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 79 p.

CARDOSO, I. V. Vocabulário controlado para indexação de partituras de música brasileira: proposta de uma estrutura básica. *Transinformação*. Campinas, SP, v 8, n. 3, p. 81-96, set./dez. 1996.

DIAS, E. W. Contexto digital e tratamento da informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000306/>. Acesso em: 9 out. 2010.

DICIONÁRIO Grove de Música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MCLANE, A. Music as information. *Annual Review of Information Science and Technology*. Medford, NJ, v. 31, p. 225-262, 1996.

MEY, Eliane Serrão Alves. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

PACHECO, K. L. *Manifestações de obras musicais*: o uso do título uniforme. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PEROTA, M. L. L. R. Música Impressa. In: _____. *Multimeios*: seleção, aquisição, processamento, armazenagem, empréstimo. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991. p. 177.

RECINE, A. V. dos S. *Análise de partituras*. São Paulo: [s.n.], 1997.

SANTINI, R. M.; SOUZA, R. F. de. Recuperação da informação de música e a ciência da informação: tendências e desafios de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais*... Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--143.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.

VALENTE, H. de A. D. *Música é informação! Música e mídia a partir de alguns conceitos de Paul Zumthor*. Disponível em: <http://www.uc.cl/historia/iaspm/rio/Anais2004%20(PDF)/Heloisa-Valente.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.

VARELA, A. V.; BARBOSA, M. L. A. Aplicação de teorias cognitivas no tratamento da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 116-128, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/65/56>. Acesso em: 9 out. 2010.

UNIVERSIDADE DE UBERABA. *O que são multimeios?* Disponível em: <http://www.uniube.br/biblioteca/setores/multimeios.php>. Acesso em: 19 mar. 2012.

Anexo

Campo RISM	Conteúdo do campo	Observações
50	Nome do compositor normalizado e datas de nascimento e morte	
60	Nome do compositor normalizado e datas de nascimento e morte	Como ocorre no ficheiro da entidade detentora do documento
70	Nome do compositor não normalizado	Como ocorre no documento
82	Outro compositor a que se refere a obra	Nos arranjos e variações, o nome do compositor da obra original
90	Numero de composições	Composições agrupadas no documento sob o mesmo título
100	Seleção, esboço, fragmentos	Para um documento que contenha uma seção de obra maior
120	Arranjos	Indicação de que o documento catalogado contém um arranjo
130	Língua do texto	
140	Forma musical normalizada	Lista de formas RISM
148	Festa litúrgica	
150	Título alternativo uniforme	Para título alternativo, título traduzido, outro título adicionado pelo catalogador etc.
152	Qualificador	
154	Menção de arranjo	
160	Relação abreviada de vozes e instrumentos	Abreviaturas RISM
180		
190		
200	Catálogo de obras do compositor	Sigla (por ex., BWV)
210	Volume e página	
220	Tonalidade	Abreviaturas RISM
240	Número do opus	
260	Tonalidade geral da obra	Abreviaturas RISM
320	Título próprio	Como ocorre no documento
330	Ausência de título	Para documentos sem títulos
420	Nome do autor do texto	Uniformizado
440	Nome do arranjador e datas de nascimento e morte	Uniformizado
450	Nome do coautor musical e datas de nascimento e morte	Uniformizado
460	Nome dos intérpretes	Intérpretes mencionados no documento. Uniformizado
480	Dedicatória	Nome do autor da dedicatória da obra
490	Outros nomes	Outros nomes que ocorram no documento e não tenham lugar em outro campo

500	Coleções: relação de conteúdo	Todas as obras contidas numa miscelânea. Neste caso o campo 50 deve mencionar <manuscrito coletivo>
510	Obra individual: identificação da coleção	Um número de ordem para cada obra contida numa miscelânea
520	Autógrafo	Menção de autógrafo, em código
540	Data do manuscrito	Data da cópia, e não da obra
560	Nome do copista	Uniformizado
600	Número de partituras	Aplicado apenas a partituras no sentido estrito: escrita de uma composição com todas as partes sobrepostas. Não inclui partituras vocais, ainda que com acompanhamento
610	Número de volumes, exemplares ou observações sobre a partitura	Número de unidades materiais e notas à descrição física
620	Número de fólios ou páginas de partituras	Foliação/paginação da(s) partitura(s)
630	Número de redução/reduções	
640	Número de volumes, exemplares ou observações sobre a redução	Número de unidades materiais e notas à descrição física
650	Número de fólios ou páginas de redução	Foliação/paginação da(s) redução/reduções
660	Número de livros de coro	
670	Número de volumes, exemplares ou observações sobre o livro de coro	Número de unidades materiais e notas à descrição física
680	Número de fólios ou páginas do livro de coro	Foliação/paginação do livro de coro
700	Número de partes cavas	Aplicado no sentido físico/material do termo. O número indicado de partes pode não coincidir com o número real de vozes ou instrumentos
710	Números de fólios ou páginas de cada uma das partes	Foliação/paginação da(s) parte(s) cava(s)
720	Relação de vozes e instrumentos	Todas as vozes (vocais e instrumentais) da composição, com abreviaturas RISM. Indicação de baixo cifrado.
740	Material incompleto	Menção do material em falta
750	Medidas	Em centímetros, alt. x larg.
760	Marcas d'água ou filigranas	
780	Identificação dos fragmentos de uma obra	Quando os fragmentos ou seções pertencerem a uma obra não documentada
800	Ordenação numérica dos *incipit*	
801	Voz ou instrumento correspondente ao *incipit*	Abreviaturas RISM

802	Nome da personagem correspondente ao *incipit*	Como ocorre no documento
806	Epígrafe do *incipit*	Termos que precedem o *incipit* como ocorrem no documento
807	Tempo do *incipit*	Termos correntes (adágio, allegro etc.)
810	*Incipit* literário	Texto uniformizado
811	*Incipit* literário de textos sacros em latim	Uniformizados
820	Clave	Clave original e respectiva posição, de modo codificado
822	Tonalidade ou modo do *incipit*	Tonalidade correspondente ao movimento ou seção da obra a que se refere o *incipit*. Abreviaturas RISM
823	Compasso do *incipit*	O compasso que ocorre, codificado
824	Medida real do compasso do *incipit*	Quando a medida real do compasso não coincide com a do compasso que ocorre no documento
826	*Incipit* musical	Exatamente como ocorre no documento
827	Comentário ao *incipit* musical	
830	Outros nomes de personagens (sem *incipit*)	Nomes de personagens não incluídos no campo 802, como ocorrem no documento
832	Solistas vocais	Vozes solistas principais (SATB)
834	Outros solistas vocais	Outras vozes que fazem solos ocasionais
836	Distribuição dos coros	Partes ou vozes (SATB) que integram cada coro
838	Outras vozes do coro	Outras vozes não incluídas no campo 836
848	Instrumentos solistas	Abreviaturas RISM
852	Instrumentos de corda	Codificado
854	Instrumentos de sopro-madeiras	Codificado
856	Instrumentos de sopro-metais	Codificado
858	Outros instrumentos	Não codificado
862	Instrumentos de tecla	Abreviaturas RISM
864	Instrumentos de corda dedilhada	Abreviaturas RISM
866	Baixo contínuo	Abreviaturas RISM
868	Observações ao baixo contínuo	
912	Antigo possuidor – pessoa	Pessoa que deteve anteriormente o manuscrito. Nome uniformizado
914	Proveniência – lugar	Quando o antigo detentor/possuidor é uma instituição
915	Antigo possuidor – instituição	
932	Cota antiga	
942	Data de composição	Data de composição da obra
944	Estreia	Lugar e data de estreia da obra

946	Outras execuções	Lugar(es) e data(s) de outras execuções da obra
948	Data de edição	Não se refere ao documento catalogado (esta base é apenas para manuscritos), mas a uma edição da obra contida no manuscrito catalogado
952	Referência à série RISM A/I	
954	Referência à série RISM B	
956	Nome do editor comercial	Idem campo 948
957	Lugar de publicação	Ibidem
958	Nome do impressor	Ibidem
960	Número de chapa	Ibidem
962	Outras informações da fonte	Informações colhidas no documento e que não puderam ser incluídas em outros campos
972	Informações de fontes secundárias	Informações de fontes externas que não puderam ser incluídas em outros campos. Também se pode indicar aqui o nome do catalogador
974	Bibliografia	Apenas o título
976	Bibliografia precisa	Volume, página e outras informações da obra citada no campo 974
982	Cidade e nome da biblioteca ou arquivo	Identificação da atual entidade detentora do documento catalogado. Siglas RISM
984	Cota atual	

Visibilidade e aplicabilidade da catalogação

Desafios do ensino de catalogação no Brasil

Eliane Serrão Alves Mey
Doutora. Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos. Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Fernanda Passini Moreno
Doutora. Professora adjunta. Faculdade de Ciência da Informação (UnB). Brasília, DF.

Resumo

Os docentes de catalogação no Brasil deparam-se com dilemas e desafios no ensino da área, sob diversos aspectos. Neste trabalho, em princípio, são questões a abordar: o conteúdo da(s) disciplina(s), o equilíbrio entre teoria e prática e o peso da matéria no conjunto curricular dos cursos de graduação em biblioteconomia, assim como sua relação com outras áreas. A representação bibliográfica requer conhecimentos prévios para sua completa aprendizagem e compreensão, o que leva a questionamentos sobre a organização dos conteúdos e sobre o relacionamento com outras disciplinas ou matérias. Parece claro que a função de organizar e recuperar o conhecimento ainda é um dos dois fundamentos que distinguem e caracterizam a profissão de bibliotecário.

Palavras-chave: *Teoria. Ensino. Catalogação. Representação bibliográfica.*

Abstract

The Brazilian cataloguing professors are faced with dilemmas and challenges of teaching in several aspects. In this work, in principle, the issues to be addressed are: the content of the discipline(s), the balance between theory and practice, and the weight of the discipline in the curriculum of undergraduate courses in Librarianship, as well as its relationship with other areas. The bibliographical representation requires previous knowledge for its full learning and comprehension, which leads to questions about the organization of the contents and the relationship with other disciplines and subjects. It seems clear that the function of organizing and retrieving knowledge is still one of the two grounds that distinguish and characterize the occupation of librarian.

Keywords: *Theory. Teaching. Cataloging. Bibliographic representation.*

1. Introdução

A Catalogação pertence ao ensino de Biblioteconomia desde o século XIX, embora tenha assumido diferentes facetas ao longo do tempo. Segundo os textos basilares de Mueller (1985) e Castro (2000), a Catalogação entra no currículo brasileiro na primeira metade do século XX a partir da década de 1930 no curso paulista e dos anos 1940 nos cursos da Biblioteca Nacional. Havia, nestes últimos, uma disciplina denominada Classificação, porém sem identificação de sua natureza, se apenas classificatória ou abrangentemente catalográfica. Houve períodos de junção dos dois aspectos em uma única disciplina ou sua total separação por décadas até chegarmos ao último código, o RDA (Resource Description and Access, Recursos: Descrição e Acesso), que procura enlaçar novamente a descrição e os pontos de acesso de assunto. Observam-se idas e vindas nos currículos, no ensino, na visão quanto à matéria. Já foi valorizada, supervalorizada ou desvalorizada em diferentes momentos destas últimas sete décadas.

Podemos afirmar que a Biblioteconomia hoje caracteriza-se por dois saberes fundamentais: a organização dos registros do conhecimento e a mediação entre tais registros e os usuários. A Catalogação situa-se no primeiro fundamento, parte indispensável do mesmo.

À conta da internet, esta volta agora com força, uma vez que os leitores/usuários encontram-se bem longe da biblioteca física, por vezes inexistente mesmo. Por outro lado, a mesma internet e o aprimoramento das comunicações permitem que se diminua a elaboração de registros bibliográficos, uma vez que estes tornam-se amplamente compartilhados.

Porém, que catalogação queremos e da qual necessitamos? Como prever o ensino da matéria neste universo em movimento e turbulência?

Como afirmou Briquet de Lemos quanto à editoração, podemos refletir que o futuro da catalogação:

> será definido pelas mudanças que a tecnologia da informação e da comunicação vierem a impor [...]. Do mesmo modo que o advento da imprensa gutenberguiana impôs mudanças tecnológicas, econômicas, comportamentais e sociais há mais de 500 anos.

Este não é um trabalho de contestação, mas talvez de constatação. No dia a dia da atividade docente, deparamo-nos muitas vezes com percalços. As dificuldades podem residir em carência de recursos atualizados; na solidão do docente único na área; às vezes em muita informação e poucos saberes por parte dos discentes; além de certo preconceito e consequente baixa autoestima no ambiente profissional. Alguns grupos, que de fato desconhecem a área,

consideram a Catalogação apenas um mundo de regras e códigos: tomam a parte pelo todo.

Terezinha Batista de Souza (2009), ao pesquisar o ensino de catalogação no Brasil e em Portugal, demonstrou que:

> Todos os cursos de Biblioteconomia brasileiros que fizeram parte deste estudo procuram ensinar a catalogação em seu sentido amplo, ou seja, além da descrição bibliográfica capacitam o estudante a identificar e justificar a escolha e a forma dos pontos de acesso para nomes pessoais e coletivos. Relativamente aos novos desenvolvimentos teóricos da catalogação, mais precisamente os FRBR, constatou-se que somente a UNESP e a UNIRIO já incluíram nos programas das disciplinas um *item* sobre esse assunto. (2009, p. 308).

Levantamos, por meio da internet, 38 Escolas de Biblioteconomia no país. Dentre estas, acessamos currículos ou grades curriculares de 30 cursos sem maiores análises de ementas, exceto para dirimir dúvidas quanto a conteúdos. Pode-se afirmar, pela leitura da tese citada e por esse levantamento, que todos os cursos de Biblioteconomia do país oferecem uma ou mais disciplinas de Catalogação ou Representação Descritiva, como denominada pela maioria; geralmente duas ou três disciplinas. No entanto, há diversidade de carga horária com predomínio entre 150 e 180 horas-aula. Em síntese, demonstra-se que, desde sua introdução no ensino, a área de Catalogação permanece independentemente do currículo em vigor.

A área permanece, porém não com a mesma face, aliás, como a nossa própria Biblioteconomia. Outras preocupações inserem-se nos estudos catalográficos tanto de natureza teórica, como os modelos conceituais encontrados na família FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records, Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos), como de mudança do foco para o usuário. Os Princípios Internacionais de Catalogação (2009), à semelhança de Cutter (1935 [original de 1904]), voltam-se às tarefas do usuário e não ao objeto em processo de representação. Essa guinada radical de enfoque nos permite maior amplitude, não na interpretação particular das normas catalográficas, mas na necessidade de registro dos elementos ou campos de acordo com nossos usuários. Ressalve-se, antes de mais nada, que a estrutura da ISBD (International Standard Bibliographic Description, Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada) continua vigente. Se a pontuação entre áreas faz-se supérflua, superada pela identificação dos campos nos formatos automatizados, dentro das áreas tudo continua igual.

E chega-se ao ensino nos dias de hoje. Primeiramente, há o aspecto de introdução da teoria nos currículos. Em segundo lugar, porém não menos importante, fica o indispensável conhecimento das normas em vigor. Por

consequência, volta-se à dicotomia clássica: menos tecnicismo (leia-se "código de catalogação") e mais... o quê? Complementarmente, quais os conhecimentos prévios e conexos que esperamos dos alunos ou que os cursos devem oferecer?

Esses são os temas centrais da reflexão aqui apresentada. A próxima seção aborda a relação entre teoria e prática. Em seguida, discutimos os saberes complementares para formação do catalogador e concluímos o trabalho com os desafios aos docentes.

2. Revisão da literatura: teoria e prática no ensino de Catalogação

Antes de entrarmos em nossas próprias ideias, recorremos a textos mais gerais e universais. Salientamos existir vastíssima bibliografia sobre o tema formação em Library and Information Science (LIS). Salientamos, também, que o termo pode gerar diferentes traduções, uma vez que se tratou apenas do acréscimo de "Information" à expressão "Library Science". Rigorosamente, a ciência deveria abranger tanto a Biblioteconomia como a Informação, significando que a Ciência da Informação não aboliu, em momento algum, a "Ciência da Biblioteca". No Brasil, diferentemente, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação encontram-se apartadas, identificadas pela expressão Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), cujos termos usam-se em conjunto ou separadamente.

Revimos primeiramente Audunson (2005) sobre a formação em LIS/BCI nos países nórdicos para implantação do Processo de Bolonha, ao qual nos referiremos adiante. Selecionamos Audunson não apenas pela tradição biblioteconômica dos países nórdicos como também pelo enfoque perfeitamente adequado à catalogação. Resumidamente e em livre tradução, um comitê formado por representantes dos países nórdicos, em 2004, chegou a um acordo sobre os seguintes pontos para a formação em LIS/BCI:

- "um completo entendimento da organização e recuperação do conhecimento e dos princípios e teorias" subjacentes aos respectivos sistemas;

- "um conhecimento sobre o conteúdo a ser adquirido, organizado e mediado, isto é, eles [sic] precisam ter conhecimento cultural e literário." O comitê considera que um mediador não pode trabalhar bem se conhece apenas a forma;

- "todos os sistemas de organização do conhecimento se constroem sobre pressupostos epistemológicos." Por sua vez, lida-se com uma realidade socialmente construída. O ensino de epistemologia e teoria do conhecimento desenvolve capacidades reflexivas e críticas de análise dos pressupostos epistemológicos encontrados em diferentes sistemas;

- desenvolvimento das capacidades do estudante para entender e analisar as instituições e práticas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em contextos sociais mais amplos. Mais significativo ainda, a nosso ver: "Como a LIS/BCI é formada pelo meio [sociocultural]? Como a LIS/BCI forma seu meio? Qual o papel social da profissão e como este papel é afetado pelas mudanças sociais."

Ainda segundo Audunson no texto citado (2005),

> porém, o ponto central aqui é que o comitê tentou identificar o conhecimento e as competências necessárias para uma prática profissional cientificamente embasada e desenhar um quadro de um profissional reflexivo, não apenas ensinado a repetir práticas estabelecidas, mas, baseado em entendimento científico, capaz de ir além delas, criticá-las, refiná-las, desenvolvê-las e descartá-las, se necessário. Desnecessário dizer: a formação em LIS/BCI hoje desdobra-se no contexto de duas mudanças profundas: a digitalização e o crescimento da sociedade multicultural.

A Biblioteconomia norte-americana influi significativamente no ensino brasileiro de graduação da área, em especial na representação bibliográfica. Permanece, inclusive, o uso em grande medida de instrumentos oriundos dos Estados Unidos, como os códigos de catalogação, a Classificação Decimal de Dewey, as listas de cabeçalhos de assuntos e os bancos de dados da Library of Congress e do OCLC (Online Computer Library Center). Portanto, cabe um parêntesis sobre dois textos a respeito da formação bibliotecária nos EUA.

Na contramão da realidade europeia, o estudo de Pattuelli (2010) demonstra as tendências dos cursos de Biblioteconomia credenciados pela American Library Association (ALA), ou seja, o foco na prática, agora modificada em razão do ambiente digital:

> Em termos globais, os resultados indicam um perfil dos cursos de organização [do conhecimento] enraizado nas tradicionais práticas bibliográficas, mas que inclui métodos e técnicas visando aos recursos eletrônicos (por exemplo: metadados, linguagens de marcação, padrões de codificação etc.) e aplicáveis a diferentes sistemas de informação e ambientes (por exemplo, bibliotecas e arquivos digitais). Esses resultados sugerem que os cursos de organização começam a mover-se além

> das fronteiras institucionais em direção a uma ideia mais unificada de sistemas e serviços de informação. (PATTUELLI, 2010, p. 819).

A própria American Library Association (ALA), entidade responsável pelo reconhecimento dos cursos nos Estados Unidos, apresenta as competências básicas da Biblioteconomia (2009). Textualmente:

> Este documento define o conhecimento básico a ser adquirido por todas as pessoas que se formam em um programa de mestrado em estudos de biblioteca e informação reconhecido pela ALA.
> [...]
> *CONTEÚDOS*
> *1. Fundamentos da Profissão*
> *2. Recursos Informacionais*
> *3. Organização do Conhecimento e da Informação Registrados*
> *4. Conhecimento e Habilidades Tecnológicas*
> *5. Serviços de Referência e Usuários*
> *6. Pesquisa*
> *7. Educação e Aprendizagem Continuadas*
> *8. Administração e Gestão*

O terceiro tópico, relativo à organização do conhecimento, reforça as conclusões encontradas por Patuelli acima:

> 3. Organização do Conhecimento e da Informação Registrados
> 3A. Os princípios envolvidos na organização e representação do conhecimento e da informação registrados.
> 3B. As habilidades de desenvolvimento, descrição e avaliação necessárias para organizar os recursos de conhecimento e de informação registrados.
> 3C. Os sistemas normalizados e métodos de catalogação, metadados, indexação e classificação, usados para organizar os recursos de conhecimento e de informação registrados. (ALA, 2009).

Muito já se falou e se escreveu sobre o Processo de Bolonha, ou Protocolo de Bolonha, um acordo entre os Ministérios da Educação dos países integrantes da União Europeia (UE) para internacionalização e compatibilidade entre as instituições de ensino superior da UE. Tal acordo obrigou a revisão geral de todos os currículos e cursos de todas as áreas do conhecimento e gerou inúmeras publicações nacionais de grupos linguísticos, entre outros grupos. Em 2005, publicou-se o relatório sobre LIS/BCI: "European curriculum reflections on Library and Information Science", que propicia uma visão

clara do que seja a profissão, assim como dos conhecimentos, atitudes e competências necessários a desenvolver na formação profissional. Segundo o relatório, a formação profissional deve iniciar-se no bacharelado e seguir até o doutorado, embora possa continuar indefinidamente.

Sumarizamos apenas, em tradução livre, trechos dos capítulos que nos interessam diretamente, ou seja, aqueles relativos ao Letramento Informacional e à Organização do Conhecimento.

Quanto ao Letramento Informacional, redigido por Virkus e outros no citado relatório (2005), o grupo apresentou várias definições, considerando-as igualmente válidas, das quais selecionamos uma, do CILIP (Chartered Institute Of Library and Information Professionals, Inglaterra):

> Letramento informacional é saber quando e como se necessita informação, onde encontrá-la e como avaliá-la, usá-la e comunicá-la de modo ético. (CILIP, 2005, apud VIRKUS et al., 2005, p. 66).

O grupo concluiu que os profissionais bibliotecários e da informação "também possuem uma função específica no processo pelo qual as pessoas se tornam letradas informacionais" (ibidem, p. 68). Assim:

> Sustentou-se que sejam essenciais aos estudantes de LIS/BCI:
> 1. Estarem cientes do letramento informacional como um conceito;
> 2. Tornarem-se eles próprios letrados informacionais;
> 3. Aprenderem alguns aspectos-chave sobre o ensino do letramento informacional.

A nosso ver, o letramento informacional torna-se indispensável à catalogação, tanto para o catalogador como para o usuário, cabendo ao profissional criar os meios necessários à compreensão sobre o uso dos catálogos e bibliografias, entre outros instrumentos, por seu público.

"Organização do Conhecimento", para o grupo redator do tópico (BROUGHTON et al., 2005, p. 133), define-se:

> Organização do Conhecimento (*KO*/OC), em sentido estrito, é sobre sistemas de organização do conhecimento (*KOS*/SOC), tais como: registros bibliográficos, sistemas de classificação (por exemplo: CDD, LCC e CDU), tesauros, redes semânticas; e sobre processos de organização do conhecimento, tais como: classificação, descrição do documento, "catalogação descritiva", indexação e análise de assunto.

Os autores relatam diferentes abordagens ao significado de organização do conhecimento. Ressaltam, também, que se deveria buscar uma terminologia

clara, "na qual se utilizariam termos diferentes se significassem coisas diferentes" (ibidem, p. 141). Não há dúvidas sobre o papel central da organização do conhecimento no ensino de LIS/BCI.

Como afirmamos anteriormente, o levantamento sobre os currículos brasileiros que realizamos para este trabalho não nos permite identificar o percentual entre teoria e prática no ensino de Catalogação. Em relação à carga horária, é valiosa a contribuição da pesquisa de Souza:

> Ainda com relação à carga horária, percebe-se uma divergência muito grande em termos de quantidade de horas por disciplinas entre os cursos de Biblioteconomia brasileiros. A UNIRIO, por exemplo, reserva 270 horas da carga horária total de seu currículo, enquanto que a UnB apenas 68. Pela experiência adquirida em alguns anos ministrando esta disciplina, acredita-se que em apenas 68 hs[1] não é possível preparar o rland para o exercício da importante tarefa que é a catalogação, com habilidade e competência para lidar com a diversidade de ambientes e de suportes atualmente existentes. (SOUZA, 2009, p. 305-306).

Na questão relacionada à teoria e prática nas disciplinas ofertadas nos cursos brasileiros, a autora comenta:

> observou-se que, de modo geral, as mesmas trabalham com o foco na prática catalográfica, tendo como instrumento de apoio e base de conteúdos o Código de Catalogação Anglo Americano, segunda edição (CCAA2) e os estudantes são orientados para o exercício e a elaboração de registros bibliográficos no formato de fichas tradicionais de catalogação 12,5cm x 7,5cm ou formato MARC. (SOUZA, 2009, p. 306).

Embora por vezes não documentado nos planos curriculares, sabe-se da presença de aspectos teóricos no ensino nas disciplinas em determinados cursos brasileiros. No entanto, baseando-nos em textos e em nossa experiência docente, podemos afirmar que a teoria precisa, obrigatoriamente, incluir-se nas disciplinas de catalogação, mesmo que em detrimento de alguns aspectos da prática. Cabe lembrar que os códigos mudam, a teoria permanece. Se um discente aprender a consultar as fontes, sem decorá-las, provavelmente saberá lidar com outras ou saberá como, onde e quando buscar novas fontes.

3. Conteúdos desejáveis

Ressalte-se, antes de mais nada, que consideramos a carga horária de

180h/aula, ou doze (12) créditos, como ideal para a área, podendo chegar a um pouco menos ou um pouco mais, dependendo da distribuição do conteúdo, do uso de ferramentas como exercícios à distância, à exemplo do relatado por Silveira (2007), entre outros procedimentos. De qualquer modo, consideramos prejudicial à formação do profissional menos de 120h/aula sobre a matéria.

Em relação aos conteúdos propriamente, há que se considerar o desenvolvimento tecnológico e o quanto este afeta a catalogação, tanto no sentido de novas ferramentas quanto no sentido de que a catalogação se tornará cada vez mais especializada e menos elaborada em diferentes instituições. Ou seja, centrais especializadas de catalogação permitirão a cópia de seus registros bibliográficos, distribuídos por meio da internet e de bancos de dados em linha. Caberá ao bibliotecário, de fato e necessariamente, ajustes visando seu próprio público. Esse avanço não diminui os aspectos teóricos, nem o reconhecimento das ferramentas, nem a capacitação para construir bibliotecas digitais, ou a capacitação dos próprios usuários para utilizá-las.

Atualmente os catálogos Online de Acesso Público (OPACs) convivem com bibliotecas (físicas, digitais, eletrônicas, virtuais), que por sua vez convivem com repositórios, ferramentas de busca e assim sucessivamente.

Entendemos que o resultado esperado do produto final do processo de representação (descritiva ou temática) é a recuperação da informação por parte dos usuários. Tomemos como exemplo "nome" e "título": podem ser dados descritivos – e recuperáveis, independentemente de o Sistema de Recuperação da Informação ou OPAC adotar o formato MARC ou Dublin Core, ou um terceiro formato de metadados. As regras que regem a ordem dos elementos descritos pertencem ao âmbito da Catalogação, complementadas por normas técnicas ou padrões, em geral de uso internacional. A Recuperação da Informação como disciplina ou área possui fundamentos e interesses bem delineados, enquanto o processo de recuperação em si pode ser estudado sob diferentes pontos de vista, interdisciplinares, inclusive.

Nesse sentido, advogamos pela maior inserção de conteúdos relacionados à Recuperação da Informação ou pós-organização da descrição. Concordamos com as palavras de Svenonius, que, em 2000, afirmava:

> Porque a descrição bibliográfica, quando manualmente realizada, é cara, parece provável que a "pré" organização da informação vá continuar a mudar gradativamente em direção à "pós" organização. A mudança hoje é refletida por uma ênfase de pesquisa do *design* de linguagens bibliográficas para o *design* dos motores de busca (...) Como os processos pelos quais a informação é organizada tornam-se cada vez mais automatizados, deve tornar-se viável incorporar

> algumas das estruturas de controle de informações, dispositivos e estratagemas usados nas tradicionais linguagens bibliográficas e no projeto de sofisticados motores de busca "pós" organizados. (SVENONIUS, 2000, p. 195).

Já em 2006, Antelman, Lynema e Pace afirmavam que a tecnologia por trás dos catálogos esteve estacionada por décadas e discutiam o uso de um novo produto, Endeca[2]: suas funcionalidades, o processo de implementação e avaliação do catálogo na North Carolina State University. Entre as principais funcionalidades de um catálogo que possui o sistema Endeca, os autores destacam a tecnologia de busca e navegação avançadas, baseada em três principais áreas, detalhadas por eles no artigo: ranking de resultados por relevância, novas capacidades de navegação e incremento nas buscas por assunto (ANTELMAN; LYNEMA & PACE, 2006, p. 129).

Os autores comentam o apoio dos fornecedores do Endeca e a criação de uma equipe local que decidiria sobre o tipo de busca a ser utilizada, fundamentada na abordagem de busca por item conhecido. A equipe também escolheu as facetas (ou dimensões) navegáveis, uma vez que o sistema permite a busca em campos MARC. Extrai, inclusive, dados daqueles campos nunca exibidos ao público em geral e, por consequência, oferta informações tais como: assunto tópico, data, língua etc. Ainda assim, a equipe manteve o que chama de "busca por autoridade": autor, título, assunto e número de chamada.

No que tange à avaliação, o grupo reforçou a necessidade desse procedimento e a iniciou logo após a mudança de interface, mesmo sendo autoevidente a melhoria (idem, p. 133). Das cinco medidas de avaliação identificadas, relatou a análise de *log*, que revelou diversos fatores, entre eles: a busca por assunto teve um aumento considerável, também por se ter tornado a busca padrão na interface; as facetas/dimensões navegadas que poderiam sugerir mudanças; o funcionamento do corretor gramatical "Você quis dizer...?". Ainda no quesito avaliação, examinou o conceito de relevância utilizado pelo Endeca como opção para organizar os resultados ("mais relevante" em primeiro lugar, por exemplo) e o sistema de recomendação ("mais como esses"), que utilizava subcampos da faixa de campos 6XX ou reiniciava a busca por qualquer autor presente no registro. "Mesmo sabendo que a relevância é um conceito subjetivo (....) é possível estabelecer níveis de relevância por tópicos" (idem, p. 134). Assim, os autores testaram o catálogo sem e com a camada do Endeca, o que resultou em uma performance 70% superior no catálogo baseado no produto. Um dado curioso decorrente desta avaliação é relatado pelos autores:

> Embora este nível maior de desempenho seja impressionante, mascara algumas diferenças dramáticas nos respectivos conjuntos de resultados. Olhando para uma pesquisa ampla, "marsupial", todos os cinco primeiros resultados no Endeca

> possuíam "marsupial" no título e "marsupiais" ou "Marsupialia" como cabeçalho de assunto. O conjunto de resultados incluiu 78 registros (...). No conjunto de resultados do [catálogo] Web2, de apenas 29 registros, nenhum dos cinco primeiros continha "marsupial" no título ou cabeçalhos de assunto (e os dois melhores resultados, "Homenagens a Malcolm C McKenna" e "Plantas tóxicas e toxinas relacionadas", são altamente improváveis de serem relevantes). Não antes do décimo registro você vê o primeiro item que contém "marsupial" no título ou assunto. (ANTELMAN; LYNEMA & PACE, 2006, p. 134).

Este foi um dos 43 artigos analisados que versavam sobre catálogos, publicados no intervalo de 1996 a 2010, objetos de pesquisa de doutorado (MORENO, 2011). Fugindo ao escopo daquela pesquisa, apresentamos algumas reflexões também derivadas da leitura de artigos semelhantes a esse: estamos preparando os alunos de graduação para gerir, avaliar e pesquisar esta nova geração de catálogos? Conseguiremos transmitir estes conteúdos na reduzida carga horária que é destinada às disciplinas de Catalogação nos cursos de graduação? Quais conexões com outras disciplinas curriculares são desejáveis para mostrarmos o *continuum* entre a Representação e a Recuperação? Deixaríamos essa formação para conteúdos extracurriculares em cursos de extensão? Como garantir que se incluam os preceitos fundamentais de organização, posto que a tecnologia por si só não consegue responder sozinha a esta demanda? Nas palavras de Robredo (2010, p. 41, grifo nosso):

> O pior é que há bibliotecários 'tradicionais' que teimam em aplicar as novas tecnologias (hoje não tão novas, mas mutantes) para fazer o mesmo que já faziam, sem perceber que *a tecnologia da informação permite fazer muito, mas muito mais; inclusive continuar a fazer o que já se fazia, muito melhor e para o mundo inteiro.* (...) Caberia perguntar: Será que por uma brincadeira do destino os até há pouco tempo tão celebrados OPACs (Online Public Access Catalogs), e hoje perdendo fôlego, foram um prenúncio das bibliotecas tornadas *opacas* para a Web?

Em estudo publicado em 2008, Jia Mi e Cathy Weng se propuseram a responder as seguintes perguntas: Por que os catálogos são ineficazes? O que bibliotecas e bibliotecários podem fazer para proporcionar um OPAC tão bom ou melhor que as ferramentas de busca aos seus usuários? As autoras investigaram as interfaces e capacidades de pesquisa e o *display* bibliográfico de 123 OPACs listados na Association of Research Libraries (ARL). A passagem a seguir (2008, p. 6) fornece uma ideia do que foi encontrado:

> O *display* bibliográfico do OPAC é, em essência, uma versão eletrônica do catálogo em fichas. Para acomodar os dados bibliográficos a partir de catálogos

> em fichas, muitos rótulos de apresentação foram criados, mas frequentemente sem considerar se eles seriam adequados ao ambiente online [...]. Uma vez que as bibliotecas acadêmicas têm como objetivo proporcionar serviços mais dinâmicos e versáteis, a revitalização do OPAC da biblioteca deve ser considerada uma prioridade.

As autoras ainda argumentam que as regras das AACR e o formato MARC foram desenhados para uma época sem o *display* em mente. Mas os dados do formato MARC podem ser usados para múltiplos propósitos, como ter um sistema que reconheça a existência de certos subcampos e produzir etiquetas de exibição específicas nesse sentido.

Acreditamos que, ao ensinarmos os conteúdos relacionados ao formato MARC (ou outro que venha a substituí-lo), ou ao ensinarmos o Código de Catalogação em vigor (ou outro que venha a substituí-lo), não podemos deixar de lado que a Representação é o elemento-chave que garantirá o sucesso da recuperação da informação, independentemente da tecnologia, norma ou formato utilizados.

Constatamos anteriormente que

> Caso o catálogo não se transforme em *outra* coisa – seja pela mudança na aparência, na reorganização da informação externa e dos resultados, seja por agregar as facilidades e tecnologias das redes sociais, ele sempre será tido como uma "lista", o reflexo de uma "bem organizada" coleção de "livros" e um instrumento de recuperação da informação "difícil" de usar. Isso não significa o abandono de regras, tampouco a negação de formatos e padrões, pelo contrário. É preciso mesclar o potencial destes dois mundos, como alguns OPACs já vêm fazendo com sucesso; pressionar os vendedores de software para que se atualizem nas demandas dos usuários; deixar o comodismo e os preconceitos de lado, olhar para o catálogo como algo essencial, integrado à página da biblioteca, e aprender mais, principalmente em relação aos formatos e padrões que viabilizam todas as mudanças desejáveis em catálogos. (MORENO, 2011, p. 88).

Indagamos, então, sobre as contribuições que o ensino de graduação e o ensino continuado podem trazer a este cenário. Cremos que o caminho consiste, também, em maior estímulo à participação discente em congressos, seminários e encontros como este, sejam tais eventos organizados por associações ou agrupamentos de profissionais, professores e demais interessados.

Ao visualizarmos este conjunto de abordagens, parecem-nos implícitos nas disciplinas de catalogação os seguintes tópicos:

a) letramento informacional na área de catalogação: como usar as

ferramentas digitais já existentes, como elaborar ferramentas digitais para a catalogação e, mais importante ainda, como ensinar ao público o uso das ferramentas à disposição. Tal ensino sobre o universo ciberespacial equivaleria às explicações que deveríamos sempre fazer sobre uso dos catálogos manuais, como se organizam, como buscar os tópicos de interesse, como se dá a organização nas estantes e nas prateleiras, a sinalização, entre outros aspectos fundamentais nas bibliotecas físicas;

b) ética da representação bibliográfica, o respeito ao multiculturalismo na catalogação;

c) o papel da catalogação e sua importância; os princípios da catalogação; os princípios dos catálogos (físicos ou virtuais); os modelos de requisitos funcionais para os registros bibliográficos (atualmente, FRBR, FRAD e FRSAD) e seus conceitos, com estudos específicos sobre alguns destes;

d) estudos de usuários com vistas ao levantamento de sua compreensão dos registros bibliográficos e dos elementos necessários ou dispensáveis destes registros, inclusive da linguagem de assuntos mais adequada, da melhor organização de acervos, físicos ou virtuais, ou do uso possível de recursos auditivos e imagéticos nos catálogos;

e) estudos sobre documentos, isto é, sobre os diversos tipos de registros do conhecimento, físicos ou virtuais, passíveis de catalogação; algumas considerações sobre o universo editorial;

f) ferramentas da catalogação, uso e aplicação das mesmas (ISBD, código em vigor, formato de automação, entre outros tópicos); elaboração e organização de catálogos, físicos ou virtuais;

g) breve histórico da catalogação e dos catálogos, de modo a situar a matéria no tempo e demonstrar sua importância;

h) análise, avaliação e testagem de novos produtos tecnológicos, desenhados para administração, organização e visualização de catálogos eletrônicos.

O ensino da catalogação, por si só, não pode formar um catalogador. Várias outras matérias ou disciplinas devem compor o currículo que leve à formação desejável. O aluno de catalogação precisará, também, de:

a) conhecimento de literatura, pelo menos, de literatura brasileira e

contemporânea, com muita leitura. Quem não lê não consegue catalogar;

b) conhecimento sobre a sociedade, sobre a comunidade onde atua, com mais saberes e menos informação;

c) princípios teóricos da comunicação humana, para melhor compreender o papel mediador da catalogação;

d) conhecimentos básicos sobre a ciência da linguagem;

d) conhecimentos básicos de tecnologias da informação, aliados aos preceitos de organização.

4. Considerações finais

Dissemos no início deste trabalho que este seria um texto de constatação e não de contestação. Esperamos que também sirva à reflexão.

Uma breve revisão de literatura nos permitiu entrever as diferenças entre as expectativas de formação profissional nas realidades brasileira, americana e europeia, mesmo que não extensivamente. Ressaltamos que as disciplinas da Catalogação, se consideradas de modo isolado, não se mostram capazes de formar um profissional completo na área. Por outro lado, trouxemos à apreciação os conteúdos implícitos ou desejáveis para a formação do catalogador, da própria área e de suas diversas correlatas.

Sabemos que o assunto não se esgota aqui e cada um verá, de acordo com suas próprias experiências, outros conteúdos ou prevalências nas disciplinas ministradas. Os catalogadores, por sua vez, ante seus saberes praticados no dia a dia, devem contribuir para o que sintam como necessário ao ensino ou para identificar lacunas existentes na formação. A troca de ideias em encontros como este enriquecerá, certamente, o ensino de Catalogação.

Existe, não nos esqueçamos, o cotidiano docente: como alcançar e ministrar o conjunto desejável da matéria com os recursos disponíveis ou como obter os recursos necessários. Deparamo-nos, também, com outros desafios: decidir o que ensinar, de que modo fazê-lo, como dividir os conteúdos, como integrá-los, para que não percam sua unicidade, como atender simultaneamente os aspectos teórico e prático e os reunir em um todo.

Afora os desencontros, em compensação, existem os aspectos positivos. Como dito acima, a catalogação patenteia-se cada vez mais importante e indispensável como teoria e como prática. Parece claro que a função de

organizar e recuperar o conhecimento, ou os registros físicos ou ciberespaciais do conhecimento, ainda é um dos dois fundamentos que distinguem e caracterizam a profissão de bibliotecário.

5. Notas

1 Cabe aqui uma correção: a única disciplina obrigatória de Catalogação na Universidade de Brasília tem apenas 60 horas, e não 68.

2 Endeca não é uma interface completa, mas uma poderosa ferramenta de busca que pode ser implementada em qualquer ambiente de organização da informação. Descrição e outras informações disponíveis em: Library Technology Reports, jul./aug. 2007, p. 19-22.

6. Referências

ALA's core competencies of librarianship. Final version. [Chicago]: American Library Association, 2009. 5 p. Disponível em: <http://www.ala.org/educationcareers/sites/ala.org.educationcareers/files/content/careers/corecomp/corecompetences/finalcorecompstat09.pdf>. Acesso em: ago. 2012.

ANTELMAN, K.; LYNEMA, E.; PACE, A. K. Toward a 21st century library catalog. *Information Technology & Libraries*, v. 25, n. 3, p. 128–139, 2006.

AUDUNSON, Ragnar. Library and information science education: is there a Nordic perspective? *IFLA General Conference and Council*, 71th, 2005, Oslo. [Papers]. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla71/Programme.htmp://www.ifla.org/IV/ifla71/Programme.htm>. Acesso em: jul. 2012.

BROUGHTON, V. et al. Knowledge organisation. In: KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif (Eds.). *European curriculum reflections on Library and Information Science education*. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. p. 133-148. Disponível em: <http://dspaceunipr.cilea.it/bitstream/1889/1704/1/EUCLID%20European%20LIS%20curriculum.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CUTTER, Charles A. *Rules for a dictionary catalog*. 4th ed., rewritten. Facs. ed. London: Library Association, 1935 [original 1904]. Disponível também em formato digital em: <http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc1048/>.

DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação. Trad. de Lidia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA Cataloguing Section, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icp/ICP-2009_pt.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2009.

IFLA Standing Committee of the Section on Cataloguing. *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*: preliminary consolidated edition. München: IFLA, K. G. Saur, 2007. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. *Functional requirements for bibliographic records*: final report. UBCIM Publications – New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998.

IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR). *Functional Requirements for Authority Data*. Versão em espanhol de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/functional requirements-for-authority-data>. Acesso em: 16 jun. 2011.

KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif (Eds.). *European curriculum reflections on Library and Information Science education*. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. 241 p. Disponível em: <http://dspaceunipr.cilea.it/bitstream/1889/1704/1/ EUCLID%20European%20LIS%20curriculum.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

LEMOS, A. A. Briquet de. *Sobre a editora*. [Brasília]: Briquet de Lemos/Livros, [2009?]. Disponível em: http://www.briquetdelemos.com.br/sobre-nos. Acesso em: 14 ago. 2012.

MI, J.; WENG, C. Revitalizing the Library OPAC: interface, searching, and display challenges. *Information Technology & Libraries*, vol. 27, n. 1, p. 5–22, 2008.

MORENO, F. P. *Em busca dos objetivos bibliográficos*: um estudo sobre catálogos. Brasília, 2011. 162 f., il.(Doutorado em Ciência da Informação), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/9896>. Acesso em: 15 jul. 2012.

MUELLER, Suzana P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

PATTUELLI, C. M. Knowledge organization landscape: A content analysis of introductory courses. *Journal of Information Science*, v. 36, 2010, p. 812-822.

RDA Toolkit. *Resouce Description and Access*. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 11 maio 2012.

ROBREDO, Jaime. Ciência da informação e Web semântica: Linhas convergentes ou linhas paralelas? In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). *Passeios pelo*

bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. 334 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Capítulo 1, p. 12-47. Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC; disponível em: http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf (Última atualização: maio/jun. 2011). Acesso em: 13 jul. 2011.

SILVEIRA, N. C. Tecnologia em educação aplicada à Representação Descritiva. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 4, p. 88-109, 2007. Disponível em: <http://143.106.108.14/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/356/235>.

SOUZA, Terezinha Batista de. *O ensino da representação descritiva nos cursos da área de ciência da informação no Brasil e em Portugal*. 2009. Tese (doutorado) – Universidade do Porto, 2009.

SVENONIUS, E. *The intellectual foundation of information organization*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

VIRKUS, S. et al. Information literacy and learning. In: KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif (Eds.). *European curriculum reflections on Library and Information Science education*. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. p. 65-83. Disponível em: <http://dspaceunipr.cilea.it/bitstream/1889/1704/1/EUCLID%20European%20LIS%20 curriculum.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

Revisitando e revitalizando conteúdos sobre catalogação: um texto compartilhado com alunos de graduação

Elizete Vieira Vitorino
Profa. Dra. do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Djuli Machado de Lucca
Monitora da disciplina Catalogação I, curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Marcela Reinhardt de Souza
Aluna da disciplina Catalogação I, curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo

As transformações estão presentes em todas as áreas do conhecimento humano e na Biblioteconomia não é diferente. Na catalogação, tais transformações demandam zelo pelo detalhe e preocupação com o acesso ao acervo. Transformar a prática da representação descritiva significa, em princípio, possibilitar mudanças no ensino desta matéria nas universidades – desde o conteúdo histórico sobre o tema até as práticas tradicionais e contemporâneas. O propósito deste trabalho é revisitar e, ao mesmo tempo, revitalizar conteúdos da disciplina CIN 5006, Catalogação I, ofertada no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para o desenvolvimento deste trabalho, uma metodologia científica se fez necessária e procedimentos foram utilizados para concretizá-la. A pesquisa bibliográfica e documental foi oportuna para revisitar conteúdos. Já para concretizar a revitalização, os alunos da referida disciplina foram convidados a participar, desenvolvendo uma atividade didática de elaboração de texto compartilhado. Os resultados mostram que os alunos, ao serem chamados à transformação respondem à altura – são partícipes, comprometidos, sugerem melhorias para o ensino da temática e propõem novas perspectivas didáticas ao aprendizado da catalogação. Mais que isso: a dimensão técnica da Competência Informacional se revaloriza. De modo participativo, o "saber fazer" catalogação é revitalizado e sua importância na formação acadêmica ganha equilíbrio em relação às demais dimensões da Competência Informacional – estética (sensibilidade), ética (postura crítica) e política (o coletivo, o outro). Os resultados ainda apontam que a competência do profissional da informação torna-se plena e pode melhor se concretizar numa formação "reavivada".

Palavras-chave: *Catalogação. Competência informacional. Dimensões da competência informacional. Dimensão técnica da competência informacional. Profissional da informação. Bibliotecário.*

Abstract

Transformations are present in all areas of human knowledge, and Library Science is no different. In cataloging, such transformations require zeal for detail and concern for access to the collection. Transform the practice of descriptive representation means, in principle, possible changes in the teaching of this subject in the universities – from the historical content on the topic to traditional and contemporary practices. The purpose of this work is to revisit and, at the same time, revitalize the contents of the CIN 5006 discipline, Cataloguing I, offered in the undergraduate course in Library Science from Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). To develop this work, a scientific methodology was required and procedures were used to achieve it. The bibliographic and documentary research was timely to revisit content. On the other hand, to achieve the revitalization, the students of this discipline were invited to participate by developing a didactic activity of preparing a shared text. The results show that students, when called to respond to the transformation, respond without disappointing – they are participant and committed, they suggest improvements to the teaching of the subject and propose new didactic perspectives to the learning of cataloging. More than that: the technical dimension of the information competence is revalued. In a participatory manner, "knowing how" to catalog is revitalized and its importance in academic studies is balanced in relation to other dimensions of the information competence – aesthetics (sensitivity), ethics (critical attitude) and political (the collective, the other). The results also indicate that the competence of the information professional becomes full and can best be realized in a "revived" education.

Keywords: *Cataloging. Informational competence. Informational competence dimensions. Technical dimension of the informational competence. Information professional. Librarian.*

1. Introdução

Tratar da temática catalogação – principalmente no que se refere a aspectos teóricos, históricos, conceituais e prática de catalogação de livros numa disciplina de graduação – não é tarefa das mais fáceis. É desafiador dar a entender a importância de se aprofundar em aspectos teóricos para fins de elaboração da representação descritiva do item "livro" sem que ocorram perguntas como: "mas por que aprender a criar uma catalogação a partir do zero se podemos copiar a catalogação pronta da BN ou de outra instituição qualquer?" e "por que ler um código de catalogação se a linguagem mais parece ser de outro mundo e os exemplos não são brasileiros?". Mas a resposta a essas perguntas igualmente recorrentes é uma só: para conhecer e para saber fazer, para então poder propor mudanças ao fazer catalogação atual.

Essas palavras iniciais representam a tarefa delicada que é ensinar catalogação nos dias de hoje. Anunciar teorias de uma área e os principais teóricos que a fizeram ser o que é hoje é algo instigante. Tratar dos aspectos históricos, datas importantes e marcos conceituais sobre catalogação também é algo importante, mas não menos do que a catalogação do item em si.

Apesar de presenciarmos nas últimas décadas uma série de descobertas e inovações nas ciências de um modo geral, e as teorizações são um reflexo de tais transformações, é possível verificar que em todo o mundo há um empenho pela mudança por parte de professores no sentido de atualizar e reconfigurar os conteúdos das disciplinas que lecionam para acompanhar, inclusive, a transformação social. Mas a questão não é tão simples assim. Em Biblioteconomia, por exemplo, o ensino passou por reformulações e, em algumas universidades, tais reformulações são recentes e datam da última década. Mas há ainda que se considerar a formação dos professores que lecionam disciplinas técnicas, muitos dos quais foram "formados" numa década em que catalogar ainda era algo manual e quando a Internet nem sequer havia surgido.

Tomando-se esse contexto por base, este trabalho tem o propósito de iniciar uma investida na transformação da disciplina Catalogação I (CIN 5006) – disciplina esta ofertada na 2ª fase do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina – principalmente no que se refere ao conteúdo e às estratégias de ensino-aprendizagem. Considera-se que, ao revisitar e revitalizar o conteúdo e as práticas didáticas da disciplina mencionada, será possível garantir um melhor aproveitamento do conteúdo e o alcance do conhecimento em catalogação, foco importante da Competência Informacional, pois é na dimensão técnica da profissão, o saber fazer, associado às demais dimensões – estética (sensibilidade), ética (postura crítica) e política (o coletivo, o outro) –, que se alcançará uma formação profissional equilibrada e condizente com

o atual cenário (o das situações complexas que demandam uma tomada de decisão igualmente complexa, e não mais lineares como se fazia no passado).

O objetivo maior deste trabalho é revisitar e, ao mesmo tempo, revitalizar conteúdos de uma disciplina de graduação de cunho técnico, de modo a garantir o equilíbrio entre a formação profissional e as demais dimensões – estética, ética e política. Para essa finalidade, alguns objetivos específicos foram lançados: desenvolver uma atividade didática que proporcionasse o envolvimento dos alunos, a participação e o comprometimento na melhoria dos conteúdos da disciplina Catalogação I, apresentar aos demais alunos (compartilhar) os resultados alcançados, identificar o aprendizado alcançado por meio das falas dos alunos participantes da atividade e divulgar os "achados" em evento científico para possibilitar a troca de ideias e a melhoria dos conteúdos da disciplina.

Os itens seguintes dão conta da revisão conceitual e metodológica que embasaram os resultados deste trabalho.

2. Revisão de literatura

Ao tratar de ensino e aprendizagem e das mudanças com as quais a educação universitária vem se deparando, Assmann (2000) alerta para uma "transformação sem precedentes das ecologias cognitivas". Para o autor,

> as novas tecnologias não substituirão o/a professor/a, nem diminuirão o esforço disciplinado do estudo. Elas, porém, ajudam a intensificar o pensamento complexo, interativo e transversal, criando novas chances para a sensibilidade solidária no interior das próprias formas do conhecimento. (ASSMANN, 2000, p. 7).

Assim, para dar conta desse cenário, a competência do professor redefine-se: mais do que ensinar, trata-se de *fazer aprender* (PERRENEOUD, 2000, p. 39). As novas tecnologias podem reforçar a contribuição dos trabalhos pedagógicos e didáticos contemporâneos, pois permitem que sejam criadas situações de aprendizagem ricas, complexas e diversificadas, por meio de uma divisão de trabalho que não faz mais do professor o "ator" principal da "cena", uma vez que tanto a informação – neste caso o conteúdo didático – quanto a interação são assumidas pelos produtores dos instrumentos de ensino.

Nesta perspectiva, foi realizado na cidade de Alexandria, Egito, no final do ano de 2005, o High Level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning. Neste evento, foi elaborada e divulgada a Declaração de Alexandria. Num dos eixos temáticos do evento, "Competência

Informacional e Aprendizado ao Longo da Vida", destacou-se que as práticas pedagógicas devem ser ativas e voltadas ao aprendizado participativo, além de que a competência informacional deve ser requisito necessário à educação (DUDZIAK, 2008). Portanto, a competência informacional e profissional precisa ser desenvolvida no ambiente universitário com vistas a favorecer a aprendizagem do aluno para o mundo do trabalho.

2.1. Competência informacional e profissional

Quando Rios (2006, p. 86) iniciou sua investigação sobre competência, verificou que nela se apontavam duas dimensões:

> a primeira dizia respeito a um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permitia a intervenção prática na realidade, e a segunda indicava uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades concretas do contexto social.

A competência se traduzia, então, na articulação entre uma dimensão técnica e uma dimensão política. Esta visão poderia criar, equivocadamente, uma dicotomia entre as duas dimensões da competência. Embora se reconhecesse que ambas eram componentes de uma unidade, a ênfase sobre cada uma poderia prejudicar o entendimento do termo. Sendo assim, a autora explorou então formas de superar esse risco, reconhecendo a presença de uma dimensão ética, elemento de mediação entre a técnica e a política:

> a ética deve estar presente na técnica, que não é neutra, e na política, que abriga uma multiplicidade de poderes e interesses. A ética garante, então, o caráter dialético da relação. (RIOS, 1993 apud RIOS, 2006, p. 87).

A competência comporta, sob este foco, o sentido de "saber fazer bem o dever", ou seja, ela se refere sempre a um "fazer" que requer um conjunto de "saberes" e implica um posicionamento diante daquilo que se apresenta como desejável e necessário. Mas é preciso saber "bem", saber fazer "bem" (RIOS, 2004, p. 47), porque o termo "bem" indicará tanto a dimensão técnica – de conteúdo e conhecimento – quanto outras dimensões. Rios (2006, p. 88) reforça: "é importante considerar-se o saber e o dever como elementos historicamente situados, construídos pelos sujeitos em sua práxis". Segundo esta linha de raciocínio, a competência deve ser considerada como uma totalidade, o que não implica uma cristalização num modelo. Resumindo, o conjunto de propriedades de caráter técnico, ético e político, e também

estético (sensível), como a autora demonstra em seus estudos, é que define a competência. Rios (2006, p. 93-109) caracteriza as dimensões da competência da seguinte forma:

a) **dimensão técnica** – é o suporte da competência, uma vez que esta se revela na ação dos profissionais; diz respeito à capacidade de lidar com os conteúdos – conceitos, comportamentos e atitudes – e à habilidade de reconstruí-los; a técnica tem, por isso, um significado específico no trabalho, nas relações; esse significado é empobrecido quando se considera a técnica desvinculada de outras dimensões; é assim que se cria uma visão tecnicista, na qual se supervaloriza a técnica, ignorando sua inserção num contexto social e político e atribuindo-lhe um caráter de neutralidade;

b) **dimensão estética** – é a percepção sensível da realidade; diz respeito à presença da sensibilidade e sua orientação numa perspectiva criadora; se a práxis não revela um caráter criador, ela tem seu significado empobrecido, tornando-se uma prática burocratizada; é a presença da sensibilidade e da beleza, como elemento constituinte do saber e do fazer profissional; a sensibilidade está ligada a uma ordenação de sensações, uma apreensão consciente da realidade, ligada à intelectualidade; está relacionada com o potencial criador e com a afetividade dos indivíduos; orienta o fazer e o imaginar individual; a sensibilidade se converte em criatividade ao ligar-se estreitamente a uma atividade social significativa para o indivíduo como algo que se aproxima do que se necessita concretamente para o bem social e coletivo;

c) **dimensão ética** – é a dimensão fundante, pois a técnica, a estética e a política ganharão seu significado pleno quando, além de se apoiarem em fundamentos próprios de sua natureza, se guiarem por princípios éticos; diz respeito à orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo; e

d) **dimensão política** – diz respeito ao compromisso político, ou seja, à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres.

Essas dimensões só fazem sentido quando se unem para formar a competência, ou seja, quando são desenvolvidas em conjunto e em equilíbrio. Além disso, é necessário que aconteça a reflexão crítica sobre a prática, as intenções que a movem, o destino que terão as ações no contexto amplo da sociedade (RIOS, 2006). Não poderá haver, portanto, sociedade da informação sem "competência", nas suas respectivas dimensões e, muito menos, sem informação: essência da competência informacional.

Rios (2006, p. 91) ainda alerta que é preciso trabalhar com a perspectiva coletiva presente na noção de competência: a competência se amplia na

construção coletiva, na partilha de experiências, de reflexão. Competência é, assim, um conceito relativo e dinâmico – não se pode definir em termos absolutos –; é sempre possível pretender mais competência. Um movimento em busca da competência é, por este motivo, um processo que uma vez iniciado, nunca termina. Como afirma Bawden (2001, p. 251),

> para lidar com as complexidades do atual ambiente informacional, é necessária uma forma complexa e ampla de competência. Ela deve abranger todas as competências baseadas em habilidades, mas não pode se restringir a elas nem a qualquer tecnologia em particular ou conjunto de tecnologias. Compreensão, significado e contexto devem lhe ser centrais.

A competência informacional pode ser compreendida como um processo que, como tal, depende da internalização de fundamentos conceituais, de fundamentos atitudinais, de valores e do desenvolvimento de habilidades necessárias à compreensão do universo informacional, estando aí os recursos (fontes, instrumentos) informacionais com sua dinâmica e evolução para propiciar ao indivíduo o aprendizado (minimizar dúvidas, amenizar lacunas, resolver problemas e atender necessidades e oportunidades de informação), o que se caracteriza em última instância pelo uso da informação para si ou para o outro, seja em benefício próprio ou com a finalidade de comunicar a outras pessoas, indivíduos e à sociedade.

Neste trabalho, apesar de buscarmos o equilíbrio entre as dimensões da competência informacional, adotamos um recorte: o foco na dimensão técnica e no desenvolvimento desta a partir dos conteúdos e atividades didáticas de uma disciplina de graduação em Biblioteconomia.

2.2. Dimensão técnica da competência informacional – a catalogação descritiva

A definição de técnica comporta uma habilidade ou forma requerida para a realização de uma determinada ação ou para a execução de um ofício. Esse fazer humano – ou a modificação da natureza – provoca, constrói e põe em movimento um outro afazer que consiste em produzir o que não está ao seu dispor na natureza (CALDAS, 1994). Entende-se, deste modo, que: "a técnica não é algo meramente passivo, ela influencia de forma decisiva a relação que o homem tem com o seu mundo, ela participa desta forma na fundamentação do mundo." (HEIDEGGER apud BRÜSEKE, 2001, p. 60-61).

Na dimensão técnica da competência informacional está o saber fazer bem alguns ofícios próprios da profissão bibliotecária. A catalogação é uma delas.

Para dar conta desta atividade que faz parte do processamento técnico de quaisquer instituições bibliotecárias, é ofertada no curso de Biblioteconomia da UFSC a disciplina Catalogação I (CIN 5006), que tem como conteúdos didáticos os temas: evolução e teorias da catalogação e códigos; programas de catalogação; padrões e formatos de descrição para intercâmbio; catálogos; representação descritiva de livros, folhetos e folhas soltas impressas. Tais conteúdos são desenvolvidos da seguinte maneira: 60% iniciais de forma teórica e os demais 40% de forma prática (catalogação de livros e folhas soltas, com foco para as áreas da descrição dos itens).

O núcleo do trabalho aqui apresentado concentra-se na parte teórica a qual se constitui de conteúdos conceituais e históricos, essenciais para a compreensão da prática da representação descritiva.

A catalogação descritiva – termo este usado muitas vezes como sinônimo de descrição bibliográfica e também de representação descritiva – é a parte do processamento técnico que fornece quer os dados descritivos quer os pontos de acesso que não são de assunto bem como o conjunto de dados que identifica um recurso bibliográfico (IFLA, 2009).

Historicamente falando, a catalogação apresenta uma linha do tempo bastante promissora. O século XVI, o século XIX com alguns marcos teóricos, como Panizzi e Jewett, e o século XX com muitos outros acontecimentos (início do fornecimento de fichas catalográficas pela IFLA, formato MARC, Princípios de Paris, AACR e AACR2, ISBDs, CBU, FRBR) trouxeram o que se chama de fundamentação teórica e conceitual sólida para a prática catalográfica.

Dito deste modo, a catalogação parece uma tarefa já vencida e não há que se dedicar esforços para ensiná-la, pois, com a cooperação interbibliotecária e os sistemas de gerenciamento de acervos informatizados, a expressão "compartilhamento de registros bibliográficos" ganhou a ordem do dia. Há, por exemplo, alunos que iniciam uma disciplina de catalogação com a ideia equivocada de que farão somente a prática de catalogação e de que as teorias, os conceitos e o histórico dessa área não são relevantes para o aprendizado e, portanto, não precisam ser incluídos no programa da respectiva disciplina.

Sendo assim, e questionando o processo de ensino-aprendizagem de catalogação, lançou-se a seguinte questão: é possível revigorar e reavivar o conteúdo teórico (conceitual e histórico) da disciplina Catalogação I com vistas a dar "um toque de sensibilidade" (dimensão estética) à representação descritiva e favorecer o aprendizado de alunos de graduação em Biblioteconomia?

A partir desse questionamento, lançou-se mão de uma metodologia para dar conta dos objetivos deste estudo e para subsidiar os resultados pretendidos.

3. Materiais e métodos

Para a realização deste trabalho, uma metodologia científica se fez necessária e procedimentos foram utilizados para concretizá-la. A pesquisa bibliográfica e documental (SANTOS, 2000) foi oportuna para revisitar conteúdos.

Já para concretizar a revitalização, os alunos da referida disciplina foram convidados a participar, desenvolvendo uma atividade didática de elaboração de texto compartilhado.

Os seguintes procedimentos metodológicos foram adotados na pesquisa:

a) revisão bibliográfica sobre catalogação descritiva;

b) elaboração de uma atividade didática, constante do plano de ensino da disciplina e proposta aos alunos no primeiro dia de aula;

c) distribuição dos textos "lineares" já utilizados na disciplina entre as equipes;

d) leitura, pelas equipes dos textos da disciplina;

e) atendimentos às equipes para discussão e apresentação de proposições à professora da disciplina e sugestões de ajustes;

f) elaboração da proposta de "reavivar" e "revitalizar" os textos da disciplina pelas equipes;

g) disponibilização das produções das equipes em ambiente virtual de aprendizagem para compartilhar antecipadamente com o grande grupo;

h) apresentação oral das produções das equipes aos demais alunos e professora em regime de seminário;

i) elaboração de texto reflexivo por parte dos alunos sobre a aprendizagem na atividade realizada;

j) divulgação dos resultados do estudo em congresso científico sobre catalogação.

Participaram da atividade 25 (vinte e cinco) alunos matriculados no primeiro semestre do ano de 2012 na disciplina Catalogação I (CIN 5006). Foram avaliados, no total, 13 (treze) textos da disciplina, distribuídos em sete equipes, assim intitulados:

a) texto 1 – introdução à catalogação e seus conceitos;

b) texto 2 – catalogação – histórico e trajetórias no mundo e no Brasil;

c) texto 3 – padrões internacionais de catalogação;

d) texto 4 – teorias e sistemas de catalogação, inclusive metadados;

e) texto 5 – catálogos e seus conceitos;

f) texto 6 – catálogo coletivo;

g) texto 7 – catálogos – tipologia e acesso;

h) texto 8 – catálogos e bibliotecas;

i) texto 9 – registros catalográficos;

j) texto 10 – catalogação tradicional e formato MARC;

k) texto 11 – catalogação descritiva;

l) texto 12 – instrumentos de trabalho do catalogador;

m) texto 13 – leitura técnica.

Na elaboração do texto compartilhado pelos alunos (chamou-se "compartilhado" tendo em vista que já havia um texto base e que sugestões foram dadas pela professora para o encaminhamento das mudanças necessárias à revitalização dos conteúdos), propôs-se aos mesmos que, ao apresentarem seus textos finalizados, o fizessem mostrando "o antes" e "o depois" dos conteúdos.

4. Resultados parciais

4.1. Resultados em termos de ensino – fala professor!

Sabendo-se da importância de ensinar os alunos visando o mundo do trabalho e a vida e para estes darem conta de situações complexas – como

é o caso do fenômeno informacional –, os resultados da atividade realizada foram, em princípio, pequenos, mas sob outra perspectiva, animadores para novas empreitadas.

Por que em princípio foram "pequenos"? Desacostumados a serem atores partícipes do processo de ensino e de colaborarem na construção de seus próprios conhecimentos (muitos alunos ainda esperam que seus professores lhes digam o que devem fazer e "ensine-os em via de mão única" o conteúdo das aulas, numa postura passiva diante da situação de sala de aula), houve certo "desânimo" no decorrer da tarefa proposta. Alguns alunos, resistentes à nova situação, não sabiam como lidar com a "partilha" e tinham dificuldade em dialogar e propor melhorias aos textos. O comprometimento, em alguns casos, no decorrer da atividade e na apresentação final ficou a desejar: os alunos podiam ter se envolvido mais com a tarefa (houve casos em que a participação foi mínima). Percebeu-se, também, pouco avanço, em alguns casos, do texto original para o texto proposto, bem como o não atendimento de alguns itens daquilo que foi proposto na atividade. Houve, inclusive, dificuldade dos alunos em manusear os recursos técnicos em sala (computador, por exemplo), bem como em lidar com os arquivos produzidos (como a atividade não resultou em material impresso, os alunos precisaram salvar seus arquivos, remeter à professora, disponibilizar na sala de aula e apresentá-los, com o uso de datashow). É importante ressaltar que durante o período de realização da atividade, uma monitoria foi disponibilizada para auxiliar os alunos, mas que não foi utilizada pelos mesmos (somente no dia da apresentação a monitoria, chamada pela professora, auxiliou os alunos a disponibilizarem seus textos para a apresentação oral).

Por que também foram "animadores"? Influenciados pelo grande envolvimento de alguns alunos, o grupo como um todo procurou se esforçar e, no momento da apresentação dos trabalhos, aquela que parecia ser mais uma atividade ganhou força e os alunos foram participando e apresentando as contribuições que seus novos textos poderiam dar à renovação da disciplina. Animadores também, pois a maior parte dos trabalhos propôs melhorias bastante significativas, tais como: uso de imagens e cores (os textos iniciais traziam somente palavras); novas perspectivas de apresentação de conteúdos com esquemas, fluxos e quadros; perguntas para reforçar conteúdos; links para complementar o texto; novas referências aos conteúdos, entre outras.

4.2. Resultados em termos de aprendizagem – fala aluno!

Tendo em vista resgatar as reflexões dos alunos sobre o aprendizado na disciplina, bem como indicar quais trabalhos apresentados oralmente tinham

alcançado os propósitos da atividade, solicitou-se aos alunos que estavam presentes no dia da apresentação dos trabalhos que escrevessem um breve texto sobre o assunto.

Alguns recortes desses textos foram selecionados e representam o olhar dos alunos para a atividade:

Aluno 1

Ao realizar esta atividade, aprendemos muitas coisas, não apenas o tema a ser pesquisado, mas sim vários outros temas, pois um tema está interligado ao outro de modo a enriquecer nosso conhecimento. Por exemplo, ao pesquisar para o nosso trabalho, entrei em vários sites, abrindo diversos materiais de forma a fixar novas ideias e formas que expressam o mesmo assunto (outros autores, por exemplo).

Aluno 2

Com a vivência do trabalho, posso dizer que ajudou a entender melhor essas técnicas complicadas, pois foi quando eu estava buscando o conteúdo e o escrevendo detalhadamente é que houve a percepção de cada coisa em seu lugar e podendo até melhorar a percepção do assunto [...] *só consigo aprender quando eu mesma busco sobre o assunto e aprofundo mais sobre o texto.*

Aluno 3

Acredito que este tipo de atividade é bem útil porque além de nos fazer ler e interpretar os textos da disciplina, nos faz refletir a respeito, exercita o cérebro a pensar, a ter novas ideias. O trabalho nos fez ir além das leituras obrigatórias e nos fez exercitar a criatividade [...] *só consigo aprender quando eu mesma busco sobre o assunto e aprofundo mais sobre o texto.*

Aluno 5

Buscamos inserir curiosidades e informações adicionais que aprofundassem mais sobre o assunto exposto, dando um enfoque mais impessoal e atraente ao texto.

Aluno 6

Consegui entender muito mais sobre catalogação e que existe uma maneira mais fácil e divertida de aprender.

Aluno 17

A experiência na elaboração do trabalho foi muito positiva por ter permitido trabalhar com um conjunto de dados relacionando-os de forma a visualizar suas conexões.

Alguns recortes das falas dos alunos sobre os trabalhos apresentados nos

seminários também foram selecionados e representam o olhar destes para os textos revisitados/revitalizados:

Aluno 1

Para mim – que aprendo com o visual – as cores e destaques são essenciais para a minha compreensão e alguns trabalhos trouxeram o conteúdo dessa forma.

Aluno 3

Os trabalhos que melhor atendem aos propósitos da atividade foram aqueles que trouxeram uma boa apresentação, simplicidade e auxiliaram efetivamente na compreensão dos originais.

Aluno 5

Acredito que os trabalhos que mais se aproximaram do que a professora propôs foram aqueles que trouxeram uma boa parte gráfica e também aqueles alunos que souberam fazer uma boa apresentação oral do texto.

Aluno 15

Os textos ficaram mais didáticos e de compreensão mais rápida, fazendo uso de imagens, quadros, links, curiosidades etc.

Pode-se perceber nestas reflexões que o ganho para os alunos foi importante, o que proporcionou o efetivo aprendizado na disciplina Catalogação I.

5. Considerações parciais

Prática reflexiva, profissionalização, trabalho em equipe e por projetos, autonomia e responsabilidades crescentes, pedagogias e situações de aprendizagem diferenciadas, sensibilidade à relação com o saber (PERRENOUD, 2000): talvez essas tenham sido as molas propulsoras da atividade realizada com os alunos da disciplina Catalogação I.

A atividade prática de "revisitar" e de "revitalizar" conteúdos didáticos se mostrou significativa numa época permeada por situações complexas e fenômenos informacionais ambíguos. Este foi o passo inicial para o concreto, ou seja, construir uma representação adequada das possibilidades de mudanças efetivas no processo de ensino e de aprendizagem. Foi possível envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho, fomentar o trabalho em equipe, desenvolver a autonomia, utilizar novos recursos informacionais e textuais e, além disso, favorecer o desenvolvimento das dimensões técnica,

estética, ética e política da competência informacional.

Os exercícios possibilitaram aos alunos uma nova forma de lidar com os textos propostos, em vez de apenas lê-los e realizar questionamentos individuais, que muitas vezes sequer são debatidos com os colegas. Os discentes puderam expor suas visões individuais aos colegas e à professora a fim de proporcionar o debate e a tornarem-se coautores dos textos obrigatórios da disciplina. Após a análise das reflexões dos alunos referentes aos seminários, percebeu-se que o grupo sentiu-se mais próximo do processo de criação de textos científicos e do próprio conteúdo desenvolvido na disciplina de Catalogação.

Tal atividade favoreceu, ainda, a elaboração de um projeto de pesquisa que será apresentado ao Departamento de Ciência da Informação e ao curso de Biblioteconomia da UFSC ainda no ano de 2012 com o propósito de revigorar os conteúdos, bem como propor mudanças ao programa e ao plano de ensino da referida disciplina.

6. Referências

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/247/215>. Acesso em: 17 ago. 2012.

BAWDEN, David. Information and digital literacies: a review of concepts. *Journal of Documentation*, v. 57, n. 2, p. 218-259, mar. 2001. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/Insight/viewPDF.jsp?Filename=html/Output/Published/EmeraldAbstractOnlyArticle/Pdf/2780570203.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BRÜSEKE, Franz Josef. *A técnica e os riscos da modernidade*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CALDAS, Sérgio. *A teoria da História em Ortega Y Gasset a partir da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. (Coleção Filosofia; 14).

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade da informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. *Informação & Sociedade*: estudos. João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acesso em: 17 ago. 2012.

IFLA – INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Declaração de princípios internacionais de catalogação*, 2009. Tradução do original em Língua Inglesa para a Língua Portuguesa sob a responsabilidade de Lidia Alvarenga, Márcia Milton Vianna, Fernanda Maria Campos, Maria

Inês Cordeiro, Rosa Maria Galvão. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2012.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*: convite à viagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RIOS, Terezinha A. *Compreender e ensinar*: por uma docência de melhor qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 16).

SANTOS, Antonio Raimundo. *Metodologia científica*: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Publicação de artigos científicos em periódicos brasileiros na área de representação descritiva

Regina Verly dos Santos
Professora na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Gerlaine Pereira da Rocha
Estudante de graduação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Naira Christofoletti Silveira
Professora na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).
Doutoranda em CI. ECA/USP

Resumo

Este trabalho tem como objetivo mapear a produção de artigos publicados em periódicos brasileiros relacionados à área de Representação Descritiva. Dentre os objetivos específicos encontram-se: a) levantar os textos publicados em periódicos nacionais; e b) categorizar os textos, conforme as temáticas abordadas nos artigos. A primeira etapa deste trabalho é a revisão da literatura para conceituar a Representação Descritiva e situar a importância da produção científica para o desenvolvimento de uma área. A segunda etapa consta do levantamento dos artigos em periódicos nacionais com acesso online e listados no site da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação no período entre 1992 e 2012. A última etapa se refere à categorização dos artigos de acordo com os termos de busca. O levantamento dos artigos publicados é apenas uma das formas de estudos da área. Outras formas devem ser pesquisadas como, por exemplo, a apresentação de trabalhos em eventos, dissertações e teses defendidas. Ressalta-se que produção bibliográfica é um elemento necessário para a consolidação e o desenvolvimento da área. Este estudo auxilia pesquisadores, profissionais e estudantes, ampliando suas expectativas e possibilitando a troca de experiências.

Palavras-chave: *Representação descritiva. Publicação científica.*

Abstract

This paper aims to map the production of articles published in Brazilian journals related to the field of Descriptive Representation. The specific goals are: a) to find the texts published in Brazilian journals, b) to categorize the texts according to the themes present in the articles. The first stage of this work is to review the literature to conceptualize Descriptive Representation and state the importance of scientific production on the development of an area. The second step consists of a survey on the articles published in Brazilian journals with online access that are listed on the site of the ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação, National Association of Post-Graduation Research in Information Science) in the period between 1992 and 2012. The last step refers to the categorization of articles according to the research terms. The survey of published articles is just one among several forms of studies in this area. Other ways should be sought, for example, papers presented on events, dissertations and theses. It is emphasized here that bibliographic production is a necessary element for the consolidation and development of the area. This study assists researchers, professionals, and students, broadening their expectations and enabling the exchange of experiences.

Keywords: *Descriptive representation. Scientific publication.*

1. Introdução

Com o objetivo de mapear os artigos publicados em periódicos brasileiros relacionados à área de Representação Descritiva, este artigo traz os resultados das pesquisas realizadas nos periódicos nacionais relacionados no site da ANCIB. Após a realização das pesquisas os artigos recuperados foram elencados conforme suas temáticas.

Intenta-se apresentar um panorama com as principais temáticas trabalhadas na área e, futuramente, selecionar alguns destes artigos para comporem a bibliografia básica das disciplinas de Representação Descritiva ministradas no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Embora a Representação Descritiva seja considerada uma das disciplinas do núcleo duro da Biblioteconomia, para Souza (2009) e Ortega (2009) ainda faltam desenvolver mais pesquisas nesta área. Em especial, faltam pesquisas no campo teórico para dar sustentação às práticas desenvolvidas e necessárias para a execução das atividades relacionadas à Representação Descritiva.

> as pesquisas no campo teórico são essenciais para o crescimento e o amadurecimento de uma área, uma vez que buscam a compreensão e a resolução de problemas. Além disso, seus resultados, uma vez disseminados, contribuem para o crescimento da literatura na área. (SOUZA, 2009, p. 4-5).

Acredita-se que para reverter este quadro e incentivar mais pesquisas na área de Representação Descritiva é necessário aproximar os alunos dos profissionais a partir da leitura de artigos e discussões de pesquisas concluídas por meio de atualização constante da bibliografia. Estudar e atualizar os textos relacionados ao conteúdo da Representação Descritiva é muito importante para descobrir novos meios de se trabalhar a ementa das disciplinas desta área e preparar melhor os futuros catalogadores e pesquisadores da área.

2. Revisão de literatura

As pesquisas teóricas e práticas fornecem subsídios para a consolidação e o desenvolvimento de uma disciplina científica. Cada pesquisa possui uma série de ações e atividades a serem seguidas para se chegar ao resultado esperado, ou não esperado. Após a pesquisa concluída parte-se para a disseminação de seus resultados, as formas mais usuais de se divulgar uma pesquisa são a publicação como artigos de periódicos científicos e a apresentação de trabalhos em eventos.

Os resultados publicados compõem a bibliografia de uma área. Segundo Zaher e Gomes (1972), a bibliografia tem como um de seus objetivos divulgar o conhecimento acumulado em determinada área do saber, ela é, portanto, reconhecida como um indispensável instrumento para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A bibliografia de uma área do conhecimento é um dos instrumentos mais importantes para averiguar o desenvolvimento de uma disciplina, pois permite conhecer o que tem sido pesquisado.

> Com o aumento da produção de livros, surgiram as bibliografias, elaboradas por indivíduos interessados na organização do conhecimento e por instituições voltadas para determinados ramos do saber, como as sociedades científicas ou associações profissionais. Embora elaboradas, na maioria dos casos dentro de grandes bibliotecas, as bibliografias, diferentemente dos catálogos, que representavam o acervo de determinada biblioteca, pretendiam ultrapassar esse objetivo localizado, pois incluiriam materiais de qualquer origem institucional ou geográfica. (CAMPELLO, 2006, p. 9).

A bibliografia, portanto, é um instrumento muito útil para se verificar o estado da arte de uma disciplina ou campo do conhecimento e para fornecer subsídios para pesquisas futuras, no caso deste trabalho, foca-se em levantar apenas um tipo documental: o artigo científico. Não serão abordadas outras formas de divulgação científica, embora todas sejam importantes e necessárias para o desenvolvimento.

O recorte será a bibliografia da Representação Descritiva, uma subdisciplina da Representação Bibliográfica.

A Representação Descritiva (RD) ou Catalogação Descritiva estabelece um conjunto de dados convencionais destinado a obter uma referência única e precisa de cada documento. Permite identificar e recuperar rapidamente um documento a partir desses conjuntos de dados e dos pontos de acesso. A representação de assunto ou catalogação de assunto se ocupa da análise do conteúdo temático de um documento, cuja finalidade principal é a recuperação dos assuntos presentes em diferentes documentos (JIMÉNEZ MIRANDA, 2003). Além de individualizar os itens por suas características únicas, a Representação Descritiva também os reúne por suas características semelhantes (MEY & SILVEIRA, 2009).

Portanto, a RD tem um papel fundamental na organização e recuperação da informação e cada vez precisará de mais pesquisas para se adequar às necessidades dos usuários e da variedade de suporte informacional. Muitos termos podem compor o vocabulário desta área, o que dificulta e amplia as possibilidades de busca e recuperação dos artigos nas bases de dados. Sendo

assim, na seção seguinte serão descritos os procedimentos metodológicos para a seleção dos termos de busca e da análise dos artigos levantados.

3. Materiais e métodos

A primeira ação deste trabalho foi estabelecer quais seriam os termos utilizados na busca para a recuperação dos artigos publicados na área de Representação Descritiva. Como a intenção é levantar os artigos e usá-los para fornecer um panorama do estado da arte da área e também utilizá-los para incentivar novas pesquisas, optou-se por selecionar os termos a partir da análise das ementas das disciplinas. A proposta de selecionar termos oriundos das ementas é que as mesmas estão acessíveis ao aluno no início do curso e, caso ele queira, poderá iniciar seu estudo de maneira mais independente. Embora artigos publicados não sejam destinados ao ensino, eles abordam a atualidade e exemplificam a realidade, aproximando o aluno de sua futura atividade profissional. Articular a realidade com base nos textos publicados e a atividade de ensino com base em textos didáticos é uma forma de melhor preparar os alunos para refletir sobre a área de Representação Descritiva.

O conteúdo referente à área de Representação Descritiva está distribuído em seis disciplinas do curso de bacharelado em Biblioteconomia da Unirio, sendo elas as disciplinas de Representação Descritiva I, II e III (disciplinas obrigatórias) e as disciplinas de Representação Descritiva IV e V e Tópicos Especiais em Representação Descritiva (disciplinas optativas).

Após esta extração dos termos das ementas realizou-se um "teste" de busca e recuperação. Este teste foi essencial para verificarmos que alguns termos que havíamos escolhido restringiam os resultados enquanto outros os ampliavam muito. Optamos então por selecionar os seguintes termos e expressões para realizarmos as buscas definitivas: "AACR2", "catalogação", "FRBR", "RDA", "descrição bibliográfica", "entrada", "ponto de acesso", "autoridade", "cabeçalho", "entidade coletiva", "remissiva", "código de catalogação", "OPAC" e "representação descritiva". As expressões foram sempre escritas entre aspas.[1]

A partir dos termos selecionados foi realizada a busca de artigos nos periódicos em Ciência da Informação listados no site da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB),[2] considerando-se o intervalo de tempo de publicações entre 1992 e 2012. Optamos por partir da listagem da ANCIB por esta nos oferecer uma fonte confiável e ampla dos periódicos em Ciência da Informação do Brasil, justamente por este ser um órgão nacional.

A partir dos termos selecionados foi realizada a busca nos seguintes periódicos: Biblionline, Brazilian Journal of Information Science, Ciência da Informação, DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, Encontros Bibli, InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Informação e Sociedade: Estudos, Informação & Informação, Liinc em Revista, Perspectivas em Ciência da Informação, Ponto de Acesso, Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, e Transinformação.

4. Resultados parciais

A seguir, serão apresentados os dados obtidos na pesquisa em duas tabelas e um gráfico. Estas formas de apresentação dos dados possibilitam melhor visualização dos resultados.

Foram recuperados muitos artigos, por isso, foi necessária uma seleção deste resultado a partir de seus títulos, resumos e palavras-chave, para verificar se a temática era realmente relacionada à Representação Descritiva. Muitos periódicos trouxeram resultados não relevantes para as buscas realizadas, além de resultados que não eram artigos propriamente ditos, como carta de editor, editorial, vídeos, recensos e normas para publicação. Estes dados podem ser observados na Tabela 1, que lista os resultados das buscas, da seção seguinte. A quantidade de artigos propriamente ditos recuperados de acordo com os termos pode ser observada na Tabela 2, porém, este número se refere à quantidade recuperada inicialmente, sem a análise dos mesmos. Após esta análise e seleção chegamos ao número de 31 artigos, que estão contabilizados de acordo com o termo com que foram recuperados na Tabela 2.

Tabela 1: Resultados das buscas.

Categorias / Periódicos	Documentos recuperados	Artigos propriamente ditos	Resultados duplicados	Artigos relevantes após análise
Biblionline	8	8	2	1
Brazilian Journal of Information Science	2	2	0	1
Ciência da Informação	98	93	19	3
DataGramaZero	1	1	0	1
Encontros Bibli	29	14	3	3
InCID	3	3	1	1
Informação e Sociedade	15	15	3	4
Informação & Informação	10	10	2	2
Liinc em Revista	7	7	2	1
Perspectivas	38	22	1	3
Ponto de Acesso	3	3	0	0
Revista Digital	14	14	5	4
Revista Ibero-americana	4	4	1	1
Tendências da Pesquisa	10	10	4	1
Transinformação	13	13	2	5
Total	**254**	**223**	**45**	**31**

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2: Quantidade de artigos encontrados após análise da temática com cada termo pesquisado por revista.

Termos / Periódicos	AACR2	catalogação	FRBR	RDA	descrição bibliográfica	entrada	ponto de acesso	autoridade	cabeçalho	entidade coletiva	remissiva	código de catalogação	representação descritiva	OPAC
Biblionline[1]	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Brazilian Journal of Information Science	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciência da Informação[2]	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
DataGramaZero	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Encontros Bibli[3]	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
InCID[4]	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informação e Sociedade[5]	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
Informação & Informação[6]	2	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Liinc em Revista[7]	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Perspectivas[8]	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ponto de Acesso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revista Digital[9]	1	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0
Revista Ibero-americana[10]	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tendências da Pesquisa[11]	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Transinformação[12]	0	3	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0
Total	5	19	10	2	4	1	2	1	0	0	0	3	11	4

Fonte: Elaboração própria.

Notas da Tabela:

1. Foi selecionado apenas um artigo deste periódico como relevante, porém este mesmo artigo foi recuperado pelos termos "catalogação", "RDA", "código de catalogação" e "representação descritiva".
2. Foram selecionados apenas cinco artigos deste periódico, um dos artigos foi recuperado pelos dois termos assinalados.
3. Um mesmo artigo foi recuperado com os termos "RDA" e "FRBR" e um outro artigo foi recuperado com os termos "FRBR" e "representação descritiva". No total foram apenas três artigos relevantes selecionados neste periódico, que, entretanto, se repetiram nos resultados.
4. Foi selecionado apenas um artigo relevante deste periódico, entretanto esse mesmo artigo foi recuperado pelos termos "AACR2" e "catalogação".
5. Foram selecionados apenas quatro artigos como relevantes, porém a maioria desses foi recuperada com mais de um termo, um deles foi recuperado com o termo "catalogação", "FRBR" e "representação descritiva"; um outro artigo foi recuperado com os termos "representação descritiva" e "FRBR"; outro artigo foi recuperado pelos termos "FRBR" e "catalogação"; e o outro artigo foi recuperado somente pelo termo "representação descritiva".
6. Selecionamos apenas dois artigos relevantes neste periódico, entretanto tais artigos foram recuperados em mais de um termo: um deles foi recuperado com os termos "catalogação", "entrada" e "AACR2" e o outro artigo em "catalogação" e "AACR2".
7. O mesmo artigo foi recuperado com os três termos assinalados, portanto, temos apenas um artigo relevante neste periódico.
8. Apenas três artigos recuperados são relevantes, entretanto um deles foi recuperado pelos termos "ponto de acesso" e "FRBR".
9. Quatro artigos foram considerados relevantes neste periódico, porém também foram recuperados em mais de um termo. Um artigo foi recuperado com os termos "AACR2" e "representação descritiva", o outro foi recuperado com os termos "representação descritiva" e "descrição bibliográfica", "FRBR" e "catalogação". Um terceiro artigo foi recuperado com os termos "representação descritiva" e "catalogação".
10. Recuperamos apenas um artigo relevante, porém este foi recuperado com os termos "FRBR" e "descrição bibliográfica".
11. Apenas um artigo foi relevante, mas este foi recuperado nos quatro termos assinalados.
12. Cinco artigos foram recuperados, porém um deles foi recuperado com os termos "ponto de acesso" e "representação descritiva" e outro recuperado com os termos "representação descritiva" e "catalogação".

A seguir, uma breve descrição da pesquisa sobre a busca e recuperação dos artigos nos periódicos, elencados individualmente:

Biblionline

Neste periódico, recuperamos inicialmente oito documentos; todos eram artigos. Entretanto, ocorreram duplicações nos resultados. No termo "entrada" o mesmo documento apareceu duas vezes na mesma busca e um mesmo documento, que posteriormente foi selecionado como relevante para a temática de RD, foi recuperado pelos termos "catalogação", "RDA", "código de catalogação" e "representação descritiva". Após a análise dos resultados, concluímos que apenas um artigo é relevante para a temática.

Brazilian Journal of Information Science

Neste jornal recuperamos inicialmente dois documentos, ambos eram artigos. Não houve duplicações. Um artigo foi recuperado com o termo "catalogação", porém este não se mostrou relevante, pois tratava de catalogação de assuntos, portanto sua temática pertence à representação temática da informação e não à descritiva. O outro artigo foi recuperado com o termo "descrição bibliográfica" e este se mostrou adequado à temática aqui abordada, por isso foi considerado relevante.

Encontros Bibli

Inicialmente recuperamos um total de vinte e nove documentos neste periódico. Dentre esses documentos havia dois editoriais, doze normas para publicação e uma carta do editor. Portanto, apenas quatorze eram artigos propriamente ditos. Dentre esses artigos, três se duplicaram nos resultados, um foi recuperado com os termos "RDA" e "FRBR" e outro foi recuperado com os termos "FRBR" e "representação descritiva". Apenas estes dois artigos e um outro recuperado com o termo "OPAC" se mostraram, após a análise, relevantes para a temática. O outro artigo que se duplicou foi recuperado com os termos "catalogação" e "AACR2", porém este ficou no grupo dos artigos não relevantes, que ao todo somam sete.

InCID

Foram recuperados três documentos nesta revista, porém um mesmo artigo foi duplamente recuperado com os termos "AACR2" e "catalogação" e, após análise, este se mostrou relevante para a temática buscada. O outro artigo foi recuperado com o termo "entrada", porém este não trata do assunto que buscamos.

Ciência da Informação

Recuperamos inicialmente noventa e oito documentos nesse periódico. Dentre esses documentos havia três recensões, um relato de experiência, uma amostra de pesquisa e noventa e três artigos propriamente ditos. Muitos documentos se duplicaram, isto é, foram recuperados em mais de um termo. Observou-se que os termos "catalogação", "entrada" e "autoridade" foram os que mais concentraram os artigos recuperados. Com o primeiro termo recuperamos vinte e três artigos, com o segundo, vinte e cinco artigos e com o terceiro termo, vinte e sete artigos. Apesar da quantidade de artigos propriamente ditos, apenas cinco foram considerados relevantes para a temática abordada neste trabalho.

DataGramaZero

Este periódico não nos oferece uma ferramenta de buscas em seu site, optamos então por abrir cada número de cada volume disponível em seu site e realizar as buscas com a função "Ctrl+F" do navegador, onde digitamos os termos de busca um de cada vez. Como optamos por procurar desta forma não utilizamos as expressões de busca entre aspas, pois não nos foi necessário, como explicitado anteriormente. Selecionamos apenas um artigo como relevante, que foi recuperado com o termo "catalogação".

Informação e Sociedade

Inicialmente recuperamos quinze documentos, todos artigos. Após análise selecionamos quatro relevantes para a temática, porém houve recuperação do mesmo artigo em mais de um termo. Um artigo foi recuperado com o termo "catalogação", "FRBR" e "representação descritiva"; outro artigo foi recuperado com os termos "representação descritiva" e "FRBR"; outro artigo foi recuperado pelos termos "FRBR" e "catalogação"; e o outro artigo foi recuperado somente pelo termo "representação descritiva".

Informação & Informação

Foram recuperados dez documentos, dos quais todos eram artigos. Selecionamos apenas dois artigos relevantes, porém esses foram recuperados em mais de um termo: um deles foi recuperado com os termos "catalogação", "entrada" e "AACR2"; e o outro artigo, com "catalogação" e "AACR2".

LIINC

Dos sete documentos recuperados todos eram artigos e após a análise dos mesmos verificou-se que um único artigo relevante foi recuperado através dos termos "representação descritiva", "FRBR" e "catalogação".

Perspectivas em Ciência da Informação

Dentre os trinta e oito documentos recuperados, oito são resumos e oito são vídeos de eventos. Após a análise dos artigos verificou-se que um mesmo artigo foi recuperado através dos termos "ponto de acesso" e "FRBR", totalizando assim três artigos relevantes ao tema.

Ponto de acesso

Embora se tenha recuperado alguns artigos, após a análise, nenhum deles foi considerado relevante à temática.

Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Dos quatorze artigos recuperados apenas quatro foram considerados relevantes, sendo três artigos recuperados por mais de um termo.

Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação

Dentre os quatro artigos recuperados apenas um é relevante, sendo este recuperado pelos termos "descrição bibliográfica" e "FRBR".

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

O mesmo artigo foi recuperado pelos termos "descrição bibliográfica", "código de catalogação", "representação descritiva" e "catalogação".

Transinformação

Dentre os treze artigos recuperados somente cinco foram considerados relevantes, sendo dois recuperados por mais de um termo e um escrito no idioma espanhol.

A seguir um gráfico com os termos buscados e recuperados sem menção dos periódicos:

Gráfico 1: Resultado da busca pelos termos.

Fonte: Elaboração própria.

O termo que recuperou maior quantidade de artigos foi "catalogação". Percebe-se que a utilização deste termo é predominante em relação ao termo "representação descritiva". Isso se deve ao processo de substituição entre estes termos. "Catalogação" pode ser considerado um termo genérico utilizado para abarcar a catalogação temática e a descritiva, enquanto "representação descritiva" é um termo mais específico que impossibilita a ambiguidade e confusão com o tratamento temático da informação. Acredita-se que a tendência da substituição do termo "catalogação" resultará em recuperação maior de artigos futuramente com o termo "representação descritiva", quando esta tendência estiver consolidada e aceita entre a comunidade bibliotecária.

Modesto (2007) apresentou um amplo panorama da pesquisa brasileira sobre a Representação Descritiva, apontando as temáticas mais abordadas por décadas. Muitos termos utilizados por este autor não foram incorporados aos termos utilizados nesta pesquisa, porém, alguns termos coincidem. A divergência entre os termos se refere à forma de sua seleção, uma vez que para este trabalho optou-se pela seleção dos termos oriundos das ementas das disciplinas. Porém, ambas as pesquisas apontam um crescimento no número de estudos vinculados aos FRBR. Observou-se que, embora o RDA ainda não tenha sido publicado, já se encontra presente na literatura brasileira.

Esta pesquisa utilizou-se dos termos extraídos das ementas das disciplinas do curso de bacharelado da Unirio. Acredita-se que outros pesquisadores poderiam extrair outros termos ou ainda aprofundar a pesquisa esmiuçando termos relacionados.

5. Considerações parciais

Os periódicos que mais publicaram artigos sobre a área de Representação Descritiva, também conhecida como Catalogação, são a Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação e a Transinformação, seguidas da Ciência da Informação e da Informação & Sociedade. Porém os artigos publicados são poucos em vista do universo analisado neste trabalho. Por enquanto, no periódico Ponto de Acesso não foi recuperado nenhum artigo relacionado à temática, entretanto este periódico é muito recente; seu volume 1, número 1 é do ano de 2007.

Observa-se que poucos são os artigos publicados na área. Essa escassez contraria a importância da mesma, uma vez que ela é tão importante para a organização e recuperação da informação. Com a presente pesquisa não se pode averiguar se existem poucas pesquisas na área; o que se constata é que existem poucas pesquisas publicadas na forma de artigo científico em periódicos brasileiros. Talvez as pesquisas na área de Representação Descritiva sejam divulgadas em outros meios de comunicação.

O levantamento dos artigos publicados é apenas uma forma de estudos da área. Outras formas devem ser pesquisadas, como, por exemplo, a apresentação de trabalhos em eventos, dissertações e teses defendidas. Ressalta-se que produção bibliográfica é um elemento necessário para a consolidação e o desenvolvimento da área. Ela auxilia pesquisadores, profissionais e estudantes, ampliando suas expectativas e possibilitando a troca de experiências.

6. Notas

1 Com exceção do periódico DataGramaZero, que, por não disponibilizar um campo de busca, optamos por buscar com o recurso "Ctrl+F" do navegador cada termo/expressão selecionado em cada número da revista.

2 Disponível em: <http://www.ancib.org.br/pages/periodicos-em-ci.php>. Acesso em: 20 jul. 2012.

7. Referências

CAMPELLO, B. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2006. 94 p.

JIMÉNEZ MIRANDA, J. Consideraciones teóricas y prácticas para la catalogación descriptiva en la Biblioteca Médica Nacional. *ACIMED*, Ciudad de La Habana, v. 11, n. 1, ene./feb. 2003.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. *Catalogação no plural*. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2009.

MODESTO, F. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília. *Anais...* Brasília: FEBAB, 2007. Disponível em: <http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbbd/RE_A1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

ORTEGA, C. D. *Os registros de informação dos sistemas documentários*: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, T. B. de. *O ensino de Representação Descritiva nos cursos da área de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal*: estudo comparativo. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Documentais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2009.

ZAHER, C. R.; GOMES, H. E. Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1648/1256>. Acesso em: 6 jul. 2012.

Aspectos de granularidade na representação da informação no universo bibliográfico

Rachel Cristina Vesu Alves
Doutora em Ciência da Informação. Bolsista CNPq – PDJ.
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, São Paulo

Ana Carolina Simionato
Mestre em Ciência da Informação.
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, São Paulo

Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos
Livre-docente em Catalogação. Docente do Departamento de Ciência da Informação.
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, São Paulo.

Resumo

A representação é o resultado do processo de descrição de um recurso informacional e tem o objetivo de facilitar o seu acesso, busca e recuperação. Para ser eficiente e de qualidade, é importante que a representação seja padronizada por meio de instrumentos de descrição, tendo como base os princípios do domínio. O objetivo deste trabalho é abordar os aspectos de granularidade identificados no universo bibliográfico, incluindo as questões sobre especificidade e refinamento. O padrão de metadados Dublin Core vem sendo usado em alguns ambientes informacionais bibliográficos e o formato condensado para registros bibliográficos MARC 21 vem passando por atualizações para adequar-se aos novos instrumentos de representação do universo bibliográfico, que são FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records) e RDA (Resource Description and Access). O método consiste em uma análise exploratória e descritiva da literatura disponível sobre o tema. Destacam-se os principais aspectos de granularidade, especificidade e refinamento em relação aos padrões de metadados no universo bibliográfico e em relação aos códigos de catalogação AACR2r e RDA.

Palavras-chave: *Representação de recursos informacionais. Granularidade. Padrões de metadados. RDA. FRBR.*

Abstract

The representation is the result of the process of description of an informational resource and aims to facilitate its access, search and retrieval. To be efficient and of quality it is important that the representation is standardized through description tools, based on the principles of the domain. The aim of this paper is to address aspects of granularity identified in the bibliographic universe, including questions about specificity and refinement. The Dublin Core metadata standard has been used in some bibliographic informational environments, and the condensed format for bibliographic records MARC 21 has been undergoing upgrades to suit the new instruments of representation of the bibliographic universe, which are FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records) and RDA (Resource Description and Access). The method consists of an exploratory and descriptive analysis of the available literature on the subject. As considerations we highlight the main aspects of granularity, refinement and specificity in relation to metadata standards and the bibliographic universe and in relation to the cataloging codes AACR2R and RDA.

Keywords: *Informational resources representation. Granularity. Metadata standards. RDA. FRBR.*

1. Introdução

Promover o acesso, a busca e a recuperação das informações nos diferentes tipos de ambientes informacionais constitui-se em um fator importante a ser resolvido. Os metadados são apontados como solução por serem elementos inerentes aos sistemas de informação e por garantirem o acesso, a busca e a recuperação das informações de modo eficiente. Entretanto, sua construção e aplicação devem ser baseadas nas necessidades e nos princípios do domínio, o que garante a determinação de metadados consistentes e padronizados, além de um uso mais adequado.

Os metadados existem em uma variedade de tipos e níveis. Quanto maior a padronização no uso de metadados maior será a economia dos sistemas. Sabe-se que a representação é o resultado do processo de descrição de um recurso informacional e, por ser necessária em diversos domínios do conhecimento, foram sendo criados vários padrões de metadados que variam de estruturas simples, passando por um tipo de padrão intermediário, até padrões de estrutura mais complexa de descrição. Assim, poderá haver diferentes representações para um mesmo recurso informacional, e essa variedade depende não só do tipo de padrão de metadados adotado para a descrição, mas também dos diferentes níveis de granularidade utilizados para descrever esse recurso.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é abordar os aspectos de granularidade identificados no universo bibliográfico, incluindo as questões sobre especificidade e refinamento.

2. Revisão de literatura

O universo bibliográfico vem passando por significativas mudanças decorrentes dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). A principal mudança refere-se à revisão dos fundamentos no tratamento descritivo da informação (TDI), com base nas tecnologias de informática que se consolidam como uma característica inerente a esse processo. Com isso, novas formas para o tratamento descritivo da informação foram sendo desenvolvidas e aperfeiçoadas, como, por exemplo, o desenvolvimento de um modelo conceitual para o universo bibliográfico e novos instrumentos (códigos de catalogação), que proporcionam o estabelecimento padronizado de metadados bibliográficos e, consequentemente, da representação (ALVES, 2010). Assim, a catalogação pode ser considerada como um processo que orienta a construção padronizada de metadados no universo bibliográfico e amplia sua função propondo uma nova forma de modelar os catálogos e base de dados bibliográficos.

O Dublin Core Metadata Initiative (DCMI) vem guiando a construção padronizada de metadados e padrões de metadados por meio do estabelecimento de princípios comuns que devem estar de acordo com regras e padrões emergentes e internacionais. Contudo, a padronização de metadados em domínios específicos deve estar pautada não só em princípios comuns, mas também em princípios próprios do domínio.

Assim, destacam-se inicialmente três princípios básicos para o estabelecimento de metadados e padrões de metadados: a) *simplicidade* (na determinação dos atributos necessários que irão compor um conjunto mínimo de metadados no esquema do padrão, bem como a flexibilidade no esquema para acomodar metadados de domínios específicos); b) *extensibilidade* (quando o padrão oferece metadados que possam unificar diferentes modelos de descrição, ou quando é possível relacionar registros de um padrão mais simples para outro mais complexo e a possibilidade de adição de metadados locais em um padrão baseado em normas existentes); c) *interoperabilidade* (capacidade de intercâmbio de dados entre diferentes sistemas, independente de hardware e software e com a mínima perda de conteúdo e funcionalidade) (ZENG & QIN, 2008; NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2004).

Além desses três princípios considerados básicos, existem ainda outros princípios gerais destacados pelos autores Duval et al. (2002), Hillmann (2005) e Zeng e Qin (2008): a) *modularidade* (sobreposição de módulos de metadados de esquemas de metadados que são semântica e sintaticamente diferentes, mas interoperáveis, possibilitando a combinação de tipos ou categorias de metadados em uma única estrutura sintática); b) *multilinguismo* (princípio que considera as questões relacionadas à diversidade cultural e linguística no estabelecimento do esquema do padrão de metadados, como, por exemplo, as diferentes padronizações para a indicação de datas em diferentes calendários); e por fim c) *refinamento* (de modo geral trata-se da possibilidade do padrão de metadados oferecer níveis de granularidade e maior especificidade na descrição).

É a partir do princípio de refinamento que será abordada aqui a questão da granularidade na representação no universo bibliográfico, pois ambos estão diretamente relacionados. O termo "granularidade" é definido como "o nível de detalhe em que um objeto de informação ou recurso é visto ou descrito" (WOODLEY; CLEMENT & WINN, 2005).

O termo granularidade é originário da área de ciência da computação, contudo começa a ser utilizado nas áreas envolvidas com a representação informacional, como o universo bibliográfico, por exemplo, para referir-se aos níveis de detalhe em que um recurso informacional pode ser descrito. A granularidade é dividida em dois níveis: a granularidade fina (*fine-granularity*),

que significa que a descrição apresenta um alto nível de detalhamento; e a granularidade grossa (*coarse-granularity*), que significa que a descrição possui um baixo nível de detalhamento. É importante saber que granularidade alta significa maior detalhamento na descrição, portanto a granularidade é fina. Contrariamente, a granularidade baixa significa pouco detalhamento na descrição, ou ainda uma descrição mais abrangente ou geral, portanto a granularidade é grossa (ROSATO, 2008).

Entretanto ainda é mais comum encontrar, no domínio bibliográfico, os seguintes termos ou expressões: níveis de descrição, níveis de detalhamento na descrição, especificidade, exaustividade na representação, descrição multinível, descrição hierárquica.

O princípio de refinamento engloba também duas noções importantes a serem consideradas, além da questão da granularidade, e ao mesmo tempo ligadas a ela: o acréscimo de qualificadores que são elementos de metadados que qualificam e especificam o significado do atributo, parecidos com subcampos; e a adoção de esquemas de codificação externos (esquemas de valores de dados e conteúdo de dados), que padronizam a representação dos valores nos metadados (DUVAL et al., 2002; HILLMANN, 2005; ZENG & QIN, 2008; ALVES, 2010).

De acordo com os autores apontados, pode-se considerar que o princípio de refinamento pressupõe uma descrição mais detalhada, ou seja, com níveis mais altos de granularidade, além de metadados e seus valores refinados ou restringidos por esquemas externos. O princípio de refinamento garante maior especificidade ao padrão de metadados, pois deve permitir a escolha dos níveis de granularidade ou detalhamento na descrição, ao mesmo tempo em que refina e padroniza metadados e seus valores.

Assim, é importante considerar os diferentes tipos de padrões de metadados existentes para a descrição, pois cada um atenderá um nível de granularidade diferente determinado pelos requisitos e necessidades do domínio onde foram criados.

Para abordar esta questão destaca-se aqui uma breve análise entre os padrões de metadados Dublin Core (DC) e MARC 21 (MAchine-Readable Cataloguing), respectivamente pertencentes aos domínios Web e bibliográfico.

O que determina a aplicação de um padrão de metadados é o princípio pelo qual ele foi criado. Isso significa que o princípio norteará toda a característica, a finalidade e o uso do padrão e consequentemente a representação gerada a partir de seu esquema. Dessa forma, quanto mais específico for o ambiente informacional, maior será a exigência de especificidade e detalhamento na descrição e, portanto, deverá ser utilizado um padrão de metadados correspondente a essa necessidade. Caso isso não seja feito, a recuperação da informação será insuficiente.

Para o uso adequado do padrão de metadados, é necessário considerar inicialmente o propósito para o qual foi criado e, em seguida, é importante conhecer as particularidades e diferenças de seu esquema de metadados, os níveis de granularidade e especificidade. Conhecer essas características possibilita o melhor direcionamento do seu uso de forma que o acesso, a busca e a recuperação possam ser realizados com maior qualidade.

Existem três níveis ou tipologias de padrões de metadados: nível 1 – padrões de metadados simples, nível 2 – padrões de metadados estruturados e nível 3 – padrões de metadados ricos. Os padrões de nível 1 e 2 são padrões característicos do domínio Web, por outro lado os padrões de metadados do nível 3 pertencem a domínios específicos, assim o padrão de metadados utilizado no domínio bibliográfico pertence ao nível 3.

Os padrões de metadados simples (nível 1) como as MetaTag(s), por exemplo, são os únicos elementos que comportam algum tipo de descrição dos recursos e constituem-se na forma mais comum de uso de algum elemento descritivo na Web, porém são insuficientes.

Os padrões de metadados estruturados (nível 2) constituem-se como uma tendência atual a ser utilizada na Web no intuito de oferecer a descrição estruturada dos recursos informacionais. Um exemplo de padrão de metadados dessa categoria é o padrão Dublin Core (DC), que foi originalmente criado para promover a descoberta de recursos informacionais na Web por meio de descrição e identificação mínimas (WOODLEY; CLEMENT & WINN, 2005).

O padrão de metadados Dublin Core caracteriza-se como um padrão de estrutura simples, flexível e abrangente, por isso é utilizado em diversos ambientes informacionais digitais. Apesar de ter sido criado para o domínio Web o padrão DC passou a ser utilizado também em alguns ambientes informacionais do universo bibliográfico como, por exemplo, repositórios informacionais. Entretanto é importante destacar que o padrão DC não atende por completo as necessidades e requisitos informacionais do universo bibliográfico.

Basicamente, o esquema do padrão DC apresenta um conjunto de elementos ou metadados descritivos que podem ser divididos em dois níveis de granularidade:

1. Nível Simples, com quinze elementos de descrição, e;

2. Nível Qualificado, com sete elementos adicionais de descrição e duas classes de qualificadores que especificam e refinam os valores dos metadados, conforme apontadas a seguir:

- Elementos de refinamento: são qualificadores utilizados com o intuito de refinar ou restringir o significado dos elementos descritivos;

- Esquemas de codificação: classe de qualificador que determina esquemas externos para refinar os valores dos metadados, como, por exemplo, vocabulário controlado, notações de sistemas de classificação, entre outros (HILLMANN, 2005).

Todos os metadados do padrão DC são opcionais e podem ser repetidos, tanto os 15 elementos do esquema como os elementos adicionais do nível qualificado, bem como as duas classes de qualificadores (elementos de refinamento e esquemas de codificação). Deste modo, poderá existir uma diversidade de representações do mesmo padrão, ou seja, um esquema com diferentes conjuntos de metadados de acordo com a necessidade de cada ambiente informacional do domínio Web.

Os padrões de metadados ricos são construídos tendo como base princípios de domínios específicos, apresentam um esquema de metadados formal, baseado em normas e códigos especializados. Como exemplo destaca-se o padrão de metadados MARC 21 específico da área de Biblioteconomia e o mais utilizado no universo bibliográfico. Foi desenvolvido com o intuito de ser um formato padronizado para criação, armazenamento e intercâmbio de registros bibliográficos (BRITISH LIBRARY, 2003).

O padrão MARC é composto por cinco formatos coordenados e a característica de sua estrutura é comum a todos, porém destacam-se aqui algumas características baseadas no formato MARC 21 para dados bibliográficos, que é o mais conhecido e utilizado pela comunidade bibliotecária. Um registro bibliográfico em MARC 21 é composto de três elementos:

a. Estrutura do registro: é uma implementação dos padrões ANSI/NISO Z39.2 e ISO 2709 que estabelecem um formato para o intercâmbio de informações bibliográficas;

b. Indicação de conteúdo: são os códigos e convenções estabelecidos para identificar e caracterizar dados dentro do registro e permitir sua manipulação. A indicação de conteúdo é feita em campos de dados variáveis codificados por etiquetas numéricas. Cada campo é uma unidade lógica, representado por uma etiqueta numérica de três dígitos, que descreve um tipo de informação bibliográfica e alguns campos podem ser duplicados. Os indicadores são as duas primeiras posições de caracteres logo após a etiqueta. Cada posição apresenta um valor a

ser processado e define tipos específicos de dados dentro dos campos. Alguns campos são divididos em subcampos que especificam ainda mais a informação a ser representada. Os subcampos são representados por um código de subcampo formado por uma letra minúscula antecedida de um delimitador (símbolo);

c. Conteúdo dos elementos que compõem o registro: refere-se aos valores de cada campo que geralmente são definidos por padrões externos como, por exemplo, ISBD (International Standard Bibliographic Description), AACR2r (Anglo American Cataloging Rules – segunda edição revisada), LCSH (Library of Congress Subject Headings) etc., com exceção do líder e campos 007 e 008 que são definidos no próprio MARC (FERREIRA, 2002).

O padrão MARC 21 apresenta um esquema de metadados exaustivo e altamente estruturado, baseado em princípios, normas e códigos do domínio. Possibilita a construção de um registro bibliográfico de modo que o mesmo represente uma variedade de tipos de recursos informacionais no que diz respeito a conteúdo e forma. Por ser um padrão criado para o domínio bibliográfico seu esquema apresenta um alto nível de detalhamento na descrição, necessita de esquemas externos para a construção de representações padronizadas e refinadas e, portanto, apresenta um nível de granularidade fina.

Entretanto, o nível de granularidade mais alto é determinado pela escolha dos campos, ou seja, há a possibilidade de que uma descrição apresente um baixo nível de granularidade, mesmo tratando-se de um padrão exaustivo. Assim, é possível encontrar representações diferentes de um mesmo recurso com o uso do mesmo padrão, pois a escolha sobre uma descrição menos detalhada ou mais detalhada depende da escolha dos níveis de descrição presentes nos esquemas externos como os códigos de catalogação.

O universo bibliográfico é fundamentado pela Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, que aponta como princípio norteador da descrição bibliográfica que as "descrições podem ser de diversos níveis de detalhamento, dependendo dos objetivos do catálogo [...]. A informação sobre o nível de detalhamento da descrição deve ser comunicada ao usuário." (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009, p. 04).

No código de catalogação AACR2r o detalhamento é apresentado em três níveis de descrição, conforme especificado nas regras 1.0D (1.0D1, 1.0D2, 1.0D3). O primeiro nível de descrição (regra 1.0D1) especifica um nível mínimo de elementos a serem utilizados na representação. O segundo nível de

descrição (regra 1.0D2) determina um pouco mais de elementos descritivos além dos elementos mínimos especificados no primeiro nível. Trata-se de um nível intermediário de representação. O terceiro nível de descrição (regra 1.0D3) estabelece como regra a inclusão de todos os elementos descritivos determinados nas regras correspondentes ao item que está sendo descrito (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004).

O RDA (Resource Description and Access, Descrição de Recurso e Acesso) é o novo código que substituirá o AACR2r. Constitui-se como um conjunto de instruções práticas para promover a descrição e o acesso aos mais diversos tipos de recursos. A diferença entre RDA e AACR2r é que o RDA é baseado em uma estrutura teórica que define sua forma, sua estrutura e seu conteúdo. Pautado nos modelos conceituais do universo bibliográfico – FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records, Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), FRAD (Functional Requirements for Authority Data, Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade) –, o RDA é uma norma projetada para o ambiente digital, além disso, caracteriza-se por estar direcionado para a execução das tarefas a serem realizadas pelos usuários no descobrimento dos recursos (OLIVER, 2011).

> A finalidade da RDA é servir de suporte à produção de dados robustos ou 'bem-formados', dados que possam ser gerenciados com o emprego tanto das tecnologias atuais quanto das estruturas de base de dados surgidas recentemente e das tecnologias futuras. (OLIVER, 2011, p. 02).

Para tanto, o RDA apresenta uma estrutura extensível, embasada nas entidades, atributos e relações utilizadas para a realização das tarefas dos usuários. O RDA define um conjunto de elementos de metadados baseado nessa estrutura, o que permite maior extensibilidade, flexibilidade e coerência na descrição (OLIVER, 2011). Como um conjunto de elementos de dados o RDA:

a. Especifica um conjunto de elementos, subtipos de elementos e subelementos que referem as propriedades de um recurso;

b. Define cada elemento, subtipo de elemento e subelemento;

c. Estabelece parâmetros para as representações de valor registrados para cada elemento, subtipo e elemento de subelemento." (OLIVER, 2011, p. 69).

O RDA apresenta três tipos ou níveis de descrição: descrição exaustiva

(que descreve o recurso como um todo de modo detalhado), descrição analítica (que descreve uma parte de um recurso) e descrição hierárquica (que combina a descrição exaustiva do recurso como um todo com a descrição analítica de suas partes) (consulte as regras 1.1.4 e 1.5.1) (RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS, 2010). A descrição hierárquica vem substituir a expressão "descrição multinível" utilizada até o momento por alguns padrões de descrição.

Assim, os aspectos de granularidade na representação da informação no universo bibliográfico estão relacionados com os níveis de detalhamento na descrição estabelecidos nos instrumentos de representação desse domínio (códigos e padrões).

3. Materiais e métodos

Este trabalho aborda os aspectos de granularidade identificados no universo bibliográfico, incluindo as questões sobre especificidade e refinamento. Para tanto, utiliza-se do método exploratório e descritivo da literatura disponível sobre os temas: representação, granularidade, padrões de metadados e instrumentos de representação do universo bibliográfico.

4. Resultados finais

Os aspectos de granularidade revelados no universo bibliográfico podem ser identificados em duas situações: pela utilização de padrões de metadados e nos esquemas de codificação de conteúdo (códigos de catalogação).

Conforme aponta o princípio de refinamento, a inclusão de qualificadores aumenta os níveis de detalhamento na descrição dos recursos, proporcionando uma granularidade mais fina e, ao mesmo tempo, tornando os metadados mais específicos. O uso de esquemas de codificação externos proporciona uma padronização dos valores e uma representação mais refinada nos diferentes níveis de granularidade existentes em um esquema de metadados.

Observou-se que os níveis de granularidade estarão presentes em um padrão de metadados de acordo com as necessidades e requisitos de domínio. Em um domínio mais específico como o bibliográfico, por exemplo, a necessidade de detalhamento e especificidade na descrição é mais alta, portanto, apresenta um nível de granularidade fina. Em domínios mais abrangentes como a Web, a necessidade de detalhamento e especificidade é menor ou mais baixa, portanto, apresenta um nível de granularidade grossa.

De tal modo, os padrões de metadados pertencentes a domínios distintos vão apresentar níveis de granularidade diferentes, pois atendem a requisitos e necessidades de seus domínios.

Por ter sido criado para o domínio Web o padrão DC caracteriza-se como um padrão simples e geral. Para abranger diferentes tipos de recursos o esquema de metadados do padrão apresenta um menor nível de detalhamento e de especificidade na descrição, portanto apresenta um nível de granularidade grossa. Entretanto, os níveis de detalhamento e especificidade na descrição ainda podem variar, pois cabe ao indivíduo responsável pela representação a escolha desse nível de detalhamento.

Criado para o universo bibliográfico, o padrão MARC 21 caracteriza-se como um padrão com um alto nível de detalhamento, pois busca atender as necessidades e os requisitos desse domínio. Deste modo, o nível da granularidade é fino.

Também é importante considerar que mesmo apresentando uma granularidade fina, podem ser determinados diferentes níveis de detalhamento na descrição conforme a escolha do profissional envolvido com a representação. Isso ocorre em dois momentos: na escolha dos níveis de detalhamento estabelecidos dos esquemas de representação ou códigos de catalogação e na escolha dos campos a serem utilizados na representação no padrão de metadados. Por exemplo, a escolha entre os três níveis de descrição do AACR2r e a escolha dos campos correspondentes a esses níveis no MARC 21.

5. Considerações finais

Conforme já apontado, existem diferentes representações para um mesmo recurso informacional. Essa variedade pode acontecer não só entre os diferentes tipos de padrões de metadados, mas também pelo nível de granularidade escolhido para a representação em cada padrão.

No universo bibliográfico, a granularidade está relacionada com os níveis de detalhamento na descrição a serem determinados no processo de catalogação, ou seja, os níveis de detalhamento contemplados nos códigos de catalogação e padrões de metadados do domínio.

Como considerações destaca-se que o AACR2r apresenta um menor detalhamento e precisão ao registrar os dados quando comparado com o RDA, que registra os dados em atributos mais apropriados, definidos e identificados sem ambiguidade (OLIVER, 2011). Essa característica garante ao RDA uma granularidade mais alta, maior especificidade e refinamento na representação do recurso. É necessário que o padrão MARC 21 contemple os metadados

definidos no novo código, para que o profissional responsável pela descrição possa escolher os campos mais correspondentes e mais apropriados para a representação do recurso.

Sendo assim, este trabalho é direcionado para o estudo e a identificação dos níveis de granularidade possíveis utilizando o código RDA e seu esquema.

6. Referências

ALVES, R. C. V. *Metadados como elementos do processo de catalogação*. 2010. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BRITISH LIBRARY. *Exchange Formats*. [S. l.: S. n.], 2003. Disponível em: <http://www.bl.uk/services/bibliographic/exchange.html>. Acesso em: 17 set. 2005.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO: segunda edição. Revisão 2002. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

DUVAL, E. et al. *Metadata Principles and Practicalities*. D-Lib Magazine, v. 8, n. 4, 2002. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/april02/weibel/04weibel.html>. Acesso em: 30 ago. 2009.

FERREIRA, M. M. (Trad. e Adap.). *MARC 21*: formato condensado para dados bibliográficos. 2. ed. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2002. v. 1.

HILLMANN, D. *Using Dublin Core*. 2005. Disponível em: <http://dublincore.org/documents/2005/11/07/usageguide/>. Acesso em: 26 jul. 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Declaração dos princípios internacionais de catalogação*. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2012.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *Understanding Metadata*. Bethesda: NISO Press, 2004. Disponível em: <http://www.niso.org/standards/resources/UnderstandingMetadata.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2006.

OLIVER, C. *Introdução à RDA*: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS. Washington, DC: American Library Association; Canadian Library Association, 2010. Disponível em: <http://access.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 16 ago. 2012.

ROSATO, F. *Equilíbrio e Granularidade de Serviços* (II). Post publicado em 18 de julho de 2008 no Blog: Aquele blog de SOA. Disponível em: <http://www.aqueleblogdesoa.com.br/2008/07/equilibrio-e-granularidade-de-servicos-ii/>. Acesso em: 20 ago. 2012.

WOODLEY, M. S.; CLEMENT, G.; WINN, P. *DCMI Glossary*. [S. l.: S. n.], 2005. Disponível em: <http://dublincore.org/documents/usageguide/glossary.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2009.

ZENG, M. L.; QIN, J. *Metadata*. New York: Neal-Schuman Publishers, 2008.

Catalogação: práticas em debate

Os desafios da catalogação na biblioteca Mário de Andrade

Alessandra Atti
Bibliotecária, Supervisora de Tratamento da Informação da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, SP

Resumo

Nos últimos anos, a área de Tratamento da Informação da Biblioteca Mário de Andrade, a segunda maior biblioteca pública do país, tem desenvolvido diversas ações para modernizar o tratamento técnico das coleções da biblioteca e disponibilizá-las ao público. Essas coleções somam 300 mil exemplares de livros, 12 mil títulos de periódicos – aproximadamente 2,8 milhões de fascículos – 7 mil mapas, 40 mil multimeios, 28 mil obras da ONU e 3 mil materiais da Coleção de Arte, entre cartazes, pranchas, catálogos etc. Desses totais, 500 títulos de periódicos – aproximadamente 200 mil fascículos – e 136 mil exemplares de livros (sendo 48 mil exemplares da Biblioteca Circulante, hoje totalmente informatizada) já estão disponíveis no catálogo online. Além da catalogação corrente de todas as obras recém-adquiridas por compra e doação, há projetos sendo desenvolvidos para a catalogação retrospectiva das Coleções Geral, de Artes, de Obras Raras e de Periódicos. O desafio é transformar as dezenas de catálogos de fichas datilografadas, única fonte de pesquisa das coleções catalogadas entre 1920 e 1990, acessíveis para consulta online e, ao fazer isso, repensar as regras e os modelos de catalogação adotados durante toda a existência dessas Coleções. Repensar significa estudar os padrões e modelos atualmente empregados (AACR2 e MARC21) e também outros ainda novos, como Resource Description and Access (RDA) e Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR). Também está em desenvolvimento um banco de dados para catalogação de obras raras, devido às suas especificidades. Nesse banco de dados haverá módulos para catalogação, pesquisa e circulação das obras, além de um OPAC próprio, com algumas características distintas do que usamos atualmente.

Palavras-chave: *Biblioteca Mário de Andrade. Catalogação. Catalogação retrospectiva. Informatização de acervos.*

Abstract

In recent years the area of Information Processing of the Mario de Andrade Library, the second biggest library of the country, has developed several initiatives to modernize the technical treatment of the library's collections and make them available to the public. These collections add up 300 thousand books, 12 thousand titles of periodicals – about 2.8 million issues –, 7 thousand maps, 40 thousand multimedia, 28 thousand documents of the United Nations and 3 thousand documents of the Art Collection, including posters, plates, catalogs, etc. Of these totals, 500 titles of periodicals – about 200 thousand issues – and 136 thousand books (with 48 thousand copies from the Lending Library, now totally computerized), are available on the online catalogue. In addition to the current cataloguing of all titles recently acquired by purchase and donation, there are projects being developed for the retrospective cataloguing of the General, Arts, Rare and Periodicals Collections. The challenge is to transform the tens of typed card catalogs, which are still the only source of research of the collections cataloged between the 1920s and the 1990s, available for online search and, in so doing, rethinking the cataloguing rules and models adopted throughout the existence of these collections. Rethinking means studying the standards and models currently used (AACR2 and MARC21) and new ones, as Resource Description and Access (RDA) and Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR). It is also in development a database for cataloguing rare books, due to their specific requirements. In this database there will be special modules for cataloguing, research, and interlibrary loan, and an OPAC, with some distinct characteristics from those we use currently.

Keywords: *Mário de Andrade Library. Cataloging. Retrospective Cataloging. Computerization of collections.*

1. Introdução

Fundada em 1925, a Biblioteca Mário de Andrade (BMA) é a segunda maior biblioteca pública do Brasil (menor apenas que a Biblioteca Nacional) e uma das mais importantes.

Sua coleção inicial foi formada por obras que se encontravam em poder da Câmara Municipal de São Paulo. Em 1937, incorporou a Biblioteca Pública do Estado e, a partir de então, importantes coleções, muitas delas raras e especiais, enriqueceram seu acervo.

Entre os anos de 1975 e 2005, a BMA esteve vinculada ao Departamento de Bibliotecas Públicas da Secretaria Municipal de Cultura, quando adquiriu o status de departamento, que lhe possibilitaria maior autonomia administrativa. Porém, esse novo status só lhe foi efetivamente garantido em dezembro de 2009, com a aprovação da proposta de reestruturação administrativa, que permitiu à BMA condições de cumprir adequadamente sua dupla missão: preservação e acesso.

Dentre os esforços despendidos para garantir o acesso público às coleções que compõem o acervo da biblioteca, estão as diversas ações atribuídas à área de Tratamento da Informação (TI), responsável pela indexação, classificação, catalogação e preparo físico de todos os materiais que compõem as coleções da biblioteca.

Essas ações se transformam em desafios quando nos referimos ao tratamento técnico de um acervo tão volumoso e especial quanto o da BMA, formado por livros, periódicos (jornais e revistas), audiovisuais, gravações de som, cartazes, catálogos, cartões-postais, mapas e obras raras.

A especificidade do acervo requer profissionais treinados e experientes, logo, investir em cursos, treinamentos, bem como disponibilizar e manter as ferramentas de trabalho atualizadas, é fundamental para garantir bons resultados.

Em 2011, por exemplo, a equipe de TI bateu o recorde de livros catalogados, entre as novas aquisições e as coleções retrospectivas que só encontravam-se catalogadas em fichas. Essas e outras ações são apresentadas no trabalho que se segue com o objetivo de discorrer sobre os avanços, as dificuldades e as facilidades do trabalho que envolve o setor.

2. A área de Tratamento da Informação

A área de Tratamento da Informação é responsável por todo o processamento técnico e pelo preparo físico[1] dos diversos tipos de materiais que compõem o acervo da biblioteca.

As atividades desenvolvidas por TI são as seguintes:

a. Processamento técnico das obras adquiridas, incluindo indexação, classificação e catalogação;

b. Validação das obras recém-encadernadas: consistência das informações do material no banco de dados e emissão de etiquetas;

c. Correção e reimpressão de etiquetas: manutenção das etiquetas das obras distribuídas nas coleções da biblioteca, corrigindo possíveis erros nos números de classificação e notação de autor;

d. Transferência de obras entre as coleções da biblioteca, que consiste em alterações na base de dados, no número de chamada e troca de etiquetas;

e. Baixa técnica: indicação no sistema Alexandria Online das obras retiradas do acervo, obras extraviadas, deterioradas ou cujo assunto não é pertinente ao acervo;

f. Treinamento de novos funcionários tanto de TI quanto de outras áreas da biblioteca sobre os procedimentos e rotinas de TI;

g. Manutenção dos catálogos de fichas: retirada de fichas dos catálogos de público dos livros recatalogados no projeto de catalogação retrospectiva;

h. Homologações de versões do sistema Alexandria Online: testes executados pela equipe de TI a cada nova versão disponibilizada do sistema;

i. Estudo para propor melhorias no sistema Alexandria Online;

j. Elaboração de manuais de procedimentos e cadernos técnicos para contratação de serviços terceirizados de catalogação e inserção de exemplares.

Quanto às ferramentas de trabalho, utilizamos o AACR2, MARC21, CDD 21.ed. e Library of Congress Subject Headings (LCSH). Além dessas ferramentas, a fim de garantir a qualidade e a padronização dos dados inseridos no sistema, foram desenvolvidos manuais de apoio à catalogação descritiva de publicações monográficas, publicações periódicas e audiovisuais.

Em meio a tantas atividades a área conta com uma equipe qualificada, porém insuficiente, considerando o volume de materiais que aguardam pela catalogação retrospectiva e também o volume adquirido seja por compra ou doação.

A maioria dos profissionais bibliotecários que compõem a equipe foi alocada em TI quando a biblioteca fechou para reforma em 2007, já que esse foi o único setor que não teve suas atividades suspensas. A vantagem dessa alocação foi concentrar no setor bibliotecários com amplo conhecimento da BMA. Isso certamente favoreceu o treinamento e a difusão do conhecimento entre os profissionais que chegaram posteriormente.

A falta de reposição imediata dos profissionais efetivos que deixaram a BMA nos últimos anos, seja por aposentadoria ou outros motivos, levou à busca de alternativas para suprir a necessidade de recursos humanos do setor, uma vez que a reposição dos cargos efetivos somente é possível mediante concurso público, um processo longo e que envolve diversas etapas. A solução encontrada foi selecionar no mercado profissionais para assumir cargos em comissão, já que a estrutura funcional da BMA permite esse tipo de contratação.

No entanto, mesmo com a possibilidade da composição da equipe por contratação, há uma enorme dificuldade em encontrar profissionais com experiência em indexação, classificação e catalogação disponíveis no mercado de trabalho.

Diante desse quadro, uma das alternativas para seleção de profissionais é a busca nas escolas de Biblioteconomia por alunos recém-formados que se destacaram em disciplinas técnicas para contratação e posterior capacitação, valendo-se da experiente equipe de TI para treiná-los e do investimento em cursos, como MARC 21 e AACR2, e ainda do incentivo para, sempre que possível, custear a participação dos membros da equipe em eventos da área.

Somam-se às dificuldades na contratação o fato de não haver nenhuma garantia de permanência desses profissionais no quadro de funcionários, por se tratarem de profissionais sem vínculo estatutário. Por vezes, todo o esforço empregado na seleção, treinamento e capacitação profissional apresenta-se insuficiente para manter a equipe completa.

Há também uma grande preocupação na retenção de recursos humanos e motivação dos profissionais efetivos Para tal, está sendo estudada a reestruturação do setor, com a qual pretendemos criar uma estrutura hierárquica para que os trabalhos possam ser desenvolvidos de maneira mais especializada, já que atualmente o setor não possui formalmente uma divisão clara das atividades desenvolvidas.

Nessa nova estrutura, que ainda será discutida e aprovada internamente, estão previstas as coordenações de: Pontos de Acesso; Análise Temática; Análise

Descritiva e Suporte Técnico, com as seguintes atribuições:

a) Coordenação de Pontos de Acesso: responsável pela definição, elaboração, atualização, padronização e inserção das entradas principais e secundárias para nomes de autores, entidades, editoras e eventos para os itens – independentemente do suporte – a serem inseridos na base de dados, inclusive na base de dados de obras raras e periódicos;

b) Coordenação de Análise Temática: responsável pela definição e controle de entradas através da elaboração de rubricas de assuntos e respectivas remissivas (VER e VER TAMBÉM), com base na LCSH, considerando os padrões estabelecidos pela BMA e pelos manuais de classificação. Atribuição dos números de classificação aos itens, independentemente de seu tipo e suporte, com base na Classificação Decimal de Dewey (21. ed.), CDD 21, e em conformidade com os padrões estabelecidos pela BMA;

c) Coordenação de Análise Descritiva: responsável por efetuar a descrição bibliográfica dos materiais no cadastro da base de dados e inserir os exemplares de livros e fascículos de periódicos;

d) Coordenação de Suporte Técnico: responsável por manter a organização, o controle e a atualidade do acervo da Biblioteca Mário de Andrade, através das atividades de etiquetagem, baixa técnica, validação de exemplares e manutenção dos catálogos manuais, além de prestar suporte às atividades de inventário do acervo, entre outras, observando os padrões estabelecidos pela BMA, os manuais e a legislação pertinente.

Com isso, esperamos obter um ganho qualitativo no desenvolvimento das atividades, incentivar o aprendizado e o avanço profissional dentro do próprio setor, e consequentemente motivar a equipe com a oportunidade de melhoria na remuneração através da promoção para os cargos de coordenação.

Quadro 1: Perfil atual dos funcionários de Tratamento da Informação[2]

Categoria	*Total*
Bibliotecários efetivos (concursados)	*13*
Bibliotecários não concursados (comissionados)	*4*
Funcionários de nível médio – estudantes de biblioteconomia não concursados (comissionados)	*2*
Funcionários de nível médio efetivos (concursados)	*1*
Funcionários de nível básico efetivos (concursados)	*3*
Total	***23***

3. Ações

Durante os últimos quatro anos, além das rotinas diárias, a área de TI tem desenvolvido ações junto às demais áreas da biblioteca de forma a modernizar o acesso do usuário à informação, com a consulta online aos acervos que antes só eram acessíveis através dos catálogos de fichas.

Além dessas ações, a TI tem desenvolvido outras atividades, como a importação de registros MARC de outras bibliotecas, o aprimoramento do sistema Alexandria Online e a inserção de metadados na biblioteca digital.

3.1. Catalogação retrospectiva

Desde a década de 1920, os catálogos de fichas foram os únicos meios para localizar o material desejado nas coleções da BMA. No final da década de 1980, as fichas, que antes eram datilografadas, passaram a ser impressas através do sistema informatizado (DOBIS) utilizado para catalogação. Em 2003, a adoção deste sistema permitiu a migração dos dados nele armazenados para um novo sistema, porém, infelizmente, houve uma considerável perda de registros com a migração.

Com o objetivo de recuperar os registros perdidos na migração e informatizar a consulta aos catálogos de fichas ainda datilografadas, houve a proposição do projeto de catalogação retrospectiva, tendo como segundo objetivo a retirada de duplicatas das coleções fixas[3] da BMA.

Para iniciar o projeto foi escolhida a classe 800 (Literatura), por se tratar da maior classe do acervo, a mais utilizada e com grande número de duplicatas. A necessidade de identificar e retirar as duplicatas justifica-se pela falta de espaço para crescimento do acervo, e representa a possibilidade de transferi-las para a Circulante, enriquecendo esta coleção com obras antes só disponíveis para consulta local.

Este projeto teve início no ano de 2008 e, desde então, os exemplares da classe 800 são recatalogados, reclassificados e devolvidos com etiquetas de código de barras. Já foram submetidos a esse processo 20,5 mil exemplares, restando 4,4 mil exemplares da classe 800 do arranjo relativo, obras inseridas no acervo a partir da década de 1970, e outros 26 mil exemplares do arranjo misto, que corresponde ao acervo anterior a esta data.

A equipe de TI procura manter um ritmo de trabalho acelerado para a conclusão da catalogação da classe 800 e, na sequência, dar início à catalogação de livros de uma nova classe. Ainda há muito por fazer, considerando os 300 mil exemplares de livros, sem mencionar aqui os demais materiais.

3.2. Periódicos

A catalogação de periódicos teve início com a adequação do módulo de periódicos do sistema Alexandria Online às necessidades da BMA, para que fosse possível iniciar a catalogação e a inserção de milhares de fascículos das coleções retrospectivas e, posteriormente, os títulos correntes do acervo da hemeroteca.

Primeiramente a catalogação de periódicos teve por foco as coleções retrospectivas, quando foram catalogados 500 títulos de periódicos – aproximadamente 200 mil fascículos, através de um projeto financiado pela Petrobras. O volume do acervo e a dispersão de registros desse acervo levaram à proposição de um projeto de pré-catalogação de todos os títulos que compõem a hemeroteca da BMA, incluindo as coleções de periódicos raros e de artes, para que fosse possível sua consulta em uma única base em período relativamente curto. Esses títulos encontravam-se registrados em diferentes fontes: fichas do tipo Kardex, fichas catalográficas, listas em Word e Excel.

A opção pela pré-catalogação justificou-se também pela equipe reduzida e pela necessidade de se ter rapidamente um registro básico dos títulos. A proposta é que, tão logo todos os títulos estejam pré-catalogados, inicie-se a inserção dos fascículos, estimados em mais de 2 milhões. Ao manusear fascículo por fascículo, será possível à equipe complementar os dados e chegar à catalogação definitiva.

3.3. Coleção São Paulo

A Coleção São Paulo, coleção de obras reunidas sobre a cidade de São Paulo, teve seu acervo formado a partir das obras trazidas da Coleção Geral,

Artes e Circulante. Todas as obras passaram por novo processo de indexação, classificação e catalogação. O acervo, totalizando aproximadamente 1,5 mil volumes, está disponível para consulta online desde 2010, quando a Biblioteca Circulante da BMA foi reaberta.

3.4. Catalogação das obras de referência de artes

Com a reabertura de todas as coleções e áreas de atendimento da biblioteca em janeiro de 2011, depois da reforma iniciada no ano de 2007, a área de TI recebeu, no final do ano de 2010, a missão de informatizar o acervo de referência da Sala de Artes para que as obras utilizadas no atendimento pudessem estar disponíveis para consulta no catálogo online já a partir da reabertura.

Para este caso, a decisão foi de catalogar utilizando todas as informações contidas nas fichas matrizes, poupando o trabalho de uma nova indexação, classificação e catalogação. Assim, os livros não precisaram ser removidos da Sala de Artes, e a equipe de TI valeu-se das informações das fichas para inserir os dados no sistema.

Do total de obras catalogadas, parte já constava no sistema, porém foram revistas pela equipe responsável por validar os registros.

O preparo físico das obras foi feito pela equipe de Artes, que encontrou problemas em localizar as obras para etiquetar, uma vez que as etiquetas enviadas por TI estavam em ordem de tombo do material, e os livros estavam organizados nas estantes pelo número de chamada.

Além disso, algumas fichas catalográficas continham erros de digitação e, como o livro não estava em mãos, o erro foi mantido no momento da inserção no sistema, já que o trabalho com obras em idioma estrangeiro exige conhecimento da língua por parte do catalogador, o que nem sempre é possível. Posteriormente esses erros foram corrigidos, à medida que foram identificados.

3.5. Windows of Shanghai

A BMA é uma das 80 instituições participantes do projeto Windows of Shanghai, que, com ações em 48 países, visa a promover o entendimento entre os povos e culturas por meio de doações de livros a importantes bibliotecas do mundo, especialmente àquelas que atuam em ambientes multiculturais, como a cidade de São Paulo.

Além dos livros doados, a Biblioteca de Shanghai enviou-nos o arquivo eletrônico com todos os registros bibliográficos, no formato MARC 21, indexados e classificados. Os registros foram importados diretamente para o banco de dados, os assuntos, que estavam em inglês, foram traduzidos e as classificações foram adequadas conforme o padrão utilizado pela BMA. A entrada principal e as entradas secundárias foram estabelecidas no banco de autoridade.

Os exemplares estão reunidos e identificados no sistema Alexandria Online através de um campo "Coleção" para que possam ser recuperados como conjunto e foram distribuídos entre as coleções.

3.6. Obras raras e especiais

3.6.1. Sistema Alexandria Online para obras raras

A fim de atender às necessidades específicas da coleção de obras raras, a biblioteca, com o apoio técnico da empresa responsável pelo sistema Alexandria Online (utilizado em todas as bibliotecas públicas do Sistema Municipal de Bibliotecas), desenvolveu módulos voltados à catalogação e circulação de obras raras.

3.6.2. Catalogação de obras raras da Imprensa Régia

A catalogação de obras raras da Imprensa Régia, projeto financiado pela Universidade Harvard, que também tem em seu escopo a digitalização das obras, tem permitido testar metodologias e procedimentos que serão utilizados na construção da biblioteca digital.

Nesse projeto, estão sendo catalogadas e digitalizadas 120 obras brasileiras raras, publicadas entre 1808 e 1850, e que em breve terão seu conteúdo integralmente disponível para acesso público, contribuindo, assim, para a difusão e a preservação dos originais.

3.6.2. Importação de registros em MARC21

A pedido da BMA, a Biblioteca Nacional cedeu-nos os registros em formato MARC de aproximadamente 2.500 títulos de obras raras da BMA, que fazem

parte do Catálogo Coletivo Nacional de Obras Raras, do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. Todos os registros importados da BN serão depois exportados do nosso banco de dados para a biblioteca digital, já que um novo projeto de digitalização está sendo proposto e abarcará esses títulos.

A fase de importação em princípio parece ser simples; todavia não se trata de um processo totalmente automático. Como se trata de obras dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, há dificuldade de reconhecimento da grafia, necessidade do estabelecimento de novas autoridades e exclusão das notas particulares do Catálogo Coletivo Nacional de Obras Raras.

3.7. Biblioteca digital

A biblioteca digital da BMA está sendo desenvolvida na plataforma Corisco[4] da Brasiliana USP, que tem como base o sistema DSpace e o formato Dublin Core. Assim, um novo desafio é colocado para a equipe de TI: a catalogação de objetos digitais. Para tanto, foi necessário definir os campos de metadados a serem utilizados para a descrição do objeto digital, padronizar as entradas desses metadados, elaborar o manual de descrição e treinar os bibliotecários envolvidos nesse trabalho.

A inserção das novas tecnologias no dia a dia dos profissionais envolvidos com indexação, classificação e catalogação requer a introdução de novos conceitos e mudanças de procedimentos. Na catalogação de objetos digitais, a catalogação descritiva passa a ser secundária, já que o conteúdo da obra está integralmente disponibilizado e imediatamente acessível. Há uma mudança do padrão da descrição: daquilo que o usuário não está vendo para aquilo que o usuário vê.

Para entender o conceito de biblioteca digital e melhor planejar suas ações, a BMA tem buscado participar de encontros com instituições e profissionais experientes no assunto, além de participar de grupos interinstitucionais, como é o caso da Rede Memorial.[5]

A partir disso está sendo possível traçar objetivos e metas para que se possa, a médio prazo, disponibilizar a consulta ao formato digital do importante acervo que a BMA constituiu ao longo da sua história.

4. Considerações finais

A área de TI promoveu diversos avanços nos últimos quatro anos, entretanto, ainda há muito a fazer para disponibilizar através da consulta

online tudo aquilo que a BMA "esconde" em seus fichários manuais. Já conseguimos catalogar nos últimos dois anos 24,6 mil exemplares de livros, 2,5 mil obras raras e 700 títulos de periódicos, sem incluir nesse número os 5,7 mil títulos de periódicos que foram pré-catalogados.

Estamos caminhando para o término de mais um ano em que foi prevista a catalogação retrospectiva de 77,7 mil livros da Coleção Geral e de Artes, 10 mil livros raros e a inserção de mais 330 mil fascículos de periódicos no sistema online. Este trabalho garantiria a consulta a grande parte da coleção de Humanidades, Artes e parte da coleção de Obras Raras, através do catálogo eletrônico; porém cortes no orçamento da biblioteca inviabilizaram o serviço.

No entanto, acreditamos que ainda este ano seja possível pelo menos iniciar um projeto que prevê a catalogação e a digitalização de aproximadamente 7 mil livros raros.

Enquanto isso, o TI caminha rumo ao cumprimento dos desafios impostos no decorrer do ano de 2012, com a expectativa de que dificuldades como a falta de pessoal efetivo, melhor distribuição das tarefas e maior especialização dos profissionais, sejam supridas quando implantada a reestruturação do setor.

Estudos voltados à implantação do RDA e dos FRBR e à discussão de vocabulários controlados para a catalogação retrospectiva de Artes são algumas das frentes de trabalho que estão sendo iniciadas. São discussões fundamentais para garantir a atualização técnica da equipe e a qualidade de tratamento da informação.

A transposição completa dos catálogos manuais para o catálogo online e a disponibilização de parte do acervo em formato digital certamente estão entre as prioridades da BMA e é para isso que temos trabalhado.

5. Notas

1 Entende-se por preparo físico a colocação no volume de etiqueta antifurto, carimbos, anotação do número de chamada e etiqueta adesiva com número de chamada.

2 Quadro atualizado em agosto de 2012.

3 Acervos de acesso fechado, disponíveis apenas para consulta local, mediante solicitação.

4 A plataforma Corisco é um sistema integrado de aplicativos e recomendações para sustentar a implantação e o gerenciamento de bibliotecas (repositórios)

digitais, que inclui procedimentos para digitalização, preparação e publicação de objetos digitais de acordo com padrões de interoperabilidade. Para saber mais, acesse: <http://www.brasiliana.usp.br/node/891>.

5 Para saber mais sobre a Rede Memorial, acesse: <http://redememorial.org.br/sobre.html>.

6. Referências

BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. *Plano de ação*: tratamento da informação. São Paulo, 2012.

Notícias da Biblioteca. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Departamento Biblioteca Mário de Andrade, n. 67, p. 8-25, 2012.

O processamento técnico de periódicos na Fundação Biblioteca Nacional

Janete Hideko Hagiwara
Bibliotecária, especialista em Técnicas de Informação pela FGV,
Fundação Biblioteca Nacional

Maria do Sameiro Fangueiro da Silva
Bibliotecária, especialista em História do Brasil Pós-1930 pela UFF,
Fundação Biblioteca Nacional

Maria Ione Caser da Costa
Bibliotecária, especialista em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos
pela UFF/AN, Fundação Biblioteca Nacional

Resumo

Este trabalho é um relato sobre o processamento técnico de periódicos, feito pela Coordenadoria de Publicações Seriadas (COPER) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), principiado em 1975, quando teve início o processo de informatização da informação. A partir de 1982, a COPER iniciou a catalogação de seu acervo, observando as regras da segunda edição do Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2), Nível 3 de detalhamento, e a Classificação Decimal de Dewey (CDD), recorrendo a fichas catalográficas e formulários CALCO da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 1997, após vários estudos e projetos, conseguiu-se desenvolver uma base de dados utilizando o sistema operacional LINUX, que atendia a todas as necessidades que o acervo de periódicos, com suas peculiaridades, exigia. Em 2009, foi desenvolvida outra base de dados, desta vez utilizando o MARC 21, dado o reconhecimento universal dessa linguagem e sua utilização por quase todos os setores da Fundação Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: *Catalogação. Periódicos. AARCR2. CALCO. LINUX. Dewey. MARC 21.*

Abstract

This paper is a report on the technical processing of serial publications inside the Coordenadoria de Publicações Seriadas (COPER) of Fundação Biblioteca Nacional (FBN), which started in 1975, when the computerization of the information process begun. From 1982, COPER started cataloging its collection, following the rules of the Second Anglo-American Cataloging Code (AACR2), Level 3 detailing, and also the Dewey Decimal Classification (DDC), using in this process cataloging cards and Fundação Getúlio Vargas (FGV)'s CALCO forms. In 1997, after several studies and projects, it was developed a database using the LINUX operational system, which served all the specific needs that the serial collection, with its peculiarities, required. In 2009, another database was developed, this time using MARC 21, because of its universal acknowledgement and its use by almost every sector in Fundação Biblioteca Nacional.

Keywords: *Cataloging. Serials. AACR2. CALCO. LINUX. Dewey. MARC 21.*

1. Introdução

A Coordenadoria de Publicações Seriadas (COPER), além da guarda do acervo de periódicos e do atendimento ao público, tem a responsabilidade de executar todo o processamento técnico de seu acervo, desde o recebimento, a catalogação, a atribuição de cabeçalhos de assuntos e a normatização das autoridades até o inventário dos fascículos de periódicos para que estes sejam disponibilizados aos pesquisadores.

Pode-se afirmar que a COPER é uma biblioteca dentro da Biblioteca Nacional. Criada em setembro de 1922 como a "4ª Secção da Biblioteca Nacional",[1] a COPER, no decorrer de seus quase cem anos, teve seu nome alterado algumas vezes até chegar à atual nomenclatura. Assim como seu nome, as formas de recuperação da informação também têm passado por diversas mudanças, que atingiram desde as fichas tipo Kardex, manuscritas, até uma base de dados em CDS/ISIS, seguindo as normas do AACR2, com adaptações que o acervo de periódicos, com suas peculiaridades, exigia. Hoje, seguindo o AACR2 revisão 2002, utiliza-se o MARC 21, que é uma linguagem universalmente conhecida.

O presente trabalho basicamente procura apresentar um relato baseado nas experiências das bibliotecárias, que, há mais de 30 anos, têm lidado diariamente com essas ferramentas e que têm principalmente acompanhado parte dessas mudanças bastante significativas para o trabalho desempenhado, que atingem enfim a rapidez e a eficiência desejadas pelo usuário no processo de recuperação da informação.

As informações aqui apresentadas remontam ao ano de 1975, quando teve início o processo de informatização da informação, hoje ainda em andamento. O objetivo deste trabalho pode ser direcionado então ao registro dos caminhos percorridos pelo processamento técnico da COPER durante este período em que as mudanças sofridas foram decididas pelas diretoras e coordenadoras, visando à atualização, que se deu a partir das novas formas de recuperação da informação a fim de atender melhor os pesquisadores. Logo, estudos e projetos foram realizados pelos técnicos da coordenadoria para que fosse desenvolvida uma base de dados que atendesse às necessidades que o acervo de periódicos necessitava. As mudanças ocorridas serão descritas cronologicamente e de acordo com a maneira como têm sido realizadas as atividades decorrentes de cada mudança.

2. Histórico

A informatização do processamento técnico iniciou-se na COPER em 1975, tendo como ponto de partida o inventário de seu acervo. Com o convênio "Controle do acervo da Biblioteca Nacional", estabelecido entre as entidades SEPLAN (Secretaria de Planejamento), FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e MEC (Ministério da Educação e Cultura),[2] teve início o inventário da coleção de periódicos da Biblioteca Nacional.

Em um primeiro momento, os títulos e seus dados eram transcritos para um formulário intitulado "Folhas de Entrada", desenvolvido pelo CIMEC (Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura), sendo que cada título possuía um número de identificação no sistema, denominado "BIN", que era formado por 10 dígitos.[3] Esse formulário possuía duas folhas: a primeira era constituída pelos dados principais do periódico a ser processado (ver Figura 2) e a segunda, utilizada para informar a continuação dos dados que não coubessem na primeira folha, bem como informações complementares não previstas nos outros campos (ver Figuras 3 e 4). Essa transcrição era realizada a partir de uma ficha tipo Kardex, manuscrita, da Divisão de Aquisição, medindo 21,8 cm × 24,5 cm, conforme pode ser verificado na Figura 1, para o formulário acima mencionado. Após a transcrição, essa ficha recebia o carimbo com a palavra "Transcrita", além da anotação do número de BIN recebido pelo título.

Com os formulários preenchidos, foram geradas duas listagens: uma de título, em ordem alfabética, acompanhado de seu respectivo BIN, e outra em ordem numérica de BINs, tendo esta última listagem propiciado o início do inventário das coleções em formulário próprio.

Depois dos processos acima descritos, a então Seção de Periódicos passou a utilizar em seus processos de inventário um novo modelo de formulário, conhecido como "Inventário de Periódicos" (ver Figura 5). Em cada linha deste formulário, eram anotadas as informações relativas a cada volume inventariado, tais como: o BIN referente ao título, o seu número de inventário, as datas de início e término de cada volume, o detalhamento de seus respectivos fascículos e, finalmente, o topográfico, isto é, a localização da obra no armazém de periódicos. O número do topográfico é composto conforme o exemplo que se segue: "2-229-02-16", que quer dizer: segundo andar, estante 229, segunda prateleira, décimo sexto volume.

Ao inventariar, fazia-se a anotação nos volumes do número do BIN e também a colagem, no verso da capa, em local que não prejudicasse a leitura da publicação, de uma etiqueta autoadesiva contendo o número de inventário, sendo este formado por uma sequência binária iniciada pela letra i, seguida de 10 dígitos.[4] Com uma equipe formada por 30 profissionais, entre

bibliotecários e auxiliares, foi feito o inventário dos seis andares do armazém em, aproximadamente, seis anos.

A partir dos formulários preenchidos, foi gerada uma listagem na qual constavam os títulos em ordem alfabética, além do respectivo BIN, a coleção a que pertenciam, ordenada cronologicamente, e a localização nos armazéns (ver Figura 6). Também foram geradas mais seis listagens de título/coleção, uma para cada andar dos armazéns. Por muitos anos, para o atendimento ao público, foram utilizadas as listagens de título/coleção.

Em 1982, por decisão da senhora Célia Zaher, então diretora do Departamento de Processamento Técnico (DPT) da Biblioteca Nacional, a Coordenadoria de Publicações Seriadas (COPER) passou a processar seu acervo seguindo as normas do AACR2 Nível 3 de detalhamento e a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Em função das peculiaridades de seu acervo e visando a melhor identificação dos dados, a COPER vem adotando tais regras, porém, com algumas adaptações pertinentes à coleção. Desde então, o processamento técnico passou a ser feito em fichas catalográficas (ver Figura 8), e, paralelamente, também se preenchia o formulário CALCO (ver Figuras 9 e 10) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Vale ressaltar que, até aquele momento, o acervo de publicações seriadas era somente registrado em fichas Kardex, que tiveram seu tamanho reduzido para 14,0 cm × 6,5 cm (ver Figura 7).

O processamento técnico da coleção de periódicos da FBN teve seu início através do acervo já existente nos armazéns, isto é, das coleções antigas. Porém, dado o crescente número de títulos novos que chegavam, a Coordenadoria passou a priorizar a catalogação dos mesmos. Assim, a catalogação do acervo já existente nos armazéns foi denominada "catalogação retrospectiva" e só era realizada quando havia algum tipo de ligação entre os títulos novos, que estavam sendo processados.

Em seguida à catalogação, a publicação recebe um cabeçalho de assunto de forma geral, devido às características de seu conteúdo, seguindo as regras da Library of Congress,[5] e um número de classificação, utilizando o CDD equivalente ao cabeçalho atribuído. Após realizar pesquisas no catálogo do setor de periódicos e no catálogo oficial da FBN, se verificada a inexistência do cabeçalho atribuído, este era enviado para o Setor de Terminologia do DPT, onde o responsável inseria o novo cabeçalho no catálogo oficial da FBN, depois de efetuadas as devidas pesquisas com seus respectivos cruzamentos.

A atribuição de entrada de autoridade (instituição responsável pela publicação) era pesquisada, seguindo o procedimento de classificação. Caso a autoridade já constasse no catálogo oficial da FBN, reproduzia-se uma ficha e esta era incluída no catálogo do setor. A não existência da autoridade buscada em nenhum dos catálogos exigia a confecção de uma nova ficha, obedecendo-

se as regras de entrada para autoridades normalizadas pelo DPT.

Para se ter um controle dos títulos correntes existentes no acervo, passou-se a confeccionar uma ficha contendo o título e a sua localização no armazém (topográfico) para que posteriormente os mesmos fossem catalogados independentemente de ligação com títulos novos ou não. A confirmação de ser um título corrente era feita através da continuidade da chegada de novos fascículos. Depois de feita a ficha, esta era guardada em um arquivo intitulado "Títulos Correntes", primeiramente por topográfico e depois pelo título em ordem alfabética.

Em setembro de 1997, após vários estudos e projetos, inclusive estudos comparativos entre a planilha CALCO e o MARC, chegou-se a um modelo de planilha de entrada de dados de títulos e coleção que atendia a todas as necessidades que o acervo de periódicos, com suas peculiaridades, exigia. Esta planilha, que utilizava o sistema operacional LINUX, formou a base de dados de periódicos durante vários anos. Naquele mesmo ano, a COPER, de acordo com a chefia da época, juntamente com a equipe do processamento técnico, decidiu que continuaria adequando as normas do AACR2 à entrada de dados na base, optando também pela exclusão do número de classificação dos títulos novos, porém mantendo os cabeçalhos de assuntos normalizados para fins de recuperação.

A partir de agosto de 2007, a COPER passou a ter a responsabilidade de recebimento, através de depósito legal, de doação ou permuta dos periódicos, acumulando, além de suas atribuições iniciais indicadas na introdução, a função de registro.

Embora a base atendesse as necessidades do setor, foi decidido pela coordenadora da COPER, Carla Ramos, e pela diretora do Centro de Referência e Difusão, Mônica Rizzo, que o MARC 21, por ser uma linguagem universalmente conhecida, seria adotado para entrada de dados, visto que outros setores da Biblioteca Nacional já vinham utilizando tal sistema. Novos estudos foram feitos e, dentro do que o MARC 21 apresentava para a descrição bibliográfica de periódicos, uma nova planilha foi elaborada e desenvolvida pela POTIRON.

Nessa fase de transição, a COPER esteve sem base de dados no período entre 30 de julho de 2009 até 2 de fevereiro de 2011, com alguns retornos que, infelizmente, não se mantiveram. Finalmente, a partir de então, após um longo período sem base, esta foi liberada para que fosse possível a inserção de novos dados; entretanto, alguns campos ainda necessitavam ser incluídos. Hoje em dia, apesar de já estar sendo utilizada, a base ainda não se encontra finalizada, carecendo de ajustes.

3. Metodologia

O objetivo deste trabalho, conforme explicitado, é o resgate e o registro da memória do processamento técnico da COPER/FBN. Para tanto, dado o caráter puramente documental, baseamo-nos, para sua escrita, em pesquisas realizadas nos manuais, códigos e normas. Logo, o resgate da memória coletada, a partir de dados informados por indivíduos que estiveram presentes durante o período descrito no trabalho, revelou-se material preponderante ao resultado que ora apresentamos.

4. Considerações finais

Levando em consideração o fato de que este trabalho pretendeu traçar um histórico das modificações ocorridas no processamento técnico da Coordenadoria de Publicações Seriadas da Biblioteca Nacional, acreditamos ter atingido o objetivo inicial de resgatar parte da memória deste setor a partir do registro das experiências vivenciadas pela equipe que aqui representamos. Entretanto, sabe-se que, como registro de uma atividade processual, não é possível chegar a conclusões precisas, mas apontar indícios – baseados na prática cotidiana – de que determinados processos apresentam maior viabilidade em detrimento de outros; logo, apesar da maior facilidade com o manejo do sistema operacional Linux, temos consciência de que o atual sistema adotado, MARC 21, é uma linguagem universalmente conhecida.

Sendo assim, acreditamos que este trabalho tenha se aproximado de seu objetivo, seja em sua tentativa de resgate da memória, seja no sentido de valorizar o sistema atualmente utilizado, considerando-o, especialmente, em relação aos sistemas que o antecederam. Hoje, vale ainda ressaltar, aguardamos a finalização da base de dados e esperamos que a geração futura possa usufruir da informação aqui contida e que dê prosseguimento ao resgate da memória desta coordenadoria – da qual orgulhamo-nos de ser parte integrante.

5. Notas

1 De acordo com o Decreto 15.670 de 6 de setembro de 1922.

2 O convênio, assinado pelos Ministros da Educação e Cultura e do Planejamento, em 15 de agosto de 1974, previa o desenvolvimento de cinco

subprojetos, dos quais dois foram assumidos pelo CIMEC: "Inventário de Periódicos" e "Elaboração do Catálogo de Periódicos".

3 Exemplo: 0000257431

4 Exemplo: i000 453 877 8

5 Norma utilizada pela Biblioteca Nacional.

6. Referências

BRASIL. Decreto nº 15.670 de 6 de setembro de 1922, *Coleção de Leis da República Federativa do Brasil*, Brasília, v. 3, p. 398-418, 1923.

FORMULÁRIO inventário de periódicos. Instruções de Preenchimento. [Brasília: CIMEC, 1974?]. [16 p.].

SUB-PROJETO inventário de periódicos. Manual de procedimentos e instruções de preenchimento. Convênio MEC/CNPq. [Brasília: CIMEC, 1974?]. 90p.

Anexos

Figura 1: Ficha Kardex manuscrita.

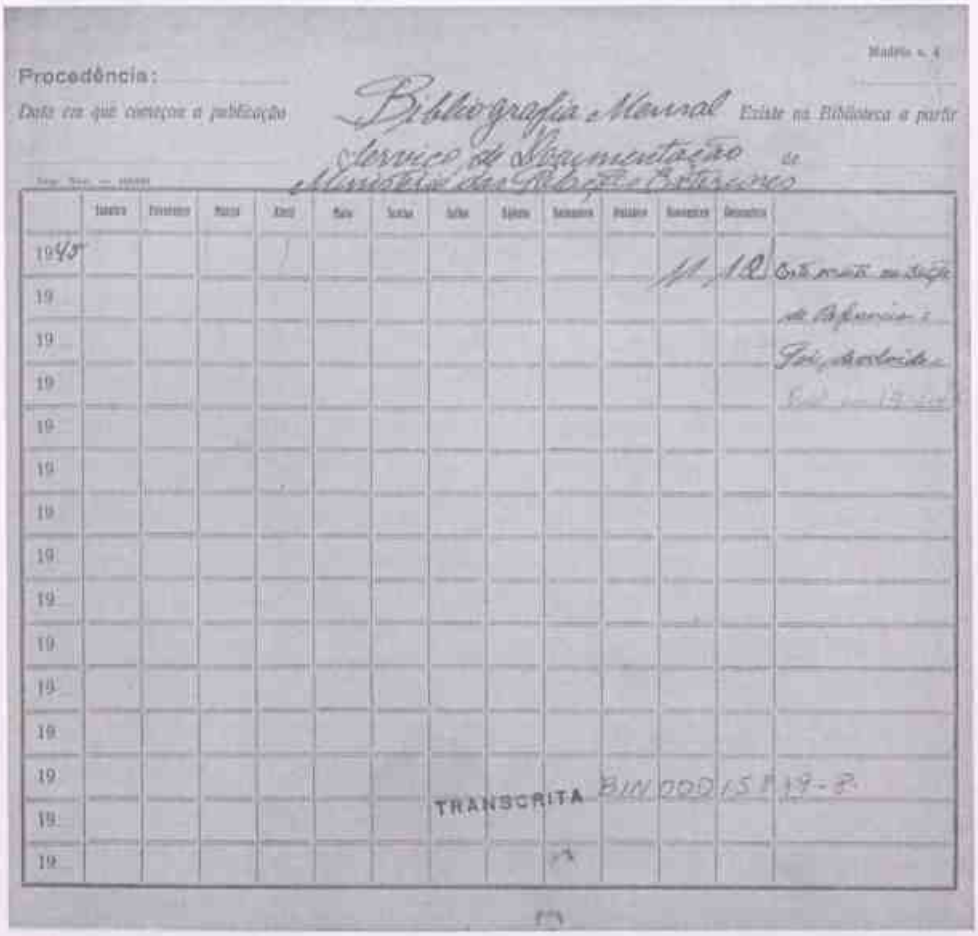


Figura 2: Formulário "Folha de entrada" para os dados principais do periódico a ser processado.

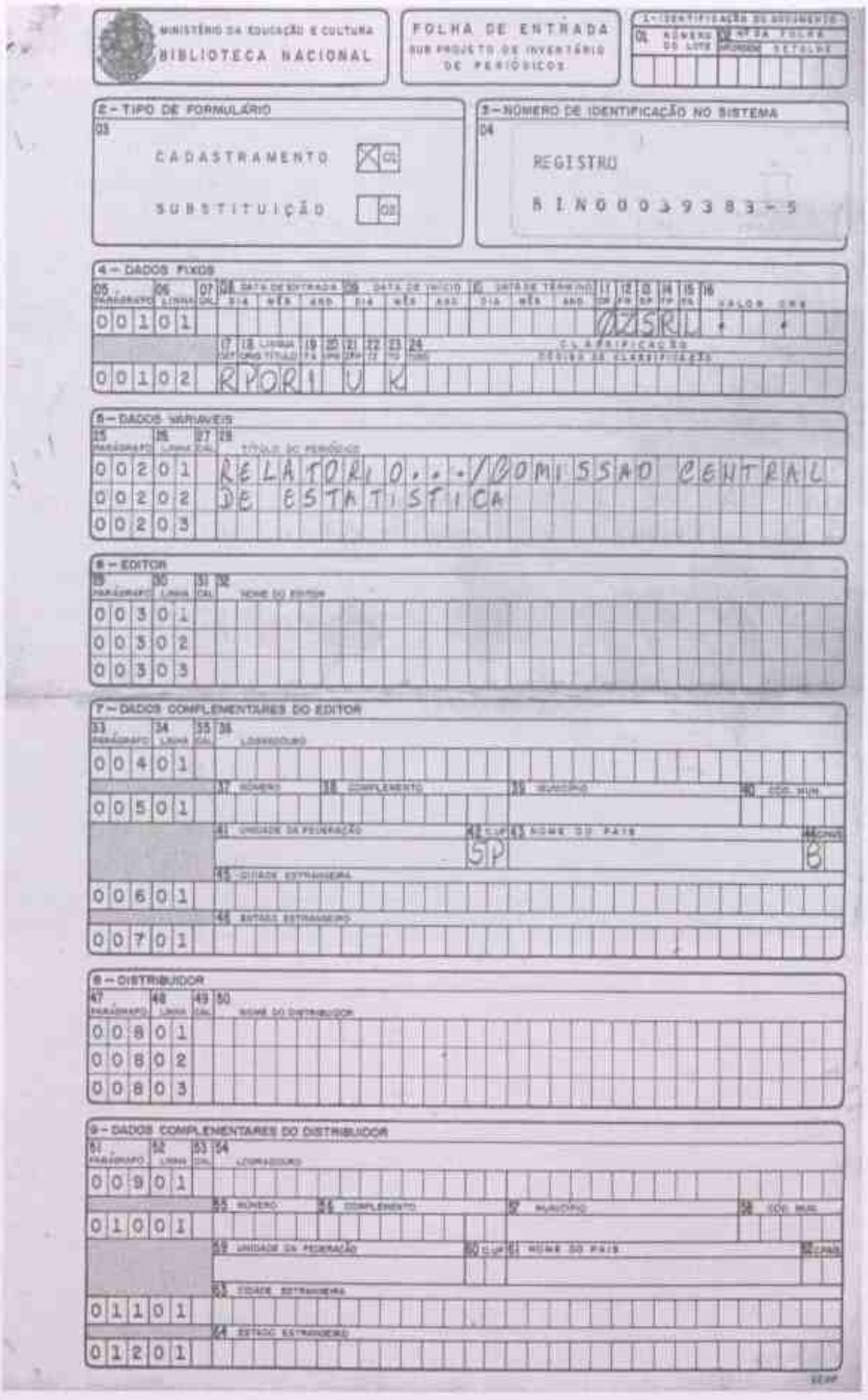


Figura 3: Formulário de continuação dos dados que não coubessem no "Formulário de entrada".

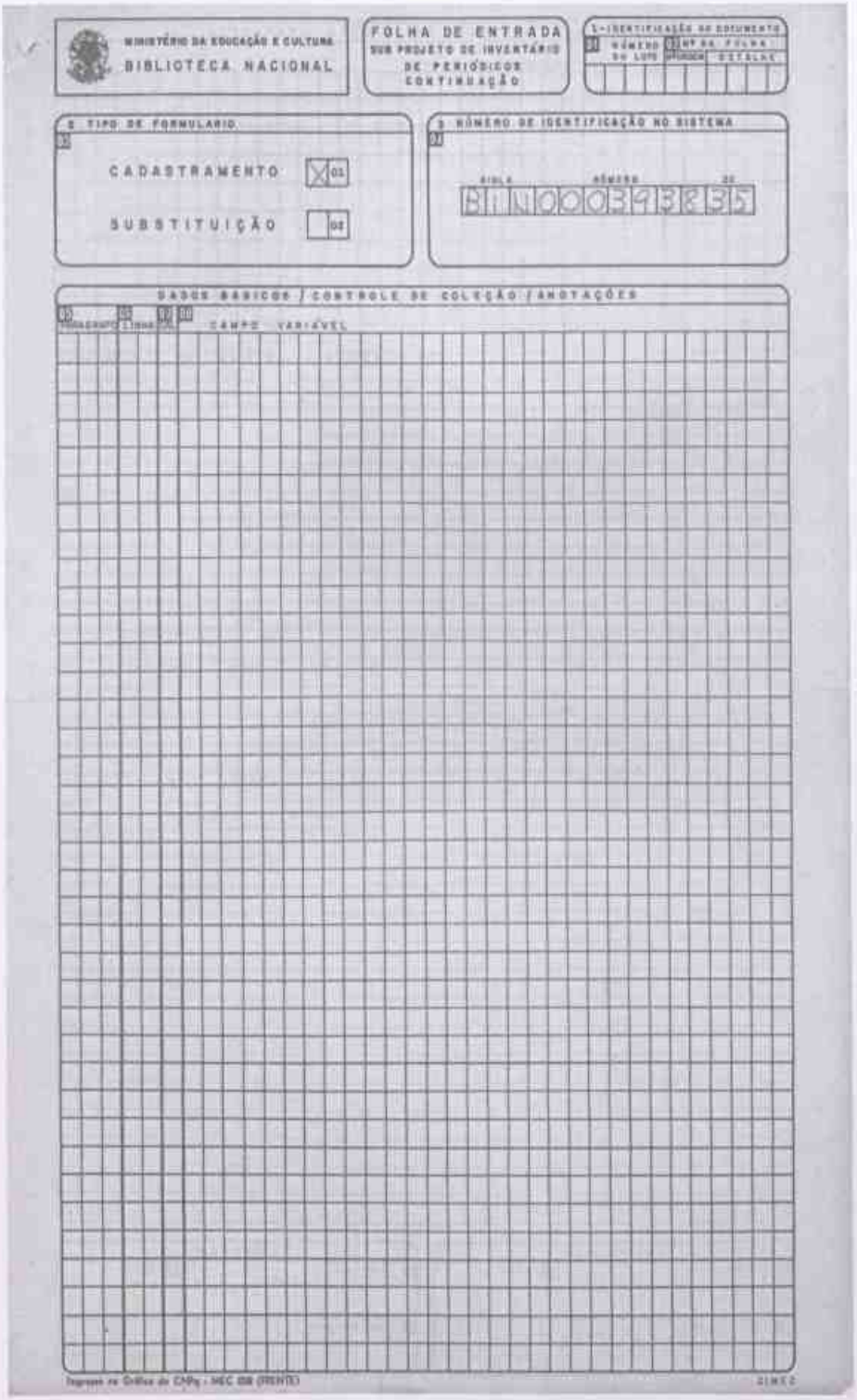


Figura 4: Verso do formulário de continuação dos dados.

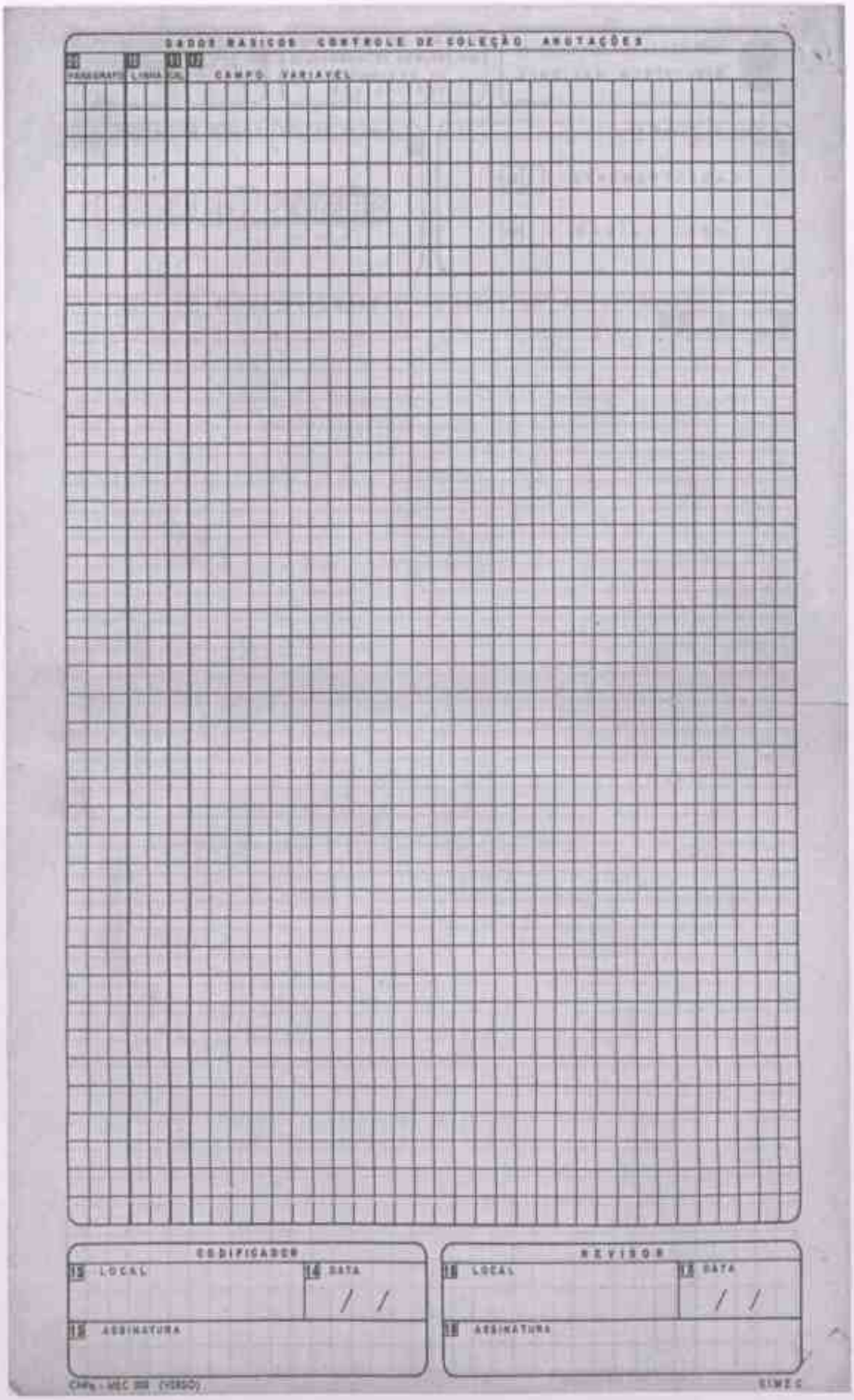


Figura 5: Formulário "Inventário de periódicos".

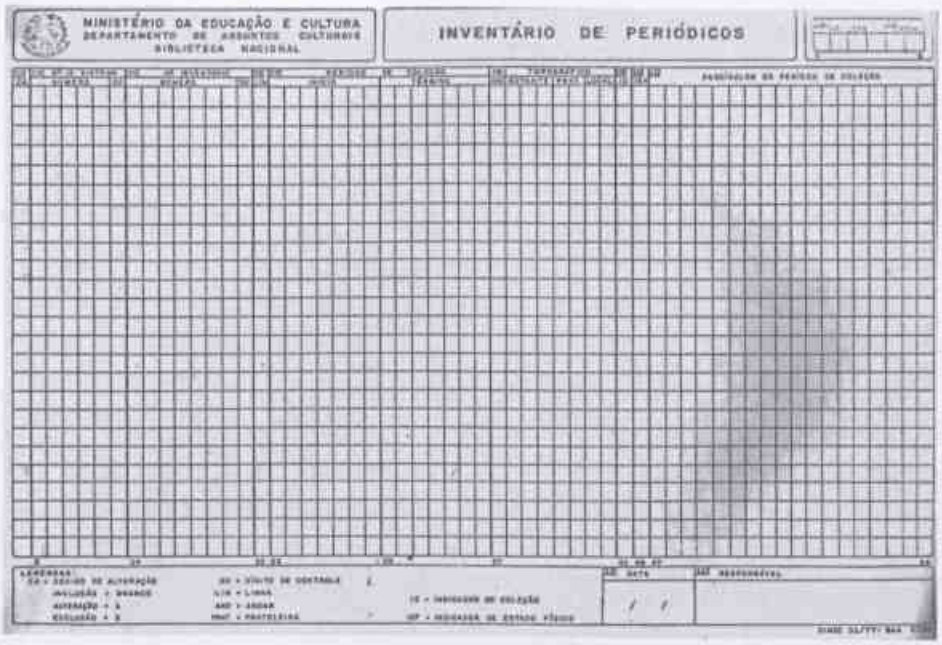


Figura 6: Listagem de título, BIN, inventário, coleção e localização.

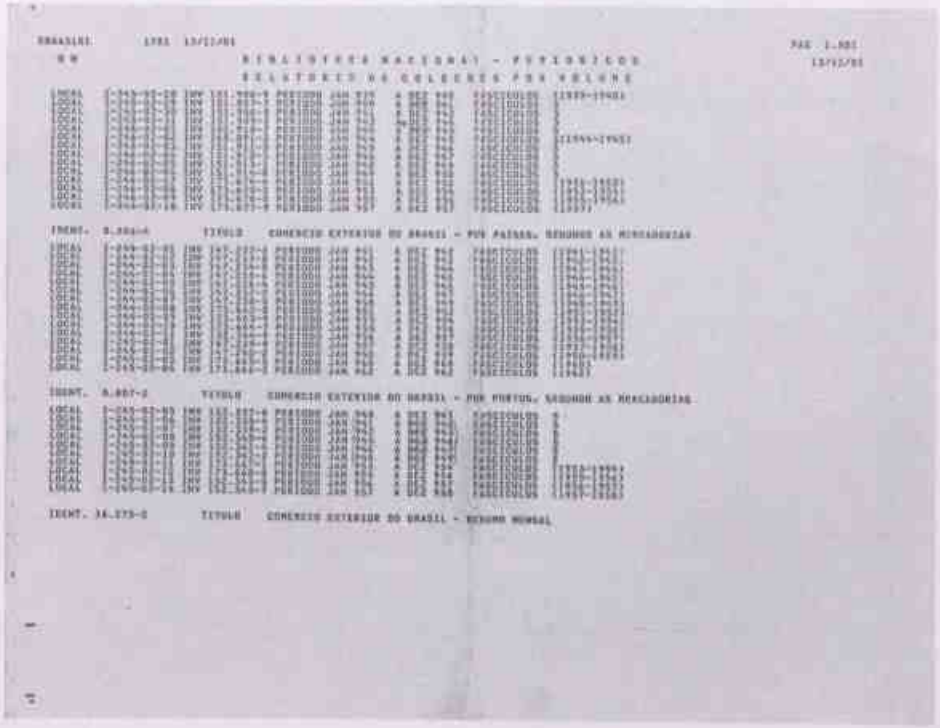
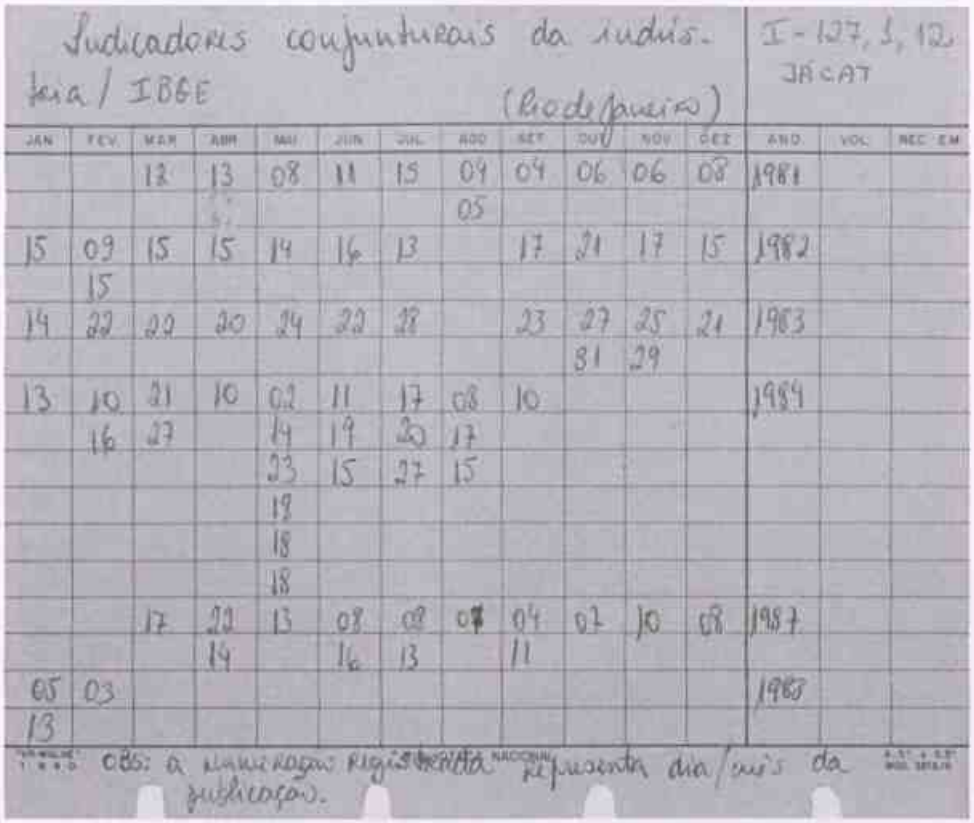


Figura 7: Ficha Kardex.

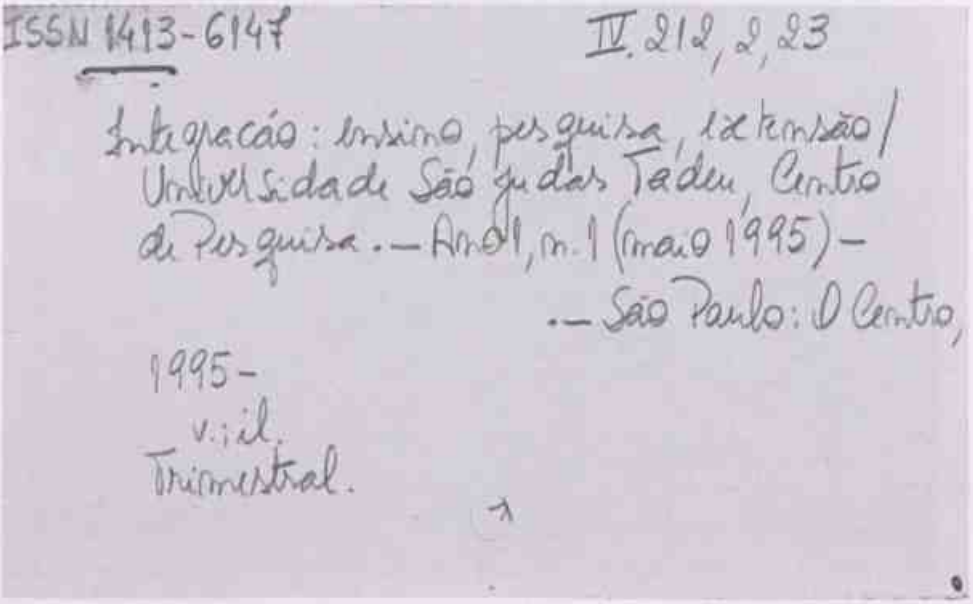

Indicadores conjunturais da indústria / IBGE (Rio de Janeiro)

I-127, 1, 12
JÁCAT

JAN	FEV.	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	VOL	REC EM
		12	13	08	11	15	09	04	06	06	08	1981		
							05							
15	09	15	15	14	16	13		17	21	17	15	1982		
	15													
14	22	22	20	24	22	28		23	27	25	21	1983		
									31	29				
13	10	21	10	02	11	17	08	10				1984		
	16	27		14	19	20	17							
				23	15	27	15							
				19										
				18										
				18										
		17	22	13	08	09	04	04	07	10	08	1987		
			14		16	13		11						
05	03											1988		
13														

OBS: a numeração registrada representa dia/mês da publicação.

Figura 8: Ficha catalográfica.


ISSN 1413-6147

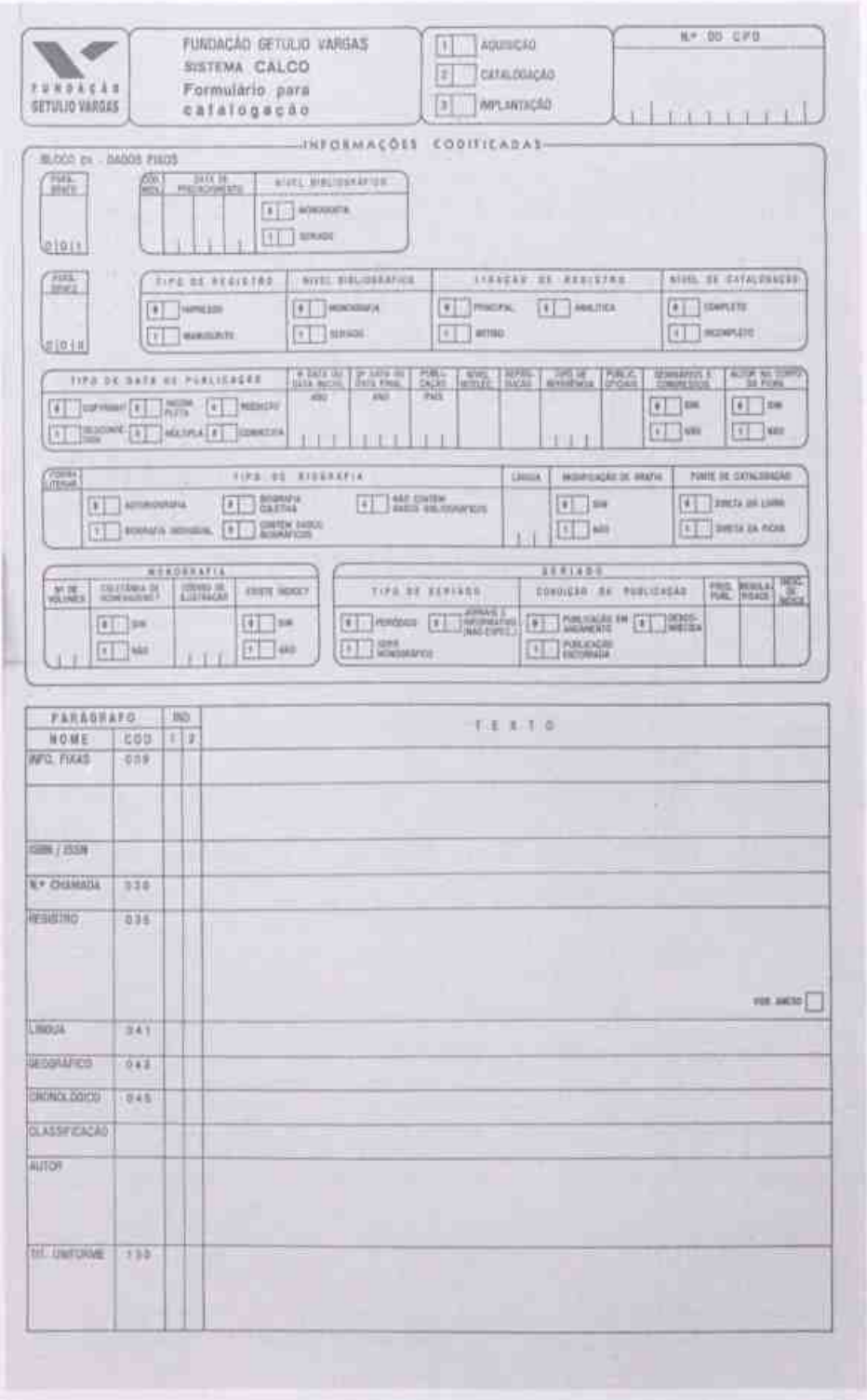
IV. 212, 2, 23

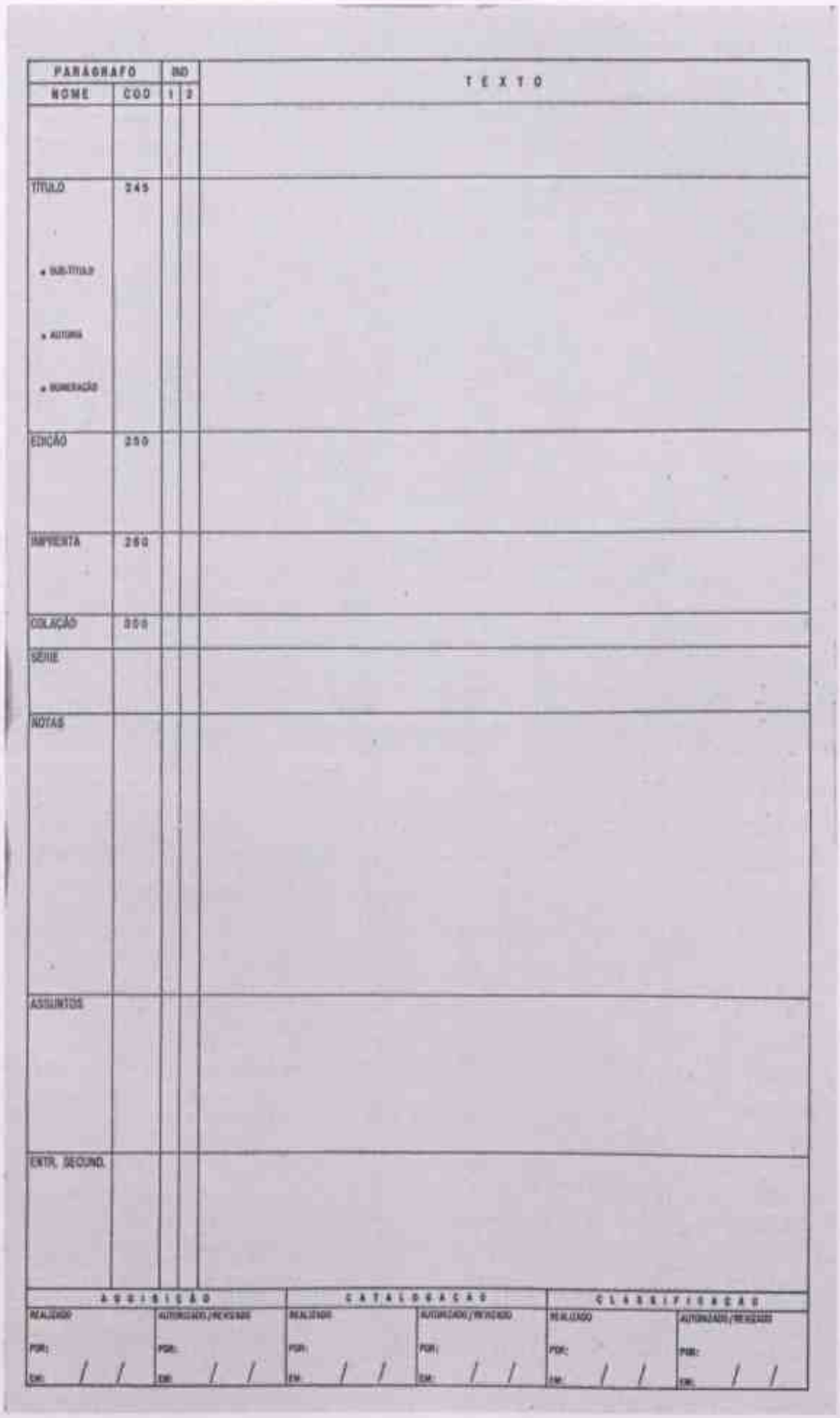
Integração : ensino, pesquisa, extensão / Universidade São Judas Tadeu, Centro de Pesquisa. — Ano 1, n. 1 (maio 1995) — . — São Paulo : O Centro, 1995 -

v. ; il.

Trimestral.

Figuras 9 e 10 (próxima página): Formulário CALCO (frente e verso).





PARÁGRAFO		IND		TEXTO
NOME	COD	1	2	
TÍTULO • SUB-TÍTULO • AUTORIA • NUMERAÇÃO	245			
EDIÇÃO	250			
IMPRENTA	260			
COLAÇÃO	300			
SÉRIE				
NOTAS				
ASSUNTOS				
ENTR. SECUND.				

AQUISIÇÃO		CATALOGAÇÃO		CLASSIFICAÇÃO	
REALIZADO POR: EM: / /	AUTORIZADO / REVISADO POR: EM: / /	REALIZADO POR: EM: / /	AUTORIZADO / REVISADO POR: EM: / /	REALIZADO POR: EM: / /	AUTORIZADO / REVISADO POR: EM: / /

A catalogação cooperativa no sistema de bibliotecas da UFRGS: relato da experiência do grupo de estudos em catalogação

Claudete Soares de Oliveira, Evelin Stahlhoefer Costa, Giovana Soares Carneiro, Lílian Maciel, Rosalia Pomar Camargo, Sedi Ziebert Schardong

Bibliotecárias. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Suzinara da Rosa Feijó

Bibliotecária. Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Resumo

Este trabalho apresenta um relato da experiência do Grupo de Estudos em Catalogação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GEC/SBUFRGS). Aborda a catalogação cooperativa como forma de trabalho adotada pelo SBUFRGS com a utilização de instrumentos e procedimentos comuns, que visa à recuperação da informação mais eficiente; mostra que o uso destes instrumentos e procedimentos nem sempre responde às necessidades de trabalho, pois fatores como a dispersão geográfica das bibliotecas, as características peculiares de cada coleção e, principalmente, a quantidade e subjetividade dos profissionais envolvidos interferem no processo de tratamento da informação; relata como os encontros realizados pelo Grupo buscam propor soluções de políticas de catalogação e ações concretas que envolvam o SBUFRGS na uniformidade da entrada de dados e, como decorrência, na qualificação do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi); destaca a importância de grupos de trabalho como espaço de discussão e estudos a partir da troca de experiências de seus membros sobre questões ligadas à representação descritiva como forma de educação continuada e conclui que a formação de grupos de trabalho é essencial para a interação de profissionais que trabalham em redes ou sistemas, na medida em que possibilita a troca de experiências e a busca de padronização dos procedimentos utilizados em prol do usuário final.

Palavras-chave: *Catalogação cooperativa. Grupos de trabalho. Educação continuada.*

Abstract

This work presents a report on the experience of the Study Group on Cataloguing of the Federal University of Rio Grande do Sul Libraries System (GEC/SBUFRGS). It addresses the cooperative cataloging as a form of work adopted by SBUFRGS with the use of common tools and procedures aimed at a more efficient information retrieval. The text shows that the use of these tools and procedures do not always meet the needs of work, because factors such as the geographic dispersion of the libraries, the peculiar characteristics of each collection, and especially the amount and subjectivity of the professionals involved affect the process of information handling. It reports how the meetings held by the Group seek to propose policy solutions on cataloging and concrete actions involving SBUFRGS in what concerns the uniformity of the data entry and, as a result, the qualification of UFRGS's Library Automation System (SABi). It stresses the importance of working groups as a space for discussion and studies from the exchange of experiences of its members on issues of descriptive representation as a form of continuing education. It concludes that the formation of working groups is essential to the interaction of professionals working in networks or systems, in that it enables the exchange of experiences and the pursuit of standardization of procedures in favor of the end user.

Keywords: *Cooperative cataloging. Working groups. Continuing education.*

1. Introdução

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SBUFRGS) é coordenado tecnicamente pela Biblioteca Central e composto de 32 bibliotecas setoriais, dispersas em quatro campi na cidade de Porto Alegre, uma localizada em Imbé, cidade litorânea do estado, e uma biblioteca pertencente ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Este conjunto de unidades de informação, constituído por bibliotecas universitárias, especializadas e uma escolar, possui acervos em diferentes suportes e em vários campos do conhecimento.

Os bibliotecários são responsáveis pelo gerenciamento e pela execução de todas as rotinas bibliotecárias, dentre elas a catalogação de itens informacionais. A catalogação cooperativa é a forma de trabalho adotada pelo SBUFRGS com a utilização de instrumentos e procedimentos comuns com vistas a uma recuperação da informação mais eficiente. Contudo, o uso destes instrumentos e procedimentos nem sempre responde às necessidades de trabalho, pois fatores como a dispersão geográfica das bibliotecas, as características peculiares de cada coleção e, principalmente, a quantidade e subjetividade de profissionais envolvidos interferem no processo de tratamento da informação. Percebeu-se na criação de grupos de trabalho uma forma de dar coesão e uniformidade às metodologias adotadas pelo Sistema, além de propiciar educação continuada aos seus membros.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do Grupo de Estudos em Catalogação (GEC) que promove quinzenalmente, desde 2010, reuniões de estudo com bibliotecários catalogadores da Universidade e do IFRS – Campus Porto Alegre. O GEC busca propor soluções de políticas de catalogação e ações concretas ligadas à representação descritiva que envolvam o SBUFRGS, na uniformidade da entrada de dados e, como decorrência, na qualificação do catálogo eletrônico do Sistema de Bibliotecas (SABi).

Neste trabalho buscou-se referencial teórico sobre os temas da catalogação cooperativa, da educação continuada e dos grupos de trabalho para embasar e conceitualizar a prática desenvolvida pelo Grupo.

2. Catalogação cooperativa no Brasil: a formação de redes de catalogação entre bibliotecas

A criação do primeiro curso para o ensino da biblioteconomia no Brasil se deu na Biblioteca Nacional em 1911. Entretanto, passados cerca de trinta anos, o país passa a adotar modernas técnicas biblioteconômicas, como

consequência do aperfeiçoamento de técnicos brasileiros em universidades americanas, da reforma no referido Curso de Biblioteconomia e da criação de um serviço nacional de catalogação cooperativa (REDE BIBLIODATA, 2012). O denominado Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), criado em 1942, promovia a ajuda mútua entre as bibliotecas brasileiras tendo como modelo um serviço semelhante ofertado pela Library of Congress dos Estados Unidos da América. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) era responsável pelo SIC. Seu papel era o de revisar as fichas catalográficas que eram impressas, distribuídas e vendidas pelo Departamento de Imprensa Nacional. Neste aspecto o Brasil foi pioneiro na América Latina.

Passados outros trinta anos e tendo mais uma vez como exemplo a Library of Congress, o SIC adota o formato Machine-Readable Cataloguing (MARC) e inicia a automação de seus registros bibliográficos sob a coordenação da bibliotecária Alice Príncipe Barbosa. Dá-se, assim, início ao projeto Catalogação Legível por Computador (CALCO), que tinha por objetivo o intercâmbio das informações catalogadas entre as bibliotecas participantes e a geração do Catálogo Coletivo Nacional e a Bibliografia Nacional Corrente (REDE BIBLIODATA, 2012).

A implantação do projeto CALCO viabilizou a elaboração de um catálogo da produção bibliográfica; a distribuição da informação catalogada em todo o país; a geração de bibliografias especializadas; a permuta de informações no território brasileiro e no exterior; a obtenção de catálogos coletivos especializados; a padronização dos cabeçalhos de assunto e normas de catalogação; e a duplicação mais ágil das fichas catalográficas, evitando, assim, o retrabalho para as bibliotecas que possuíam as mesmas obras (REDE BIBLIODATA, 2012).

O formato CALCO baseou-se no MARC II por ser considerado este o formato padrão para o intercâmbio de informações bibliográficas. Diferentes instituições, como a Fundação Getulio Vargas (FGV), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), desenvolveram sistemas próprios de catalogação baseados no CALCO com algumas modificações para atender às necessidades de cada instituição ou das redes de catalogação que se formavam. Após 31 anos de atividades, o SIC deixou de existir, sendo substituído pelo projeto CALCO (REDE BIBLIODATA, 2012). Uma nova fase da catalogação cooperativa no Brasil tem início, como proferiu Sambaquy (1978),

> as tendências modernas dos trabalhos de catalogação, que deverão ser, já agora, baseados em projetos de estreita participação interbibliotecária, em forma automatizada, através de programas estabelecidos por redes ou sistemas de bibliotecas. Somente assim será possível a soma das coleções de documentos e das obras

> existentes no País, através dos catálogos dessas Bibliotecas, para levantamento do universo de livros e documentos disponíveis, a fim de que, perfeitamente integrados, como um só catálogo de uma só biblioteca, servir a toda população no Brasil, por intermédio de redes de cooperação locais, estaduais, regionais e nacional de bibliotecas e de informação. (SAMBAQUY, 1978, p. 18-19).

Atualmente, os recursos buscados pelos bibliotecários para melhoria dos serviços e produtos oferecidos pelas unidades de informação produzem resultados compensadores quando esses serviços são automatizados. Segundo Brown (1998), por esse motivo um grande número de bibliotecas já está integrada às redes, o que permite investir melhor no desenvolvimento de suas coleções, em equipamentos e serviços, visando sempre disponibilizar e prover informação à sua comunidade de usuários. Redes de bibliotecas, como salienta a autora, são criadas com o objetivo de mostrar a coleção de um grande número de unidades de informação, bem como disponibilizá-las a outras unidades e usuários e também compartilhar esforços e custos dispendidos no desenvolvimento de bases de dados bibliográficos através do intercâmbio de registros e atividades correlatas. Não obstante, rede é definida como

> uma interligação de bibliotecas independentes que usam ou constroem uma base de dados comum [...] vendem serviços e produtos, oferecem serviços ou têm membros em muitos estados ou regiões, e desejam formar programas cooperativos com outras redes. (BROWN, 1998, p. 34-35).

A cooperação e o compartilhamento entre unidades de informação, segundo Souza e Mostafa (1999), são apresentados como a melhor forma para o alcance de altos níveis de eficiência na recuperação das informações necessárias a usuários que as buscam como subsídio para a realização de seus trabalhos, o desenvolvimento de pesquisas, a realização de negócios, entre outros. Nesse âmbito, as autoras afirmam que base de dados cooperativa é entendida como a reunião dos registros bibliográficos de diferentes unidades de informação em meio eletrônico, constituindo-se "em um catálogo coletivo onde os mesmos podem ser consultados e aproveitados por qualquer uma das bibliotecas integrantes da rede" (SOUZA & MOSTAFA, 1999, p. 128). Desta forma, bibliotecas participantes de uma rede contribuem com sua catalogação original ao mesmo tempo em que podem copiar registros codificados por outras unidades, evitando, assim, a duplicação do trabalho. Este tratamento descritivo permite cada vez mais acessibilidade na medida em que essas bases se tornem disponíveis através de meios eletrônicos ou digitais.

Por conseguinte, Santos (2003) observa que os processos de disponibilização, recuperação e circulação tornam-se mais simples e rápidos através da automação,

tornando mais preciso, também, o processo de recuperação dos documentos almejados. Assim, resta apenas compartilhar o registro, economizando tempo e trabalho. Nessa premissa, Balby (1995) alerta:

> Uma biblioteca jamais deveria catalogar novamente um material que já foi catalogado por outra biblioteca, para cada material que chega à mesa do catalogador, é necessário saber antes se alguém, em algum lugar do país ou do mundo já o catalogou; se o material já tiver sido catalogado, todos os esforços devem ser enviados para se ter acesso a essa informação e aproveitá-la. (BALBY, 1995, p. 30).

Outrossim, Souza e Mostafa (1999) afirmam que, quando se trata de um sistema cooperativo, normas e padrões são essenciais para garantir a qualidade dos registros catalográficos e estabelecer os padrões mínimos, com o propósito de alcançar a consistência de dados e facilitar o intercâmbio dos mesmos. Entendem por qualidade na catalogação cooperativa a ideia de o registro ser reutilizado por outro catalogador da rede sem necessitar de modificação alguma no que se refere ao ponto de acesso principal e à descrição bibliográfica. De outra forma, "a qualidade de um catálogo reside na coerência e consistência de seus dados, daí o grande empenho em estabelecer regras de aceitação mundial, de forma a permitir uma rápida e eficiente troca de informações bibliográficas" (SOUZA & MOSTAFA, 1999, p. 128).

Não obstante, Lopes (2010) enfatiza que, quando o catálogo é atualizado por vários catalogadores, poderá haver divergências quanto às ideias e interpretações, causando problemas na consistência do trabalho, ou seja, "quanto mais catalogadores, menor é a consistência, pois cada um tem um ponto de vista diferente" (LOPES, 2010, p. 45).

Uma das consequências mais visíveis da falta de consistência provocada pelo grande número de catalogadores de uma rede é a existência de registros bibliográficos duplos na base de dados mutuamente alimentada, pois:

> Em uma instituição que adote a catalogação cooperativa, todos os catalogadores utilizam os mesmos instrumentos de análise e de codificação do registro bibliográfico (código de catalogação, formato/campos de registro e tabelas de códigos internacionais, locais e institucionais), mas esses instrumentos não garantem a exclusividade de cada registro da base de dados em relação ao documento que representa. Fatores externos como a origem dos registros, a interpretação particular de cada catalogador ao aplicar as regras e/ou políticas de catalogação e a sua eventual inabilidade ao pesquisar a base de dados para identificar um registro bibliográfico que corresponda à mesma descrição do documento a ser catalogado, favorecem a inserção de registros duplicados na base. Essa duplicidade

> acarreta problemas como: sobrecarga de informação para o usuário, redução da eficiência do sistema, redução da produtividade da catalogação e aumento do custo de manutenção da base. (SITAS & KAPIDAKIS, 2008[1] apud OLIVEIRA et al., 2010, p. 2).

A estratégia adotada pela Biblioteca Central, responsável pela coordenação técnica do SBUFRGS, para diminuir diferenças nos procedimentos adotados nas diversas bibliotecas foi a criação de grupos de trabalhos que colaboraram na formulação de instrumentos para nortear Padrões de Serviços Bibliotecários (PSBUs) adotados nas décadas de 1980 e 1990. Estes padrões auxiliaram as bibliotecas setoriais na execução de suas atividades e na prestação de serviços aos usuários. O SBUFRGS adota, desde 2000, políticas de catalogação cooperativa e descentralizada devido à dispersão geográfica de suas bibliotecas, que são ligadas administrativamente a diferentes unidades de ensino da Universidade. Além do software de gerenciamento, o SBUFRGS utiliza uma série de padrões normalizadores e instrumentos auxiliares para o processamento técnico de documentos (OLIVEIRA et al., 2010).

Atualmente, os grupos formados por membros do SBUFRGS trabalham para dar coesão e uniformidade às metodologias adotadas, e criar fóruns de discussão e atualização das ferramentas norteadoras das suas atividades, como educação continuada, na busca do funcionamento homogêneo do Sistema (PAVÃO; PFITSCHER & BERNARDES, 1998).

3. Educação continuada: construção permanente do conhecimento

A educação, de uma forma mais genérica, segundo Prosdócimo e Ohira (1999, p. 111), "é o processo pelo qual o indivíduo adquire a compreensão do mundo, promove mudanças em seu comportamento e desenvolve suas potencialidades, propiciando integração ao meio em que vive". Além de ser um processo contínuo de formação e aperfeiçoamento, a educação é também um meio de divulgação de conhecimentos e deve ser encarada como uma ferramenta capaz de gerar mudanças, alterar realidades sociais e garantir a evolução econômica da sociedade (PROSDÓCIMO & OHIRA, 1999).

Como descrito no capítulo anterior, a formação de grupos de trabalho é uma estratégia de educação continuada que pode ser adotada institucionalmente. Giannasi (1999) considera que educação continuada é um termo amplo, que abrange uma grande quantidade de atividades de aprendizagem, como leitura de textos técnicos, participações em palestras, seminários e outros eventos, bem como participações em cursos formais de educação e treinamento. Conforme a autora, a educação continuada pode ser realizada com o

objetivo de desenvolvimento profissional, partindo da motivação pessoal ou necessidade institucional.

Por sua vez, Pavão, Pfitscher e Bernardes (1998) relatam que desde a década de 1950 a educação continuada vem adquirindo conotações diferentes: nessa época, o seu objetivo era ajustar-se a um mundo novo em mutação. Na década de 1960, a educação continuada transfere-se para dentro das empresas com o objetivo de possibilitar a contínua atualização dos funcionários. A década de 1970 caracteriza-se pela tomada de consciência de que o homem educa-se a partir da realidade que o cerca e em interação com os outros. Esse pensamento torna-se fundamental e a partir da década de 1980 a sociedade incorpora esta nova consciência.

A educação, em um contexto de formação, na concepção de Pereira e Rodrigues (2002, p. 222), "deve ser vista como uma organização de valores, ou também como um processo de construção de conhecimentos, formação de habilidades técnicas e cognitivas". Portanto, não deve ser considerada apenas como um instrumento de capacitação ou atualização, mas sim como parte fundamental do processo individual de construção social. As autoras ainda ressaltam que, "para que uma organização se torne competitiva e de qualidade, não basta investir em tecnologia e em equipamentos de última geração" (PEREIRA & RODRIGUES, 2002, p. 223). É imprescindível promover a qualificação dos recursos humanos para que possa haver o desenvolvimento e crescimento organizacional.

A educação continuada, numa visão mais específica, conforme Prosdócimo e Ohira (1999, p. 112), "é um processo contínuo de atualização, aperfeiçoamento, treinamento e aprimoramento das qualificações e habilitações individuais de cada profissional". Neste sentido, Cunha (1984) considera a educação continuada como qualquer aprendizagem formal ou informal, realizada a partir da primeira graduação.

Na sociedade atual em que as mudanças ocorrem com muita rapidez, especialmente no que se refere à produção do conhecimento, a educação continuada adquire grande relevância. Percebe-se que à mesma velocidade com que é produzido, o conhecimento também se torna rapidamente obsoleto, o que exige atualização permanente dos profissionais que atuam na área da informação, como é o caso do bibliotecário. A responsabilidade pelas ações de educação continuada deste profissional, conforme afirma Cunha (1984), deve ser compartilhada pelas escolas de Biblioteconomia, associações profissionais, bibliotecas, empresas de consultoria e pelo próprio bibliotecário. Nesse sentido, Pavão, Pfitscher e Bernardes (1998, p. 2) afirmam que "promover o crescimento profissional é tarefa da instituição à qual o indivíduo está ligado mas é também tarefa individual". No que se refere às instituições, esse crescimento é possível na medida em que estas promovam

ações de educação continuada. Na UFRGS, por exemplo, percebe-se o esforço de atualização permanente dos servidores, refletido na grande oferta de ações de capacitação. Por conseguinte, Pereira e Rodrigues (2002) destacam que a educação continuada pode ser vista como a solução para a atualização e a qualificação do profissional da informação, o bibliotecário, que está inserido na categoria de mediador da informação e que não pode ficar à margem dos acontecimentos tecnológicos e da evolução constante de processos educativos. Como exemplo,

> a evolução da catalogação e os desenvolvimentos tecnológicos possibilitaram ao catalogador a efetivação de programas de catalogação em redes ou sistemas (network) que ocupam por meio da catalogação automatizada, com base de dados mecanicamente legíveis e permitem acesso aos bancos de dados on/off-line, concretizando a idealização de um intercâmbio mútuo de informações. (PEREIRA & RODRIGUES, 2002, p. 231).

A educação continuada na área de Biblioteconomia pode ser realizada de várias formas:

a) leitura de livros e periódicos;

b) cursos de especialização;

c) cursos oferecidos em reuniões profissionais, como congressos, simpósios e outros;

d) *workshops*;

e) pesquisas na área;

f) treinamentos no local de trabalho.

Além das formas citadas, outras podem ser acrescentadas, como os grupos de trabalho, iniciativa adotada pelo SBUFRGS desde 1975 (SCHREINER, 1982). Como exemplos dessa metodologia utilizada no Sistema, têm-se o Grupo de Estudos em Catalogação, o Grupo de Estudos em Indexação, dentre outros.

4. Grupos de trabalho: uma estratégia de gestão

Atualmente trabalham no SBUFRGS 131 bibliotecários, responsáveis pelo gerenciamento e execução de todas as rotinas bibliotecárias das 33 unidades do Sistema, dentre elas a catalogação de itens informacionais. Por estarem dispersos geograficamente, o SBUFRGS viu na criação de grupos de trabalho um meio de dar coesão e uniformidade às metodologias de trabalho, além de propiciar educação continuada aos seus membros.

O ser humano é gregário por natureza. Procura estabelecer vínculos em todas as dimensões de sua vida. No âmbito profissional não poderia ser diferente. O grupo também faz parte do trabalho, como bem analisa Biehl (2010) quando enfatiza que a coletividade ocorre de qualquer forma, em grupos informais ou unidos por uma mesma atividade. Então, nada mais sensato que estabelecer vínculos com colegas que exercem a mesma função, visando à cooperação e à aprendizagem. O desempenho da função de catalogar, isto é, descrever fisicamente os documentos numa mesma base de dados, disponível mundialmente através da rede de alcance mundial (www), depende da capacidade individual do catalogador e da capacidade de trabalhar bem em conjunto. Senge (1990, p. 213) enfatiza que "o aprendizado em grupo é o processo de alinhamento e desenvolvimento da capacidade de um grupo criar resultados que seus membros realmente desejam".

O trabalho em grupo é uma estratégia de gestão visto que auxilia no desenvolvimento do ser humano e das relações interpessoais (BIEHL, 2010). Neste intuito, em 1975 foi criado o primeiro grupo de trabalho entre bibliotecários do SBUFRGS com o objetivo de iniciar um programa de educação continuada (SCHREINER, 1982). Em 1979, já havia seis grupos diferentes, dentre eles o de Catalogação, demonstrando o desejo pelo desenvolvimento profissional. Com o grupo efetivamente estabelecido, o principal produto almejado passou a ser a elaboração, implantação, avaliação e revisão dos PSBUs que ocorreu na década de 1980. Na década de 1990, os grupos de trabalhos da UFRGS elaboraram os manuais para o SABi, sendo que os Grupos de Trabalhos em Catalogação, Classificação e Periódicos foram os responsáveis pelo formato bibliográfico (SILVA, 1994); outra atividade estabelecida pelos Grupos foram os critérios para a inclusão da produção intelectual da UFRGS a partir de 1992; e, em 1995, os participantes dos Grupos ministraram um treinamento para os demais bibliotecários sobre a inclusão dos dados no SABi.

Em 1996, houve uma mudança nos nomes dos grupos de trabalho que passaram a denominarem-se Grupos Assessores Técnicos e também absorveram a função de assessorar a direção do SBUFRGS na tomada de decisões (PAVÃO; PFITSCHER & BERNARDES, 1998), sendo o de

Catalogação nomeado Grupo Assessor Técnico em Descrição Documental. Em 1998, foi criada a Comissão de Automação (COMAUT), que passou a gerenciar o SABi, ministrando cursos e atualizando os manuais. Desde sua criação, o Grupo de Trabalho em Catalogação teve como objetivo a educação continuada, a atualização dos catalogadores, a definição de políticas de catalogação para padronizar os registros, bem como sanar as dúvidas de catalogação que ocorressem entre os catalogadores. Em 2005, ocorreu a reformulação no Sistema:

> na Biblioteca Central, ocorreu uma reunião com os bibliotecários do SBU interessados em resgatar fóruns especiais de discussões técnicas regulares na UFRGS [...] Ficou deliberado que a característica fundamental desses grupos temáticos é a liberdade de escolha pelos participantes dos assuntos de seu interesse como objeto de estudo. Portanto ficou modificado o formato anterior, passando a apresentar características de ampliação de conhecimentos com produção de documentos técnicos também para a divulgação do SBU, podendo gerar, também, propostas de políticas a serem discutidas pelo SBU ou outras manifestações que venham a ser delineadas. A denominação inicial proposta é de "Grupos de Estudo". (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

4.1. Grupo de Estudos em Catalogação: relato de experiência

O atual Grupo de Estudos em Catalogação (GEC) reúne-se desde maio de 2010 e conta com a participação fixa de seis bibliotecárias de diferentes unidades da UFRGS e uma do IFRS, sendo que a participação de outros colegas é livre e sempre estimulada. O objetivo do grupo é, além de propiciar a educação continuada de seus membros através da troca de informações e dúvidas nas rotinas da catalogação cooperativa, auxiliar na implementação de melhorias nos atuais manuais de registro bibliográfico e registro de autoridades do SABi.

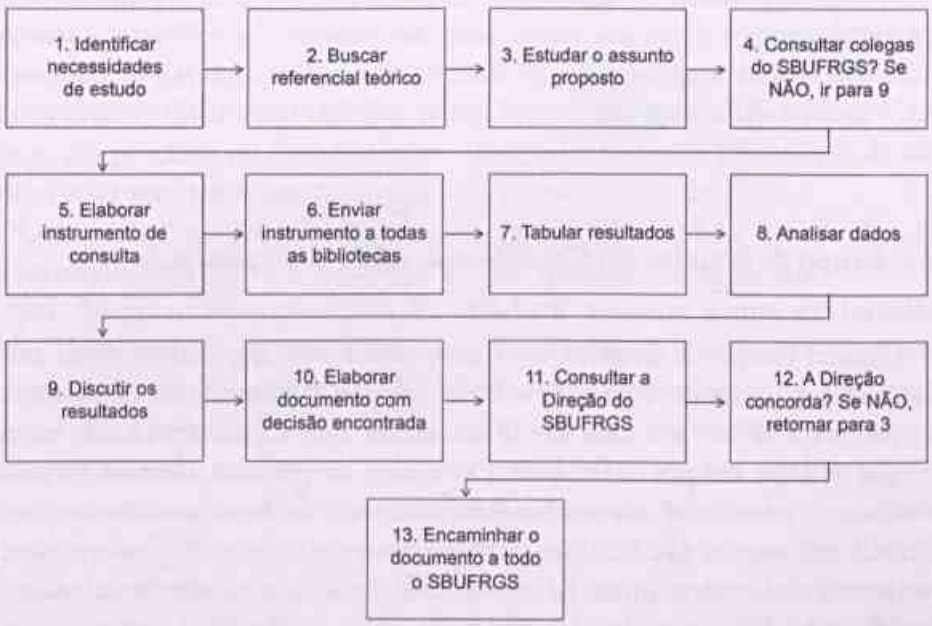
Esta troca de informação ou intercâmbio de competências entre os membros, conforme exemplifica Le Boterf (2003), torna o grupo mais forte em suas decisões, proporcionando segurança ao trabalho que é dispersamente realizado em cada biblioteca do Sistema. Além disso, espera-se uma melhora na relação entre bibliotecário e usuário, visto que um dos principais objetivos do trabalho do catalogador é facilitar a escolha acertada e o rápido acesso aos documentos, entre milhares que se encontram disponíveis para consulta da comunidade acadêmica.

O GEC deseja um crescimento mútuo em prol do usuário do SBUFRGS

que busca o acesso aos mais variados materiais informacionais e também, como descreve Biehl (2010), a complementação de conhecimento dos envolvidos, visto que cada integrante possui conhecimento próprio, fruto de suas vivências, competências e formação. O compartilhamento deste conhecimento é essencial para o bom desempenho dos grupos de trabalho (SHULMAN, 2004), assim como a discussão e a troca de ideias são estímulos para o crescimento coletivo.

Há diferentes formas de se estabelecer os temas que serão estudados. Durante as reuniões, os participantes podem trazer dúvidas percebidas em suas rotinas ou, muitas vezes, dúvidas de colegas que entram em contato por telefone ou e-mail. Também são recebidas demandas de estudo geradas pela direção da Biblioteca Central. De modo geral, o trabalho do GEC segue os passos descritos na Figura 1:

Figura 1: Fluxograma de trabalho do GEC.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Um exemplo de estudo realizado foi o do campo 250 do formato MARC, referente à indicação de edição. O SBUFRGS tinha como critério utilizar somente a página de rosto como fonte oficial desta informação. A importância deste estudo deveu-se à prática de algumas editoras de utilizar a indicação de edição apenas nas capas de seus livros, ocasionando problemas de descrição e inclusão nos registros bibliográficos.

Após algumas reuniões de estudo do AACR2, padrão utilizado no SBUFRGS, e também da consulta a especialistas, foi criado um documento denominado Alerta (Apêndice) para o campo 250 Edição, que estabelece a capa como uma fonte de informação válida (prescrita, segundo o AACR2, regra 2.0B2) para descrição da edição de um livro.

5. Considerações finais

Para o SBUFRGS a possibilidade de trabalhar em rede, com suas 33 bibliotecas setoriais, permite a cooperação e o compartilhamento de uma gama enorme de produtos e serviços, proporcionando economia de recursos humanos, financeiros, logísticos etc. Por sua vez, em uma instituição que emprega a catalogação cooperativa, onde todos os bibliotecários utilizam os mesmos instrumentos de análise e de codificação do registro bibliográfico, as ferramentas não garantem a exclusividade de cada registro do Sistema em relação ao documento que representa, pois, o grande número de catalogadores, somado à subjetividade do profissional e à grande renovação do quadro de bibliotecários da Universidade na última década, faz com que possam existir problemas de falta de padronização e, até mesmo, duplicidade nos registros bibliográficos inseridos no catálogo eletrônico.

A motivação do Grupo de Estudos em Catalogação surge a partir da necessidade de educação continuada. Colabora para isto também a constatação da falta de consistência na descrição de materiais bibliográficos dispersos nas bibliotecas dos diferentes campi. Neste intuito, as reuniões têm a tarefa de manter os profissionais motivados para o desenvolvimento profissional e, consequentemente, institucional, na medida em que buscam soluções para todo o Sistema. A discussão de problemas ou de assuntos polêmicos constitui um fator positivo, ao incentivar os componentes a analisarem a questão sob diversos prismas, variedade de experiências, bem como a consulta de instrumentos norteadores das atividades cooperativas. No GEC, os membros encontram a liberdade para expor suas ideias e discuti-las em um ambiente democrático onde o trabalho em equipe favorece o amadurecimento profissional individual e do grupo.

Percebe-se a grande importância de incentivar a formação de grupos de trabalho para a interação de profissionais que trabalham em redes ou sistemas, na medida em que possibilita a troca de experiências e a busca de padronização dos procedimentos utilizados em prol do usuário final.

6. Nota

1 SITAS, Anestis; KAPIDAKIS, Sarantos. Duplicate detection algorithms of bibliographic descriptions. Library Hi Tech, Ann Arbor, v. 26, n. 2, p. 287-301, 2008.

7. Referências

BALBY, Cláudia Negrão. Formatos de intercâmbio de registros bibliográficos: conceitos básicos. *Cadernos da FFC*, Marília, v. 4, n. 1, p. 29-35, 1995.

BIEHL, Kátia. Grupos e equipes de trabalho: uma estratégia de gestão. In: BITENCOURT, Claudia (Org.). *Gestão contemporânea de pessoas*: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 103-114.

BROWN, Dóris Regina. Consórcios e redes nas bibliotecas acadêmicas dos EUA. *Transinformação*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 33-61, jan./abr. 1998.

CUNHA, Murilo Bastos da. O desenvolvimento profissional e a educação continuada. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 149-156, jul./dez. 1984.

GIANNASI, Maria Júlia. *O profissional da informação diante dos desafios da sociedade atual*: desenvolvimento de pensamento crítico em cursos de educação continuada e a distância via internet, através da metodologia da problematização. 1999. 143 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

LE BOTERF, Guy. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LOPES, Marcos Luiz P. *Catalogação cooperativa em redes de informação*: estudo de caso da rede Bibliodata. 2010. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Zita Catarina P. *et al.* Gerência de registros duplos em base de dados bibliográfica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

PAVÃO, Caterina Marta G.; PFITSCHER, Eloisa Futuro; BERNARDES, Jacira Gil. Educação continuada: uma alternativa ao alcance de todos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza, CE. *Anais...* Fortaleza: FINEP, 1998. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000227822&loc=2006&l=1392bbf9663bbf24>. Acesso em: 25 maio 2012.

PEREIRA, Ana Maria; RODRIGUES, Renata. Educação continuada do catalogador: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. *Revista ACB*: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 219-239, 2002.

PROSDÓCIMO, Zulma Pures A.; OHIRA, Maria Lourdes B. Educação continuada do bibliotecário: revisão de literatura. *Revista ACB*: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 111-125, 1999.

REDE BIBLIODATA. Histórico: contexto nacional. 2012. Disponível em: <http://www8.fgv.br/bibliodata/geral/modelos/historico.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SANTOS, Érika Alves dos. *Catalogação cooperativa*: propósitos vantagens e desvantagens. 2003. 317 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

SAMBAQUY, *Lydia* de *Queiroz*. Apresentação. In: BARBOSA, Alice Príncipe (Org.). *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. p. 18-19.

SCHREINER, Heloisa B. Grupos de trabalho no Sistema de Bibliotecas da UFRGS: reflexão sobre a ação para a ação. In: JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7., 1982, Porto Alegre, RS. *Anais...* Porto Alegre, RS: ARB, 1982. p. 132-140.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina*: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. 13. ed. São Paulo: Best Seller, 1990.

SILVA, Elenice A. et al. Automação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO SOBRE AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, 5., 1994, São José dos Campos. *Anais...* São José dos Campos: Instituto de Pesquisas Espaciais, 1994.

SHULMAN, Arthur. Colocando a tecnologia de informação no devido lugar: comunicação e bom desempenho de grupos de trabalho. In: CLEGG, S.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004. v. 3, p. 389-420.

SOUZA, Terezinha Batista de; MOSTAFA, Solange Puntel. Catalogação cooperativa na rede Bibliodata/Calco: a questão repetitividade dos títulos no catálogo coletivo. *Transinformação*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 127-134, maio/ago. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central. *Grupos de estudos*. 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufrgs.br/ge.htm>. Acesso em: 17 ago. 2012.

7. Apêndice: alerta do Grupo de Estudos em Catalogação

Informe sobre o registro da Edição (Campo 250)

A capa é uma fonte de informação válida (prescrita, segundo o CCAA2, regra 2.0B2) para descrição da edição de um livro.

Fontes de informação

Sendo a folha de rosto a fonte principal de informação, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA2) regra 2.0B1, fica definido que, para identificar o número da edição e demais informações referentes ao campo 250 da catalogação, será SEMPRE verificada a página de rosto em primeiro lugar (independentemente de sabermos que o número que lá aparece não é realmente uma edição). Não constando nenhuma informação sobre a área da edição na folha de rosto, devemos recorrer às seguintes fontes, indicadas no CCAA2, na regra 2.0B2:

2.0B2. **Fontes de informação prescritas.** A(s) fonte(s) de informação prescrita(s) para cada área da descrição de monografias impressas está(ão) indicada(s) a seguir. Coloque entre colchetes as informações extraídas de outras fontes que não a(s) fonte(s) prescrita(s).

ÁREA	FONTES DE INFORMAÇÃO PRESCRITAS
Título e indicação de responsabilidade	Página de rosto!
Edição	**Página de rosto, outras preliminares e colofão**
Publicação, distribuição etc.	Página de rosto, outras preliminares e colofão
Descrição física	Toda a publicação
Série	Toda a publicação
Notas	Qualquer fonte
Número normalizado e modalidades de aquisição	Qualquer fonte

Preliminares
Preliminaries A(s) página(s) de rosto de um item, o verso da(s) página(s) de rosto, quaisquer páginas que precedem a(s) página(s) de rosto e a capa.

Coloque entre colchetes as informações extraídas de outras fontes que não as das regras 2.0B1 e 2.0B2 (respectivamente, fonte principal de informação e fontes de informação prescritas). Quando o número da edição e outras informações referentes a esta área NÃO forem retirados das fontes indicadas no CCAA2, deve-se obrigatoriamente colocar a informação encontrada entre [ ] (colchetes). Além disso, deve-se criar uma nota no campo 590 para indicar que essa informação não consta na folha de rosto (caso a folha de rosto tenha sido subtraída. Ex.: obra encadernada e/ou restaurada).

Não servirá como fonte para a catalogação a ficha catalográfica, a qual normalmente é localizada no verso da folha de rosto.

Quando tivermos mais de um item de uma mesma obra, mesma edição, mas a paginação for diferente devemos ligar primeiramente para as bibliotecas setoriais da UFRGS que possuem o item e tentar tirar dúvidas com os colegas, se não for possível, entrar em contato com o editor. Se realmente o número de páginas for diferente é indicada a elaboração de um novo registro.

Quando um item for adquirido por compra e este for de uma edição diferente daquela sugerida, solicitar a transferência dos itens utilizando o formulário disponível na Área Técnica do site da Biblioteca Central, que deve ser enviado ao Departamento de Processos Técnicos da BC através do e-mail transf@bc.ufrgs.br.

Edição de traduções

Quando catalogamos uma tradução devemos considerar a edição da obra que está sendo catalogada e não a edição do original. Por exemplo, quando catalogamos uma 2ª edição traduzida de uma obra que já se encontra na 7ª edição, a edição a ser indicada no 250|a é a 2ª edição (obra que estamos catalogando). A 7ª edição deve ser indicada em notas no 500|a para informar o usuário que a tradução é da 7ª edição em inglês.

Regra geral: A cada nova edição, um novo registro. Indicar reimpressão (caso esteja indicada) em nota, campo 590.

Catalogação das bibliotecas do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES: um olhar de cooperação profissional

Bruno Giordano Rosa
Bibliotecário do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus* Itapina

Maria de Lourdes Cardoso
Bibliotecária do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus* Piúma

Paulo Roberto Borghi Moreira
Bibliotecário do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus* Guarapari

Resumo

Esta pesquisa procura identificar e analisar elementos da catalogação cooperativa realizada pelas bibliotecas do IFES (Instituto Federal do Espírito Santo). Como metodologia, foram adotados um questionário de diagnóstico e análises qualitativas. Os resultados demonstraram a importância da catalogação cooperativa e a participação dos profissionais nas atividades: cadastro geral de material bibliográfico e padronização da catalogação em conjunto – adotada pela rede cooperativa das bibliotecas do IFES, objetivando o sucesso e a qualidade das pesquisas realizadas pelos usuários nas bibliotecas cooperantes. Como ferramenta utilizada nesse processo, realiza-se a catalogação em rede através do sistema de automação Pergamum, adotando uma política de planejamento através de um fórum que serve como subsídio para a organização de determinado suporte bibliográfico e criação de um catálogo comum, o qual serve como guia para o bibliotecário no momento da determinação dos assuntos dos documentos descritos nos registros que compõem a base de dados.

Palavras-chave: *Catalogação. Cooperação. Sistema de automação.*

Abstract

This research aims to identify and analyze the elements of cooperative cataloging carried out by the libraries of IFES (Instituto Federal do Espírito Santo, Federal Institute of Espírito Santo). As a methodology, it was adopted a diagnosis questionnaire, and qualitative analysis. The results showed the importance of cooperative cataloging and the participation of professionals in the activities: general recording of bibliographical material and standardizing of cataloging in group – adopted by the cooperative network of IFES libraries, aiming the success and quality of the searches done by users in the cooperative libraries. As a tool used in this process, it's carried out the network cataloging through a system of automation, Pergamum, adopting a planning policy through a forum that serves as subsidy for the organization of a particular bibliographic support and the creation of a common catalog, acting as a guide for the librarian at the moment of determining the documents subjects described in the records that make up the database.

Keywords: *Cataloging. Cooperation. System of automation.*

1. Introdução

Durante toda a evolução da espécie humana, os indivíduos necessitaram cooperar entre si com o objetivo de sobreviver em um ambiente hostil e em constante transformação. Sem a soma de esforços, provavelmente a nossa sociedade demoraria um tempo muito maior para atingir o estágio de desenvolvimento em que nos encontramos atualmente. Falar sobre cooperação implica versar sobre um tema que deve ser uma das prioridades nas grandes organizações que estão envolvidas no processo de desenvolvimento de metodologias e das plataformas em que os grandes fluxos informacionais deverão seguir os seus percursos até alcançarem seus objetivos.

Para que isto ocorra de modo satisfatório, os profissionais envolvidos na tarefa de coletar, organizar, armazenar e disseminar informações precisam estar preparados para interagirem cada vez mais em um cenário de grandes transformações e precisam também estar cientes de que a cooperação é fundamental para a sobrevivência de todos. Quando indivíduos, conscientes da importância do compartilhamento de dados e informações, organizam-se tanto no ambiente físico como virtual com o propósito de compartilhar e somar esforços para o crescimento de todos, os efeitos, na maioria das vezes, tendem a ser positivos e contribuem para minimizar os esforços e maximizar os resultados.

Diante destes desafios, os bibliotecários do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) estão organizados em uma rede cooperativa com o objetivo de somar esforços não somente no que diz respeito aos procedimentos envolvidos na catalogação, mas também com o propósito de fortalecer os laços entre os profissionais envolvidos e contribuir para que os procedimentos adotados possam ser uniformizados. Nesta perspectiva, quando há o correto funcionamento dessa estrutura cooperativa, faz-se necessário pensar na gestão de todo o conhecimento produzido no âmbito desses entraves de circulação de informações.

Dessa forma, objetivamos identificar e analisar alguns elementos importantes da catalogação cooperativa realizada pelos bibliotecários do IFES para compreender a organização e a disponibilidade deste trabalho cooperativo. Especificamente, pretende-se: a) traçar o perfil dos bibliotecários do Instituto; b) analisar o uso da catalogação cooperativa pelos profissionais em questão; c) conhecer quais atividades que realizam para colaboração da catalogação; d) conhecer a opinião sobre a catalogação cooperativa.

2. Cooperação entre bibliotecas

A catalogação cooperativa tem como precursor Charles Jeweet, que, em 1850, propôs que a biblioteca onde trabalhava fosse transformada em biblioteca nacional, a qual, segundo Campello (apud SILVA e SOUZA, 2011, p. 2),

> receberia dados catalográficos de bibliotecas do país e coordenaria um serviço de catalogação cooperativa que resultaria em um catálogo coletivo das bibliotecas cooperantes. Além de funcionar como central de catalogação, o serviço forneceria um instrumento de acesso às coleções.

Também sabemos que a Biblioteca do Congresso (EUA) por volta de 1901 passou a comercializar cópias de suas fichas catalográficas, que viriam a se tornar um padrão.

No Brasil o trabalho de catalogação cooperativa iniciou-se em 1942 com a implantação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) na biblioteca do DASP, sendo que qualquer biblioteca poderia enviar suas fichas catalográficas para participar deste serviço. A Fundação Getúlio Vargas começou a participar do SIC em 1947, dando curso e distribuindo fichas. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954, começou também a utilizar este serviço, contudo, em 1972, apareceram algumas dificuldades, que provocaram sua interrupção. Porém, com o desenvolvimento do MARC, surgiu a oportunidade de resolver o problema. Em 1973 o MARC foi adaptado no Brasil com o projeto CALCO.

De acordo com Vasconcellos (1996, p. 2):

> Diferentemente do caso norte-americano, em que o padrão Marc nasceu da necessidade de disponibilizar eletronicamente as informações provenientes de uma grande base de dados já preestabelecida, o Calco originou-se como uma tentativa de reproduzir no Brasil a experiência internacional no intercâmbio de informações bibliográficas, sem que nenhum sistema existente pudesse imediatamente implementá-lo com essa função.

A partir do final da década de 1960, quando a utilização dos computadores digitais possibilitava o processamento de grandes quantidades de dados antes tratados manual ou semiautomaticamente, a catalogação cooperativa teve um grande avanço favorecendo a integração de dados bibliográficos e catalográficos. E isso aconteceu, segundo Vasconcelos (1996, p. 1), pelo fato de que:

> Motivadas pela necessidade do compartilhamento de recursos, algumas bibliotecas começaram a organizar-se em consórcios ou redes, visando a dividir as despesas com a aquisição de equipamentos e desenvolvimento de sistemas e iniciando a construção de bancos de dados compartilhados, que viriam dar uma nova dimensão ao princípio de reaproveitamento dos registros bibliográficos.

De certa forma, isso trouxe um novo papel ao profissional bibliotecário. A ideia do coletivo quebra a morosidade dos serviços prestados pelos catalogadores de cada instituição, assimilando os objetivos comuns no atendimento ao usuário de uma sociedade cada vez mais produtiva e que exige uma resposta mais rápida e segura das informações desejadas.

Ao longo do tempo, o serviço de catalogação passou por várias mudanças que trouxeram melhorias à criação de catálogos coletivos, como também aos catálogos online, sendo um avanço, segundo Silva e Boccato (2012, p. 14) "em relação aos catálogos manuais em fichas, visto que além de localizar recursos informacionais também permite, entre outras ações, verificar seu estado de circulação e realizar empréstimos e reservas". Isso demonstra que tanto o catálogo coletivo como o uso da catalogação cooperativa são tarefas realizadas pelos profissionais como estratégias para a melhoria dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

2.1. As tecnologias da informação e a catalogação cooperativa

Com o surgimento das redes informatizadas, os processos de troca de informações e dados foram melhorados e realizados em um tempo muito mais curto. Atualmente grupos de pessoas, cientistas, empresas, enfim, toda a sociedade busca alternativas que propiciem a cooperação dentro e fora de seus ambientes com o objetivo de vencer as barreiras e alcançar suas metas.

E para isso, muitas bibliotecas vêm investindo em Tecnologias de Informação (TI) para aprimorar seus serviços, inclusive viabilizando o trabalho cooperativo dos dados catalogados. Entretanto, é necessário que os sistemas de gerenciamento de bibliotecas proporcionem melhorias principalmente relacionadas ao gerenciamento das atividades: processos de aquisição, catalogação, controle de circulação (empréstimo e consulta) e fornecimento de informações certas para tomada de decisões.

Os sistemas de recuperação da informação permitem o acesso e a busca de recursos informacionais por pontos de acesso que auxiliam os usuários na realização de suas atividades profissionais, científicas, acadêmicas e de lazer. Segundo Santos (2005), o processo de disponibilizar informações em grande escala exige do profissional envolvido uma enorme responsabilidade, pois

as decisões tomadas terão influência na recuperação do item informacional requerido pelos usuários.

A catalogação cooperativa, além de ter em sua estrutura profissionais competentes e um boa ferramenta em TI, deve também traçar políticas de catalogação para que o processo transcorra de maneira uniforme.

2.2. Processo colaborativo das bibliotecas do IFES

O trabalho cooperativo envolve os diversos bibliotecários dos 17 *campi* que formam o IFES, que são: Alegre, Aracruz, Cachoeiro do Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Ibatiba, Itapina, Linhares, Nova Venécia, Piúma, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha e Vitória. São oferecidos vários cursos em diversas modalidades: técnicos, graduação e pós-graduação.

Até o ano de 2009 algumas bibliotecas utilizavam sistemas de automação de desenvolvedores distintos, fator que dificultava as trocas de informações entre elas, contribuindo para a catalogação de maneira isolada e muito subjetiva a cada unidade. Muitas vezes o mesmo material bibliográfico tinha distintas formas de catalogação.

Com a aquisição do sistema de gestão de bibliotecas, Pergamum, desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, depois de um certo período mudou-se a filosofia para a prática da cooperação.

Este sistema é adotado em todos os *campi*, operando em diversos módulos e níveis de acordo com as condições e o estágio de desenvolvimento de cada unidade. Cada novo bibliotecário que é admitido no Instituto conta com o auxílio dos profissionais de todas as unidades integradas, e assim todos colaboram para o aperfeiçoamento de uma catalogação cooperativa concisa, que continua em constante construção, pois as bibliotecas são organismos em crescimento.

Para se alcançar um processo de integração e colaboração de qualidade, os bibliotecários do instituto reúnem-se duas vezes por ano com o objetivo de planejar as ações, tendo como foco a padronização de processos de catalogação e de procedimentos de gestão das bibliotecas. Os fóruns dos bibliotecários do instituto são encontros realizados com o objetivo de padronizar os procedimentos adotados nas unidades. A catalogação é um destes temas abordados nos encontros. As decisões referentes a este procedimento são discutidas e, quando são consensuais, são incorporadas aos manuais de decisões sobre catalogação, que são elaborados após serem aprovados nos fóruns. As decisões tomadas são adotadas em todas as unidades. Deste modo,

os procedimentos de catalogação são padronizados, aumentando a eficiência e evitando a redundância neste processo.

3. Procedimentos metodológicos

Determinamos como universo da pesquisa os 17 *campi* do IFES e consideramos como amostra os 12 bibliotecários que devolveram o questionário. Para coleta de dados foi utilizado um questionário composto por questões abertas e fechadas. O referido questionário está estruturado da seguinte forma:

1. Perfil dos bibliotecários do IFES;
2. Uso da catalogação cooperativa.

A coleta de dados ocorreu no período de junho a julho de 2012. A entrega e a recepção foram realizadas através de e-mail dos coordenadores e/ou responsáveis.

Utilizamos também para o embasamento teórico desta pesquisa a consulta à bibliografia disponível, ou seja, livros, artigos veiculados em periódicos especializados e jornais, consultas à Internet e a outras monografias que versem sobre o assunto, caracterizando, dessa forma, uma pesquisa bibliográfica conforme explica Severino (2008).

4. Análise da pesquisa

De acordo com o questionário, para compor o perfil dos bibliotecários foram utilizados: sexo, faixa etária, formação, tempo de serviço no *campus* e número de profissionais que trabalham no *campus*.

Tabela 1: Sexo.

Sexo	*F*	%
Masculino	3	25
Feminino	9	75
TOTAL	**12**	**100**

Fonte: Pesquisa direta.

Para a categoria sexo, a maioria dos sujeitos pesquisados é do sexo feminino, com um elevado índice (75%).

Tabela 2: Faixa etária.

	F	%
20 a 30 anos	1	8
31 a 40 anos	9	75
41 a 50 anos	2	17
Mais de 50 anos	0	0
TOTAL	**12**	**100**

Fonte: Pesquisa direta.

Para a categoria faixa etária, o resultado obtido foi uma maioria de sujeitos pesquisados pertencentes à faixa etária de 30 a 40 anos, formando um percentual de 75%.

Tabela 3: Formação acadêmica.

Formação	*F*	%
Especialização	11	92
Mestrado	1	8
Doutorado	0	0
TOTAL	**12**	**100**

Fonte: Pesquisa direta.

Para a categoria formação acadêmica, observamos os seguintes resultados: 92% dos bibliotecários possuem Especialização.

Tabela 4: Tempo de serviço no *campus*.

Tempo	*F*	%
1 a 3 anos	3	25
3 a 4 anos	6	50
4 a 5 anos	1	8
Mais de 5 anos	2	17
TOTAL	**12**	**100**

Fonte: Pesquisa direta.

Nesta questão podemos ver que a maioria dos bibliotecários estão entre a categoria 1 a 3 anos no *campus*.

Questão 1.5 – Quantos profissionais além de você trabalham na biblioteca do seu *campus*? Esta questão, por ser aberta, nos permite inserir a quantidade de profissionais sem a presença de tabela, portanto resolvemos inserir as respostas que foram enviadas com mais frequência.

- *Um bibliotecário e um auxiliar;*
- *Um bibliotecário e dois auxiliares;*
- *Um bibliotecário;*
- *Dois bibliotecários, três assistentes em administração e um auxiliar de biblioteca;*
- *Dois bibliotecários e um auxiliar;*
- *Sete bibliotecários;*

Esta questão nos mostra que em sua maioria os bibliotecários estão sozinhos nas atividades por que são responsáveis, embora saibamos que este número irá mudar com a realização do concurso feito recentemente pelo IFES com vagas para bibliotecários.

Depois de concluirmos a análise do perfil dos bibliotecários, seguimos com a análise dos resultados referentes à segunda parte do questionário, Atividade da Catalogação Cooperativa, que é composto das seguintes questões:

- *Já trabalhou com a catalogação cooperativa?*
- *Já trabalhou com o sistema Pergamum?*
- *O que pensa sobre o sistema?*
- *Qual atividade de catalogação cooperativa exerce?*
- *Qual é a sua opinião sobre este tema?*

Tabela 5: Trabalho com a catalogação.

Quantidade	*F*	%
Sim	3	25
Não	9	75
TOTAL	**12**	**100**

Fonte: Pesquisa direta.

Nesta questão a maioria dos profissionais, 75%, não havia trabalhado com catalogação cooperativa.

Tabela 6: Trabalho com o sistema Pergamum.

Quantidade	*F*	%
Sim	1	8
Não	11	92
TOTAL	**12**	**100**

Fonte: Pesquisa direta.

Podemos ver nesta questão que, em sua maioria, 92% dos profissionais não haviam trabalhado com o sistema Pergamum.

Tabela 7: Opinião sobre o sistema Pergamum.

Opinião	*f*	%
Ótimo	8	67
Bom	4	33
Regular	0	0
Ruim	0	0
TOTAL	**12**	**100**

Fonte: Pesquisa direta.

Os profissionais, em sua maioria, 67%, consideram o sistema ótimo.

Na questão sobre a ação de colaboração que exerce na catalogação cooperativa, os profissionais podiam marcar mais de uma questão, e percebemos que a maioria está envolvida em mais de uma ação, sendo o Cadastro Geral do material bibliográfico com maior número de referências, 77,7%, e o Cadastro de Autoridade (autor e assunto) com 33,3%.

Na questão aberta sobre o que a catalogação cooperativa favorece, os sujeitos podiam marcar mais de uma questão. Com isso obtivemos como resposta:

- *Catalogar uma única vez (50%);*
- *Controlar as descrições (58%);*
- *Agilizar o processo (84%);*
- *Outros (8%).*

Nesta questão podemos afirmar que os bibliotecários possuem várias opiniões, porém a agilidade do processo (84%) e o controle das descrições (58%) são os mais indicados. Destacamos aqui o item "Outros", que transcrevemos: "Na minha opinião, a catalogação favorece o trabalho com um todo."

Na questão aberta sobre a catalogação cooperativa, a opinião dos bibliotecários é bem parecida. Transcrevemos algumas falas a seguir:

"Uma ferramenta de grande importância no fazer bibliotecário, que proporciona um trabalho de qualidade, principalmente para o usuário."

"Veio facilitar e dar credibilidade ao serviço bibliotecário."

"Concentra os esforços, evitando desperdício de tempo, e favorece a interação entre os membros cooperados contribuindo para um maior aprendizado."

"Se ela for bem organizada e controlada é um excelente instrumento para agilizar e uniformizar a catalogação da instituição."

"Quando há responsabilidade, comprometimento e profissionalismo é um valioso mecanismo de trabalho."

"Ela agiliza e uniformiza o trabalho do catalogador."

"Evita que um mesmo material bibliográfico seja catalogado várias vezes e, por questões de subjetividade, analisado de forma diferente."

Esta questão amplia a questão anterior, pois as falas deixam claro o favorecimento do uso da catalogação cooperativa.

5. Conclusão

Esta pesquisa se configura como uma análise investigativa e atendeu uma indagação inicial de como os bibliotecários, como agentes do processo de transmissão do conhecimento, utilizavam a catalogação cooperativa realizada pelo IFES como ferramenta para a realização do seu trabalho.

A constatação dos esforços desses profissionais, na busca de melhorias para a realização do seu trabalho e colaboração na construção de uma catalogação conjunta envolvendo todos os *campi* do IFES, mostra que o perfil destes bibliotecários é formado em sua maioria pelo sexo feminino com faixa etária entre 31 e 40 anos e que possuem Especialização na sua formação acadêmica. A maioria tem pouco tempo de serviço no *campus* onde atualmente trabalha, e alguns ainda estão sozinhos nas bibliotecas. Muitos ainda não haviam trabalhado com catalogação cooperativa e também não tinham trabalhado com o sistema Pergamum, mas, em sua maioria, o consideram ótimo. Conforme Dias (1998), o Pergamum é um sistema informatizado de controle de bibliotecas. O sistema contempla as principais funções de uma biblioteca, entre as quais: catalogação cooperativa; cadastro de materiais bibliotegráficos; cadastro de usuários; controle de empréstimos; consultas e relatórios.

Para os bibliotecários, nas atividades que exercem para a colaboração da catalogação, está em evidência o cadastro geral do material bibliográfico, embora também realizem o cadastro de autoridade (autor e assunto). De acordo com Lopes (2010), para que uma rede seja criada, há necessidade de se fazer um planejamento da rede em questão. Portanto, para se construir uma rede é necessária a participação de todos os cooperados com a meta de construí-la da melhor maneira para que cada um não seja meramente um seguidor de processos rígidos já padronizados, mas de modo que os envolvidos sejam atores de uma construção constante.

Na opinião dos profissionais a catalogação cooperativa favorece a agilidade no processo, embora também favoreça a catalogação de modo único e auxilie no controle das descrições. Desta forma, os bibliotecários desta pesquisa utilizam e participam da catalogação cooperativa, uma vez que expõem suas opiniões de forma bem clara e semelhante, deixando a subjetividade de lado e adotando o que é proposto pelo grupo, evidenciando a catalogação cooperativa como instrumento para a transmissão do conhecimento e desenvolvimento profissional. De acordo com Silva e Souza (2011, p, 3) "o trabalho em cooperação serve para uma rápida divulgação e troca de informações entre várias pessoas e instituições em diversas partes do mundo".

Assim, de modo geral, a catalogação cooperativa realizada pelos bibliotecários atualmente é feita com comprometimento e profissionalismo, e fica claro que os profissionais aqui estudados participam do desenvolvimento em que estão envolvidos no que requer as melhorias de um fluxo maior de informação acessível e economicidade de tempo, sendo necessário um planejamento em conjunto para que cada *campus* seja favorecido e utilize as melhorias conseguidas com a catalogação cooperativa, não só pelos usuários internos e externos, mas pelos objetivos da instituição de ensino.

Esta investigação traz contribuições referentes à participação destes profissionais em estudo e nos permite afirmar que a arte de realizar a catalogação em grupo favorece não só o cotidiano do profissional catalogador, mas também possibilita a troca de experiência de forma constante. Como proposta para pesquisas futuras sugere-se que sejam aprofundadas algumas temáticas que possibilitem entender a catalogação cooperativa na perspectiva da satisfação do usuário, e como esse fator contribui para a qualidade das pesquisas, bem como para a produção intelectual.

6. Referências

DIAS, Tânia Mara. Pergamum – Sistema informatizado da biblioteca da PUC/PR. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 319-328, set./dez. 1998.

LOPES, Marcos Luiz Pereira. *Catalogação cooperativa em redes de informação*: estudo de caso da rede bibliodata, 2010. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/959/1/2010_MarcosLuizLopes.pdf>. Acesso em 25 jun. 2012.

SANTOS, Erika Alves dos. Catalogação Cooperativa: propósitos, vantagens e desvantagens. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – CBBD, 21., 2005, Curitiba. *Anais*... Curitiba: FEBAB, 2005. 1CD.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Eduardo Graziosi; BOCCATO, Vera Regina Casari. Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário. *TransInformação*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 5-18, jan./abr., 2012.

SILVA, Maria Weilanny Pinheiro da; SOUZA, Orinete Costa. Catalogação Cooperativa: CALCO e Rede BIBLIODATA. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – EREBD, 14, 2011, São Luis-MA. *Anais*... São Luis-MA: EREBD, 2011.

VASCONCELLOS, Paulo de Avelar Góes e. Bibbliodata/ Calco – Informação Bibliográfica para o Desenvolvimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, 1996.

Preciosidades do acervo

Plano do Catalogo Systematico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro

Primeiro instrumento para a organização da coleção

Angela Monteiro Bettencourt
Coordenadora da Biblioteca Nacional Digital (BN Digital)

A evolução histórica dos instrumentos de organização do conhecimento conheceu ao longo do tempo diferentes metodologias, todas em busca de flexibilidade e especificidade na classificação de assuntos. O objetivo não é de pouca monta: sistematizar, com o maior grau possível de coerência e objetividade, o saber acumulado pela humanidade. Pode-se mesmo afirmar que a história da classificação é a história da busca pela organização do conhecimento humano, uma história da adaptação dos sistemas filosóficos aos materiais e às necessidades das bibliotecas.

Com essa finalidade, a Biblioteca Nacional publicou, em 1883, o *Plano do Catalogo Systematico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro,* trabalho elaborado por João de Saldanha da Gama (1835-1889), então chefe da Seção de Impressos da Biblioteca Nacional. Baseado no sistema de Brunet,[1] o catálogo foi adaptado às necessidades da biblioteca brasileira, como foi exposto pelo autor no prefácio.

A classificação de Brunet, que chegou a ser utilizada na Biblioteca Nacional de Paris, tinha cinco classes principais: Teologia, Jurisprudência, História, Filosofia e Literatura, todas divididas em subconjuntos que, por sua vez, também se subdividiam. A principal adaptação refere-se ao número de grandes classes que de cinco passaram a treze, tendo sido incluídas as seguintes classes: Filosofia, Ciências Sociais, Geografia, Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Naturais, Ciências Médicas e Ciências Ocultas. Às treze classes estão subordinados títulos, aos quais estão subordinadas seções. Ciências e Artes foram separadas.

A inclusão das ciências como uma grande classe no catálogo brasileiro refletia a tendência, surgida no final do século XVIII na Europa iluminista, de basear a construção dos Estados Nacionais modernos em fundamentos científicos e racionalistas materializados nas ciências. No Brasil, a partir da primeira metade do século XIX, a elite intelectual e política partilhava as mesmas preocupações que seus pares europeus – precisava colocar em curso um projeto de construção de uma identidade nacional, capaz de conduzi-los a se constituir como nação civilizada nos trópicos e se apresentar como tal ao resto do mundo.

No campo da biblioteconomia, a iniciativa da Biblioteca Nacional, já em 1883, de publicar o primeiro instrumento para a organização de sua coleção prenunciava o papel, por ela adquirido no século seguinte, de agência bibliográfica nacional e, como tal, responsável pela padronização da representação de toda a produção bibliográfica produzida no país.

Nota

1 Jacques Charles Brunet organizou uma forma de classificação no século XIX, inspirada no sistema formulado pelo jesuíta Jean Garnier, publicada em 1678 na obra *Systema bibliothecae collegii Parisiensis* (SCHAPOCHNIK, 1999, p. 119).

Referências

BETTENCOURT, A. M. *A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil:* do documento tradicional ao digital, 2011.

PRADO, G. M.; MARTINS, V. P. In. BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Ensaio sobre a estatística política da província de Pernambuco, 1839. O projeto ilustrado brasileiro para a unidade nacional. In. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 120. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_120_2000.pdf>. Acesso em: 4 de novembro 2013.

SCHAPOCHNIK, N. Das ficções do arquivo: ordens do livro e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil/FAPESP, 1999.

PLANO

DO

CATALOGO SYSTEMATICO

DA

BIBLIOTHECA NACIONAL

DO

RIO DE JANEIRO.

RIO DE JANEIRO
TYP. DE G. LEUZINGER & FILHOS, RUA D'OUVIDOR 31

1883

PLANO

DO

CATALOGO SYSTEMATICO

DA

BIBLIOTHECA NACIONAL

DO

RIO DE JANEIRO.

RIO DE JANEIRO
TYP. DE G. LEUZINGER & FILHOS, RUA D'OUVIDOR 31

1883

A organização do catalogo methodico ou systematico de uma grande bibliotheca é um trabalho de maxima importancia, e, como tal, occupou sempre e ainda hoje occupa a attenção dos sabios.

« *Ce travail*, diz Jules Cousin, *est d'une importance capitale, et l'on ne saurait prendre trop de soin pour y faire régner l'ordre le plus parfait, pour que chaque chose soit mise à sa place, pour que tous les ouvrages soient distribués dans leurs classes respectives suivant un plan à la fois simple, et rigoureusement determine à l'avance. C'est ici surtout que le bibliothécaire fera preuve d'un savoir étendu et d'une grande penetration d'esprit, et son travail aura d'autant plus de mérite, qu'il saura réunir, dans un cadre concise et clair et où tout le monde pourra se trouver facilement, les renseignements les plus complets et les plus exacts.* »

Desde o primeiro ensaio do *Libri græci impressi* publicado por Alde Manuce em 1498 até os nossos dias, muitos planos de catalogo systematico tem sido experimentados. Passando em silencio sobre os de Robert Estienne, Gesner, Savigny, Bouilliaud, Bacon e outros, consideremos um instante o de Brunet, que é o conhecido pelo nome de *Systema dos Livreiros de Paris*, systema este iniciado por Prosper Marchand e mais tarde aperfeiçoado por G. Martin.

O systema de Brunet, com suas ultimas modificações, é talvez o melhor para o arranjo dos livros de uma grande bibliotheca, e, por isso, tomámol-o por base da nossa classi-

ficação. Entretanto, si é o melhor, não é ainda o perfeito, nem perfeição se pudera exigir em assumpto tão complexo e em que tanta margem se deixa ao arbitrio, como é o da classificação das sciencias.

Para nós brazileiros, o maior defeito do systema de Brunet é o de haver elle sido organizado especialmente para as bibliothecas de França. É verdade que ha nelle lugar para todas as producções do engenho humano, mas, o que é incontestavel, e assim devêra ser, é que ha ali ainda mais espaço para as obras de auctores francezes e para as que se publicam em França.

Corrigindo este defeito, ou, para melhor dizer, seguindo este nobre exemplo de amôr ás cousas patrias, organizámos nosso plano de modo a poder servir para qualquer bibliotheca, mas, muito especialmente, para uma bibliotheca do Brazil.

Discordamos tambem do illustrado auctor do *Manuel du Libraire* no que diz respeito á distribuição das grandes divisões do seu quadro ou taboa methodica. São as seguintes: Theologia, Jurisprudencia, Sciencias e Artes, Bellas-Lettras, Historia.

Não vemos razão para reunir em uma mesma classe — Sciencias e Artes. — A não ser como elle mesmo diz *« nous avons mieux aimé rester dans l'ancien système, tout imparfait qu'il nous semble, que d'en adopter un autre qui ne le serait pas moins »*, a não ser esta a razão, o distincto bibliographo teria certamente rompido com a tradição.

Pelo mesmo receio exagerado de errar fez Brunet da historia uma quinta e ultima classe, considerando-a, segundo as ideas até hoje dominantes na organização do catalogo systematico, como puro ornamento da memoria e de somenos importancia para o homem.

Esta classificação não é hoje admissivel.

O espirito humano, em sua marcha progressiva, cada

vez mais apaixonado das verdades praticas do que das puras abstracções, conseguiu fixar com precisão e clareza as formas até então vagas e indecisas da sciencia; e, pela observação e analyse perseverante e profunda das leis e phenomenos da natureza, e de suas multiplices relações, tem podido, augmentando o cabedal de seus conhecimentos, ampliar extraordinariamente os limites da mesma sciencia. Assim é que a actual subdivisão dos conhecimentos humanos não comporta mais a rudimentar e incompleta classificação dos primitivos tempos. Não nos parece, portanto, que se devam comprehender na mesma classe — Sciencias Philosophicas — a philosophia propriamente dicta, as mathematicas, as sciencias naturaes, as sciencias medicas, e muito menos as artes.

Em nosso plano preferimos separar estes differentes ramos dos conhecimentos humanos, formando de cada um d'elles uma classe distincta.

A historia não sendo uma simples relação de factos e de datas confiadas á memoria, a sua exclusão da classe das sciencias não tem razão de ser.

No plano que organizámos, collocamol-a logo após á philosophia. Isto constitue uma verdadeira innovação. Não encontrámos esta classificação em nenhum dos systemas conhecidos; não exhitámos, porém, em adoptal-a pela razão de que a historia, verdadeiramente digna d'este nome, é um estudo da mais alta philosophia, é a propria philosophia em acção. A relação dos factos e das acções do homem sem a lição moral que d'ellas decorre, não tem valor nenhum. A historia não é um méro ornamento da memoria, sinão um incentivo para o exercicio das mais nobres faculdades. É só pelo raciocinio que o homem póde bem conhecer o passado ou conhecer-se a si mesmo; é só pelo raciocinio que elle poderá caminhar tranquillo para as brilhantes conquistas, que lhe asseguram os seus altos destinos.

Cabe, pois, á historia o lugar que lhe assignalamos.

O terceiro defeito do systema de Brunet é uma consequencia do segundo.

A divisão das materias apenas em cinco classes forçou-o a multiplicar as subdivisões, de modo que um trabalho d'esta ordem que deve primar pela simplicidade e pela clareza, torna-se um tanto confuso pela multiplicidade dos agrupamentos e prolixidade da nomenclatura. Temos por mais acertada a parcimonia nas subdivisões que devem ser indicadas no quadro ou plano systematico das materias, reservando-se estes pormenores para o momento da distribuição definitiva dos bilhetes do catalogo, confiada ao criterio dos bibliothecarios.

Ha especialidades, é certo, que devem ser indicadas, mas ha outras que devem antes ser subintendidas que indicadas, ter antes existencia real no catalogo que menção especial no plano, para não tornar complexo, contrafeito e obscuro o que deve ser simples, natural e claro.

Em conclusão, sabemos, que, como todos os outros, o plano que organizámos tem defeitos. E qual é o que os não tem? Estamos, porém, convencidos de que elle será util á nossa primeira bibliotheca, e prestará bons serviços aos estudiosos em geral, porquanto, serviu-lhe de modelo o melhor catalogo systematico até hoje conhecido, modificado tão sómente naquelles pontos em que o progresso das sciencias e as necessidades de uma bibliotheca do Brazil exigem e justificam.

Bibliotheca Nacional, 10 de Septembro de 1883.

João de Saldanha da Gama,
Bibliothecario.

PLANO

DO

CATALOGO SYSTEMATICO

PLANO

DO

CATALOGO SYSTEMATICO

CLASSE I

Theologia

Titulo 1.° — Escriptura sagrada.
Titulo 2.° — Liturgia.
Titulo 3.° — Concilios.
Titulo 4.° — SS. Padres.
Secção 1.ª — SS. Padres gregos.
Secção 2.ª — SS. Padres latinos.
Secção 3.ª — SS. Padres diversos.
Titulo 5.° — Theologos.
Secção 1.ª — Theologia dogmatica.
Secção 2.ª — Theologia moral.
Secção 3.ª — Theologia catechetica.
Secção 4.ª — Theologia parenetica.
Secção 5.ª — Theologia ascetica.
Secção 6.ª — Theologia polemica.
Secção 7.ª — Heterodoxos ou scismaticos.
Titulo 6.° — Religiões e opiniões diversas.

CLASSE II

Jurisprudencia

Titulo 1.° — Obras geraes.
Titulo 2.° — Direito natural.
Titulo 3.° — Direito internacional.
Titulo 4.° — Direito publico.
S. UNICA. — Direito publico brazileiro.
Titulo 5.° — Direito romano.
Titulo 6.° — Direito criminal.
S. UNICA. — Direito criminal brazileiro.

Titulo 7.º — Direito civil.
S. UNICA. — Direito civil brazileiro.
Titulo 8.º — Direito commercial e maritimo.
S. UNICA. — Direito commercial e maritimo brazileiro.
Titulo 9.º — Direito administrativo.
S. UNICA. — Direito administrativo brazileiro.
Titulo 10. — Direito canonico ou ecclesiastico.

CLASSE III

Philosophia

Titulo 1.º — Obras geraes.
Titulo 2.º — Psychologia e metaphysica.
Titulo 3.º — Moral.
Titulo 4.º — Logica.
Titulo 5.º — Opiniões singulares.

CLASSE IV

Sciencias sociaes

Titulo 1.º — Economia politica.
SECÇÃO 1.ª — Obras geraes.
SECÇÃO 2.ª — Economia politica applicada á economia social.
Titulo 2.º — Educação.
Titulo 3.º — Instrucção publica.
SECÇÃO 1.ª — Instrucção primaria.
SECÇÃO 2.ª — Instrucção secundaria.
SECÇÃO 3.ª — Instrucção superior.

CLASSE V

Historia

Titulo 1.º — Obras geraes.
Titulo 2.º — Historia ecclesiastica.
SECÇÃO 1.ª — Historia geral da Igreja.

Secção 2.ª — Historia ecclesiastica de differentes paizes.
Secção 3.ª — Historia das ordens religiosas.
Secção 4.ª — Hagiographia.
Secção 5.ª — Historia das missões.
Secção 6.ª — Historia das missões no Brazil.
Secção 7.ª — Historia das outras Igrejas.
Titulo 3.º — Historia antiga.
Secção 1.ª — Historia do Oriente.
Secção 2.ª — Historia da Grecia.
Secção 3.ª — Historia de Roma.
Titulo 4.º — Historia da idade média.
Titulo 5.º — Historia moderna.
Titulo 6.º — Historia da Europa.
Secção 1.ª — Historia scandinava.
Secção 2.ª — Historia da Russia.
Secção 3.ª — Historia da Inglaterra.
Secção 4.ª — Historia da Hollanda e da Belgica.
Secção 5.ª — Historia da Allemanha.
Secção 6.ª — Historia da França.
Secção 7.ª — Historia da Italia.
Secção 8.ª — Historia da Turquia e da Grecia.
Secção 9.ª — Historia da Hespanha.
Secção 10. — Historia de Portugal.
Titulo 7.º — Historia da Asia.
Titulo 8.º — Historia da Africa e da Oceania.
Titulo 9.º — Historia da America Septentrional.
Titulo 10. — Historia da Ameria Meridional.
Titulo 11. — Historia do Brazil.
Secção 1.ª — Historia do Brazil em geral.
Secção 2.ª — Historia do Brazil por provincias.
Titulo 12. — Biographias.
S. unica. — Biographias de brazileiros.
Titulo 13. — Genealogia e heraldica.
Titulo 14. — Archeologia.
Titulo 15. — Chronologia.
Secção 1.ª — Obras geraes.
Secção 2.ª — Obras especiaes.

Titulo 16. — Bibliographia.
Secção 1.ª — Obras geraes.
Secção 2.ª — Obras especiaes.
Secção 3.ª — Historia da imprensa
Secção 4.ª — Historia das bibliothecas.
Titulo 17. — Jornaes e revistas extrangeiras.
Titulo 18. — Jornaes e revistas brazileiras.

CLASSE VI

Geographia

Titulo 1.º — Obras geraes. - Diccionarios.
Titulo 2.º — Geographia da Europa.
Titulo 3.º — Geographia da Asia.
Titulo 4.º — Geographia da Africa.
Titulo 5.º — Geographia da Oceania.
Titulo 6.º — Geographia da America Septentrional.
Titulo 7.º — Geographia da America Meridional.
Titulo 8.º — Geographia do Brazil em geral.
Titulo 9.º — Geographia do Brazil por provincias.
Titulo 10. — Viagens em geral.
Titulo 11. — Viagens no Brazil.
Titulo 12. — Atlas e cartas em geral.
Titulo 13. — Atlas e cartas sobre o Brazil.

CLASSE VII

Sciencias mathematicas

Titulo 1.º — Obras geraes.
Titulo 2.º — Mathematicas puras.
Secção 1.ª — Arithmetica.
Secção 2.ª — Algebra.

Secção 3.ª — Geometria e trigonometria.
Secção 4.ª — Calculo.

Titulo 3.º — Mathematicas applicadas.

Secção 1.ª — Calculo das probabilidades.
Secção 2.ª — Mechanica.
Secção 3.ª — Astronomia.
Secção 4.ª — Optica; dioptrica; catoptrica e perspectiva.
Secção 5.ª — Marinha.
Secção 6.ª — Arte militar.
Secção 7.ª — Engenharia de pontes e calçadas.
Secção 8.ª — Caminhos de ferro.
Secção 9.ª — Canaes.

CLASSE VIII

Sciencias physicas

Titulo 1.º — Physica.
Titulo 2.º — Chimica.

CLASSE IX

Sciencias naturaes

Titulo 1.º — Obras geraes. – Diccionarios.
Titulo 2.º — Geologia.
S. unica. — Geologia Brazileira.
Titulo 3.º — Botanica.
S. unica. — Botanica brazileira.
Titulo 4.º — Zoologia.
S. unica. — Zoologia brazileira.
Titulo 5.º — Biologia.
Titulo 6.º — Anthropologia.
Titulo 7.º — Agricultura.

CLASSE X

Sciencias medicas

Titulo 1.° — Obras geraes. Diccionarios.
Titulo 2.° — Anatomia.
Titulo 3.° — Physiologia.
Titulo 4.° — Hygiene.
Titulo 5.° — Pathologia medica.
Titulo 6.° — Cirurgia.
Titulo 7.° — Therapeutica e materia medica.
Titulo 8.° — Medicina legal.
Titulo 9.° — Pharmacologia.
Titulo 10. — Especialidades.
Secção 1.ª — Especialidades medicas.
Secção 2.ª — Especialidades cirurgicas.
Titulo 11. — Medicina veterinaria.

CLASSE XI

Sciencias occultas

Titulo 1.° — Obras geraes.
Titulo 2.° — Magia, adevinhações, astrologia.
Titulo 3.° — Alchimia.

CLASSE XII

Bellas-lettras

Titulo 1.° — Linguistica. – Obras geraes.
Titulo 2.° — Linguas antigas.
Tttulo 3.° — Linguas modernas.
S. unica. — Lingua portugueza.

Titulo 4.° — Linguas americanas.
S. UNICA. — Lingua brazilica.
Titulo 5.° — Rhetorica. – Obras geraes.
SECÇÃO 1.ª — Rhetoricos gregos e latinos.
SECÇÃO 2.ª — Oradores gregos e latinos.
SECÇÃO 3.ª — Oradores extrangeiros.
SECÇÃO 4.ª — Oradores brazileiros.
Titulo 6.° — Poesia. – Obras geraes.
SECÇÃO 1.ª — Poetas gregos e latinos.
SECÇÃO 2.ª — Poetas extrangeiros.
SECÇÃO 3.ª — Poetas brazileiros.
SECÇÃO 4.ª — Poesia dramatica em geral.
SECÇÃO 5.ª — Poetas dramaticos extrangeiros.
SECÇÃO 6.ª — Poetas dramaticos brazileiros.
Titulo 7.° — Ficções em prosa: romances, contos e novellas.
S. UNICA. — Romancistas brazileiros.
Titulo 8.° — Philologia.
SECÇÃO 1.ª — Critica. - Obras geraes.
SECÇÃO 2.ª — Criticos antigos.
SECÇÃO 3.ª — Criticos modernos.
SECÇÃO 4.ª — Satyras, sentenças, pensamentos, etc.
Titulo 9.° — Dialogos: entretenimentos.
Titulo 10. — Epistolographos.
Titulo 11. — Polygraphos.
Titulo 12. — Collecções, extractos, miscellaneas.

CLASSE XIII

Artes

Titulo 1.° — Mnemonica, tachygraphia, typographia, telegraphia, telephonia, etc.
Titulo 2.° — Bellas artes.
SECÇÃO 1.ª — Obras geraes. - Diccionarios.
SECÇÃO 2.ª — Desenho, lithographia.

Secção 3.ª — Photographia.
Secção 4.ª — Pintura.
Secção 5.ª — Gravura.
Secção 6.ª — Esculptura.
Secção 7.ª — Architectura.
Secção 8.ª — Musica.

Titulo 3.º — Artes mechanicas.

Secção 1.ª — Obras geraes. - Diccionarios.
Secção 2.ª — Pyrotechnia: fundições.
Secção 3.ª — Officios.
Secção 4.ª — Arte culinaria.

Titulo 4.º — Exercicios gymnasticos.

Secção 1.ª — Luta e esgrima.
Secção 2.ª — Equitação.
Secção 3.ª — Natação.
Secção 4.ª — Dança.
Secção 5.ª — Caça e pesca.

Titulo 5.º — Jogos diversos.

Impresso pela Editora e Papéis Nova Aliança Ltda.
Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m2
Miolo em papel Off-set 90 g/m2
Adobe Garamond 12x9pt

ISSN 0100-1982

MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

Ministério da Cultura
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA